

ALINE NASCIMENTO RIBEIRO

**O LUGAR DOS DOCUMENTOS NOS PROCESSOS DE
TOMBAMENTO E REGISTRO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O
ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

R484l
2017

Ribeiro, Aline Nascimento, 1991-

O lugar dos documentos nos processos de tombamento e registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional : um estudo sobre o arquivo histórico da Casa Setecentista de Mariana / Aline Nascimento Ribeiro. – Viçosa, MG, 2017.
xii, 181f. : il. ; 29 cm.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.175-181.

1. Arquivos e arquivamento (Documentos). 2. Memória.
3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.
Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

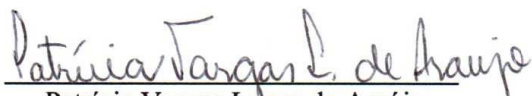
CDD 22 ed. 025.17

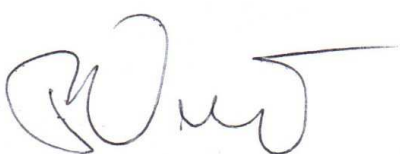
ALINE NASCIMENTO RIBEIRO

**O LUGAR DOS DOCUMENTOS NOS PROCESSOS DE
TOMBAMENTO E REGISTRO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O
ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de agosto de 2017.


Patrícia Vargas Lopes de Araújo


Renato Pinto Venâncio


Jonas Marçal de Queiroz
(Orientador)

Ao Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Era a primeira vez que eu penetrava em um ambiente desses e confesso que achei aquilo um campo admirável de atrações. Consideram geralmente os arquivos um meio enervante, monótono, que obriga a gente ir de vez em quando à janela respirar, tomar contato visual com o exterior, ver a rua, o movimento, contemplar o céu azul. Para mim, a impressão foi outra. Vi que ali conversávamos com os mortos, travamos conhecimento com épocas e fatos remotos, que não vimos e não vivemos, mas que tem para o historiador um sentido e um sabor de atualidade. O silêncio que ali nos cerca é, antes de estímulo e de apego ao lugar. Fazendo, pois, da sala do arquivo do Ribeirão do Carmo, por acaso feliz, depois das jornadas percorridas, um novo campo de atividades, distraía-me agora em folhear códices e alfarrábios curiosos e sentia verdadeiro encanto pelas coisas e pelas lições do passado ali guardadas.

Salomão de Vasconcelos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Jonas Marçal de Queiroz, pela confiança ao me envolver em seus projetos de pesquisa e extensão durante a graduação e pela orientação brilhante ao longo do mestrado. Sem exagero atribuo a ele o que há de bom neste trabalho, pois foi quem me colocou em contato com o Projeto de Organização, Digitalização e Acesso aos Inventários Post-mortem do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e me apresentou o Programa Memória do Mundo da UNESCO, ou seja, toda a essência da nossa pesquisa.

Aos professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV. De maneira especial, as professoras Patrícia Vargas e Vanessa Lana pela leitura cuidadosa e pelas contribuições valiosas na banca de qualificação.

Aos professores Renato Pinto Venâncio e novamente a Patrícia Vargas, membros da banca de defesa da dissertação, por gentilmente aceitarem o convite. Agradeço pelas contribuições que não apenas enriqueceram sobremaneira o nosso trabalho, mas também pelas sugestões para projetos futuros.

Aos membros suplentes da banca de defesa, Gustavo de Souza Oliveira e Vanessa Lana.

Aos alunos e alunas do curso de graduação em História da UFV, que voluntariamente auxiliaram no processo de informatização dos instrumentos de pesquisa do AHCSM para acesso através do Portal Acervos de Minas Gerais: Yassen Gabriel Fidelis, Iriny Paraskevyy Korres, Thales Israel da Silva, Indiara de Freitas Barbosa, Tullyana Kássia Siqueira, Luis Otávio Glória de Almeida Soares, Bárbara Tavares de Paula, Rachel Silveira, Melissa, Amanda Cristina Santiago Silva, Ciro e Cristina Lucrécia Evangelista Fajado. Sem a colaboração de vocês teria sido realmente impossível.

No Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana são muitos os agradecimentos: ao Cássio Vinício Salles que se dedica com um imenso amor ao seu trabalho à frente do AHCSM e viabilizou de tantas maneiras esta pesquisa (e muitas outras). Àqueles que com tanto zelo cuidaram para que essa documentação fosse acessada por todos nós - Rodrigo Melo Franco de Andrade, Antônio Ferreira Moraes, Maria das Dores Ferreira Moraes, Kátia Spagolla Tavares Napoleão e João Antero dos Reis -, não fosse pelo empenho de todos vocês, certamente não teríamos acesso a um acervo documental tão diversificado. A Flora, Mariana, Letícia, Violeta, Carlos, Tati, Carminha, Teresinha, Lucas e Teresa por serem a minha família em Mariana.

Ao Arquivo Central do IPHAN (ACI) no Rio de Janeiro, sobretudo a Eliza Fonseca, que gentilmente digitalizou e encaminhou todos os documentos que solicitamos.

A toda equipe do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). De maneira especial ao Professor Doutor Álvaro de Araújo Antunes, por permitir a consulta a documentos que ainda não constavam nos instrumentos de pesquisa do AHCMM, e a bolsista Ana Carolina Marques, que atenciosamente nos auxiliou no processo de pesquisa.

A representante do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO em Minas Gerais, Diná Araújo, pelo auxílio constante no processo de elaboração da proposta de candidatura do AHCSM ao Registro Nacional do Brasil.

Ao Museu da Música, Museu da Inconfidência e Arquivo Público Mineiro pela recomendação da inscrição do AHCSM no Programa MOW Brasil.

Aos professores Jonas Marçal de Queiroz, Renato Pinto Venâncio, Ângelo Carrara e Filipe Themudo Barata pelo fundamental apoio a inclusão do AHCSM no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

À Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, principalmente a superintendente Célia Corsino, por acolher prontamente a nossa proposta e por torná-la realidade.

Ao Professor Filipe Themudo Barata e à Universidade de Évora, em Portugal, que nos receberam com tanto carinho e enriqueceram a nossa formação com o curso “Gestão do Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente”.

Ao Antônio Augusto, que me ajudou de tantas maneiras. Sem você seria tudo muito mais difícil.

Finalmente agradeço a toda a minha família. De maneira mais que especial aos meus pais, Maria Auxiliadora e Antônio, e a minha irmã, Sara, que conferem sentido a minha vida e incentivam as minhas escolhas. Sem vocês nem estas e nem quaisquer outras linhas teriam sido escritas por mim. Ao meu avô Adão, cuja lembrança me enche de saudade.

SUMÁRIO

PARTE I

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1

PARTE I

CAPÍTULO 1: OS DOCUMENTOS DA CIDADE MONUMENTO: A CASA

SETECENTISTA DE MARIANA	7
1.1 A “cidade monumento” e os “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos” de Mariana	11
1.1.1 A sacralização do passado colonial de Mariana	13
1.1.2 A atuação do IPHAN em Mariana (1938-1945)	16
1.1.3 A monumentalização de Mariana	17
1.1.4 As comemorações do bicentenário e da concessão do título de Monumento Nacional.....	23
1.2 A Casa Setecentista de Mariana: a preservação da "cidade monumento" e do "precioso acervo documental antigo dos Cartórios da Comarca	26

CAPÍTULO 2: O ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE

MARIANA	42
2.1 A constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana	46
2.2 O conjunto documental.....	64
2.2.1 O “precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca de Mariana”: Fundo Fórum de Mariana	69
2.2.2 Fundo Arquidiocese de Mariana	72
2.2.3 Fundo Câmara Municipal.....	73

CAPÍTULO 3: ENTRE MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: O LUGAR DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA	75
3.1 A pesquisa histórica e o patrimônio cultural	75
3.2 Os processos de tombamento	85
3.2.1 O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Mariana.....	86
3.2.2 Os processos de tombamento das igrejas de Mariana.....	87
3.2.3 Uma análise dos processos de tombamento	88
3.3 O dossiê descritivo do toque dos sinos em Minas Gerais	90
3.4 Arquitetura religiosa e os toques dos sinos no patrimônio documental	92
3.5 Arquitetura civil no patrimônio documental	106

PARTE II

1. PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: PRESERVAÇÃO, ACESSO E DIVULGAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, SOB A GUARDA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	116
1.1 O Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	117
1.2 O Portal Acervos de Minas Gerais e a divulgação dos instrumentos de pesquisa do AHCSM	123
1.3 A Proposta de candidatura do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana ao Comitê Nacional do Brasil Programa Memória do Mundo da UNESCO.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
FONTES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rua Direita, principal rua que compõem o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana tombado pelo SPHAN em 1938 e onde também se encontra a Casa Setecentista. Acervo da autora, 2017.	27
Figura 2: Vista Panorâmica da Cidade de Mariana. Bico de Pena V. J. Martins Braga. 1824. Destaque para a atual Casa Setecentista de Mariana, ao lado da Igreja da Sé. Imagem modificada pela autora. Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.	30
Figura 3: Planta da Casa sita à Rua Direita nº 1 – em Mariana. Escala 1:100. Trabalho Abdias V. Filho. Ouro Preto 27-1-47 Acervo: ACI.....	31
Figura 4: Casa localizada na Rua Direita n.º 1, Oferta do Dr. Cleveland Maciel, 3 de dezembro de 1962. Atual Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI.....	34
Figura 5: Casa localizada na Rua Direita n.º 1, Oferta do Dr. Cleveland Maciel, 3 de dezembro de 1962. Atual Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI.....	34
Figura 6: Rua Direita, Casa Setecentista de Mariana. Fachada. Wilson Vasconcelos. Acervo: ACI, 1965.	38
Figura 7: Rua Direita. Destaque para a Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI, 1965. .	38
Figura 8: Casa Setecentista ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) de Mariana. Rua Direita. Acervo: Escritório técnico do IPHAN em Mariana.	40
Figura 9: Exemplo de um catálogo manual: ações cíveis do Cartório do Primeiro Ofício, do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.	125
Figura 10: Exemplo de um catálogo informatizado: ações cíveis do Cartório do Primeiro Ofício, do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Documentos do AHCSM organizados por fundos.	65
Tabela 2: Acervos mineiros nominados pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO entre 2007-2017.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

ACI/IPHAN – Arquivo Central do IPHAN

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

APM – Arquivo Público Mineiro

APMA – Arquivo da Prefeitura de Mariana

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CCI – Conselho Consultivo Internacional

DET – Divisão de Estudos e Tombamento

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

GMCH/MG - Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAMPEH – Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica

MINC – Ministério da Cultura

MOW- Memory of the World

MOWLAC – Comitê Regional para América Latina e Caribe

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

RIBEIRO, Aline Nascimento, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2017. **O lugar dos documentos nos processos de tombamento e registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: um estudo sobre o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.** Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Esta dissertação teve dois objetivos. Primeiramente realizamos um estudo acerca do patrimônio documental custodiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como objeto de análise, elegemos o processo de constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sob a guarda do IPHAN desde 1948. Analisamos os processos de tombamento e registro que contemplaram a cidade de Mariana e problematizamos o recurso à pesquisa histórica as fontes escritas. Os documentos ocuparam um lugar importante na trajetória do IPHAN e a proteção de amplos conjuntos documentais em Minas Gerais, entre eles os documentos que compõem o AHCSM, são representativos desta preocupação. No entanto, identificamos que não havia um consenso em relação a relevância do recurso a pesquisa histórica as fontes escritas para a produção de um conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural. Aclaramos essa faceta da atuação do órgão tão pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural a partir de um caso específico, ou seja, o AHCSM. Com esse entendimento, evidenciamos os principais sujeitos, as posições que ocupavam e os discursos que conferiram importância a esta documentação, assim como os posicionamentos que predominaram e delinearam as práticas de intervenção no campo do patrimônio cultural. O segundo objetivo consistiu em uma intervenção prática em consonância com a reflexão teórica realizada. Para tanto, informatizamos os instrumentos de pesquisa (catálogos) do AHCSM para disponibilização no Portal Acervos de Minas Gerais. Ainda elaboramos e apresentamos ao IPHAN a proposta de candidatura daquele conjunto documental ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com isso, evidenciamos as possibilidades da pesquisa histórica às fontes escritas para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural, sobretudo para a inserção de sujeitos historicamente negligenciados e para uma concepção integradora de patrimônio cultural material e imaterial, a partir da documentação do AHCSM.

ABSTRACT

RIBEIRO, Aline Nascimento, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2017. **The place of the documents in the processes of registration and registration of the National Historical and Artistic Heritage Institute: a study on the Historical Archive of the Mariana House of Seventeenth.** Advisor: Jonas Marçal de Queiroz.

This dissertation had two objectives. First, we carried out a study about the documentary patrimony guarded by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). As an object of analysis, we have chosen the process of constituting the Historic Archives of the House of Mariana Setecentista (AHCSM), under the custody of IPHAN since 1948. We have analyzed the processes of registration and registration that contemplated the city of Mariana, and discussed the use of historical research the written sources. The documents occupied an important place in the history of IPHAN and the protection of large documentary collections in Minas Gerais, among them the AHCSM documents, are representative of this concern. However, we identified that there was no consensus regarding the relevance of the resource to historical research sources written for the production of a historical knowledge about cultural heritage. We clarify this facet of the performance of the organ so little explored by the literature of cultural heritage from a specific case, that is, the AHCSM. With this understanding, we highlight the main subjects, the positions they occupied and the speeches that gave importance to this documentation, as well as the positions that predominated and outlined the intervention practices in the field of cultural heritage. The second objective consisted in a practical intervention in line with the theoretical reflection carried out. To do so, we computerized the research tools (catalogs) of the AHCSM for availability in the Portal Collections of Minas Gerais. We also prepared and presented to IPHAN the proposal for the application of this documentary set to the Brazilian National Committee of the Memory of the World Program of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Thus, we present the possibilities of historical research to the written sources for the expansion of debates about cultural heritage, especially for the insertion of historically neglected subjects and for an integrative conception of material and immaterial cultural heritage, from the AHCSM documentation.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve dois objetivos principais. Primeiramente realizamos um estudo acerca do processo de constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1948. O segundo objetivo consistiu em uma atividade de intervenção prática em consonância com a reflexão teórica. Assim, informatizamos os instrumentos de pesquisa (catálogos) do AHCSM para divulgação no Portal Acervos de Minas Gerais¹ e apresentamos ao IPHAN uma proposta de candidatura deste acervo documental ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As propostas que apresentamos acima e desenvolvemos ao longo do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV) foram frutos de uma trajetória que começou em 2014. Nesse ano me tornei bolsista de um projeto entre a UFRV e o IPHAN, cujos objetivos consistem na organização, digitalização e acesso aos inventários post-mortem dos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício, sob a guarda do AHCSM, através do Portal Acervos de Minas Gerais. A partir desta experiência profissional submeti ao mesmo Mestrado um projeto de pesquisa cujo objeto de estudo, não por acaso, foi o AHCSM.

Os objetivos acima também resultaram de um processo de um aprofundamento teórico durante o Mestrado. O projeto inicial apresentado no processo de seleção compreendeu apenas parte destes objetivos, qual seja, a candidatura do AHCSM ao Programa Memória do Mundo da UNESCO. Curiosamente, a partir da proposta de intervenção prática, ou seja, a submissão da candidatura do AHCSM ao MOW Brasil, desenvolvemos a reflexão teórica sobre a temática do patrimônio documental e o processo de constituição do Arquivo da Casa Setecentista.

Com as orientações específicas tornou-se evidente que a proposta inicial não contemplou a problematização do AHCSM, cuja documentação foi entendida como algo de valor intrínseco, portanto inquestionável. Embora o objeto de pesquisa tenha permanecido o mesmo, ou seja, o AHCSM, este passou a ser entendido como uma construção histórica, cujo processo de constituição buscamos aclarar.

¹ PORTAL ACERVOS DE MINAS GERAIS. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica Acervos Digitais/ Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH/UFV). Disponível em: <<http://www.lampeh.ufv.br/portal/>>.

Os documentos ocuparam um lugar importante na trajetória do IPHAN e o AHCSM é representativo desta preocupação. Contudo, não havia consenso em relação à relevância da pesquisa histórica as fontes escritas para a produção de um conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural. Neste recorte, propomos uma análise do recurso a pesquisa histórica as fontes escritas a partir dos processos de tombamento e registro que contemplaram a cidade de Mariana. Assim, evidenciamos os principais sujeitos, as posições que ocupavam, os diferentes discursos e conflitos que caracterizaram esse debate e os posicionamentos que predominaram e delinearam as práticas de intervenção no campo do patrimônio cultural. Com isso, problematizamos as possibilidades de pesquisa histórica para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural, a partir da documentação do AHCSM.

Para a problematização da temática do patrimônio cultural, iniciamos a leitura de inúmeros trabalhos sobre a atuação do IPHAN que, com premissas e conclusões distintas, foram as nossas referências. Por outro lado, também evidenciaram a escassez de publicações sobre a temática do patrimônio documental no âmbito do IPHAN. Em outras palavras, essa faceta da atuação do órgão foi pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural, assim como os arquivos custodiados pelo Instituto do Patrimônio em Minas Gerais ainda são pouco conhecidos.

Entre os principais trabalhos que nos debruçamos acerca da atuação do IPHAN, destacamos os estudos de Márcia Regina Romeiro Chuva, que analisou a construção do patrimônio cultural pelo Serviço do Patrimônio. O recorte temporal selecionado pela historiadora abrangeu os anos de 1930 a 1940, período em que a autora entrelaçou a atuação do SPHAN ao regime autoritário do Estado Novo. Nessa direção, Márcia Chuva problematizou a concepção de patrimônio defendida pelo órgão que consagrou, sobretudo, os monumentos arquitetônicos e, juntamente com eles, uma área de atuação específica e ainda hoje hegemônica: os arquitetos. Esses profissionais classificavam-se como “modernistas” e “seguidores” da “vanguarda arquitetônica europeia” e foram responsáveis pela construção de uma determinada concepção de patrimônio defendida pela instituição e sintetizada pela autora por meio da metáfora “arquitetos da memória”. A autora nos auxiliou na inserção do nosso objeto de estudo em um contexto mais amplo, marcado por um projeto político autoritário de construção da nação que marcou o Estado Novo e na problematização dos discursos que delinearam as práticas de preservação do patrimônio cultural no IPHAN.²

² CHUVA, Maria Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

O antropólogo José Reginaldo Gonçalves dos Santos analisou o processo de construção da “nação” através dos discursos acerca do patrimônio cultural no Brasil produzidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, entre as décadas de 1930 e 1980. Segundo ele, essas narrativas foram permeadas por preocupações com a perda e com o desaparecimento dos vestígios materiais da nação, configurando no que ele denominou de “retórica da perda.” Com essa noção, pensamos as narrativas dos grupos que defenderam a proteção dos documentos do AHCSM, marcadas pela noção de perda dos registros que representavam a materialização da história da “nação”. A partir dessa concepção também problematizamos a “perda” do conhecimento histórico no campo do patrimônio cultural devido à escassez de pesquisas concernentes a temática.³

Por sua vez, a historiadora Vanusa Moreira Braga analisou a centralidade conferida a Minas Gerais pelas políticas do SPHAN, especificamente na consagração de Ouro Preto. A autora destacou dois fatores como explicativos desse quadro. O primeiro tratou-se do modernismo mineiro como um movimento importante de valorização das cidades históricas que inspiraram os ideais do Serviço do Patrimônio. Já o segundo, referiu-se à existência de uma “genealogia do patrimônio” encontrada entre os defensores de Minas Gerais, com destaque para as figuras de Afonso Arinos, Diogo de Vasconcellos e Cesário Alvim e de seus descendentes diretos: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Silvio de Vasconcelos e Afonso Arinos. Esses sujeitos transformaram, por meio dos seus respectivos discursos, a sua região em um local de relevância nacional. As principais contribuições da autora para o nosso trabalho consistiram na identificação de um grupo de intelectuais mineiros que compartilharam uma “experiência comum” e ocuparam posições decisivas na seleção dos documentos atualmente preservados em Mariana.⁴

Estudos mais recentes acerca da atuação do IPHAN dedicaram-se ainda a temática do patrimônio cultural imaterial e nos auxiliaram na compreensão de como esse debate foi construído na instituição. Com enfoques e abordagens diferenciadas, a literatura da área apontou para um aparente consenso de que a dicotomia entre patrimônio cultural material e imaterial é errônea, pois todo bem é simultaneamente material e imaterial.⁵

³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

⁴ BRAGA, Vanusa Moreira de. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança**: O SPHAN e a consagração de Ouro Preto. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

⁵ Entre outros estudos destacamos GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun.

A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca inserida nesse contexto de crescentes preocupações com o patrimônio cultural imaterial criticou a atuação do IPHAN que, durante mais de sessenta anos, foi direcionada aos os bens de “pedra e cal”. Com isso, a “diversidade cultural do país” não foi contemplada pelas políticas de patrimônio daquele órgão de preservação nacional. Segundo a autora, a despeito da ampliação do conceito de patrimônio cultural proposta pelo texto da Constituição de 1988, essa discussão apenas avançou nos anos 2000, com a publicação do Decreto 3.551, que propôs o registro do patrimônio cultural imaterial.⁶

Finalmente, Adler Homero analisou a constituição da área do patrimônio cultural imaterial no IPHAN. Segundo ele, o patrimônio cultural imaterial foi tratado, ao longo dos últimos 30 anos, como um “problema mal-posto.” Em outras palavras, esse campo foi construído a partir de algumas críticas improcedentes, que resultaram na criação de um instrumento, isto é, o registro do patrimônio cultural imaterial, que, embora inegavelmente importante, teve um alcance limitado. A principal crítica feita ao órgão e questionada pelo autor, pautou-se pelo entendimento da ampliação do conceito de cultura e de sua aplicação pelo IPHAN. Ou seja, em atribuir a apenas um órgão de preservação, no caso em questão ao IPHAN, a responsabilidade pelo reconhecimento da “diversidade cultural do país”.⁷

Além de constatarmos que a atuação do IPHAN no campo da preservação dos documentos foi pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural, nos deparamos com a escassez de fontes que nos informassem sobre a constituição dos arquivos mineiros custodiados pelo Instituto do Patrimônio em Minas Gerais, entre eles o AHCSM. Reunimos dados bastante dispersos no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, no próprio Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana e no Arquivo da Prefeitura de Mariana. Nesses arquivos encontramos jornais, correspondências, processos de tombamento, pareceres, petições, escrituras, relatórios, fichas de catalogação de manuscritos, além da Revista do Patrimônio e outras publicações do IPHAN, que aclararam essa faceta quase silenciada pela literatura e pelas fontes.

Em termos conceituais, partimos do entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção histórica, cujo processo foi marcado pela atuação de diferentes sujeitos com

2005. CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 34, 2012.

⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina de; CHAGAS, Márcio (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

⁷ HOMERO, Adler. Patrimônio imaterial: problema mal-posto. **Diálogos**, v. 10, n.º3, 2006.

discursos muitas vezes conflitantes. Dialogamos com autores das Ciências Humanas, sobretudo da História, Sociologia e Antropologia. Como conceitos-chave aprofundamos as discussões acerca das concepções de documento, monumento, arquivo, memória e patrimônio documental. Patrimônio e documento foram entendidos de diferentes maneiras em distintos momentos históricos. Por conta disso, fizemos um percurso de ambos os conceitos, para pensarmos a noção de patrimônio documental a partir de uma perspectiva crítica e atual de História.

As questões que nortearam a nossa pesquisa foram as seguintes: Por que Mariana foi escolhida para abrigar um arquivo sob a guarda da DPHAN? Quais as relações entre a construção da cidade monumento e a preservação dos seus documentos? Quais foram os sujeitos que se destacaram na construção de um discurso que conferiu importância a cidade e aos documentos? Qual o papel ocupado pela Casa Setecentista de Mariana no contexto dessas preocupações? Como ocorreu o processo de constituição do AHCSM? A partir do AHCSM, como a pesquisa histórica às fontes escritas contribuiria para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural, inclusive para a inserção de sujeitos historicamente negligenciados? Finalmente, a pesquisa histórica e o patrimônio documental contribuem para a articulação entre materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural?

Devido a reflexão teórica e as propostas de intervenção prática, organizamos a dissertação em duas partes. Estruturamos a primeira delas em três capítulos. No primeiro capítulo, “Os documentos da Cidade Monumento: a Casa Setecentista de Mariana”, retomamos alguns aspectos da formação da cidade de Mariana em sua relação com a constituição dos amplos e diversificados acervos documentais preservados na cidade. Analisamos o texto da indicação da cidade de Mariana ao título de Monumento Nacional apresentado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) ao SPHAN na década de 1940. Um dos argumentos para a concessão desse o reconhecimento foi à relevância dos acervos documentais de Mariana. Identificamos quais foram os diferentes sujeitos que se destacaram na construção de um discurso que conferiu importância à cidade e aos seus arquivos, confrontando-os com os interesses envolvidos e com as posições que ocupavam. Finalmente, procedemos ao estudo histórico da Casa Setecentista de Mariana, adquirida, especialmente, para abrigar o “precioso” conjunto documental dos cartórios da Comarca de Mariana.

No segundo capítulo, “O Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana”, aclaramos o processo de constituição desse arquivo. Contemplamos o momento em que os documentos foram colocados sob a proteção da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em 1940, e a organização do acervo a partir da década de 1950.

Com isso, evidenciamos as principais intencionalidades que envolveram a seleção e a organização dos documentos.

No terceiro capítulo, “Entre materialidade e imaterialidade: o lugar dos documentos do Arquivo Histórico da Casa setecentista de Mariana”, problematizamos o recurso a pesquisa histórica às fontes escritas, a partir dos processos de tombamento e registro que contemplaram a cidade de Mariana. Evidenciamos as possibilidades de pesquisa histórica às fontes escritas para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural material e imaterial.

Na segunda parte da dissertação “Patrimônio documental: preservação, acesso e divulgação do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana”, apresentamos as atividades de intervenção prática desenvolvidas ao longo do Mestrado. Nosso trabalho consistiu na informatização dos catálogos do AHCSM, para divulgação no Portal Acervos de Minas Gerais e na proposição ao IPHAN da candidatura do acervo documental da Casa Setecentista ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

CAPÍTULO 1

OS DOCUMENTOS DA CIDADE MONUMENTO: A CASA SETECENTISTA DE MARIANA

Conforme Françoise Choay, o patrimônio⁸ não é uma invenção das sociedades modernas. Está presente desde o mundo clássico, embora novas questões e qualificações tenham sido colocadas na contemporaneidade, transformando-o em um conceito amplo e complexo. Não obstante, durante muito tempo, patrimônio foi sinônimo de monumento.

O monumentum é uma expressão de origem latina que remete a monere, cujo significado é “advertir” e “lembrar”.⁹ De acordo com Alois Riegl, o monumento é uma “obra realizada por la mano humana y creada com el fin específico de mantener hazañas o destinos individuales (o um conjunto de estos) siempre vivos y presentes en la consciencia de las generaciones venideras.”¹⁰ Em outras palavras, a principal característica do monumento é a relação com o poder de continuidade das sociedades históricas, ou seja, ele foi criado a priori com o propósito de atuar sobre a memória.¹¹ Nessa categoria também se incluem as fontes escritas, mas, desde a Antiguidade romana, seu sentido se entrelaçou as obras comemorativas da arquitetura e aos monumentos funerários. Ainda no século XIX, o termo monumento também designou as grandes coleções de documentos.¹²

O monumento histórico, por sua vez, é uma “invenção, bem datada, do Ocidente.” São principalmente as edificações selecionadas a posteriori, a partir de uma perspectiva histórica ou artística atribuída pela sociedade no curso da história que pressupõem, ao menos teoricamente, uma conservação incondicional. Conforme Choay, o conceito de monumento histórico, bem como os instrumentos de preservação - museus, inventários, tombamento, reutilização -, se situam no contexto da Revolução Francesa, que consolidou a noção de patrimônio nacional. A expressão foi incorporada aos dicionários franceses somente na segunda metade do século XIX, mas a sua difusão ocorreu desde o início do século e se consagrou com

⁸ Etimologicamente patrimônio se relaciona às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, enraizada no tempo e no espaço. Ver: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão 5 ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

¹⁰ RIEGL, Alois. **O culto moderno a los monumentos**. Trad. Ana Pérez López. Madri: Visor, 1987. p. 23.

¹¹ CHOAY, Françoise. Op. Cit.

¹² LE GOFF, Jacques. Jacques. Documento/Monumento. Op. Cit.

a criação do cargo de inspetor dos Monumentos Históricos, ocupado por François Guizot, em 1830.¹³

Com efeito, Choay assinalou o período entre 1820 a 1960 como o momento de consagração do monumento histórico. Nesse recorte cronológico, a autora destacou a Revolução Industrial como um processo de transformação, mas também de destruição e percepção de uma ruptura com o passado. Esse movimento também foi marcado pelo estabelecimento de leis para a proteção do monumento histórico. Nas palavras da autora, “a partir da década de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável.”¹⁴

Esse processo iniciado na década de 1960, cujo marco é a Carta de Veneza, e que certamente ainda não foi concluído, promoveu a ampliação tipológica, cronológica e geográfica do conceito de patrimônio.¹⁵ Em síntese, tratam-se de bens materiais e imateriais, culturais e naturais, relacionados a memória e a identidade dos diferentes grupos humanos.

O termo documento, por sua vez, remeteu ao latim *documentum*, derivado de *docere*, que significa “ensinar”. A história, desde sua existência como disciplina, se serviu dos documentos. Com a escola metódica do fim do século XIX e início do século XX, o documento triunfou e se tornou o fundamento do fato histórico. Ao historiador era indispensável o recurso ao documento. Nessa perspectiva, a única habilidade do historiador consistiu em se manter o mais próximo possível dos textos.¹⁶ Os questionamentos à documentação versavam não apenas acerca do que queriam dizer, mas também sobre a sua veracidade, cujo propósito consistiu na reconstituição do passado a partir dos documentos. A objetividade do documento, que aparentemente apresentou-se por si mesmo como prova histórica, opôs-se à intencionalidade do monumento. Essa perspectiva se pautou pela “memorização” dos monumentos do passado, transformando-os em documentos.¹⁷

O posicionamento histórico em relação aos documentos se transformou, embora eles persistam, ainda hoje, essenciais para o trabalho do historiador.¹⁸ A proposta de uma “história nova” apresentada pela École des Annales aos historiadores, consistiu na ampliação do conceito de documento para além das fontes escritas e em uma crítica em profundidade a noção. Nesse grupo destacamos Marc Bloch, cofundador da Revista *Annales*, em 1929. Bloch propôs

¹³ CHOAY, Françoise. Op. Cit.

¹⁴ Ibidem. p.136.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Op. Cit.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

¹⁸ Ibidem.

reflexões sobre o método, os objetos e a documentação histórica. Contrariamente à escola histórica metódica que constituiu uma história narrativa naturalizadora do passado a partir dos documentos, Bloch inaugurou a história-problema. Para ele, os documentos “não falam senão quando sabemos interrogá-los”.¹⁹ Em outras palavras, o conhecimento histórico é construído a partir das perguntas formuladas pelo historiador aos documentos. A presença ou a ausência, a acessibilidade ou a inacessibilidade dos documentos dependem de causas humanas, que devem ser minuciosamente analisadas. Conforme o historiador:

[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em todo o solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.²⁰

Bloch desnaturalizou a existência e a inexistência dos documentos que compõem os arquivos. Com isso, o autor apontou para a necessidade de análises sofisticadas para a problematização das ações humanas nos processos de seleção do que deve ser lembrado e esquecido ao longo do tempo.

Esse debate acerca dos documentos avançou com Michel Foucault. Segundo ele, os problemas da história se resumem a uma palavra: a crítica do documento. O documento não é um simples instrumento de uma “história-memória”, pois a história, para uma sociedade, é uma maneira de dar status e elaboração a um conjunto documental do qual não se separa.²¹

O historiador, por sua vez, organiza, recorta, distribui, ordena, reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente, identifica elementos, define unidades e descreve relações. Ou seja, a história é o que transforma os documentos em monumentos:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobrar, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando com as

¹⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador**. Rio Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

²⁰ Ibidem. p. 83.

²¹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

palavras, que a história em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.²²

Ao se referir a escola metódica que transformou os monumentos em documentos, Foucault propôs aos historiadores o caminho inverso, ou seja, a transformação dos documentos em monumentos. Em outras palavras, ao contrário daquela concepção de história que viu no documento uma “uma prova de boa fé” desde que fosse autêntico, para o filósofo não existia documento objetivo. A crítica histórica deveria, assim, compreender qualquer documento, enquanto monumento, cujas intencionalidades e condições de produção deveriam ser esmiuçadas a partir de uma crítica interna.

Jacques Le Goff dialogou com a noção de documento/monumento proposta por Foucault. Para Le Goff, os documentos não são apenas escolhas do historiador, ele mesmo situado em uma época e lugar; mas também são produzidos intencionalmente ou não pelas sociedades do passado numa tentativa de impor determinada imagem de si próprias no futuro.²³

Com efeito, é preciso questionar os documentos e esmiuçar as suas condições de produção, identificar quem detinha o poder de produzir os documentos do passado que hoje se tornaram as escolhas do historiador. As descontinuidades tornaram-se fundamentais para as análises históricas e os silêncios da documentação são tão importantes quanto as suas falas:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.²⁴

Portanto, a partir da concepção atual de história com a qual dialogamos, todos os documentos são monumentos. A crítica documental deve analisar as condições de produção e em que medida representam, sobretudo, um instrumento de poder. Em contraposição à concepção de história da escola metódica, que considerou como “verdadeiros” aqueles documentos que aclaravam uma parte da história que deveria ser conservada, transmitida e estudada, ou seja, a história dos grandes homens e acontecimentos, a história política e militar; o interesse da história se ampliou também para todos os homens, sobretudo pelos documentos que são suportes dessa memória.²⁵

²² Ibidem. p. 8.

²³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Op. Cit.

²⁴ Ibidem. p. 538.

²⁵ Ibidem.

A partir de concepções amplas e atuais de patrimônio e documento buscamos, por ora, aclarar o debate acerca do documento pensado enquanto patrimônio cultural. Conforme Luciana Heymann, os documentos associados a categoria de patrimônio, “passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade.”²⁶

A noção de patrimônio documental tornou-se mais evidente com o processo de ampliação da concepção de patrimônio e de documento que marcou, sobretudo, os fins do século XX. De acordo com Ray Edmondson, o patrimônio documental comumente se encontra em bibliotecas, arquivos e museus, mas também custodiado em diferentes contextos sociais e representa boa parte do patrimônio cultural. Nessa perspectiva, os documentos são considerados suportes de memória dos diferentes grupos humanos. Uma referência para o tratamento dessa questão é o Programa Memória do Mundo da UNESCO, criado em 1992. Não por acaso, os objetivos do Programa Memória do Mundo consistem na preservação, acesso e divulgação do patrimônio documental, cujas Diretrizes²⁷ retomaremos na segunda parte dessa dissertação.

Nesse cenário, lançamos um olhar mais específico para as questões que envolveram a preservação de um conjunto documental pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, em Mariana, Minas Gerais.

Convidamos o leitor a refletir conosco sobre essas questões no texto que apresentamos.

1.1 A “cidade monumento” e os “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos” de Mariana²⁸

Como sabemos, no Brasil, a proteção do patrimônio cultural começou, oficialmente, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937. O SPHAN foi marcado por um projeto político autoritário do Estado Novo de construção da nação e da identidade nacional através do patrimônio nacional. Conforme José Reginaldo Gonçalves dos Santos, a proposta consistiu em “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, a partir da constituição de uma cultura singular, enquanto parte da moderna civilização ocidental. Para tanto, foi necessário retornar aos mais genuínos valores nacionais supostamente localizados no passado,

²⁶ HEYMANN, Lucian Quillet. **Estratégias e institucionalização de patrimônios históricos e culturais**: o lugar dos documentos. VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009, p. 1.

²⁷ EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. UNESCO, 2002.

²⁸ Conforme demonstraremos adiante, a referência aos arquivos da cidade como “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos”, constou na proposta apresentada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), para a concessão do título de Monumento Nacional a cidade de Mariana em 1944. Ver: VASCONCELOS, Salomão. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947. p. 96.

com um recorte geográfico, temporal e material privilegiados: os monumentos arquitetônicos do período colonial localizados em Minas Gerais.²⁹

O SPHAN era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas chefiado pelo mineiro Gustavo Capanema. Conforme Helena Bomeny, intelectuais ligados ao movimento modernista mineiro da década de 1920, tais como Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, se reuniram em torno do Ministro Capanema e formaram o que Bomeny chamou de “Constelação Capanema”.³⁰

Os desdobramentos do modernismo mineiro sobre as políticas de preservação no Brasil tiveram como marco a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte no final do século XIX. Segundo Vanusa Moreira Braga, esse momento foi emblemático na construção de uma “identidade mineira”, pois foi caracterizado pela sensação de perda e ameaça representada pelo abandono e esquecimento da antiga capital da província e de todo o passado que ela representava.³¹

De um lado os republicanos que desejavam o progresso e a modernização. De outro um grupo de políticos ligados aos ideais monárquicos e alijados do poder. Deste último grupo, destacamos Diogo de Vasconcelos, que se empenhou em manter a tradição e legar para as gerações futuras a história das Minas em sua “idade do ouro.”³²

Situamos esse debate entre tradição e modernidade em um contexto mais amplo que marcou o Ocidente.³³ Essa síntese entre a tradição simbolizada por Ouro Preto, e a modernidade representada por Belo horizonte foi, segundo Braga, apropriada pelos “jovens intelectuais da Rua Bahia” nos anos de 1920. Mais do que isto, a historiadora identificou a existência de uma “genealogia do patrimônio” encontrada entre os defensores de Minas Gerais. A historiadora destacou as figuras de Afonso Arinos, Diogo de Vasconcellos e Cesário Alvim e de seus descendentes diretos: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Silvio de Vasconcelos e Afonso Arinos. Estes últimos foram “herdeiros de uma tradição” e transformaram, por meio dos respectivos discursos, a sua região em um local de relevância nacional.³⁴

Conforme observamos de forma unânime pelas obras que tivemos acesso, o destaque conferido pelas políticas de patrimônio do SPHAN às “cidades históricas” de Minas Gerais, foi,

²⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit.

³⁰ BOMENY, Helena. **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

³¹ BRAGA, Vanusa Moreira de. Op. Cit.

³² Ibidem.

³³ CHOAY, Françoise. Op. Cit.

³⁴ Para saber mais a respeito do modernismo mineiro e da genealogia do patrimônio ver: BRAGA, Vanusa Moreira de. Op. Cit.

em boa medida, atribuído a esse panorama político liderado por um grupo de intelectuais mineiros, cujo elo foi o Rodrigo M. F. de Andrade:

Essa centralidade mineira configurou-se também, e, sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado.³⁵

Conforme Márcia Chuva, construiu-se uma rede de relações, cujos laços pessoais se entrelaçaram ao sentimento de pertencimento à “mineiridade”. Assim, a arte e a arquitetura mineira do século XVIII foi consagrada e considerada parâmetro para a noção de patrimônio histórico e artístico do país. Destacamos que, já em 1938, seis cidades mineiras foram tombadas: Ouro Preto, Diamantina, Serro, São João Del Rei, Tiradentes e, ao que aqui nos interessou, Mariana.

Neste panorama marcado pela valorização de Minas Gerais pelo SPHAN, Mariana representou um campo privilegiado. Entre as cidades coloniais mineiras cuja formação ocorreu em torno da extração aurífera, a cidade foi destacada como aquela que “originou” o estado. Na genealogia traçada por Vanusa Braga, destacamos Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos³⁶, autor da versão oficial da história de Mariana, cujo discurso, anos mais tarde, foi retomado pelos sujeitos que definiram as políticas de patrimônio cultural para a cidade.

1.1.1 A sacralização do passado colonial de Mariana

A consagração da cidade de Mariana e dos seus arquivos pelo atual IPHAN fundamentou-se na primazia histórica da cidade no contexto de Minas Gerais. Mariana foi o centro do Império português no século XVIII, a primeira vila (1711) e cidade mineira (1745), além de sede do primeiro bispado. Por conta disso, retomaremos alguns aspectos da história de Mariana representativos do que queremos demonstrar: não por acaso, Mariana preservou

³⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Op. Cit. p. 62-63.

³⁶ O historiador e político mineiro Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos nasceu em 1843, na cidade de Mariana. Estudou no Seminário de Mariana e no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro. Graduiu-se em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo, em 1867. Foi um dos primeiros pesquisadores da documentação da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro e dos arquivos eclesiásticos e jurídicos de Mariana e Ouro Preto. Além dos arquivos mineiros, realizou pesquisas também nos arquivos de Portugal, entre eles o da Torre do Tombo. Ver: BRAGA, Vanusa Moreira. Op. Cit.

amplos e diversificados conjuntos documentais que foram alvos das preocupações do órgão de preservação nacional.

De acordo com Diogo de Vasconcelos, aos 16 dias do mês de julho de 1696, os paulistas Miguel Garcia e o Coronel Salvador Furtado encontraram um rio riquíssimo em ouro e o nomearam de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Segundo ele, os paulistas se estabeleceram na região, formando um núcleo primitivo nomeado de Mata Cavalos, posteriormente chamado de Arraial de Cima ou Arraial Velho, onde erigiram uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora do Carmo.³⁷

As notícias do descobrimento do ouro atraíram pessoas de diferentes regiões do Brasil e do mundo para o Arraial de Nossa Senhora do Carmo. Na documentação preservada em Mariana encontramos registros da presença europeia, africana e, até mesmo, asiática. Por contar com uma população significativamente numerosa, o então arraial foi elevado à condição de vila de Nossa Senhora do Carmo em 1711. Conforme o documento referente a ereção da vila registrado em 8 de abril de 1711 que, não por acaso, foi preservado pela então DPHAN no atual Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana:

[...] Sua Majestade que Deus guarde tinha determinado levantar uma vila neste dito distrito e arraial por ser o sítio mais capaz para ela e como para esta se erigir era conveniente e preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica da igreja e casa de câmara e cadeia, como era estilo e pertencia a todas as repúblicas, deviam eles, os ditos moradores, cada um conforme suas posses concorrerem para o dito feito com aquele zelo e vontade que espera de tão bons vassalos.³⁸

Para a elevação da vila foram definidos os locais para a construção da Casa da Câmara e Cadeia e do Pelourinho e foram feitas recomendações em relação à Igreja Matriz.³⁹ Assim, uma primitiva capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição situada no Arraial de Baixo, passou por ampliações custeadas pelos próprios moradores e se tornou a Igreja Matriz da vila do Carmo.

Com efeito, a vila do Carmo alcançou a “autonomia política e administrativa”, se tornou a “sede de um município”. Ademais, passou a “zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, o seu Termo,”⁴⁰ cuja área contemplou

³⁷ VASCONCELOS, Diogo. **A história antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

³⁸ AHCSM, Registro dos termos que se fizeram da ereção desta Vila da Senhora do Carmo e Vila Rica da Senhora do Pillar. 1º Livro da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, 1711, p. 110.

³⁹ VASCONCELOS, Diogo. **A história antiga das Minas Gerais**. Op. Cit.

⁴⁰ MARX, Murillo apud DAMASCENO, Cláudia. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995. Segundo o dicionário de D. Raphael Bluteau, o Termo da vila ou cidade era “o espaço a que abrange a jurisdição dos seus juizes.” Ver: BLUTEAU, D. Raphael. **Diccionario da**

uma extensa região de Minas Gerais.⁴¹ Mais precisamente, o território compreendeu uma área de aproximadamente 50 mil km², perpassou os sertões dos rios Pomba, Muriaé e Doce, chegando até fronteiras com o Rio de Janeiro e abarcou regiões mineradoras e agrícolas. Ressaltamos que parte significativa desse território ficou conhecida como “terra de índios”, devido a marcante presença indígena, com destaque para os índios Botocudos, Puris, Kaurakân, Pataxós e Maxabi registrados indiretamente na documentação preservada em Mariana.⁴²

A vila do Carmo se transformou no centro administrativo do seu Termo, pois era onde se encontravam a Casa de Câmara e Cadeia, “símbolo do poder e da presença da Coroa portuguesa”, e “os tabeliães e advogados responsáveis por registrar e resolver os conflitos, como também tornar legítimos testamentos e inventários, terras, ajustes, processos crimes.”⁴³ Essa documentação produzida pelo poder local, portanto, contemplou amplo recorte geográfico e temporal, além da diversidade de pessoas que habitaram essa região. Anos mais tarde, muitos desses documentos foram preservados nos arquivos marianeses.

Por resolução de Dom João V, em 23 de abril de 1745, a vila se tornou cidade de Mariana. O nome da primeira cidade mineira foi uma homenagem a esposa de Dom João V, Dona Maria Anna D’ Áustria. Conforme a carta de ascensão da vila a categoria de cidade também preservada no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana:

Por me achar ocupando o primeiro lugar no Conselho Ultramarino tenho a honra e o gosto de dar a vocês a notícia [corroído] para bem de se achar essa terra elevada ao predicado de cidade com a denominação de Mariana, por resolução de Sua Majestade de 23 do corrente [abril] [...] ⁴⁴

Com isso, Mariana se transformou em um centro religioso. Enquanto sede episcopal, Mariana e a sua câmara eclesiástica contemplaram parte considerável da Capitania de Minas Gerais, com jurisdição sobre todas as comarcas.⁴⁵ Mariana passou por um processo de

língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. (Volume 2: L-Z). Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 454.

⁴¹ Subordinavam-se à vila do Carmo os arraiais da Passagem, São Sebastião, São Caetano, Furquim, São José da Barra, Sumidouro, Guarapiranga, Camargos, Inficionado, Catas Altas o Mato Dentro, Bomfim do Antônio Pereira, entre outros. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

⁴² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994. p. 46.

⁴³ LEWKOWICZ, Ida apud PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor**. Pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p. 17.

⁴⁴ AHCSM, Carta de elevação da Vila do Ribeirão do Carmo à Cidade de Mariana, 1745.

⁴⁵ PRECIOSO, Daniel. Op. Cit.

reconstrução para se tornar uma cidade para acolher o bispado. Assim, para a transformação da vila na planta de uma cidade, o Rei encarregou o engenheiro José Fernandes Pinto de Alpoim.⁴⁶

O legado artístico e arquitetônico desse período foi o recorte privilegiado das ações de preservação do atual IPHAN. Em outras palavras, a narrativa de sacralização de Mariana e dos seus arquivos construída pelo órgão de preservação nacional selecionou o “glorioso” passado colonial marianense, materializado no conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, sobretudo na arquitetura religiosa, e nos documentos do século XVIII.

1.1.2 A atuação do IPHAN em Mariana (1938-1945)

Para a preservação da arquitetura colonial de Mariana, o prefeito Josafá Macedo, organizou em 1937 um Decreto-Lei que dispôs sobre a construção e a reconstrução da zona urbana da cidade:

Decreto-Lei n.º 4: Dispõe sobre a construção e reconstrução na zona urbana.

Art.8 – As construções na parte da cidade situada à margem direita do Rio Carmo, terão que obedecer ao estilo colonial.

Art. 9 – As reconstruções na parte da cidade situada à margem direita do Rio Carmo obedecerão também ao mesmo princípio, só podendo ser feitas em estilo que [illegível] tenha feição colonial.⁴⁷

O Decreto-Lei acima demonstrou que as preocupações locais com a preservação da arquitetura colonial da cidade de Mariana, antecederam ao tombamento em nível federal feito pelo SPHAN em 1938. Em outras palavras, os anseios da prefeitura foram ao encontro das ações de proteção que o SPHAN empreendeu na cidade no ano seguinte.

O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana foi tombado pelo SPHAN em 14 de maio de 1938. Esse processo se iniciou em 17 de fevereiro de 1938, quando o Serviço do Patrimônio expediu ao prefeito de Mariana, Celso Arinos Motta, que substituíra Josafá Macedo temporariamente, uma notificação comunicando o tombamento do conjunto. Este, por sua vez, se posicionou favoravelmente, por estar “de pleno acordo com a deliberação tomada por esse departamento”, que inclusive reforçou as medidas já empregadas em âmbito local.⁴⁸

Os limites territoriais sobre os quais incidiu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico não constaram no processo de tombamento do SPHAN e foram definidos apenas

⁴⁶ VASCONCELOS, Diogo. Op. Cit.

⁴⁷ PMA, Decreto-Lei n.º 4: Dispõe sobre a construção e reconstrução na zona urbana. Livro n.º 4 Registro de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Mariana. 31 de dezembro de 1937. p. 60-60v.

⁴⁸ ACI. Processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana. Processo n.º 0069-T-38. Ano: 1938.

posteriormente. Conforme a Portaria n.º 66, de 26 de fevereiro de 2009, que dispôs sobre a poligonal de tombamento, a área contemplada se iniciou na “Ponte de Areia (Ponto 1), no cruzamento com o eixo da Rua Direita”, até a Rua São Gonçalo “[...] com testada voltada para a Rua da Glória até o encontro com o eixo deste arruamento. (Ponto 24).”⁴⁹ Nessa área foram tombados individualmente os seguintes bens: Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção, Capela de Santana, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Casa do Seminário Menor, Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, Casa de Câmara e Cadeia, Casa Capitular (Museu Arquidiocesano) e Escultura da Fonte da Samaritana, Passo da Ponte de Areia, Passo da Ladeira do Rosário e Casa do Barão do Pontal (Rua Direita). As igrejas foram tombadas em 1938 e as demais edificações em 1949, com exceção da Casa do Barão do Pontal tombada em 1954.⁵⁰ Estudaremos mais detidamente alguns desses processos de tombamento no terceiro capítulo.

1.1.3 A monumentalização de Mariana

No processo de construção da cidade monumento, a atuação do IHGMG interessou-nos particularmente, pois, em 1944, propôs ao SPHAN a concessão do título de Monumento Nacional para a cidade de Mariana. Entre os argumentos apresentados, o instituto mineiro destacou a importância dos arquivos marianenses. O IHGMG foi criado em 1904 e teve como um dos seus mais expressivos membros os historiadores marianenses Diogo de Vasconcelos e Salomão de Vasconcelos. Os principais objetivos do Instituto consistiram na investigação, identificação, publicização e o arquivamento dos documentos relativos a história e a geografia de Minas Gerais.⁵¹

Como sujeitos do seu tempo, os integrantes do IHGMG dialogaram com uma determinada concepção metódica de história, cujo recurso as fontes escritas eram indispensáveis aos historiadores. Muitos dos documentos preservados nos arquivos

⁴⁹ ACI. Portaria n.º 66, de 26 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a poligonal de tombamento referente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. Processo n.º 0069-T-38. Ano: 2008.

⁵⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens tombados e processos de tombamento em andamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf> Acesso em: 11 mai. 2017.

⁵¹ SILVA, Rodrigo Machado da. Diogo de Vasconcelos e o IHGMG: os parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais. **História da historiografia**. Ouro Preto, n.5, setembro, 2010.

marianenses eram entendidos como “únicos”, pois registraram os grandes homens e acontecimentos do passado.⁵²

Salomão de Vasconcelos,⁵³ sobrinho de Diogo de Vasconcelos, desempenhou papel fundamental no processo de consagração de Mariana⁵⁴ e dos seus arquivos. Enquanto membro do IHGMG foi considerado o “proponente mais decidido da candidatura de Mariana”⁵⁵ ao título de Monumento Nacional. Reconhecidamente historiador, embora graduado em Direito e Medicina, Salomão de Vasconcelos teve uma trajetória bastante atuante no campo da pesquisa histórica nos arquivos mineiros e, inclusive, organizou o Arquivo Municipal de Mariana a pedido do prefeito Josafá Macedo:

Indo a passeio a Mariana, em visita a parentes e amigos, caiu-me por sorte ser ali convidado pelo então prefeito, Dr. Josafá Macedo, para organizar o velho arquivo municipal, então em lastimável estado. [...] Era a primeira vez que eu penetrava em um ambiente desses e confesso que achei aquilo um campo admirável de atrações. Consideram geralmente os arquivos um meio enervante, monótono, que obriga a gente ir de vez em quando à janela respirar, tomar contato visual com o exterior, ver a rua, o movimento, contemplar o céu azul. Para mim, a impressão foi outra. Vi que ali conversávamos com os mortos, travamos conhecimento com épocas e fatos remotos, que não vimos e não vivemos, mas que tem para o historiador um sentido e um sabor de atualidade. O silêncio que ali nos cerca é, antes de estímulo e de apego ao lugar. Fazendo, pois, da sala do arquivo do Ribeirão do Carmo, por acaso feliz, depois das jornadas percorridas, um novo campo de atividades, distraía-me agora em folhear códices e alfarrábios curiosos e sentia verdadeiro encanto pelas coisas e pelas lições do passado ali guardadas.⁵⁶

⁵² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Op. Cit. p. 529.

⁵³ Salomão de Vasconcelos nasceu em 2 de janeiro de 1887 em Mariana, cuja cidade “dedicou sempre as melhores e mais inspiradas páginas de sua obra literária.” Era filho de Maria Madalena de Almeida Vasconcelos e Francisco Diogo. Era sobrinho do historiador Diogo de Vasconcelos e pai do arquiteto Sílvio de Vasconcelos. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1905, e em Medicina no Rio de Janeiro, em 1915. Foi representante do SPHAN em Minas Gerais, onde atuou como historiador entre os anos de 1938 a 1945. Também na década de 1940, tornou-se secretário do IHGMG. Foi nesse período que liderou a proposta de indicação da Cidade de Mariana à categoria de Monumento Nacional. Atuou ainda em outras instituições entre as quais destacamos o Instituto Histórico de Ouro Preto, Instituto Histórico de São Paulo, Instituto Histórico da Bahia, Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Instituto Histórico de Sergipe e Instituto Genealógico de São Paulo. Entre os livros que escreveu destacamos **Breviário histórico e turístico de Mariana**, o primeiro guia turístico de Mariana (1947), **Mariana e seus templos** (1938), **História Colonial: o Palácio de Assumar, Ataíde: Pintor do século XVIII** (1941), **Os sinos... (na simbologia e na história)** (1946), todos com temáticas relacionadas a cidade de Mariana. Os dados biográficos foram consultados na biografia escrita por Décio de Vasconcelos na obra VASCONCELLOS, Salomão. **O Fico: Minas e os Mineiros na Independência**. Edição comemorativa do sesquicentenário da Independência. 2 Ed. Imprensa Oficial. 1972.

⁵⁴ Sobre o papel de Salomão de Vasconcelos na consagração de Mariana ver: VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração da “Atenas Mineira” em Monumento Nacional (1936-1947)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016.

⁵⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de. Obra de Diogo de Vasconcelos: linhas do poder episcopal no território mineiro. In: VASCONCELLOS, Diogo de. **História da civilização mineira: Bispado de Mariana**. Belo Horizonte:Autêntica, 2014. p. 15.

⁵⁶ VASCONCELLOS, Salomão. **O Fico: Minas e os Mineiros na Independência**. Op. Cit. p. 13-14. [Grifos nossos]

Como mencionamos anteriormente, a concepção de história e de documento defendidas por Salomão de Vasconcelos corroboraram com a escola histórica metódica. Não obstante, na passagem acima identificamos aproximações com a perspectiva de Michel de Certeau, sobretudo ao destacar a relevância do lugar na operação historiográfica:

O que fabrica o historiador quando “faz história”? Em que trabalha? Que produz? Interrompendo seu passeio erudito nas salas dos Arquivos, separa-se por um momento de seu estudo monumental, que o possibilitará ser classificado entre seus pares, e, saindo para a rua, se pergunta: o que é este trabalho? Eu me interrogo a respeito da **enigmática relação que estabeleço com a sociedade presente e com a morte**. [...]. Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a **particularidade do lugar** de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação.⁵⁷

Observamos na escrita da história de Salomão de Vasconcelos o papel ocupado pelo lugar, sobretudo por Mariana, noção tratada por Certeau. Assim como Certeau, para Vasconcelos o trabalho do historiador no arquivo foi entrelaçado ao diálogo com os mortos, seu objeto de conhecimento, e as questões colocadas pela posição ocupada nos conflitos do seu tempo presente.

Devido ao trabalho desempenhado na organização do Arquivo Municipal de Mariana, Salomão de Vasconcelos foi convidado por Rodrigo M. F. de Andrade, então diretor do SPHAN, a compor os quadros do recém-criado Serviço do Patrimônio logo no ano seguinte. A função do historiador seria coletar dados históricos de Mariana, Ouro Preto e de outras cidades mineiras:

Em razão do convite do Dr. Josafá Macedo, para reorganizar o arquivo de Mariana, tive a satisfação de merecer também do ilustre diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recentemente criado no Rio de Janeiro, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, o honroso apelo para auxiliar aquele **colendo Departamento com dados históricos e subsídios outros, não só de Mariana e Ouro Preto, como de outras cidades e povoados de Minas Gerais**.⁵⁸

Constatamos que em Mariana a construção da cidade monumento esteve entrelaçada a preservação dos documentos. Os mesmos sujeitos que se empenharam para a concessão do título de Monumento Nacional à cidade, também se envolveram na preservação dos arquivos. Entre eles o prefeito de Mariana, Josafá Macedo, e o diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Salomão de Vasconcelos foi um exemplo emblemático, pois acumulou conhecimento no campo dos arquivos que lhe rendeu, inclusive, um convite de Rodrigo M. F. de Andrade,

⁵⁷ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 17. [Grifos nossos]

⁵⁸ VASCONCELLOS, Salomão. **O Fico: Minas e os Mineiros na Independência**. Op. Cit. p. 14. [Grifos nossos]

para atuar na pesquisa histórica. Parte significativa do conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural de Mariana resultou das pesquisas feitas pelo historiador, pois este entrelaçou os monumentos arquitetônicos ao conhecimento histórico sobre eles. Em outras palavras, para Salomão de Vasconcelos, o patrimônio era artístico, mas também histórico.⁵⁹

Conforme mencionamos anteriormente, o texto original da proposição para a concessão do título de Monumento Nacional à Mariana foi escrito pela Diretoria do IHGMG em 1944 e, com algumas alterações, foi encaminhado em 17 de abril de 1945 para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. A este coube o encaminhamento para o Presidente da República, Getúlio Vargas, e para o SPHAN. A proposta foi assinada por Benedito dos Santos, presidente do IHGMG; Salomão de Vasconcelos, secretário geral; Copérnico Pinto Coelho, primeiro secretário; e Roberto de Vasconcelos, orador perpétuo, que sugeriram “a graça de estender à tradicional cidade de Mariana a dignidade de “cidade monumento” já em boa hora deferida a não menos digna e tradicional Ouro Preto”:

Considerando que no próximo ano de 1945 será comemorado o bicentenário da fundação do Bispado de Mariana. Considerando que foi Mariana a primeira Vila criada nesta Capitania, **a única cidade do período colonial**, a primeira metrópole dos governadores e Sé Primaz das Minas Gerais. Considerando que a velha e tradicional cidade mineira não é apenas “um museu de igrejas e um Panteão de Mitras”, mas ainda a **Roma de Minas** e relicário inestimável de obras artísticas. Considerando que a antiga Vila do Carmo, por seu passado de glórias, tem dado ao Brasil varões **ilustres em todos os setores da vida religiosa, intelectual, política e industrial**. Considerando ainda que é necessário ir-se a Mariana para bem sentir e compreender a história do nosso Estado, em razão dos seus preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos – Indicamos que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais represente ao Exmo. Sr. Presidente da República, no sentido de estender a Mariana os foros de **Cidade Monumento**.⁶⁰

Na proposição acima, destacamos a analogia feita entre Mariana e Roma, demonstrando o prestígio histórico conferido à cidade: a “Roma de Minas”. Mariana, assim como Roma, representou a autoridade religiosa e política, além de um “relicário de obras artísticas”, cuja espetacularidade da história ficou registrada em seus documentos e monumentos. As cidades também foram consideradas teatros, com sua arquitetura construída e aparato cênico, foram palcos onde se desenrolaram grandes acontecimentos que marcaram a formação das “nações”, por isso feitas monumentos.⁶¹ Além dos “grandes homens” de Mariana, entre os quais

⁵⁹ VASCONCELOS, Salomão de. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit.

⁶⁰ Ibidem. p. 96-97. [Grifos nossos]

⁶¹ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 5 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

certamente se incluíram os Vasconcelos,⁶² que marcaram o cenário religioso, intelectual, político e econômico da nação. Nesse último caso, identificamos uma “genealogia do patrimônio” nos discursos de monumentalização de Mariana. Ou seja, o cuidado dedicado a Mariana representou também “uma profunda relação afetiva com cidade, que envolvia um “compromisso” herdado de seus familiares. O patrimônio como herança.”⁶³ Mais do que isto, preservar o patrimônio de Mariana representou a permanência de uma tradição familiar e política ocupada pela família Vasconcelos.

O que destacamos nesse debate foi que, não por acaso, os “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos” de Mariana foram utilizados como um dos argumentos que justificaram a indicação do título de Monumento Nacional à cidade de Mariana apresentada pelo IHGMG ao SPHAN. Em outras palavras, para os proponentes da candidatura era necessário conhecer os arquivos marianenses para compreender a história de Minas Gerais. De acordo com esse grupo e com a perspectiva histórica com a qual dialogavam, os documentos eram o fundamento do fato histórico, sobretudo os documentos que aclaravam uma parte da história que deveria ser conservada, transmitida e estudada, ou seja, a história dos grandes homens e acontecimentos, a história política, militar e diplomática. O discurso foi marcado ainda por um tom didático, isto é, para que as pessoas se recordassem dos heróis e dos acontecimentos que se passaram em Mariana.

A proposta do IHGMG foi encaminhada ao SPHAN que emitiu parecer favorável à concessão do título a Mariana. De acordo com Rodrigo M. F. de Andrade, a cidade já era patrimônio histórico e artístico nacional desde 1938, mas um Decreto-Lei assinado pelo Presidente da República reforçaria a relevância da cidade no cenário nacional. Assim, o Serviço

⁶² Em uma publicação de Salomão de Vasconcelos para a Revista do Patrimônio, o historiador traçou uma genealogia da família Vasconcelos, cujos membros teriam se destacado em vários âmbitos do cenário nacional e internacional. Apenas para mencionar alguns nomes: O marianense João de Souza Barradas, um dos primeiros povoadores do Carmo e sogro de Diogo Pereira de Vasconcelos “(o velho)”. Barradas foi juiz e advogado, cujo nome e passos ficaram registrados nos anais da judicatura e nos auditórios forenses, bem como nas velhas atas das antigas câmaras. “Se, no dizer de Diogo de Vasconcelos, é lícito julgar-se pelos frutos a árvore, pode o dr. João de Sousa Barradas, do seu jazigo, mostrar à posteridade os filhos e os netos que teve.” Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas, magistrado, ministro, par do Reino e Conselheiro de Estado em Portugal; Bernardo de Sousa Barradas, magistrado e Reitor da Universidade de Coimbra; o padre João de Sousa Barradas, prior de Pombeiro; o padre José de Sousa Barradas, vigário em Antônio Dias; Bernardo Pereira de Vasconcelos, conselheiro e figura máxima do 1º e 2º Impérios; Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, magistrado no Pará, presidente da Província de Minas e São Paulo, ministro, deputado, senador do Império e Conselheiro do Estado; Jerônimo Pereira de Vasconcelos, que se tornou militar em Portugal. Finalmente Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos, autor de **História antiga de Minas Gerais**. “Todos filhos de Minas, na maior parte marianenses.” Ver: VASCONCELOS, Salomão. Um velho solar de Mariana. In. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat03_m.pdf> Acesso em: 15 set. 2016.

⁶³ BRAGA, Vanusa Moreira. Op. Cit. p. 51.

do Patrimônio só poderia “opinar favoravelmente à aspiração manifestada pelo douto Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com o autorizado endosso do Senhor Prefeito Municipal de Mariana.”⁶⁴

O Ministro Gustavo Capanema, por sua vez, encaminhou a proposta para a apreciação do Presidente da República, Getúlio Vargas, para o “reconhecimento do excepcional valor de monumento histórico e artístico à cidade de Mariana”.⁶⁵ Capanema ainda elaborou o texto do Decreto-Lei para a assinatura do Presidente da República e escreveu o seguinte telegrama ao prefeito de Mariana, Salvador Ferrari: “tenho o prazer de levar ao seu conhecimento que o Presidente da República assinou Decreto considerando a cidade de Mariana como Monumento Nacional.”⁶⁶ Capanema e Rodrigo M. F. de Andrade fizeram questão de comunicarem pessoalmente ao prefeito de Mariana sobre a concessão do título dias antes da divulgação oficial do Decreto.

Em um cenário mais amplo, a proposição foi ao encontro de uma narrativa que se processou nacionalmente, pautada por uma “retórica da perda”, com o propósito de construção da “nação”, a partir da preservação do patrimônio cultural.⁶⁷ O texto final do Decreto-Lei de 6 de julho de 1945, assinado por Getúlio Vargas foi o seguinte:

Considerando que as expressões características do desenvolvimento da civilização brasileira, pelo esforço dos antepassados, devem constituir objeto de culto cívico nacional. Considerando que os habitantes de Minas Gerais têm na cidade de Mariana a fonte de sua vida civil e o marco inicial de seu trabalho pelo engrandecimento da Pátria. Considerando que em Mariana os testemunhos dessa tradição formam precioso acervo de monumentos de arte e de história, posto sob a guarda e proteção do Serviço do Histórico e Artístico Nacional. Considerando que transcorre no presente ano centenário da elevação de Mariana à cidade, e bem assim do seu bispado: Resolve: Artigo único: O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, tombado para os fins do decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, é erigido Monumento Nacional.⁶⁸

O processo de construção da cidade monumento certamente não ocorreu sem conflitos. Como observamos a partir da leitura do texto final do Decreto-Lei que transcrevemos acima, alguns pontos elencados pelo IHGMG foram suprimidos, o que tornou a proposta bastante

⁶⁴ ACI. Parecer do SPHAN acerca da concessão do título de monumento nacional à cidade de Mariana. Rio de Janeiro, 1945.

⁶⁵ ACI. Correspondência expedida por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Instituto Histórico e Artístico Nacional, na qual registrou a concordância com a proposta apresentada pelo Instituto e apoiada pelo Prefeito Municipal para a concessão do título de Monumento Nacional a cidade Mariana. Processo n.º 0069-T-38, 1945.

⁶⁶ AHCMM. Fundo não encadernados. Série: avulsos. Subsérie: Bicentenário. Telegrama enviado por Gustavo Capanema ao prefeito de Mariana, Salvador Ferrari, comunicando a assinatura do Decreto-Lei que elevou Mariana a Monumento Nacional. 06 de julho de 1945.

⁶⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit.

⁶⁸ VASCONCELOS, Salomão. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit. p. 95-96.

genérica. Entre as alterações, não destacou claramente a “obra meritória do Bispado”, como esperavam Salomão de Vasconcelos e o Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Este último, em telegrama encaminhado a Rodrigo M. F. de Andrade, lamentou “profundamente [a] infelicidade [dos] termos considerados revelarem o desconhecimento completo [das] razões da própria existência [d]esta cidade.”⁶⁹ Não obstante, conforme Salomão de Vasconcelos, a referência ficou implícita não apenas na indicação escrita pelo Instituto, mas também no texto encaminhado ao Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas.⁷⁰

A partir Mariana, ou seja, uma situação específica e em um contexto local, visualizamos o complexo envolvimento entre o SPHAN e a Igreja apontado por Márcia Chuva em um panorama nacional. A Igreja concentrou o maior número de bens tombados e foi a grande contemplada pelas obras de restauração empreendidas pelo SPHAN. As relações entre a instituição religiosa e o Serviço do Patrimônio em relação a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foram bastante ambíguas e variaram conforme os interesses em disputa. Ou seja, foram relações que, em muitos momentos, se desdobraram em um “apoio a causa de preservação”, mas também resultaram em conflitos devido a interesses contraditórios. Dom Helvécio Gomes de Oliveira era engajado com a temática do patrimônio e buscou reafirmar esses laços em Mariana, obviamente a partir de diversificadas estratégias e interesses por vezes conflitantes.⁷¹

“Primaz de Minas”, “cidade monumento” e “cidade arquivo” foram algumas das formas como Mariana ficou conhecida ao longo do tempo. Esse discurso que selecionou o período colonial e a sua conseguinte produção arquitetônica, artística e documental foi imposto com uma eficiência tão impressionante, que atualmente ficamos com a impressão de que foi algo natural. Ou seja, que ocorreu independente de ações humanas contingentes e dotadas de propósitos. Contrariamente à essa perspectiva analisamos, até aqui, quais foram os sujeitos, como essa narrativa foi construída e com quais propósitos, assim como os conflitos, as seleções e os esquecimentos.

1.1.4 As comemorações do bicentenário e da concessão do título de Monumento Nacional

⁶⁹ ACI. Telegrama expedido pelo arcebispo de Mariana, Helvécio Gomes de Oliveira, para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Processo 0069-T-38, 1938.

⁷⁰ VASCONCELOS, Salomão. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit. p. 95-96.

⁷¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Op. Cit.

O ano de 1945 foi marcado por várias festividades em Mariana em comemoração ao bicentenário de elevação da vila de Nossa Senhora do Carmo a condição de cidade, a fim de sediar o primeiro bispado de Minas Gerais.

O bicentenário comemorado em 1945 foi um dos principais argumentos que justificaram a monumentalização de Mariana. Esse acontecimento foi considerado por Salomão de Vasconcelos como “único”, pois foi em 1745 com o título de cidade que Mariana ficou, de fato, singularizada. Isso porque embora também tenha sido a primeira vila de Minas Gerais em 1711, o mesmo ocorreu logo em seguida com Sabará e Vila Rica. Portanto, conforme o historiador: “não lhe bastava, porém, essa dignidade, e trinta e quatro anos mais tarde [...], marcou-se lhe, em definitivo, a hegemonia entre as demais comunas mineiras, com o título de cidade [...] que manteve sozinha em todo o tempo do colonato.”⁷²

Por essa memória não ser mais espontânea e estar ameaçada pelo esquecimento, esses sujeitos demarcaram o ano de 1945 como um “lugar de memória” oficial, uma “ilusão de eternidade”, que remeteu a um período histórico que não mais existia. Portanto, o bicentenário e as suas comemorações não foram operações naturais, mas sim “suportes de memória” selecionados pelos grupos que detiveram o poder ao longo do tempo.

As celebrações foram preparadas desde o ano anterior pelo arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, e pelo prefeito de Mariana, Salvador Ferrari. Em correspondência enviada pelo arcebispo ao prefeito de Mariana, o primeiro sugeriu a realização de conferências, publicações relacionadas ao bicentenário em jornais e folhetos, além de transmissões radiofônicas.⁷³

A edição de 23 de abril de 1945 do jornal *O Germinal* foi dedicada especialmente as comemorações do bicentenário da cidade de Mariana, que destacou que o dia começou com uma “manhã radiosa”. Tal como aconteceu em 23 de abril de 1745 “[...], debaixo deste mesmo céu incomparável de abril, ao bimbalar festivo dos campanários, festeja Mariana, como há dois séculos passados, a data maior da sua história. [...]”. No mesmo jornal foram publicados textos escritos por Salomão de Vasconcelos e Diogo de Vasconcelos sobre a história da cidade, sobretudo a partir dos documentos encontrados nos arquivos marianenses. Esses documentos eram considerados “únicos”, por se relacionarem aos grandes homens e acontecimentos políticos que se passaram em Mariana. Entre eles a carta régia de ascensão da cidade de Mariana

⁷² ACI. *O Germinal*. Bicentenário de Mariana, 1945.

⁷³ AHCM. Correspondência enviada por Dom Helvécio Gomes de Oliveira para Salvador Ferrari, na qual solicitou sugestões para as comemorações do bicentenário de Mariana. Fundo não encadernados. Série: Avulsos. Subsérie: Bicentenário. Mariana, 1944.

enviada por Dom João a Gomes Freire de Andrade em 1745 e as atas da Câmara desse mesmo período. Finalmente, foi divulgado o texto da indicação da concessão do título de Monumento Nacional escrito pelo IHGMG e enviado ao presidente Getúlio Vargas.⁷⁴

As comemorações se intensificaram no mês de julho, quando foi comemorado o aniversário da cidade de Mariana e foi concedido o tão esperado título de Monumento Nacional. Esse período foi marcado por uma intensa troca de correspondências, sobretudo com felicitações pela concessão do título de Monumento Nacional à cidade de Mariana enviadas ao prefeito, Salvador Ferrari.⁷⁵ Entre os correspondentes, o ex-prefeito de Mariana, Josafá Macedo; o SPHAN; o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema; o IHGMG; a Arquidiocese e o Seminário de Mariana.

Conforme o Programa das Festas do Bicentenário da cidade de Mariana, organizado pelo prefeito da cidade e pela Arquidiocese de Mariana, no dia 16 de julho de 1945, data em que desde 1938 é celebrado o dia da cidade,

[...] em importante concentração na Praça João Pinheiro, Mariana viverá um dos maiores dias de sua história, feita de fé e civismo, a alma marianense, que sempre tem compreendido e realizado sua alta e singular função gloriosa predestinação histórica, ouvirá não de joelhos, mas de pé! **a leitura do Decreto Federal, assinado pelo Exmo. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, e referendado pelo Ministro [Gustavo Capanema], pelo qual o Governo do Brasil, confere à heroica cidade de Mariana, o título de “Monumento Nacional”!** Haverá apenas três discursos oficiais, do Exmo. Dr. Prefeito, do representante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Prefeito de Ouro Preto. Pelas associações colegiais e esportivas e todo povo serão cantados os Hino Nacional e de Mariana, enquanto **os sinos de todas as igrejas da cidade, em repiques festivos**, levarão aos céus as alegrias de bons filhos da Leal Cidade de Nossa Senhora do Carmo.⁷⁶

De acordo com as nossas fontes, no dia 16 de julho de 1945, os sinos de todas as igrejas da cidade tocaram em repiques festivos. Conforme demonstraremos no terceiro capítulo, alguns anos depois os toques dos sinos foram registrados como patrimônio cultural imaterial da cidade de Mariana. A comunidade foi amplamente convidada a participar das festas do bicentenário. Naquele dia, na atual praça Minas Gerais, onde se concentraram os três edifícios que compõem um dos mais notáveis conjuntos arquitetônicos do país: a Igreja de São Francisco de Assis, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Câmara Municipal de Mariana, foi feita a leitura do Decreto-Lei que Getúlio Vargas acabara de assinar, no qual Mariana foi elevada a Monumento Nacional. Na ocasião discursaram um representante do IHGMG, que como vimos propôs ao

⁷⁴ ACI. O Germinal. Bicentenário de Mariana, 1945.

⁷⁵ AHCMM, Livro para registro de correspondência recebida n. 34. Datas-limite 1945-1948.

⁷⁶ AHCMM. Fundo não encadernados. Série: Avulsos. Subsérie: Bicentenário. Pacotilha: 72. Programa das Festas do Bicentenário da cidade de Mariana, 1945. [Grifos nossos].

SPHAN a concessão do título à cidade de Mariana; o prefeito de Mariana, Salvador Ferrari, que prontamente acolheu a proposição do Instituto; além do Prefeito da cidade de Ouro Preto, cidade monumento nacional desde 1933.

Portanto, entendemos o patrimônio cultural como uma construção histórica cujos significados foram atribuídos pelas pessoas ao longo do tempo. As nossas fontes evidenciaram os diferentes sujeitos envolvidos no processo de monumentalização da cidade e dos documentos preservados em Mariana. Destacamos os prefeitos da cidade de Mariana, a Arquidiocese, o IHGMG e o SPHAN. Como vimos, entre os argumentos apresentados na proposta original do IHGMG, a relevância dos arquivos marianenses foi um dos motivos que justificaram a monumentalização da cidade de Mariana. Portanto, a monumentalização da cidade esteve entrelaçada a preservação dos arquivos, cujo recorte privilegiado em ambos os casos foi o período colonial.

1.2 A Casa Setecentista de Mariana: a preservação da “cidade monumento” e do “precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca”

A Casa Setecentista de Mariana se tornou a sede do atual Arquivo Histórico custodiado pelo IPHAN – cuja constituição abordaremos no próximo capítulo - e do Escritório Técnico. No contexto das preocupações que marcaram a preservação dos “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos” e da “cidade monumento”, a Casa Setecentista ocupou lugar literalmente relevante. Por conta disso, procedemos ao estudo histórico da edificação ao qual dedicamos as próximas linhas. A Casa Setecentista de Mariana também foi um exemplo emblemático da problematização que aprofundaremos no terceiro capítulo, ou seja, o escasso conhecimento histórico acerca dos bens tombados em Mariana.

A Casa Setecentista é uma edificação do século XVIII. Embora não tenha sido tombada individualmente, faz parte do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana, inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes pelo SPHAN em 1938, e elevado a Monumento Nacional em 1945. O imóvel encontra-se situada na Rua Direita, a principal rua que compõem o núcleo tombado. A rua recebeu esse nome por ser uma prática secular atribuí-lo à via principal que permite o acesso à Igreja Matriz.⁷⁷

⁷⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

De acordo com Salomão de Vasconcelos, a Rua Direita recebeu a estrutura atual a partir de 1745, quando foi regularizada segundo o plano de Alpoim. Ainda de acordo com o autor, a documentação camarária apontou que as construções atuais da Rua Direita foram iniciadas em 1753. O mesmo documento determinou que as edificações da referida Rua deveriam ser feitas “de maior nobreza, dando fundos para o Palácio” [Palácio do Conde de Assumar]. Vasconcelos ainda concluiu que “essa é a razão de vermos até hoje todas as casas desse lado da rua de dois andares e de sacadas; enquanto do lado oposto, dando para a praia, eram e são no geral, casas baixas, de um só pavimento.”⁷⁸ Além de serem todas as edificações de dois pisos, as linhas de beiras, sacadas e vergas de portas e janelas foram cuidadosamente colocadas à mesma altura, o que foi facilitado pelo aspecto plano da via. Nos pavimentos inferiores da Rua Direita tradicionalmente concentrou-se o comércio da cidade, como ainda ocorre atualmente.⁷⁹

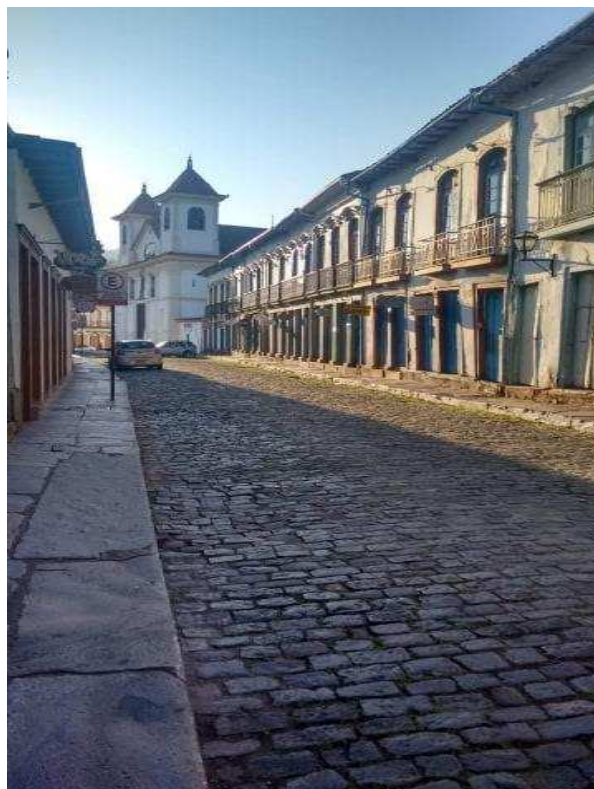


Figura 1: Rua Direita, principal rua que compõem o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana tombado pelo SPHAN em 1938 e onde também se encontra a Casa Setecentista. Acervo da autora, 2017.

O primeiro proprietário da casa número 1 (hoje número 7) da Rua Direita, atual Casa Setecentista de Mariana – sede do AHCSM e do Escritório Técnico do IPHAN -, foi o advogado

⁷⁸ VASCONCELOS, Salomão apud Ibidem. p. 47.

⁷⁹ DAMASCENO, Cláudia Fonseca. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. Op. Cit.

Manoel Braz Ferreira. Ele era natural da Freguesia de Santa Cristina, na cidade de Coimbra, em Portugal, e faleceu em Mariana em 1787. A casa foi descrita em seu inventário post-mortem, documento preservado no acervo do AHCSM:

[...] uma morada de casas térreas assobradas cobertas de telha sitas na rua direita desta cidade com frente para o Largo da Sé com seu quintal e todos os seus pertences que partem com casas do Alferes Francisco Pereira de Araújo e com casa de um Patrimônio e com quem mais devam e hajam de partir e confrontar e foram vistas e avaliadas pelos ditos louvados na quantia de um conto e oitocentos réis.⁸⁰

Como vimos, o imóvel teve uma localização privilegiada ao lado da Igreja Matriz. Do casamento com Antônia Luiza da Silva Leal, o português teve dois filhos: Manoel Braz Ferreira da Silva e Maria Valentina Ferreira da Silva. Ambos foram batizados em Mariana, na Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé). Após o falecimento do pai, os filhos do casal se tornaram os herdeiros dos bens do advogado, inclusive do imóvel conhecido atualmente como Casa Setecentista de Mariana. No terceiro capítulo retomaremos esse mesmo inventário post-mortem e de outros moradores da Rua Direita.

Outro proprietário da atual Casa Setecentista de Mariana foi Nicolau Ferreira de Oliveira. As nossas fontes indicaram que o imóvel se tornou propriedade de Oliveira pelo menos desde 1846. A casa foi herdada pelos seus filhos Bento José de Oliveira e sua esposa, Clotildes Teixeira da Fonseca; Pedro de Oliveira; Geraldo de Oliveira; Maria Apolônia de Oliveira; Camila de Oliveira Negrão e o seu marido, Salustiano Araújo Negrão. Em 12 de dezembro de 1946, os mencionados herdeiros encaminharam uma petição ao Prefeito da cidade de Mariana, Salvador Ferrari. No documento, destacaram a necessidade de algumas obras para a conservação do imóvel que herdaram e alegaram não terem recursos financeiros para a realização dos mesmos. Finalmente, solicitaram ao Prefeito que “apelasse” ao “Monumento Histórico e Artístico Nacional”:

[...] prédio nº 1 da rua Direita desta Cidade, junto a Sé (Catedral) cujo prédio se acha precisando de sérios consertos a fim de ser conservado, e como os seus proprietários são pobres, como é de conhecimento de Vossa Excelência, não podendo portanto custearem os referido consertos, e tratando-se de um prédio dos mais antigos da cidade, que pertence há mais de cem anos à família Oliveira, vem muito respeitosamente a presença de V. Excelência pedir o seu valioso concurso no sentido de apelar para o MONUMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, pedindo um auxílio para os reparos e conservação para o dito prédio.⁸¹

⁸⁰ AHCSM. Inventário post-mortem de Manoel Braz Ferreira, 1º Ofício, Códice 114, Auto 2368. Ano: 1787. p.18.

⁸¹ ACI. Petição expedida por Bento José de Oliveira, Salustiano de Araújo Negrão, Maria de Oliveira e Geraldo de Oliveira para Salvador Ferrari, na qual solicitaram a reparos e conservação no imóvel n.º 1 na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1946. [Grifos nossos]

Conforme os herdeiros do imóvel, a atual Casa Setecentista de Mariana pertenceu a “família Oliveira” por mais de 100 anos, ou seja, pelo menos desde meados do século XIX. O imóvel encontrava-se em precário estado de conservação e a família não tinha condições financeiras para empreender as melhorias necessárias. Por conta disto, recorreram a então DPHAN. De acordo com o Decreto-Lei n.º 25/1937, caso os proprietários dos bens tombados não dispusessem de recursos financeiros para as obras de conservação do imóvel, deveriam comunicar a Diretoria do Patrimônio. Caso as obras fossem consideradas necessárias, a DPHAN mandaria executá-las com recursos da União no prazo de seis meses ou providenciaria a desapropriação do imóvel.⁸²

Os proprietários solicitaram a autorização da DPHAN para a construção de um andaime para a substituição do pau a pique por tijolos na fachada do imóvel. Devido aos ventos que causavam o destelhamento, solicitaram a modificação do telhado na parte lateral esquerda. Finalmente pediram a abertura de quatro portas no andar térreo, que seriam assentadas em direção as janelas. Segundo os proprietários, este último pedido justificou-se por ter sido “antigamente a casa supracitada neste estilo.” Os pedidos foram encaminhados para o Prefeito de Mariana, Salvador Ferrari, que, por sua vez, os encaminhou para o diretor do SPHAN.⁸³

Em resposta, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou desenhos ou esboços para esclarecimentos das alterações projetadas no telhado. Além disto, autorizou a substituição do pau a pique por alvenaria de tijolos, desde que fossem mantidos em seus respectivos lugares os elementos de madeira originais da edificação, tais como os quadros, folhas, janelas e beiral. Por fim, permitiu a abertura das portas no pavimento térreo, desde tivessem as mesmas características e proporções das portas existentes.⁸⁴

As intervenções nos imóveis tombados de maneira ampla, e na atual Casa Setecentista de Mariana de forma específica, foram baseadas em um critério fundamental: a manutenção ou a restituição do estado “original”, “autêntico”, “primitivo” e “genuíno” dos bens tombados, expressões recorrentes no vocabulário dos casos de restauração empreendidas ou autorizadas pela DPHAN.⁸⁵ De fato, conforme um desenho de Bico de Pena de 1824 - possivelmente uma

⁸² BRASIL. Decreto-lei n 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro.

⁸³ ACI. Petição encaminhada por Bernardo de Oliveira e Souza para Salvador Ferrari, na qual solicitou permissão para reparações no imóvel situado na Rua Direita, n.º 1. Obras. P. 0767.2. Ano: 1945.

⁸⁴ ACI. Parecer encaminhado por Rodrigo M. F. de Andrade para Salvador Ferrari, no qual autorizou as reparações no imóvel situado na Rua Direita, n.º 1 solicitadas pelo proprietário. Obras. P. 0767.2. Ano: 1945.

⁸⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Op. Cit.

das representações acessíveis mais antigas da arquitetura colonial de Mariana -, que compõem o acervo do AHCSM, constatamos que a Casa Setecentista de Mariana possuía as portas no pavimento térreo alinhadas as quatro janelas. Essas portas foram fechadas em determinado momento e foram recolocadas em meados do século XX.

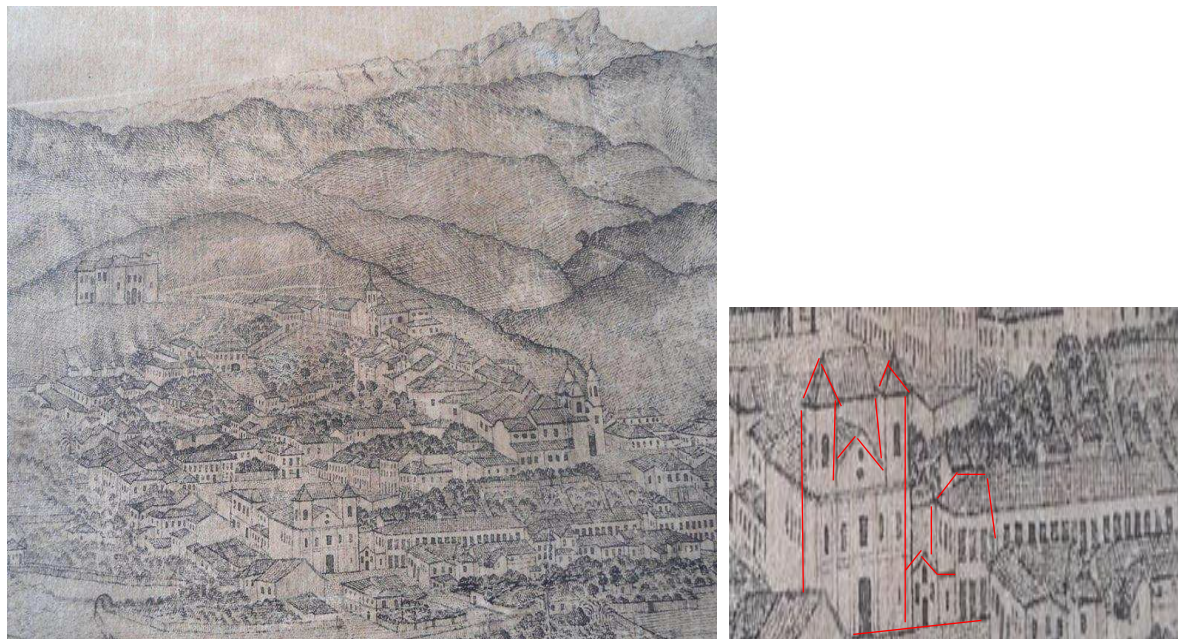


Figura 2: Vista Panorâmica da Cidade de Mariana. Bico de Pena V. J. Martins Braga. 1824. Destaque para a atual Casa Setecentista de Mariana, ao lado da Igreja da Sé. Imagem modificada pela autora. Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Abaixo, uma planta da atual Casa Setecentista de Mariana elaborada na década de 1940, possivelmente com as modificações propostas acima pelos proprietários e encaminhada à DPHAN:

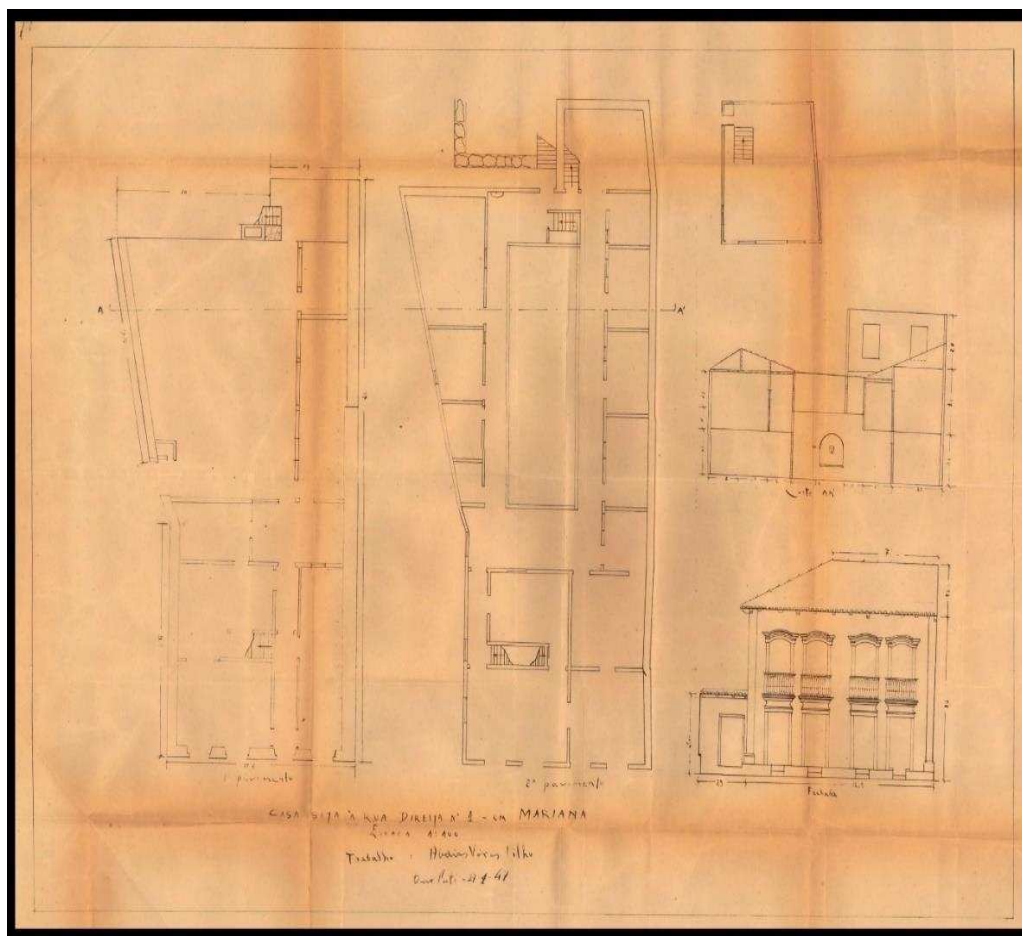


Figura 3: Planta da Casa sita à Rua Direita nº 1 – em Mariana. Escala 1:100. Trabalho Abdias V. Filho. Ouro Preto 27-1-47 Acervo: ACI.

Com efeito, em 27 de fevereiro de 1947, o chefe do 3º Distrito da Diretoria do Patrimônio que compreendeu o estado de Minas Gerais, Silvio de Vasconcelos, encaminhou ao Diretor Geral, Rodrigo Melo Franco de Andrade, os levantamentos e os orçamentos dos materiais necessários para as reformas na Casa Setecentista. O ofício foi recebido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que solicitou fotografias do imóvel, pois não havia registros fotográficos nos arquivos da Diretoria.⁸⁶ As fotografias não tinham um caráter meramente ilustrativo, elas eram o principal instrumento de análise da Seção Técnica. Com as fotos enviadas pelas Diretorias Regionais, os arquitetos estudavam os elementos arquitetônicos das edificações, inferiam acerca das suas “características originais” e sobre a “excepcionalidade” dos bens. Em alguns casos, foram consultadas ainda as fontes iconográficas - caso existissem-, que retratassem o monumento em épocas passadas.⁸⁷

⁸⁶ ACI. Ofício n. 287 expedido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro para Silvio de Vasconcelos, no qual solicitou fotografias do imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1947.

⁸⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Op. Cit.

Em 8 de abril de 1948, os herdeiros do imóvel escreveram para o governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, solicitando que o governador intervisse junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade para a realização dos mencionados reparos no imóvel. Segundo os proprietários:

Tem este o fim de pedir a Vossa Excelência a sua valiosa interferência, junto ao Sr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Diretor do Monumento Histórico e Artístico Nacional, no sentido de serem feitos os consertos do prédio de nossa propriedade na rua Direita nº 1 desta cidade, cujo prédio se acha em ruínas e nós, os herdeiros de Nicolau Ferreira de Oliveira, não estamos em condições de fazer os ditos consertos. O monumento já mandou fazer o orçamento, tirar fotografias e etc., faltando apenas a ordem para atacar o serviço.⁸⁸

No pedido encaminhado ao governador de Minas, os herdeiros do imóvel alegaram que a casa estava em ruínas e reiteraram que não tinham condições financeiras para realizarem os reparos necessários, por isso recorreram a DPHAN. Ainda segundo eles, a Diretoria do Patrimônio já havia feito os orçamentos e fotografado o imóvel, mas, até então, nenhuma medida concreta havia sido tomada. O pedido feito ao governador certamente não ocorreu por acaso. Diante da escassez de recursos humanos e financeiros que impossibilitaram uma atuação mais efetiva em todos os bens tombados, o SPHAN atuou a partir da organização de prioridades na execução das obras de conservação. Márcia Chuva apontou para as complexas relações estabelecidas entre os proprietários dos imóveis tombados e o SPHAN, sobretudo pelas relações de poder e pelas posições ocupadas por aqueles que se envolveram com a preservação do patrimônio e que influenciaram, em grande medida, na priorização das obras custeadas pelo órgão.⁸⁹

Em resposta ao chefe de gabinete do Governador de Minas Gerais, por meio de ofício datado de 19 de abril de 1948, Rodrigo Melo Franco de Andrade, alegou que, possivelmente, a Diretoria do Patrimônio não dispunha, naquele momento, de recursos para auxiliar na reforma do imóvel. Segundo ele, o plano de serviços já havia sido aprovado pelo Presidente da República e, portanto, já tinham assumido compromissos em outras regiões do país.⁹⁰ No entanto, logo após a interferência do Governador de Minas, o Diretor solicitou que o arquiteto

⁸⁸ ACI. Correspondência expedida por Bento José de Oliveira, Salustiano de Araújo Negrão, Maria de Oliveira e Geraldo de Oliveira para o governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, na qual solicitam a sua intervenção junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, para a realização dos reparos no imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1948.

⁸⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Op. Cit.

⁹⁰ ACI. Ofício n. 330 expedido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Edgard da Mota Machado, em resposta ao pedido de realização de obras no imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1948.

Sílvio de Vasconcelos encaminhasse o levantamento, o orçamento das obras e a documentação fotográfica do imóvel para que a Divisão de Conservação e Restauração avaliasse de maneira mais precisa o “valor arquitetônico” do imóvel. O arquiteto, por sua vez, informou que essa documentação já havia sido encaminhada no ano anterior. Em última análise, entendemos que a interferência de Milton Soares Campos resultou em uma nova tentativa por parte de Rodrigo M. F. de Andrade de inserir as obras do imóvel naquele plano de serviços ou em um momento posterior. Consideramos que, conforme Helena Bomeny, Milton Campos estabeleceu estreitas relações com Gustavo Capanema e Rodrigo M. F. de Andrade, pois também compôs o “Grupo do Estrela”, nome do café no qual se reuniu a primeira geração modernista de Minas Gerais nos anos 20 em Belo Horizonte.⁹¹

Não obstante, o imóvel foi vendido em 28 de junho de 1951. Conforme constou na escritura de compra e venda, os proprietários o venderam para o dentista Américo Vespúcio dos Santos e para a sua esposa Eustáquia Machado Santos pela quantia total de 57 mil cruzeiros. De acordo com o primeiro traslado da escritura pública de compra e venda, o imóvel foi descrito como:

uma casa assobrada, assoalhada, coberta de telhas, e seu respectivo quintal, situada nesta cidade a Rua Direita, nº1 tendo na frente quatro janelas de um lado, isto na parte superior e na parte inferior quatro portas com portais de pedra e um portão com portais de madeira que dá entrada para o terreno ao lado da Sé, e de um lado duas janelas com portais de pedra e um portão que dá entrada para os cômodos do fundo do compartimento, digo, para o terreno do lado da Igreja da Sé três metros e sessenta de frente por 16,50 de fundo, dividindo a dita casa e terreno, por um lado com terrenos da igreja da Sé por outro com a propriedade de D. Maria Josefina de Castro Queiróz e outros e pelos fundos com propriedades de Raimundo Liboreiro e Miguel Daher, sendo que nos fundos existe um portão que dá para um beco que vai até a Praça Gomes Freire.⁹²

No fragmento acima da escritura de compra e venda, constaram as quatro portas no andar térreo, o que indicou que a modificação solicitada pela família Oliveira foi feita entre 1948 e 1951. Confirmamos essa observação com algumas fotografias da atual Casa Setecentista preservadas no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro. As fotografias datam da década de 1960 e certamente orientaram os estudos da Seção Técnica para as obras de restauração do imóvel.

⁹¹ BOMENY, Helena. Op. Cit.

⁹² ACI. Escritura de compra e venda do imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 0009_08.0009. Ano: 1957.



Figura 4: Casa localizada na Rua Direita n.º 1, Oferta do Dr. Cleveland Maciel, 3 de dezembro de 1962. Atual Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI.



Figura 5: Casa localizada na Rua Direita n.º 1, Oferta do Dr. Cleveland Maciel, 3 de dezembro de 1962. Atual Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI.

Em 12 de outubro de 1962 o imóvel foi vendido novamente por Américo Vespúcio dos Santos para o historiador Cleveland Maciel. O casal à época morava em Belo Horizonte e vendeu o imóvel pela quantia de 600 mil cruzeiros. Por sua vez, o historiador residente no Rio de Janeiro, doou o imóvel para a União Federal em 31 de outubro de 1962, para que se tornasse sede da Diretoria do Patrimônio em Mariana. Para a manifestação do interesse em aceitar o imóvel, a União dispôs de três meses a partir da data em que, por intermédio da DPHAN, fosse comunicada da doação:

[...] resolvia doá-lo, como efetivamente ora o doava, a União Federal, na situação de que **o mesmo imóvel, que é um dos mais notáveis exemplares da arquitetura civil do século XVIII, deste Estado, se tornasse serventia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob cuja especial proteção deveria ficar na forma do decreto lei federal nº25, de 30 de novembro de 1937**, e, havendo por feita a presente doação por meio da qual o doador transferia a donatária, com o domínio e posse do bem doado, todos os direitos que assistiam sobre os mesmos esclarecendo o doador que sendo solteiro, não tendo nenhum herdeiro necessário e vivendo de seus próprios recursos, pode fazer a presente doação.⁹³

O imóvel foi descrito como um dos mais notáveis exemplares da arquitetura civil do século XVIII em Minas Gerais. Por conta disto, deveria ficar sob proteção do Decreto Lei n.º 25/1937, além de servir especificamente para o uso da então DPHAN em Mariana. Curiosamente, observamos que Cleveland Maciel doou o imóvel à União poucos dias após tê-lo comprado, o que nos pareceu que o historiador adquiriu a casa já com a intenção de doá-la.

Diante disso, Rodrigo Melo Franco de Andrade encaminhou um ofício ao Ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, datado de 10 de janeiro de 1963, solicitando a aceitação da doação do imóvel a União, com o propósito de abrigar “o precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca” e para a instalação de uma futura dependência regional da DPHAN na cidade de Mariana, que ainda não dispunha de uma sede regional, sendo as suas demandas encaminhadas para Ouro Preto. Segundo Rodrigo M. F. de Andrade, a casa tinha um importante “valor” não apenas arquitetônico, mas também histórico:

O imóvel em causa compreende uma **edificação de excepcional valor arquitetônico e histórico**, pois foi construído pelo famoso mestre marianense do período colonial José Pereira Arouca, para a sua residência. **A mesma edificação localizada em terreno contíguo a Sé Catedral de Mariana, num dos logradouros principais da parte central da cidade, prestar-se-á excelentemente para abrigar o precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca, que foi conferido à guarda desta diretoria, desde vários anos, por determinação do Dr. Corregedor da Justiça do Estado de Minas Gerais**, podendo, outrossim, servir de sede a uma

⁹³ ACI. Escritura pública de doação que fez o outorgante doador Cleveland Maciel e como outorgada donatária a União Federal, na qual doou o imóvel n.º 1, na Rua Direita em Mariana, para se tornar sede da DPHAN. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 0009_08.0009. Ano: 1962. [Grifos nossos]

dependência regional da D.P.H.A.N, cuja necessidade se faz sentir em virtude das exigências do expediente administrativo relacionado com o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da primitiva capital das Minas.⁹⁴

A passagem acima nos esclareceu acerca da documentação que originou o atual Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Conforme Rodrigo M. F. de Andrade, os documentos foram colocados sob a guarda da DPHAN por meio de determinação da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais. Conjecturamos que o próprio diretor da DPHAN, juntamente com a sua equipe, fez um trabalho de identificação dos acervos coloniais mineiros e encaminhou a Justiça um pedido requerendo a proteção da documentação.

Os esforços para que o imóvel se tornasse também a sede de uma representação regional da DPHAN se inseriu em um contexto mais amplo de preocupações que marcaram o Ocidente. Mariana feita monumento nesse período de “consagração do monumento histórico”, implicou, ao menos teoricamente, uma conservação incondicional da cidade. Os danos causados a esse acervo constituído sobretudo pelas edificações, foram considerados irreparáveis. Por isso, uma representação da DPHAN, cuja sede seria a Casa Setecentista para atender as demandas da preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado.⁹⁵

Darcy Ribeiro, por sua vez, em 22 de janeiro de 1963, encaminhou um ofício ao Presidente da República, João Goulart, solicitando a autorização para que o Serviço do Patrimônio da União aceitasse a doação feita pelo historiador Cleveland Maciel.⁹⁶ Em resposta a solicitação, Goulart expediu o Decreto de 1963, nº 51.843 de 16/03/1963,⁹⁷ que autorizou a aceitação da doação do imóvel para uso da Diretoria do Patrimônio, para abrigar o acervo documental e para o funcionamento de uma dependência regional em Mariana.

Com o propósito de regularizar a documentação relativa à doação do imóvel para a conclusão do registro na divisão de cadastro, Francisco Sá Filho, Diretor do Serviço do Patrimônio da União, solicitou a Rodrigo M. F. de Andrade, em 18 de agosto de 1964, uma “memória descritiva”, laudo de avaliação da atual Casa Setecentista de Mariana e as escrituras de compra e venda do imóvel. Este último inclusive sugeriu acompanhar pessoalmente

⁹⁴ ACI. Ofício n. 66 expedido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Darcy Ribeiro, no qual solicitou a aceitação da doação do imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana, para abrigar o acervo documental dos cartórios da Comarca e uma dependência regional da DPHAN. Técnico-Administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963. [Grifos nossos]

⁹⁵ CHOAY, Françoise. Op. Cit.

⁹⁶ ACI. Ofício n. 75 expedido por Darcy Ribeiro para João Goulart, no qual solicitou autorização para a aceitação da doação feita por Cleveland Maciel. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963.

⁹⁷ ACI. Decreto-Lei n. 51.843, de 15 de março de 1963., que autorizou o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963.

Francisco Sá Filho o mais brevemente possível na visita ao imóvel. A documentação foi providenciada pelo arquiteto Fernando Machado Leal, representante da Diretoria do Patrimônio em Ouro Preto, a quem Rodrigo M. F. de Andrade solicitou “diligência muito especial” no tratamento da questão. De acordo com o memorial descritivo do imóvel elaborado por Leal e encaminhado em 1965:

Construção civil do século [XVIII], possivelmente do 3º quartel, modificado há poucos anos, na sua parte posterior onde os elementos de origem foram substituídos parcialmente por elementos de concreto armado, existindo ainda vestígios das pilastras antigas. Sistema construtivo: Andar térreo – parede externa de alvenaria de pedra, parede de divisas com o prédio vizinho em estrutura de madeira e vedação de adobe; demais paredes em pau-a-pique, tendo na parede posterior pilares de concreto armado e um de alvenaria. Pavimento superior – corpo da frente com parede de pau-a-pique e corpo de trás parcialmente com estrutura de concreto armado e paredes de alvenaria de tijolo e de pau a pique. Fachada – graciosa, com cunhais de pedra até a altura do andar térreo e no pavimento superior em massa entonada na cor de pedra. Cercadura dos quatro vãos de porte do pavimento térreo em pedra, com cimalha também de pedra, conjugada com as bacias de pedra das janelas rasgadas do pavimento superior que lhes ficam imediatamente acima. Cercadura dos vãos das janelas rasgadas no pavimento superior em madeira, com cimalha de massa. Guarda corpo de ferro nas janelas rasgadas do pavimento superior.⁹⁸

Com base no sistema construtivo do imóvel, o arquiteto inferiu que a construção era, provavelmente, do terceiro quartel do século XVIII, cujo estado de conservação era razoável e estava em fase de restauração pela Diretoria do Patrimônio. Do ponto de vista arquitetônico, a Casa Setecentista foi ao encontro do passado selecionado pela DPHAN em Minas Gerais e identificado como as “origens da nação”, ou seja, a arquitetura do período colonial. A seguir, fotografia da atual Casa Setecentista em meados da década de 1960, momento em que foi adquirida pela União para abrigar a documentação cartorária que originou o AHCSM:

⁹⁸ ACI. Memória Descritiva sucinta da casa da rua direita, n. 1, em Mariana elaborada por Fernando Machado Leal. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 00009_10.009. Ano: 1965.



Figura 6: Rua Direita, Casa Setecentista de Mariana. Fachada. Wilson Vasconcelos. Acervo: ACI, 1965.



Figura 7: Rua Direita. Destaque para a Casa Setecentista de Mariana. Acervo: ACI, 1965.

Na década de 1980, a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), juntamente com a Direção do Grupo de Museus e Casas Históricas em Minas Gerais⁹⁹, iniciou um programa para criação ou reequipamento de museus e casas históricas nas

⁹⁹ O Grupo de Museus e Casas Históricas foi criado pela então Secretaria do Patrimônio em fins da década de 1970 e constituído para atuar de acordo com os interesses regionais e administrativos. Em Minas Gerais compreendiam: Grupo I a) Unidade museológica sede: Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. b) Unidades museológicas locais: Casa da Baronesa e Casa da Rua do Pilar, em Ouro Preto, Casa da Rua Direita, em Mariana, Casa Setecentista de Santa Rita Durão e Museu Regional de São João del-Rei. Grupo II: a) Unidade Museológica Sede: Museu do Ouro em Sabará. b) Unidades Museológicas Locais: Casa Setecentista de Caeté, Museu do Diamante, em Diamantina e Casa dos Ottoni, no Serro. Para saber mais: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

idades mineiras. Os arquivos que já se encontravam sob a proteção da instituição foram armazenados nos museus de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, Serro e São João del-Rei. De acordo com a seguinte publicação da então Secretaria do Patrimônio (SPHAN):

Os arquivos coloniais dos séculos XVIII e XIX, considerados de grande importância para a História do Brasil e de Minas, foram agregados aos museus de **Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, Serro e São João Del Rei**. [...] Está em fase final de organização a Casa Setecentista [de Mariana] – como as outras, **dotadas de um arquivo de cartórios coloniais**.¹⁰⁰

Essas casas históricas (ou museus) são exemplares da arquitetura civil tombadas individualmente ou localizadas em conjuntos tombados, sem que, no entanto, se tenha estendido o tombamento aos documentos. Embora existam poucas informações acerca da constituição desses arquivos mineiros, acreditamos que, assim como ocorreu em Mariana, os demais documentos foram colocados sob a proteção da Diretoria do Patrimônio por determinação da Corregedoria da Justiça do Estado de Minas Gerais a partir de fins da década de 1940.

Conforme já demonstramos, em São João del-Rei, a antiga sede da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, tornou-se sede do Escritório Técnico e do Arquivo Histórico dos cartórios da antiga Comarca do Rio das Mortes. Em Sabará, a Casa Borba Gato abrigou o Arquivo Histórico dos cartórios da Comarca do Rio das Velhas e um acervo bibliográfico de obras raras. No Serro, a Casa de General Carneiro, armazenou o Escritório Técnico e o Arquivo Histórico com a documentação produzida pelo Senado da Câmara. Em Diamantina, a Biblioteca Antônio Torres, conservou o acervo bibliográfico de obras raras e um conjunto documental também do cartório. Além disto, em Ouro Preto, devido a um incêndio no Fórum na década de 1950, Rodrigo M. F. de Andrade colocou a documentação sob os cuidados da DPHAN. Em seguida, os documentos foram armazenados na Casa da Baronesa, onde receberam a primeira organização e atualmente encontram-se no Museu da Inconfidência.¹⁰¹ Em Mariana, a Casa Setecentista, tornou-se sede do Escritório Técnico e do Arquivo Histórico dos cartórios da Comarca de Mariana, cujo processo de constituição estudaremos no próximo capítulo. Abaixo, foto atual da Casa Setecentista de Mariana:

NACIONAL. **Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, n. ° 31, 1980.

¹⁰⁰ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Minas**: plano para museus e casas históricas. Brasília: SPHAN/Fundação Pró-Memória, Boletim nº 6, maio/junho 1980, p. 9. [Grifos nossos]

¹⁰¹ Ver: **O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA**. São Paulo: Banco Safra, 1995.



Figura 8: Casa Setecentista ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) de Mariana. Rua Direita. Acervo: Escritório técnico do IPHAN em Mariana.

A concentração desses arquivos históricos em Minas Gerais corroborou com o destaque conferido pela DPHAN à região amplamente apontado pela literatura.¹⁰² Por outro lado, também demonstrou uma faceta da atuação do atual IPHAN ainda pouco explorada pelas pesquisas sobre o patrimônio cultural.

Findamos o primeiro capítulo da nossa dissertação. Esperamos que o leitor tenha compreendido que, não por acaso, Mariana preservou amplos e diversificados conjuntos documentais. Esses documentos transformados em monumentos, sobretudo devido ao seu uso pelo poder, foram um dos suportes para a construção da cidade monumento. Tal discurso foi elaborado por diferentes grupos que ocupavam posições importantes naquele contexto e que estavam articulados a um projeto político mais amplo de construção da nação. Tão “precioso

¹⁰² A página oficial do IPHAN informou apenas a existência de arquivos históricos dessa natureza custodiados pelo órgão em Minas Gerais. Complementamos essa informação por e-mail, pois contatamos todas as 27 Superintendências do IPHAN no país. As superintendências do Maranhão, Ceará, Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso nos informaram que possuem apenas documentação produzida pelas próprias Superintendências. No Rio de Janeiro há o Arquivo Central do IPHAN, responsável pela guarda dos Livros do Tombo e da documentação permanente produzida pelo IPHAN e pelas Superintendências. De maneira semelhante aos arquivos históricos custodiados pelo IPHAN em Minas Gerais, identificamos apenas o caso de Goiás, onde o IPHAN foi responsável pelo arquivo fazendário, localizado na antiga Casa de Câmara e Cadeia, porém, em 2009, o museu e o arquivo foram transferidos para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O mesmo ocorreu com o acervo documental custodiado pelo IPHAN em Sabará, Minas Gerais, que também foi colocado sob os cuidados do IBRAM. Agradecemos a todas as Superintendências que gentilmente nos responderam.

acervo documental” precisou ser armazenado em uma edificação igualmente destacada do ponto de vista artístico e histórico, ou seja, a atual Casa Setecentista de Mariana. Convidamos o leitor para no próximo capítulo nos debruçarmos mais detidamente sobre o processo de constituição de um arquivo específico da cidade de Mariana: o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), custodiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde a década de 1940.

CAPÍTULO 2

O ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA

Neste capítulo trataremos mais detidamente de um ponto específico da atuação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pouco abordado pela literatura do campo do patrimônio cultural como parte das ações desse emblemático órgão de preservação nacional: a preservação dos documentos. Como objeto de estudo elegemos o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Ressaltamos que a nossa escolha não foi aleatória, pois acreditamos que a partir desse caso particular possamos aclarar as questões que envolveram a constituição de arquivos, o tombamento dos documentos e as pesquisas históricas às fontes escritas no recorte do IPHAN.

Em termos teóricos, nos debates sobre as relações entre história e memória, nos interessamos, principalmente, pela problemática dos arquivos. Nos afastamos de uma leitura naturalizadora em relação ao arquivo e a memória, como se esta última fosse algo a ser “resgatado” e conservado no arquivo de forma neutra. Contrariamente a esse entendimento, analisamos o processo de construção do AHCSM, a partir de uma perspectiva histórica.

Nos arquivos observamos o processo histórico relacionado a memória e ao esquecimento assinalado pelo filósofo Paul Ricoeur, que estabeleceu um profícuo diálogo com os historiadores. A questão levantada por Ricoeur tratou do sujeito das operações de memória, ou seja, se a memória é coletiva ou individual. Para tanto, contrastou duas perspectivas antagônicas acerca da memória: a fenomenologia da memória individual e a sociologia da memória coletiva. A primeira perspectiva tratada por Ricoeur foi a chamada “tradição do olhar interior”. Os precursores dessa concepção foram Santo Agostinho, John Locke e Edmund Husserl, que defenderam o caráter originário e primordial da memória individual.¹⁰³

A segunda concepção, ou seja, a “tradição do olhar exterior”, foi representada por Maurice Halbwachs. Este atribuiu a memória uma entidade coletiva chamada por ele de grupo ou sociedade.¹⁰⁴ Em diálogo com Émile Durkheim, Halbwachs ressaltou a continuidade e a estabilidade da memória coletiva, cuja função consistiria em reforçar a coesão social pela adesão afetiva do grupo. Nessa perspectiva, Halbwachs destacou que a memória é, sobretudo, seleção, em permanente processo de negociação para a conciliação da memória coletiva e das

¹⁰³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Edição da Unicamp, 2007.

¹⁰⁴ Ibidem.

memórias individuais. Assim, a memória nacional foi entendida como a síntese de uma memória coletiva. Em síntese, a memória foi considerada inescapavelmente social e a memória individual tornou-se um ponto de vista sobre a memória coletiva.

De acordo com Halbwachs, a memória e o esquecimento estão relacionados a permanência, ao engajamento, a abrangência e ao lugar ocupado pelos membros do grupo. Nessa leitura, os arquivos são “pontos de referência” que estruturaram a memória e a inseriram na memória da coletividade. Nos termos da memória coletiva de Halbwachs, compreendemos a atuação dos diferentes grupos que se destacaram no processo de construção de um discurso que conferiu importância a cidade de Mariana e aos seus arquivos. Como vimos no capítulo anterior, os grupos que detinham o poder “compartilharam experiências comuns” e ocuparam posições decisivas no IHGMG, no SPHAN, na Arquidiocese e na Prefeitura de Mariana, para transformarem a sua memória em uma memória comum a toda a nação.

Contudo, Halbwachs não considerou a memória coletiva como uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, ou seja, desconsiderou o conflito, o caráter destruidor, descontínuo, opressor e uniformizador da memória coletiva nacional ou oficial, assim como as disputas travadas com as “memórias subterrâneas”, cujos registros nas fontes escritas oficiais foram, muitas vezes, indiretos.

Com efeito, dialogamos com Michael Pollak que propôs a problematização de como os fatos sociais se tornaram coisas, como e por quem foram solidificados e dotados de duração e estabilidade. Assim, em nossa análise sobre o AHCSM nos interessamos pelo processo e pelos atores que interferiram na sua constituição e, a partir dessa leitura, o AHCSM foi entendido como um “ponto de referência” que estruturou uma “memória organizada que resumiu a imagem que um grupo majoritário e o Estado impuseram.”¹⁰⁵

Retomamos Paul Ricoeur para articularmos o debate sobre o sujeito das operações de memória no debate historiográfico. De acordo com o autor, a história ao tratar a memória como um dos objetos do conhecimento histórico, ofereceu “esquemas de mediação” entre os polos extremos da memória individual e da memória coletiva. Ao confrontar os discursos das tradições do olhar interior e do olhar exterior, Ricoeur se propôs a explorar precisamente os recursos de complementariedade entre ambos. Segundo ele, entre a memória individual e a memória coletiva, há um plano intermediário: os próximos. Portanto, no campo da história a memória deve ser triplamente atribuída, ou seja, a si, aos próximos e aos outros.

¹⁰⁵ A crítica a metodologia durkheimiana de Halbwachs foi feita pela leitura construtivista de por Michael Pollak ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Pierre Nora historicizou este debate sobre a memória e a história relacionando-o a dois movimentos: um propriamente histórico e outro historiográfico. O primeiro é o fim da “história-memória” com a aceleração da história, relacionada aos fenômenos da mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização. O segundo momento consistiu em um retorno reflexivo da história sobre si mesma, que se percebeu como “vítima” da memória, ambos tiveram na França seu lugar e sentido. Com relação a essa oposição entre memória e história, Nora afirmou que:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que em tudo opõe uma a outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque ela é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias coletivas quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.¹⁰⁶

Memória e história foram, assim, confrontadas. A primeira é o processo vivido, conduzido por grupos vivos, suscetível a dialética da lembrança e do esquecimento, aos usos e abusos. A história, por sua vez, é distanciamento, problematização, dessacralização e crítica da memória espontânea.

Neste contexto marcado pela percepção de uma ruptura com o passado e pela incerteza do futuro, Nora inseriu a preocupação contemporânea com os arquivos e os entrelaçou a história e a memória na problemática dos lugares: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos.”¹⁰⁷ Em outras palavras, os arquivos são suportes de memória, pois contrariamente à memória verdadeira, espontânea e vivida do interior, temos uma memória voluntária, deliberada, organizada, externa ao indivíduo, ou seja, uma “memória arquivo”.

¹⁰⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 9. [Grifos nossos]

¹⁰⁷ Ibidem. p. 13.

Os arquivos são lugares de memória em uma perspectiva material, imaterial e funcional. Além da sua evidente materialidade, os arquivos são funcionais, pois permitem a cristalização e a difusão da lembrança, e imateriais por determinados grupos atribuírem a eles diferentes significados. Em outros termos, a materialidade e a imaterialidade coexistem no arquivo em graus diversos.¹⁰⁸

Em diálogo com a Psicanálise, particularmente com Sigmund Freud, o filósofo Jacques Derrida entrelaçou memória e arquivo. Derrida se distanciou de uma conceituação estática e fixa de arquivo e propôs noções e impressões associadas à palavra. De acordo com ele, arquivo remete a Arkhê, que contempla simultaneamente as noções de começo e comando. O começo no sentido físico, histórico ou ontológico: “ali” onde as coisas se originaram. Mas também se relaciona a lei, ao arkhe do comando: lugar onde os homens e os deuses comandam, ou seja, é também um princípio nomológico. Como archivum, o sentido procede do arkheion grego: inicialmente uma casa, um endereço, a residência dos magistrados superiores, onde eram depositados os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. A eles cabia a segurança física do depósito e do suporte, assim como o poder de interpretar os arquivos.¹⁰⁹ As duas noções evidenciaram, sobretudo, as relações entre o poder e o arquivo.

Derrida também diferenciou as noções de arquivo e memória espontânea. Segundo ele, o “desejo de memória” impulsionou a constituição do arquivo, mas “não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Ao contrário: o arquivo tem lugar na falta originária e estrutural da chamada memória.”¹¹⁰

Em uma primeira abordagem, a concepção de arquivo remeteria ao passado e a tradição, porém, Derrida sugeriu outra problemática. Para além da referência ao passado, antes mesmo desta compreensão, o arquivo evidencia a chegada do futuro e uma responsabilidade com o amanhã:

A pulsão de morte não é um princípio. Ela ameaça de fato todo principado, todo primado arcôntico, todo desejo de arquivo. [...] É o que chamamos [...], a mal de arquivo. Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é in-finita: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor: ela abusa. Um tal abuso abre a dimensão ético-política do problema.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹¹⁰ Ibidem. p. 22.

Não há um mal de arquivo, um limite ou um sofrimento entre vários outros: implicando o in-finito, o mal de arquivo toca o mal radical.¹¹¹

Conforme a passagem acima, não haveria “desejo de arquivo” sem as possibilidades de esquecimento, pulsão de morte, agressão ou destruição. Na inexistência deste movimento “in-finito” de destruição radical, não surgiria nenhum “mal de arquivo”.

Portanto, a nossa análise sobre o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, implicou, igualmente, em uma leitura crítica dos próprios conceitos de arquivo e memória. Propomos assim, uma leitura possível do processo de constituição dessa “memória-arquivo”, enquanto objeto do conhecimento histórico, evidenciando os principais sujeitos e intencionalidades que envolveram a sua organização e preservação.

2.1 A constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Conforme já assinalamos, a década de 1940 foi um momento marcante para a constituição dos arquivos custodiados pelo atual IPHAN. No contexto do Estado Novo, o Decreto Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, reforçou o Decreto-Lei n.º 25 de 1937, ao dispor sobre a “preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico.”¹¹² O Decreto 25/1937, embora tenha contemplado a proteção de acervos bibliográficos de “valor histórico e artístico” relacionados aos “fatos memoráveis da história do Brasil”, não explicitou os termos “arquivos” ou “documentos”, que o Decreto-Lei 3.365/1941 dedicou um artigo específico.

Com a transformação do Serviço do Patrimônio em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) por meio do Decreto Lei n. 8.534/1946, foram definidas as competências e a composição da nova Diretoria.

Entre as atribuições da DPHAN destacamos o inventário; a classificação; o tombamento; a conservação dos bens, - entre eles os documentos -, de “valor histórico e artístico nacional”; a “catalogação sistemática e a proteção de arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil”.¹¹³

A DPHAN era composta pelo Gabinete do Diretor Geral, pela Divisão de Estudos e Tombamento (DET), pela Divisão de Conservação e Restauração, pelos Distritos e pelo Serviço

¹¹¹ Ibidem. p. 23; 32.

¹¹² BRASIL. Decreto n. 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro.

¹¹³ BRASIL. Decreto Lei n. 8.534, de 2 de janeiro de 1946. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 1946. [Grifos nossos]

Auxiliar. Nessa estrutura, destacamos a DET, chefiada pelo arquiteto Lúcio Costa, que por sua vez compreendeu a Seção de Arte e a Seção de História. Esta última nos interessou particularmente.

A Seção de História da DPHAN era dirigida por Carlos Drummond de Andrade. Os objetivos da Seção consistiram no “inventário continuado dos textos manuscritos ou impressos de valor histórico ou artístico existentes no país”, bem como da “documentação iconográfica que constituem fontes diretas ou subsidiárias para o estudo da história da arte no Brasil, coligindo a seu respeito os dados técnicos necessários, diretamente ou por intermédio dos Distritos”; o “estudo analítico e comparativo e à classificação do material coligido [...], realizando para esse fim os exames, pesquisas, levantamentos e outros trabalhos que se tornem necessários”; proceder aos “estudos e pesquisas sobre os monumentos, sítios e coisas vinculadas à história nacional”; “estimular os estudos históricos naquilo em que mais estreitamente se vinculem com a história da arte no país”; e, finalmente, indicar documentos para tombamento e/ou restauração “quando satisfazerem as condições previstas no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937”.¹¹⁴ Em outras palavras, a Seção de História era destinada a proteção, inclusive por meio do tombamento, a preservação e a divulgação dos documentos relacionados à história da arte. Assim, as pesquisas históricas às fontes escritas seriam um dos recursos que fundamentariam os processos de tombamento, por isso Seções de Arte e de História no interior da DET.

Contudo, segundo Márcia Chuva, no período do Estado Novo raras foram as ações institucionais para a proteção, preservação e divulgação dos documentos. Além disso, nos processos de tombamento ficou evidente uma hierarquia do patrimônio, cujo valor histórico era secundário em relação ao artístico. O primeiro foi atribuído nos casos em que não havia valor artístico, em função da antiguidade do objeto e da sua relação com personagens significativos para a história nacional.¹¹⁵ Sobre a Seção de História, Márcia Chuva afirmou que:

[...] raras foram as ações institucionais no sentido da preservação de acervos documentais [...] A seção de História responsabilizou-se, basicamente, pela organização de um instrumental burocrático-administrativo e constituição de acervo bibliográfico especializado, controlando o arquivo e a biblioteca da DPHAN, com a guarda dos Livros de Tombo e a responsabilidade pela inscrição dos bens tombados nos mesmos[...] Controlava a edição e a distribuição das publicações do SPHAN. Cabia-lhe divulgar, desenvolver e apurar o conhecimento de arquitetura, pintura,

¹¹⁴ Ibidem. [Grifos nossos]

¹¹⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio**. Op. Cit.

escultura e arte aplicadas tradicionais do país” [...] estimular os estudos históricos “naquilo em que se vinculam à história da arte do País.”¹¹⁶

Conforme o fragmento acima, na prática, a Seção de História da DET dedicou-se, basicamente, as funções burocráticas e administrativas. Ou seja, foram escassas as ações de preservação, tombamento e divulgação dos documentos pelo então SPHAN. Ainda assim, acreditamos que tais esforços ocuparam um lugar importante na trajetória da instituição e demandaram uma análise mais minuciosa.

Nesse cenário mais amplo, situamos os primeiros esforços para a constituição de um Arquivo Histórico pela DPHAN na cidade de Mariana, em Minas Gerais. Segundo os relatórios administrativos, o conjunto documental dos cartórios da Comarca de Mariana foi “tombado” em 1948 pela Diretoria do Patrimônio. Nesse período, o chefe do 3º Distrito que compreendia todo o estado de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte, era o arquiteto Sílvio de Vasconcelos, filho de Salomão de Vasconcelos.

De acordo com a historiadora Kátia Spagolla Napoleão Tavares em relatório diagnóstico da Fundação Pró-Memória referente ao período de 1980-1990, o conjunto documental era composto por aproximadamente 55 mil documentos. O acervo ficava armazenado na Casa de Câmara e Cadeia (antiga sede da Prefeitura de Mariana):

Em 1948, o acervo documental constando de mais ou menos cinquenta e cinco mil documentos cartoriais que tramitaram pela comarca de Mariana de 1709-1920, foi tombado pelo órgão responsável pelo patrimônio histórico (antiga DPHAN e atual SPHAN- pró- memória) e instalado numa dependência da Prefeitura Municipal de Mariana, passando a funcionar regularmente apesar da precariedade do local, precariedade essa que contribuiu para deterioração de muitos documentos devido à falta de condições ideais para abrigar tamanho acervo.¹¹⁷

De acordo com Kátia Tavares, a documentação colocada sob a proteção da DPHAN em 1948 foi tombada. No entanto, não localizamos nenhum processo de tombamento dos documentos e, tampouco, eles constaram na relação dos bens tombados pelo IPHAN. O tombamento que de fato ocorreu foi o do edifício onde se encontravam os documentos, ou seja, da Casa de Câmara e Cadeia em 1949. Nesse mesmo período, os documentos foram recolhidos pela DPHAN. Conforme constou no processo número 0414-T datado de 1949, o arquiteto Sílvio de Vasconcelos encaminhou um ofício ao chefe da DET, Lúcio Costa, e ao Diretor da DPHAN,

¹¹⁶ Ibidem. p. 179-180.

¹¹⁷ AHCSM. Relatório Diagnóstico. Arquivo administrativo. Fundação Nacional Pró-Memória. Mariana, 1980/1990, p.01.

Rodrigo M. F. de Andrade, argumentando sobre a necessidade de tombamento de um conjunto de bens¹¹⁸ em Minas Gerais, entre eles a Casa de Câmara e Cadeia em Mariana.

De acordo com o arquiteto, os pedidos de tombamento justificavam-se, pois, os bens relacionados “merecem esta providência como porque assim ficaremos a salvo de dificuldades futuras frente aos possíveis danos que venham a sofrer. [...] Esta lista é extraída do quadro geral que lhe foi enviado junto ao ofício n. 43 de 12/03/1948.”¹¹⁹ Em resposta, em 30 de novembro de 1949, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade documentaram a sua concordância com o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia.¹²⁰ Por sua vez, o prefeito da cidade à época, o Cônego José Cota, foi notificado e deu parecer favorável a decisão.¹²¹ Ou seja, o tombamento contemplou somente o edifício da Câmara de Mariana, assim como, atualmente, somente a Casa Setecentista foi contemplada pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana e não os seus documentos.

O tombamento¹²² de documentos esteve presente na legislação interna do IPHAN, o que evidenciou o interesse da instituição em criar um conjunto de leis referentes à proteção desse bem que também compõem o patrimônio da “nação”. Essas preocupações constaram no Decreto-Lei n.º 25/1937 e, como vimos, ficaram evidentes na década de 1940, sobretudo com a criação da DPHAN. Do mesmo modo, com o Decreto-Lei n.º 84-198 em 1979, que transformou o IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), permaneceram os esforços para “inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar

¹¹⁸ ACI. Ofício n. 246/49 expedido por Silvio de Vasconcelos para Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o tombamento de um conjunto de bens em Minas Gerais. Processo: 0414-T, 1949. Os demais bens relacionados na cidade de Mariana foram: a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Aljube, Seminário Menor, Poço da Samaritana, Passo da Ladeira de Areia e Passo da Ladeira de Nossa Senhora do Rosário em Mariana.

¹¹⁹ ACI. Ofício n. 246/49 expedido por Silvio de Vasconcelos para Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o tombamento de um conjunto de bens em Minas Gerais. Processo: 0414-T, 1949.

¹²⁰ ACI. Correspondência expedida por Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual autorizam o tombamento do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Processo 0414-T, 1949.

¹²¹ ACI. Notificação n. 593 expedida por José Cota, na qual concordou com o tombamento do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Processo. 0414-T, 1949.

¹²² O tombamento é um instrumento jurídico-administrativo criado pelo Decreto Lei nº 25/1937, para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Entre outros instrumentos de preservação do patrimônio cultural, o tombamento é aplicado em bens materiais, móveis ou imóveis, entre eles os documentos, cujo principal efeito é a sua conservação. No caso específico dos bens móveis, o tombamento tem alguns efeitos especiais, pois não poderão sair do país, com a exceção de que ocorra por curto prazo, sem transferência de domínio e para fins de intercâmbio cultural e, certamente, com a autorização do Conselho Consultivo do IPHAN; nas situações de extravio ou furto do bem tombado, o proprietário deverá comunicar ao IPHAN, dentro do prazo de 5 dias, sob a pena de multa por 10% sobre o valor do objeto tombado. Ver: RABELLO, Sônia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país.”¹²³

No entanto, o tombamento de documentos foi uma questão pouco debatida e não se tornou uma prática recorrente na instituição. Conjecturamos que o número ínfimo de documentos tombados se entrelaçou, em alguma medida, a própria trajetória do atual IPHAN e as ações que marcaram a sua atuação em relação a proteção dos documentos: a incorporação desses bens em casas históricas ou museus.¹²⁴ A esse respeito, Rodrigo M. F. de Andrade nos esclareceu sobre as especificidades que envolveram o tombamento dos bens móveis, entre eles os documentos:

Em relação aos bens móveis de interesse histórico e artístico, o Serviço não pôde ainda iniciar sequer o seu tombamento sistemático. Tal é a sua profusão, tal a variedade de sua natureza, - obras de arte pura, obras de arte aplicada, obras de interesse etnográfico, arqueológico ou bibliográfico -, que serão necessários muitos anos de esforço esclarecido e paciente para inventariar as coisas desse gênero cuja preservação se imponha no interesse da nossa coletividade. Por isso mesmo o SPHAN se tem limitado, a esse respeito, a empenhar-se no sentido de proceder ao inventário dos museus e coleções públicas e particulares, a que esses bens tenham sido incorporados.¹²⁵

Conforme Rodrigo M. F. de Andrade, os bens móveis caracterizavam-se por sua profusão e variedade. O acervo que originou que o AHCSM é um exemplo das especificidades que envolveram o tombamento dos documentos. A documentação era composta inicialmente por mais de 50 mil documentos que exigiram esforços de identificação e catalogação para apenas posteriormente, possivelmente, serem tombados. Assim, a proteção dos conjuntos documentais ocorreu, principalmente, com a incorporação desses documentos em casas históricas. No caso em questão, o armazenamento da documentação na Casa Setecentista de Mariana contribuiu para a não dispersão e conservação desse acervo devido a sua característica mobilidade. O mesmo ocorreu, conforme já demonstramos, com os demais arquivos mineiros preservados pela DPHAN e concentrados em Minas Gerais.

¹²³ BRASIL. Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979. Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 1979.

¹²⁴ Essa questão foi observada por Tatiana da Costa Sena em sua análise sobre a proteção dos bens móveis pelo SPHAN. Ver: SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2011.

¹²⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O patrimônio histórico e artístico nacional. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939. In: **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. p. 52. [Grifos nossos]

Além de colocar sob a sua proteção extensos conjuntos documentais em Minas Gerais, o SPHAN também auxiliou na catalogação de diversos manuscritos do Arquivo Público Mineiro (APM). De acordo com as fichas de catalogação para conservação de manuscritos do APM, na década de 1940 foram catalogados pelo Serviço do Patrimônio centenas de códices da Seção Colonial. Entre a documentação, identificamos registros de alvarás, regimentos, ordens régias, cartas, patentes, provisões, confirmações de cartas patentes, sesmarias, doações e outros, entre os séculos XVII, XVIII e início do XIX (1605 a 1826). Possivelmente essa documentação foi catalogada para fins de tombamento.¹²⁶ Curiosamente, as fichas de catalogação foram assinadas por Geraldo Dutra de Moraes, que juntamente com o Padre Pedro Maciel Vidigal e Salomão de Vasconcelos, indicaram a concessão do título de Monumento Nacional para a cidade de Mariana e destacaram entre os argumentos a importância dos arquivos marianenses.¹²⁷ Ou seja, os mesmo sujeitos que pensaram a monumentalização de Mariana, também estavam envolvidos com a preservação dos documentos.

Entre os documentos do APM catalogados pelo SPHAN na década de 1940, trouxemos dois exemplos que contemplaram a cidade de Mariana e foram representativos dos manuscritos que interessaram ao órgão. Destacamos primeiramente uma carta datada de 1750 enviada por Dom João para Gomes Freire de Andrade, com recomendações para que a Igreja Matriz, bem tombado pelo Serviço do Patrimônio em 1938, se transformasse na nova Catedral da cidade de Mariana:

[...] que a dita Matriz era templo capacíssimo de ser Catedral, porém como ainda não estava totalmente acabada quando chegara a notícia da ereção deste seu novo bispado e daquela cidade, se suspenderam as obras e que assim se faria preciso fazerem-se as seguintes: [...] Que se devia acabar de **forrar alguma parte pequena da Igreja que ainda não tinha forro** e tanto este como o que estava feito se devia **pintar** e o da Capela mor com mais alguma perfeição. Que a Igreja é de arcos e tribunas por cima e uma delas se devia assentar o órgão para o que se havia de fazer uma varanda. [...] Que também se devia fazer um pátio a porta principal da Igreja com algumas escadas para que ficasse levantada em ordem a evitar passagem de cargas e animais. E, finalmente, que se deviam fazer as grades e portas que faltam nas janelas da Igreja e juntamente rebocá-la e caiá-la e retalha-la.¹²⁸

Conforme o documento, as obras da Igreja Matriz ainda não haviam terminado quando chegaram as notícias da ereção do novo bispado e da elevação da vila à categoria de cidade.

¹²⁶ APM. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conservação de manuscritos. [SIAPM] Seção Colonial, 1942.

¹²⁷ VASCONCELOS, Salomão. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit. p. 97.

¹²⁸ APM, Carta de Dom João para Gomes Freire de Andrade. Códice 93, Seção Colonial, 1750. p. 70-71. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=93>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

Naquele momento era necessário terminar de forrar parte da Igreja, pintá-la, construir uma varanda para assentar o órgão e fazer um pátio na porta principal da Igreja com algumas escadas, além de confeccionar as grades e as portas que faltavam nas janelas.

O segundo exemplo de um manuscrito da Seção Colonial do APM catalogado pelo SPHAN foi uma carta do ano de 1760 enviada por Gomes Freire de Andrade para Manoel Francisco Lisboa. No documento, o Governador solicitou apontamentos acerca das obras de pedreiro e carpinteiro arrematadas pelo pai do Aleijadinho na Igreja da Sé de Mariana:

O mestre de obras Manoel Francisco Lisboa vendo os apontamentos que lhe apresentar o Tesoureiro da Fazenda Real para as obras que se hão de fazer na Sé da Cidade de Mariana, declare com distinção e clareza a forma e condições com que devem ser arrematadas e feitas as ditas obras pertencentes ao ofício de carpinteiro, como também de pedreiro, se houver, e quanto custar; de sorte que fiquem as ditas obras com todo necessário, e sem superfluidade alguma e me dará a sua resposta por escrito. [...] declaro que o mesmo se houver mandará fazer apontamentos para as obras da pintura.¹²⁹

Conforme o documento, o mestre de obras Manoel Francisco Lisboa foi contratado para exercer os ofícios de carpinteiro, pedreiro e pintor da Igreja da Sé. Como já mencionamos, a Catedral de Mariana foi tombada pelo SPHAN em 1938. Esse exemplo demonstrou o tipo de documentação selecionada pelo SPHAN para a preservação em Minas Gerais, ou seja, os documentos relacionados aos bens tombados pelo órgão, sobretudo a arquitetura religiosa do período colonial.

Segundo Francisco Iglesias, sobre a atuação da DPHAN na preservação de arquivos:

Sabe-se que [...] dispõe de apreciáveis levantamentos de acervo de inúmeros arquivos. [...] Em Minas, Rio, São Paulo, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul e outros Estados o Patrimônio atuou, ajudando a catalogar manuscritos e livros antigos, a reconstruir papéis que se perdiam, incentivando autoridades públicas e ordens religiosas à tarefa, para qual contribuía com a assistência de seus técnicos.¹³⁰

De acordo com Iglesias, a atuação da DPHAN na preservação de documentos foi expressiva. Assim como ocorreu em Minas Gerais, cujo exemplo do APM mencionamos acima, a então DPHAN atuou na conservação e catalogação de manuscritos em vários estados do país. No entanto, observamos que essa faceta foi pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural.

¹²⁹ APM, Carta de Gomes Freire de Andrade para Manoel Francisco Lisboa. Códice 118, Seção Colonial, 1760. p. 29 v. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=120>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

¹³⁰ IGLESIAS, Francisco. Rodrigo e a historiografia. In: **A lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1969. p. 133-134.

De maneira mais ampla, o debate acerca do tombamento de documentos também foi marcado por posicionamentos conflitantes entre a legislação arquivística e a legislação do patrimônio cultural. Referimo-nos mais especificamente a Lei n.º 8.519, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e ao já mencionado Decreto-Lei n.º 25/1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Por conseguinte, destacamos duas instituições nesse debate: o Arquivo Nacional e o IPHAN.¹³¹

Conforme José Maria Jardim, a legislação arquivística apresentou, basicamente, questões conceituais, sobretudo em relação as definições dos termos arquivos, gestão de documentos, arquivos públicos, privados, correntes, intermediários e permanentes. Ainda tratou da organização e administração das instituições arquivísticas federais, estaduais e municipais, assim como do princípio de acesso e sigilo dos documentos públicos.¹³²

Não fez parte do escopo da nossa pesquisa um estudo sobre a Lei n.º 8.159/1991.¹³³ Destacamos apenas um dos aspectos contemplados por esta legislação arquivística, qual seja, a atribuição de valor aos acervos documentais, a partir das declarações de interesse público e social para os arquivos privados. De acordo com a Lei, os arquivos privados considerados como “fontes para a história e desenvolvimento científico nacional” poderiam ser identificados como de interesse público e social. Esses acervos não poderiam ser alienados com dispersão da unidade documental e nem transferidos para o exterior.¹³⁴

Por conta disso, servidores do IPHAN teceram críticas a legislação arquivística, pois “[...] as pretensões do Arquivo Nacional, particularmente no que se refere aos arquivos privados de interesse público e social, [...] pareciam ameaçar política e juridicamente a figura do tombamento.”¹³⁵ De acordo com essa perspectiva, tal medida se sobrepôs ao tombamento de documentos previsto pelo Decreto Lei 25/1937. Contudo, como apontou Jardim, o IPHAN privilegiou a preservação arquitetônica dos monumentos de “pedra e cal” e não propôs uma política específica para os arquivos. As críticas feitas pelo IPHAN ficaram restritas a um determinado grupo que atuou simultaneamente nas áreas de preservação do patrimônio cultural e arquivística, ou seja, não se tornou uma questão institucional. Em outras palavras, o Arquivo Nacional assumiu o protagonismo das ações de preservação do patrimônio documental.¹³⁶

¹³¹ JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

¹³² Ibidem.

¹³³ Para saber mais: Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Ibidem.

Ainda acerca do tombamento de documentos, conforme Hilário Figueiredo Pereira, integrantes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), se posicionaram contrariamente à medida e confrontaram a legislação arquivística e a legislação do patrimônio. Segundo a ata de uma reunião do CONARQ realizada em 2005 citada pelo autor, “[...] o tombamento de acervos arquivísticos públicos pelos órgãos de patrimônio [...] contraria a função precípua dos arquivos, qual seja, a guarda, a gestão e a preservação, bem como a garantia do direito dos cidadãos de acesso às informações.” Além disto, foi apontado que “a questão do tombamento de documentos de arquivo tem sua origem na visão equivocada dos órgãos de patrimônio sobre o papel e as funções dos arquivos.” Assim, de acordo com essa perspectiva, o tombamento era inconciliável com a guarda, a gestão, a preservação e a garantia do direito de acesso dos cidadãos, como se as funções básicas dos arquivos fossem incompatíveis com a gestão dos acervos tombados.¹³⁷

Além das declarações de interesse público e social para os arquivos privados, a atribuição de valor aos acervos documentais também foi feita através da atuação do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco – questão que trataremos mais detidamente na segunda parte desta dissertação.

Portanto, corroboramos com Pereira Filho que o campo da preservação do patrimônio documental foi marcado por disputas por hegemonia, legitimidade e reconhecimento. Para o tombamento adotou-se a estratégia do esquecimento, que se fortaleceu com o posicionamento do IPHAN que pouco tombou documentos ao longo da sua trajetória.¹³⁸

O Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana não se restringiu a documentação cartorária que o compôs inicialmente. Citamos como exemplo o conjunto documental da Casa da Memória Marianense cedido em comodato ao IPHAN pela Prefeitura de Mariana na década de 1980. Segundo o relatório elaborado por Kátia Tavares, o acervo era composto por fotografias, gravuras, jornais, manuscritos e plantas que totalizavam aproximadamente 0,61 metros lineares. Entre essa documentação estava o 1º Livro da Câmara Municipal datado de 1711; o Livro de Registro de Provisões e Patentes com documentos referentes ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, fundador da cidade; e uma gravura datada de 1824,

¹³⁷ ATA DA 39ª REUNIÃO DO CONARQ apud FILHO, Hilário Figueiredo Pereira Filho. **Programa Memória do Mundo e campo arquivístico brasileiro: aproximações, trocas e conflitos**. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

¹³⁸ Em um conjunto de 1263 tombamentos, apenas 5 são acervos documentais: Coleção Mário de Andrade - Instituto de Estudos do Brasil (1987); Partitura Villa-Lobos – IBRAM (1990); Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente do Rio de Janeiro (2003); Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga – Centro Cultural São Paulo (2003) e Pergaminhos do Torah – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Ver: Ibidem.

intitulada Vista Panorâmica da Cidade de Mariana. À época, todos os documentos foram arrolados e higienizados.¹³⁹

O 1º livro da Câmara de Mariana que atualmente compõem a documentação do AHCSM foi encontrado por Salomão de Vasconcelos ao reorganizar o Arquivo Colonial de Mariana a pedido do prefeito da cidade, Josafá Macedo, conforme já mencionamos. Quanto ao documento, Salomão de Vasconcelos afirmou que:

As atas ou os acórdãos da Câmara de 1711 devem, pois, constituir, ou constituem de fato, elemento dos mais preciosos, não só para a história da velha metrópole dos governadores, senão para todo o Estado de Minas. Esses acórdãos, entretanto, estiveram até hoje sonegados à pesquisa dos historiadores, porque extraviados entre o volumoso arquivo colonial, de si tão malbaratado e desassistido em quase todas as velhas urbes mineiras. Não constam no Arquivo Público Mineiro, onde deveriam estar, sabido que para aí foi transportado, quando se fundou em maio de 1896, todo o manancial histórico das antigas cidades mineiras, principalmente Mariana e Ouro Preto. A eles tampouco se referiram os que primeiro escreveram sobre a história de Minas, evidentemente por não os ter à mão. Daí andar de algum modo confundida a primeira Câmara do Carmo com a segunda, reconstruída em 1712, ou mesmo com a eleita em 1714. Entre os escritores que assim se equivocaram, por lhes faltar esse primeiro livro de atas, citaremos Claudio Manoel da Costa e quantos a ele se seguiram, tomando por base as suas já tão conhecidas e comentadas memórias. Também o nosso paciente e conspícuo Xavier da Veiga, o esforçado e inesquecível fundador do Arquivo Público Mineiro, vê-se que não conheceu essa coleção, porque, ao catalogar os códices do mesmo Arquivo, reservou o número um para as atas de 1712, quando antes disso, houve o período inicial, de julho a dezembro de 1711. [...] Empenhado em esclarecer esse ponto de evidente interesse para a História mineira, entregamo-nos a demoradas rebuscas no remanescente arquivo colonial de Mariana, e tivemos afinal a fortuna de encontrar, entre velhos maços empoeirados, esquecidos há mais de dois séculos no fundo das prateleiras e escaninhos da Câmara, o precioso caderno com as atas originais de 1711, que, se não encerram em si assuntos de alta relevância, tratando-se de uma precária Câmara precária de uma Vila que mal acabava de erigir-se, constitui, todavia, documento histórico de inestimável apreço, por ser, por assim dizer, a pedra angular da vida municipal de toda Minas. Descoradas pelo tempo e em parte inutilizadas pelos roedores iconoclastas, vê-se, contudo, nessas venerandas páginas do alvorecer das Minas Gerais, não só as assinaturas autênticas do primeiro escrivão Carlos Montes Monteiro, como os autógrafos não menos preciosos dos nossos primeiros edis, que foram como aí se vê, Pedro Frazão de Brito, José-Rebello Perdigão, Manoel Ferreira de Sá, Francisco Pinto de Almendra, Jacinto Barbosa Lopes e Torquato Teixeira de Carvalho, como igualmente se [deletram?], com relativa facilidade, nesses termos, todos os assuntos e medidas administrativas desse período inicial do nosso Estado.¹⁴⁰

Na passagem acima ficou evidente a noção de arquivo no sentido de “Arkê” a qual se referiu Derrida. Para Salomão de Vasconcelos, Mariana e a sua documentação foram entendidas como os lugares onde a história de Minas Gerais se originou. Por sua vez, aqueles que, como ele, se dedicaram a preservação destes bens, eram os seus arcontes, ou seja, os seus guardiões.¹⁴¹

¹³⁹ AHCSM. Histórico institucional do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Mariana, s/d. p. 4.

¹⁴⁰ VASCONCELOS, Salomão. Relíquias do Passado. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p. 43-44 e 47.

¹⁴¹ DERRIDA, Jacques. Op. Cit.

Como vimos, o 1º livro da Câmara foi encontrado pelo historiador em precárias condições de conservação e, até então, inacessível aos pesquisadores, que desconsideravam a sua localização ou mesmo a sua existência. O documento era considerado por ele e pela concepção de história com a qual dialogou de “excepcional valor histórico”, sobretudo por tratar-se do primeiro livro de atas da mais antiga Câmara de Minas Gerais, além de registrar os nomes dos grandes homens e acontecimentos relacionados ao cenário político de Mariana.

Uma carta trocada entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e o responsável pela organização do acervo documental cartorário colocado sob a proteção da DPHAN em Mariana, Antônio Ferreira de Moraes, nos informou acerca da primeira organização dessa documentação. De acordo com a carta datada de 26 de setembro de 1952, o então diretor da DPHAN encaminhou “os modelos estabelecidos ora para o inventário de novos arquivos e para a cópia ou resumo de documentos”¹⁴² e solicitou informações acerca do número de documentos, as instalações do acervo documental, o estado de conservação e as indicações a respeito das principais necessidades do arquivo.

Essa carta evidenciou a atenção “especial” concedida por Rodrigo M. F. de Andrade aos documentos relacionados ao patrimônio tombado, que ele chamou de “peças de maior interesse”, ou seja: [...] informações sobre imobiliário, alfaías, datas de construção de instrumentos valiosos, nomes de mestres de obras, artífices e artistas, etc.”¹⁴³ A identificação dessa documentação que compõem o atual AHCSM subsidiou pesquisas empreendidas pela DPHAN relacionadas ao patrimônio histórico e artístico nacional. Discorreremos abaixo sobre as pesquisas que se debruçaram especificamente sobre a documentação do AHCSM.

Entre as publicações, destacamos o Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais de Judith Martins. A autora prestou serviços administrativos ao SPHAN, mas, assim como outros funcionários, escreveu textos e/ou compilou documentos sobre artistas e artífices do barroco colonial. O estudo foi elaborado entre os anos de 1940 a 1960, a partir de informações levantadas por pesquisadores em arquivos públicos e eclesiásticos de Minas Gerais, entre eles o Cônego Raimundo Trindade, Salomão de Vasconcelos, Antônio Ferreira de Moraes e Maria das Dores Moraes de Almeida. Os dois últimos inclusive organizaram a documentação que compôs inicialmente o atual AHCSM, todos eles sob a orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Composta por dois volumes, a obra foi

¹⁴² AHCSM, Carta n. 391 expedida por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Antônio Ferreira de Moraes, com os modelos para a organização do arquivo e para cópia ou resumo dos documentos. Arquivo Administrativo, 1952, p.1

¹⁴³ AHCSM, Carta n. 391 expedida por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Antônio Ferreira de Moraes, com os modelos para a organização do arquivo e para cópia ou resumo dos documentos. Arquivo Administrativo, 1952.

organizada em ordem alfabética – assim como os instrumentos de pesquisa do AHCSM -, e elencou os nomes dos principais artistas e artífices de Minas Gerais, sobretudo de Ouro Preto e Mariana. O livro contém, basicamente, o nome do artista e a sua profissão, acompanhada de uma relação das obras executadas por cada um, bem como a referência do documento e do local em que foram consultadas as informações. No acervo documental dos Cartórios dos Ofícios de Notas de Mariana que atualmente compõem o AHCSM, foram utilizados, sobretudo, os inventários post-mortem e os testamentos.¹⁴⁴

Outro trabalho resultante desse levantamento documental foi divulgado em 1956 no jornal *Módulo*. A pesquisa tratou da autoria do projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, atribuída erroneamente ao alferes português José Pereira Arouca. A fim de esclarecer a questão, os “arcontes” Antônio Ferreira de Moraes e Rodrigo Melo Franco de Andrade, realizaram estudos no acervo documental que estava sob os cuidados da DPHAN desde 1948, ou seja, a documentação cartorária que atualmente compõem o AHCSM:

Mas, recentemente, o manuseio do acervo **imenso de códices, autos de processos e papéis avulsos que constituem o acervo dos cartórios dos ofícios de notas de Mariana, acervo recolhido pela DPHAN a uma das salas do próprio edifício em questão** (Casa da Câmara e Cadeia), **para ser protegido e catalogado**, proporcionou ao encarregado do serviço, - o perito Antônio Ferreira de Moraes -, deparar com dois textos comprobatórios de que o autor do projeto não foi o alferes José Pereira Arouca e sim José Pereira dos Santos. O primeiro é um lançamento no livro 60 de Receitas e Despesas da Câmara, correspondente ao ano de 1762 (fls. N.44) [...] O segundo é uma declaração constante do testamento do próprio José Pereira dos Santos, datado de 1º de julho do mesmo ano de 1762 e aberto por seu falecimento, no dia 18 do referido mês [...] (Livro 17, do Cartório do Primeiro Ofício de Mariana, fls. 21 verso e seguintes.)¹⁴⁵

Conforme Rodrigo M. F. de Andrade, a documentação dos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício foi recolhida pela DPHAN e armazenada em uma das salas da Casa de Câmara e Cadeia para ser catalogada e protegida. Entre os documentos encontrados pelo diretor da DPHAN e pelo organizador do acervo, Antônio Ferreira de Moraes, dois se destacaram: o primeiro foi um livro de receitas e despesas da Câmara com um lançamento do ano de 1762 assinado pelo português José Pereira dos Santos; o segundo foi o testamento do mesmo mestre

¹⁴⁴ Martins pesquisou também no Arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana, nos cartórios, na Igreja das Mercês, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja de São Francisco de Assis, na Catedral da Sé, Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, dentre outros. Para saber mais: MARTINS, Judith. **Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – 1974. Primeiro Volume. Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁴⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Arquitetura Colonial: A Casa da Câmara de Mariana*. *Jornal Módulo*. Rio de Janeiro, n.4, ano 2, mar. 1956. In: ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. [Grifos nossos]

pedreiro. Ambos os documentos contribuíram para o esclarecimento da autoria do projeto da Casa de Câmara e Cadeia, edificação tombada pela DPHAN em 1949.

Por sua vez, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamentos da DPHAN, também publicou na Revista do Patrimônio sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, a partir da análise dos documentos organizados pela Diretoria do Patrimônio. Sobre o edifício da Câmara e os documentos a ele relacionados, o autor destacou que “trata-se de um dos monumentos mais expressivos do país; os documentos são dos mais significativos.”¹⁴⁶

O arquiteto também identificou informações do testamento de José Pereira dos Santos que descortinaram outros trabalhos realizados em Mariana pelo artífice. Entre eles, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Além da sua atuação em obras localizadas na cidade de Ouro Preto, tais como a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, a ponte do Rosário e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Todos esses dados foram extraídos da documentação catalogada e protegida pela DPHAN.¹⁴⁷

Barreto ainda destacou outro documento do acervo: o livro de termos e arrematações. O manuscrito registrou as condições de arrematação da Casa de Câmara e Cadeia, serviço executado por José Pereira Arouca. Os documentos foram transcritos e publicados na Revista do Patrimônio, que também arrolou manuscritos do acervo do APM, do Arquivo da Cúria e da Prefeitura de Mariana relacionados ao bem tombado.

Com a documentação protegida e catalogada pela DPHAN na década de 1940 e que originou o AHCSM, identificamos somente os estudos acima realizados pelo órgão de preservação nacional.¹⁴⁸ As publicações aclararam os principais interesses que envolveram a preservação daquele material, isto é, a preservação dos documentos que representavam “provas documentais” da história nacional que se construiu a partir do patrimônio cultural. Portanto, de acordo com a concepção de história que orientou a proteção de documentos pela DPHAN

¹⁴⁶ BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968, p. 219.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Embora não tenham contemplado especificamente a documentação do AHCSM, outras publicações da Revista do Patrimônio evidenciaram as intencionalidades que envolveram a preservação de documentos pela DPHAN. Nessa direção, destacamos um texto de Herculano Gomes Mathias, intitulado Novas Contribuições para o Arquivo do Patrimônio. Segundo ele, ao concluir o trabalho de revisão da Coleção da Casa dos Contos, de Ouro Preto, no Arquivo Nacional, em 1966, entregou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma relação com 444 itens relacionados as obras arquitetônicas e artísticas realizadas em Minas Gerais. Entre elas, notas sobre a atividade de mestres de ofícios mecânicos, músicos, médicos, pintores e escritores mineiros do século XVIII e início do XIX. Todas essas informações foram publicadas na Revista. Ver: MATHIAS, Herculano Gomes. Novas Contribuições para o Arquivo do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 18, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

“história, memória e nação mantiveram [...] mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático.”¹⁴⁹

O “dever de memória” também fomentou o interesse pelas pesquisas genealógicas.¹⁵⁰ Conjecturamos que, possivelmente, a elaboração dos instrumentos de pesquisa dos arquivos em ordem onomástica guardou relação com uma tradição de estudos genealógicos e uma concepção de história pautada pelos grandes homens do passado. Ao observarmos as revistas dos arquivos públicos deste período, constatamos que a prática da genealogia foi bastante frequente.¹⁵¹

Nessa direção, destacamos a Revista do APM, que publicou a genealogia do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.¹⁵² Já a Revista Genealógica Latina publicou em meados do século XX a genealogia das “grandes famílias ibéricas”.¹⁵³ A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por sua vez, publicou a genealogia da “nobilarquia paulistana”.¹⁵⁴ Finalmente a Revista do Instituto Genealógico da Bahia, que destacou que o Arquivo Público da Bahia “seria pasto admirável de colheitas genealógicas.”¹⁵⁵ Esses estudos genealógicos pautados nos grandes homens do passado mostraram-se consideravelmente recorrentes nas publicações dos arquivos públicos, o que possivelmente esteja relacionado com a elaboração dos instrumentos de pesquisa em ordem onomástica. Ao observarmos o livro de registro de consulta dos pesquisadores do AHCSM e os dados do Portal Acervos de Minas Gerais, que abordaremos mais adiante -, que disponibiliza essa mesma documentação em meio digital, constatamos que as pesquisas genealógicas são escolhas recorrentes ainda atualmente.

Os primeiros registros de visitas ao AHCSM compreendem o período entre 1953 a 1983. O livro contém apenas 100 assinaturas, pois entre os anos de 1963 a 1984 a consulta a documentação foi dificultada por conta da restauração da Casa Setecentista. Nesse livro encontramos inferências acerca da organização do acervo e identificamos alguns pesquisadores. Em 1953, Domingos de Souza Novaes, sócio efetivo do IHGMG, registrou a sua visita ao arquivo que à época se encontrava na Casa de Câmara e Cadeia:

¹⁴⁹ NORA, Pierre. p. 11.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Agradecemos ao Professor Doutor Renato Pinto Venâncio por nos atentar para esse aspecto da pesquisa.

¹⁵² SAMPAIO, Antônio Borges. Genealogia do alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, conhecida em 21 de abril de 1903 por sua neta Carolina Augusta Cesarina, residente em Uberaba, Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 9, n.1, Belo Horizonte, 1904.

¹⁵³ MOYA, Salvador. As grandes famílias ibéricas. **Revista genealógica latina**. Ano VII, São Paulo, 1955.

¹⁵⁴ PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquia paulistana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Vol. XXXIX. São Paulo, 1944.

¹⁵⁵ REVISTA DO INSTITUTO GENEALÓGICO DA BAHIA. **Frei Jabotão e sua obra genealógica**. Imprensa oficial da Bahia, n.º 5, Bahia, 1950, p. 7.

Visitei o arquivo dos cartórios do **Primeiro e Segundo Ofício judicial e notas dos antigos tempos coloniais**, hoje conservado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Geo, digo, Artístico Nacional, a cargo do Senhor Capitão Antônio Ferreira Moraes. O Serviço do Patrimônio se procurasse com a vela acesa, outro funcionário para entregar tão importante Serviço não encontraria outro melhor que o capitão Antônio Ferreira de Moraes, que se pode considerar como o verdadeiro pai da História de Mariana ou quiçá de Minas Gerais. A organização do arquivo é perfeitíssima, tudo em ordem, tudo discriminadamente em seus lugares de maneira que com facilidade encontram-se os seus documentos, por mais antigos que sejam. [...] **Parabéns ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que se já muitos serviços têm prestado a Minas Gerais, este agora de instalação do arquivo marianense bastava para dar o nome que merece ao grande e diligente homem público Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.**¹⁵⁶

O atual AHCSM era conhecido como “Arquivo dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício Judicial e Notas”. Segundo Domingos de Souza Novaes, o acervo se encontrava devidamente organizado e as pesquisas podiam ser realizadas com facilidade. O sócio do IHGMG ainda parabenizou a iniciativa do SPHAN, sobretudo a Rodrigo M. F. de Andrade, que mais uma vez se destacou como o principal arconte dessa documentação.

Outra observação a respeito da organização do acervo documental foi feita por Salomão de Vasconcelos. Em visita ao arquivo em 22 de fevereiro de 1955 o historiador escreveu: “Deixo aqui a minha ótima impressão pelo esforço extraordinário e patriótico do diligente organizador deste arquivo, a todos os títulos memorável.”¹⁵⁷ Nessa época, Salomão de Vasconcelos não fazia mais parte da então DPHAN, cujo representante regional desde 1945 era o seu filho, Silvio de Vasconcelos.

Em meados da década de 1980, a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória criaram um projeto denominado Sistema Unificado de Organização dos Arquivos Históricos do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais (GMCH/MG). O objetivo era a implantação de um sistema unificado de organização dos arquivos históricos sob a guarda da SPHAN em Minas Gerais. Observamos que nesse mesmo período foi iniciado nacionalmente o Programa de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento),¹⁵⁸ iniciativa que se aproximou de uma política mais específica para a área dos arquivos proposta pelo setor cultural, ainda que por um curto

¹⁵⁶ AHCSM. Livro de registro de visitas ao arquivo histórico da casa setecentista de Mariana. Arquivo Administrativo. Mariana, 1953. Neste período o arquivo ainda não estava na Casa Setecentista de Mariana, por isso nos referimos a ele apenas como Arquivo Histórico de Mariana – DPHAN. [Grifos nossos]

¹⁵⁷ AHCSM. Livro de registro de visitas ao arquivo histórico da casa setecentista de Mariana. Arquivo Administrativo. Mariana, 1953. p. 4.

¹⁵⁸ Para saber mais sobre o Programa de Preservação da Documentação Histórica ver: BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro, 2012.

período de tempo, ou seja, entre 1984-1988.¹⁵⁹ O projeto para a organização dos arquivos do GMCH/MG não fez referência ao Pró-Documento, mas se inseriu neste cenário mais amplo marcado pela abertura política, por demandas sociais para o acesso aos documentos e pela intensificação das pesquisas históricas.

Curiosamente, as propostas para a organização desses acervos se fundamentaram em publicações do Arquivo Nacional difundidas na década de 1980, apontando, assim, para um possível diálogo entre a SPHAN e o AN. As aproximações entre o AN e a SPHAN também ficaram evidentes em algumas publicações da Revista do Patrimônio, que nesse período se tornou um espaço de debates acerca da temática do patrimônio documental. Entre as publicações destacamos as seguintes: Por uma política brasileira de arquivos, datada de 1986, e Bens Móveis, em 1987.¹⁶⁰ Com diferentes enfoques autores como René Armand Dreifuss¹⁶¹, pesquisador da documentação do AN; Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco¹⁶², diretora do AN; José Maria Jardim¹⁶³, então coordenador do Sistema Nacional de Arquivos e dos Arquivos Intermediários do Arquivo Nacional; Marco Aurélio Garcia¹⁶⁴, Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth; e Gilson Antunes, Marcus Vinícius Toledo Ribeiro e Sidney Solis¹⁶⁵, da equipe do Pró-Documento da SPHAN, tiveram como pontos comuns das suas reflexões os inúmeros problemas que os arquivos brasileiros enfrentavam. Entre eles, a falta de estrutura e organização dos documentos, a deterioração dos acervos, a escassez de recursos humanos e financeiros, as restrições de acesso e apontaram para a necessidade de uma legislação arquivística.

De acordo com José Maria Jardim, foi o mesmo grupo que compôs o Pró-Documento que teceu críticas à uma suposta atuação “autoritária” do AN acerca da declaração de interesse social dos arquivos privados previstas na Lei de Arquivos da década de 1990, cujo debate situamos acima. Conforme mencionamos anteriormente, esse grupo considerou a legislação

¹⁵⁹ JARDIM, José Maria. Op. Cit.

¹⁶⁰ MÓR- Jannice Monte. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio**, n.º 22, 1987. ANTUNES, Gilson; BITRAN, Trindade; JARDIM José Maria; DREIFUSS, René Armand. Mesa redonda: acervos arquivísticos. **Revista do Patrimônio**, n.º 22, 1987. SOLIS, Sidney Sérgio Fernandes; ISHAD, Vivien. Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação? **Revista do Patrimônio**, n.º 22, 1987.

¹⁶¹ DREIFUSS, René Armand. Ao arquivo, com carinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

¹⁶² FRANCO, Celina do Amaral Peixoto. Uma proposta radical de trabalho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

¹⁶³ JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: estrutura e organização; a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

¹⁶⁴ GARCIA, Marco Aurélio. A memória nacional aprisionada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

¹⁶⁵ ANTUNES, Gilson; RIBEIRO, Marcus Vinicius; SOLIS, Sidney. O Programa Nacional de Preservação histórica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

arquivística uma superposição a legislação do patrimônio histórico e artístico nacional, mais especificamente ao tombamento de documentos.¹⁶⁶ Ou seja, aproximações e conflitos marcaram as relações entre AN e a SPHAN em relação aos arquivos. No caso da SPHAN, no entanto, não se tornou uma disputa institucional, pois ficou restrita aos funcionários que transitaram entre os campos arquivístico e do patrimônio cultural.¹⁶⁷

Nesse quadro mais amplo, o levantamento da situação dos arquivos custodiados pela SPHAN em Minas Gerais realizado pela Pró-Memória apontou que:

Nos Arquivos das **Casas Setecentistas do Pilar e de Mariana** a maior parte do acervo acha-se organizado, ambas utilizando a mesma metodologia que, no entanto, tem se mostrado **obsoleta em relação à atual política de organização, conservação e divulgação de documentos**. No Arquivo do **Museu Regional de São João del-Rei** existe um sistema antigo que vem sendo retrabalhado e grande parte do acervo ainda não foi processado. Em **Sabará**, encontramos no Arquivo Histórico do **Museu do Ouro** uma organização empreendida há alguns anos atrás que mostra-se ineficiente pela inadequação da metodologia empregada; além disto, a maioria do acervo não sofreu nenhum processamento técnico. Um trabalho sumário de arrolamento de documentos vem sendo feito há um ano, só tendo atingido uma pequena parte do acervo. O Arquivo Histórico do **Museu do Diamante** conta com dois terços do seu acervo já registrado de maneira simples, porém atendendo à demanda de pesquisadores, mas precisando de uma reformulação dentro de critérios da nova política de organização e divulgação. O conjunto museológico do **Serro** mantém um Arquivo Histórico de pequenas proporções, nunca processado, que se encontra em fase de remoção para um novo espaço, com primeiros acondicionamentos.¹⁶⁸

Em relação aos arquivos de São João del-Rei, Sabará, Diamantina e Serro, a documentação da Casa Setecentista em Mariana e da Casa do Pilar em Ouro Preto, estavam em processo de organização mais avançado, mas obsoleto em termos de uma organização arquivística atual. O levantamento evidenciou que os arquivos estavam organizados a partir de diferentes critérios, resultando em um trabalho isolado e sem integração. Assim, o principal objetivo da proposta foi a “organização sistemática dos acervos, visando o levantamento documental para facilitar o atendimento ao consulente e o intercâmbio de informações entre os arquivos históricos.”¹⁶⁹

O projeto fez recomendações para a organização do arquivo em fundos e em ordem sequencial de arquivamento. Após a organização, foi indicada a elaboração de listagens para os nomes e localidades em ordem alfabética e para as datas em ordem cronológica, todas separadas

¹⁶⁶ JARDIM, José Maria. Op. Cit.

¹⁶⁷ FILHO, Hilário Figueiredo Pereira Filho. **Programa Memória do Mundo e campo arquivístico brasileiro: aproximações, trocas e conflitos**. Op. Cit.

¹⁶⁸ AHCSM. Unificação dos arquivos históricos do grupo de museus e casas históricas de Minas Gerais (G.M.C.H.-MG). Arquivo administrativo. Fundação Nacional Pró-Memória. Mariana. p. 1-2. [Grifos nossos]

¹⁶⁹ Ibidem. p. 2.

por fundo e por tipo documental e acompanhadas dos números da identidade documental.¹⁷⁰ Além de uma descrição documental com a apresentação sumária do manuscrito, o número de folhas, a legibilidade e o estado de conservação.¹⁷¹

Finalmente, foi proposta a recuperação de informações e divulgação do acervo documental, por meio da publicação de catálogos e divulgação dos documentos, bem como a confecção de um Livro do Tombo para cada arquivo.¹⁷² Quanto ao tempo para a execução da proposta, calculou-se um período mínimo de cinco anos para a conclusão dos objetivos, pois:

Trata-se de trabalho a ser feito a longo prazo, sobretudo porque cada Arquivo desenvolve atividades diversas, como: limpeza manual de documentos, pesquisas, atendimento ao público, apoio aos diversos setores técnicos das unidades além da deficiência de recursos humanos, em virtude do número reduzido de pessoal.¹⁷³

Na prática, não foram concretizadas todas as propostas da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-memória. No AHCSM, foram elaborados os instrumentos de pesquisa em ordem onomástica e o Livro do Tombo para os documentos. Além disto, foram confeccionados os catálogos em ordem cronológica, assim como foi feita organização da documentação por fundos. A escassez de recursos humanos que marcou a trajetória do atual IPHAN de maneira ampla, e dos arquivos históricos custodiados pelo órgão de forma específica, não permitiram que fossem empreendidas todas ações previstas, entre elas uma organização arquivística atual, a publicação dos catálogos e a divulgação efetiva dos documentos.

Portanto, são inegáveis os esforços da então DPHAN para a proteção dos documentos considerados de “valor histórico” a partir de complexos interesses e estratégias, que marcaram e marcam a preservação do patrimônio documental custodiado pelo órgão. Os documentos foram colocados sob a proteção da Diretoria do Patrimônio para serem catalogados e, após esse processo, possivelmente, tombados. Os meandros que envolveram a preservação desses documentos perpassaram pelo seu entrelaçamento com o patrimônio tombado das chamadas cidades históricas em consonância com uma concepção metódica de história e documento. No entanto, essa importante faceta da atuação do atual IPHAN, isto é, a preservação do patrimônio documental, foi pouco explorada pela literatura do campo do patrimônio cultural.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 8.

¹⁷¹ Ibidem. p. 11-12.

¹⁷² Ibidem. p. 3.

¹⁷³ Ibidem. p. 5.

2.2 O conjunto documental

Conforme Heloísa Liberalli Bellotto, é indispensável que a organização dos arquivos permanentes seja feita por fundos. O fundo é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada instituição pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas atividades. Os documentos que compõem o fundo guardam entre si relações orgânicas e são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural. Em outras palavras, esses documentos não devem ser mesclados a outros produzidos por instituições diferentes.¹⁷⁴

A documentação do AHCSM é composta por três fundos. O primeiro é o fundo Fórum de Mariana, composto pelos documentos produzidos pelos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício (ordem de criação dos cartórios). Esse fundo contém o seguinte subgrupo: ações cíveis, processos crimes, execuções, inventários post-mortem, justificações, notificações, sesmarias e testamentarias. Além dos livros de registros cartoriais de cartas de alforria, audiências, compra e venda de escravos, fianças de criminosos, hipotecas, notas, procurações, querelas e registros de testamentos.

O segundo fundo é o da Arquidiocese de Mariana. Os documentos que o integram são os livros de irmandades, livros de assento de missa e receitas e despesas de capelas. Esse conjunto documental foi produzido pelas igrejas, mas acompanhou os processos judiciais que envolveram a Arquidiocese.

O terceiro e último fundo é o da Câmara de Mariana, composto por livros referentes a registro de posturas, receitas e despesas e impostos. Nesse fundo há um grupo denominado guardamoria, que abrangeu a documentação relativa à distribuição de datas e águas minerais. Abaixo, os documentos do AHCSM organizados por fundos:

¹⁷⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Extensão cronológica: 1709-1956		
Fundo	Grupo	Subgrupo
Fórum de Mariana	Cartórios de Ofício 1º e 2º	Processo crime, testamentaria, inventário, justificação, notificação, sesmaria, ações cíveis, execução, cartas de alforria, audiências, compra e venda de escravos, fianças de criminosos, hipotecas, notas, procurações, querelas, registro de testamento.
Arquidiocese de Mariana		Livro de Irmandades, Livros de assento de missa e Receitas e despesas de Capelas.
Câmara Municipal de Mariana	Guardamoria	Livros de Atas, Livros de Posturas, Livros de Distribuição de Datas e Águas Minerais e Livros de Audiências.

Tabela 1: Documentos do AHCSM organizados por fundos.

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, a documentação cartorária no Brasil surgiu no início do processo de colonização, cuja origem foi um sistema de distribuição de terras. Obviamente, essa distribuição implicou o registro das terras, segundo o Regimento das Sesmarias. Por conta disto, são conjuntos documentais que contemplaram um amplo cenário político, econômico, cultural e social do país. Conforme a tradição portuguesa, no Brasil também se distinguiu o tabelião de notas e o tabelião judicial. Ao primeiro competia o dever de “lavar e autenticar escrituras e testamentos”. Ao tabelião judicial, por sua vez, coube os registros dos crimes e querelas que deveriam ser notificados aos juízes. Este último tornou-se, na prática, um escrivão de justiça. Ainda de acordo com o autor, comumente, os tabeliões do Brasil Colonial tratavam exclusivamente das notas e um dos oficiais da Câmara exerceu a função judicial. Em alguns casos, o tabelião das notas desempenhou a atribuição judicial e informou aos juízes diretamente e aos demais funcionários da Coroa. Além disto, costumeiramente, ocorreram superposições das funções de ambos os tabeliões.¹⁷⁵

Para aclararmos a produção dos documentos que compõem o AHCSM pelo poder local, tratamos brevemente da estrutura administrativa do Senado da Câmara de Mariana. A

¹⁷⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 1, jan.-jun. 1987.

documentação colocada sob a proteção da então DPHAN na década de 1940 era essencialmente cartorária. Os documentos produzidos pela Arquidiocese e pela Câmara de Mariana conservados no AHCSM, basicamente circularam nos processos que envolveram ambas as instituições.

Renato Pinto Venâncio demarcou dois momentos importantes na organização do poder local em Mariana. O primeiro compreendeu entre 1711-1745 e o segundo abrangeu 1746-1808. Relembramos que as atribuições da Câmara eram bastante amplas por contemplarem questões políticas, econômicas, jurídicas, fiscais, territoriais e assistenciais. No primeiro recorte, as questões de natureza econômica eram tratadas pelo Juizado de Órfãos, que fiscalizou a transmissão das heranças e administrou os bens dos herdeiros menores de idade. Subordinados ao Juiz de Órfãos encontravam-se o Partidor e Avaliador e o Curador Geral dos Órfãos. A estes, por sua vez, respondiam o Inquiridor Contador Distribuidor e o Tesoureiro dos Ausentes. Por fim, para a redação desses documentos havia o Escrivão dos Órfãos. Os assuntos de ordem judiciária eram tratados pelo Juiz de Fora e os seus auxiliares, responsáveis pela abertura de inquéritos, prisões e devassas. Ao Juiz de Fora era subordinado o Juiz Ordinário. A este respondiam o Procurador e o Juiz de Vintena. Ao Procurador eram vinculados o Carcereiro, o Alcaide e o Meirinho das Execuções. Os documentos produzidos pelos dois últimos eram feitos pelo Escrivão da Vara dos Alcaides e pelo Escrivão das Execuções, respectivamente. A redação dos documentos produzidos pelo Juiz de Vintena era feita pelo Escrivão de Vintena. Os temas políticos competiam ao Presidente do Senado da Câmara e aos Oficiais (vereadores). As demandas fiscais pertenciam ao Almotacel, responsável pela cobrança dos impostos. As atas e outros documentos camarários relacionados a fiscalidade eram redigidos pelo Escrivão de Almotacaria.¹⁷⁶

Entre 1746 e 1808, a estrutura geral da Câmara passou por algumas modificações com a ampliação do número de cargos e com a abrangência dos serviços. No eixo do Presidente da Câmara surgiu o cargo de Cirurgião do Partido, subordinado aos Oficiais da Câmara. Essa função consistiu em decretar quarentena com o objetivo de evitar a propagação de doenças. A área de atuação do Juiz de Órfãos se ampliou consideravelmente com a criação do cargo de Aprovador de Testamento nas freguesias do Termo de Mariana. O Escrivão de Órfãos tornou-se subordinado ao Inquiridor Contador Distribuidor. Nesse período também surgiu o Escrivão de Testamentos da Suplicação. Ao Tesoureiro dos Ausentes respondia o Meirinho dos

¹⁷⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

Ausentes. Finalmente, a este último subordinava-se o Escrivão do Meirinho dos Ausentes. Em relação as questões territoriais, após 1780 com criação do cargo de Juiz das Demarcações de Sesmaria, os poderes camarários ampliaram-se ainda mais. Embora competisse ao governador conceder sesmarias, em Minas Gerais as câmaras eram consultadas por conta dos conflitos relacionados aos limites das sesmarias no período de expansão da fronteira agrícola. Ao Juiz Ordinário estavam subordinados o Solicitador de Causas e o Jurador. Ao Alcaide respondia o Porteiro de Juízo. Por fim, ao Escrivão de Meirinho das Execuções subordinou-se o contínuo. No âmbito judiciário, foi implantado o cargo de Juiz de Vintena na maioria das freguesias de Mariana, cuja atuação se relacionou aos conflitos que envolveram os pagamentos e as dívidas atrasadas.¹⁷⁷

O quadro traçado acima acerca do funcionamento do poder local em Mariana se alterou a partir da Independência do Brasil. Com a Lei de 1º de outubro de 1828 foram abolidas as funções judiciais das Câmaras, que se tornaram instituições apenas administrativas. As câmaras municipais passaram a ser controladas pelos Conselhos Gerais das Províncias, Presidentes das Províncias e pelo Governo Geral. Naquele mesmo ano foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, logo após terem sido regulamentadas as funções dos escrivães, tabeliães e outros oficiais. Com a instituição do Código Criminal de 1830 e a promulgação do Código do Processo Criminal, em 1832, a Justiça Municipal passou a ser composta pelo Juiz de Direito, Promotor e Tribunal do Júri, todos na Comarca. O Juiz de Direito era escolhido pelo Imperador entre os bacharéis em Direito. O Juiz de Órfãos, Juiz Municipal (juizes municipais substitutos), Escrivão das Execuções e Tabelião, Oficiais de Justiça e Carcereiro eram nomeados pelos Presidentes de Província para um mandato de 3 anos. O Juiz de Paz era escolhido por eleição popular e, por sua proposição, a Câmara Municipal nomeava inspetores de quarteirões. Esta organização persistiu, com algumas modificações, até o final do regime monárquico, em 1889.¹⁷⁸ Finalmente, com a Lei n.º 6.015/73 e pela emenda n.º 7 de 1977, oficializou-se o tabelionato e os serviços auxiliares da justiça, entre eles os Cartórios, que passaram a ser fiscalizados pela Corregedoria de Justiça.¹⁷⁹

Portanto, acreditamos que a documentação cartorária que compõem o AHCSM, circulou na estrutura administrativa da Câmara de Mariana, onde inclusive foi conservada até o início da década de 1960, quando foi transferida para a Casa Setecentista de Mariana. A documentação que compõem os fundos da Arquidiocese e da Câmara de Mariana, embora produzida por

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

¹⁷⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit.

ambas as instituições, possivelmente circulou em processos que envolveram aquelas e por isso não se encontram nos seus próprios arquivos.

Conforme Heloísa Liberalli Bellotto, o estudo diplomático dos documentos é altamente indicado para os arquivos permanentes. A diplomática como ciência documentária surgiu no século XVII, e, inicialmente, tinha como propósito diferenciar os documentos verdadeiros dos falsos. Atualmente, o objeto da diplomática é a espécie documental, ou seja, “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.”¹⁸⁰ Os documentos de igual espécie comportam-se uniformemente, pois os elementos fixos são os mesmos para cada espécie documental, ainda que os conteúdos variem. Em outras palavras, o documento diplomático é o testemunho escrito de um ato de natureza jurídica, cuja redação foi feita a partir de fórmulas estabelecidas que lhe conferiram fé pública e força de prova. Os estudos da diplomática auxiliaram na compreensão do documento desde quando ele foi produzido, os motivos de sua criação e como ele foi estruturado. Para o historiador, o estudo diplomático dos documentos contribuiu para o conhecimento mais aprofundado dos temas tratados por cada documento. Aos arquivistas, o conhecimento das mais diferentes espécies documentais que podem ocorrer nos fundos a arranjar e descrever é indispensável para que não se cometam erros de identificação.¹⁸¹ Embora o estudo diplomático dos documentos do AHCSM seja necessário, ele não fez parte do escopo dessa dissertação e merece um trabalho à parte.

Procedemos, assim, a descrição genérica dos documentos, fundamentados, sobretudo, pelo Vocabulário Jurídico,¹⁸² uma vez que a maior parte dos documentos são dessa área. Assim, realizamos um levantamento baseado em dados já existentes no AHCSM da quantidade de documentos e da abrangência temporal da documentação. Complementamos com consultas aos instrumentos de pesquisa e aos próprios documentos. Com relação às datas de início e fim de cada grupo de documentos, apresentamos os dados reunidos até o presente momento, pois as datações são móveis, já que o arquivo ainda possui documentos a serem identificados e catalogados e, portanto, outros documentos podem ser acrescentados ao recorte já estabelecido.

¹⁸⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Op. Cit. p. 52.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Considerando que a maior parte da documentação é de origem jurídica, consultamos a obra de SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

2.2.1 O “precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca de Mariana”: Fundo Fórum de Mariana

Como demonstramos no capítulo anterior, Rodrigo M. F. de Andrade se referiu ao conjunto documental cartorário que atualmente compõem o AHCSM como “precioso acervo documental antigo dos cartórios da Comarca de Mariana.” Essa mesma documentação justificou a doação da Casa Setecentista para abrigá-la na década de 1960. Em outras palavras, tais documentos originaram o AHCSM. Como vimos, foram mais de 50 mil documentos. Ocuparemos as próximas linhas com uma apresentação mais detalhada desse acervo documental.

Começaremos com a ação cível, também chamada de ação civil. É a ação para a garantia de direitos ou o cumprimento de obrigações fundamentadas em recomendações do direito civil.¹⁸³ Constanos nos documentos questões diversas, como por exemplo, despejo e invasão de terras, cobrança de dívidas, entrega de materiais para a construção de igrejas, custas de tutela, partilha de divórcio, pagamentos de funeral, entre outras questões. Os documentos do Cartório do Primeiro Ofício totalizaram 2706 autos, com datas limite de 1709-1909. Já os do segundo ofício somaram 20.270 autos, com datas limite de 1710-1887.

Com relação aos processos crime, derivado do latim *crimen* - acusação, queixa, injúria ou agravo -, tratam dos atos praticados contra a lei penal.¹⁸⁴ Na documentação disponível no AHCSM, encontramos as mais variadas ações, tais como, depredações em roças, violências, apelação de sentenças, assassinatos, arrombamentos de casas, castigos rigorosos contra escravos, furtos, roubos, espancamentos, entre outros crimes. Os processos crimes do Cartório do Primeiro Ofício totalizaram 621 autos, as datas limites são 1753 a 1898. No Cartório do Segundo Ofício constaram 1489 autos, entre os anos de 1714 a 1889.

A respeito das execuções, proveniente do latim *exsecutio*, estas possuem diversas acepções na terminologia jurídica, mas consistem na intenção de realizar ou concluir algum projeto.¹⁸⁵ Entre os autos encontramos execução por dívida, partilha, por dívida paroquial e penhora de escravo. No primeiro ofício contém 281 autos, com datas entre 1726-1891. Já no segundo ofício, são 7136 autos, entre os anos de 1730-1871.

¹⁸³ Ibidem. p. 20.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 586.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 239.

O inventário post-mortem remete ao latim *inventarium*, - agenciar, diligenciar e promover -, entre outras questões, tem por finalidade o tratamento da arrecadação de bens do inventariado, conforme a descrição feita pelo inventariante; a avaliação dos bens de acordo com a lei processual e o reconhecimento dos herdeiros.¹⁸⁶ É “uma exata demonstração da situação econômica do de cujus, pela evidência de seu ativo e do seu passivo, a fim de serem apurados os resultados, que irão ser objeto de partilha.”¹⁸⁷ No primeiro ofício há 3132 autos, que contemplaram os anos de 1713 a 1920. Enquanto no segundo ofício, há 2433 autos, com datas limite 1718 a 1909.

No que tange a justificação, do latim *justificatio* – justificar, absolver-, é a comprovação judicial acerca de algo.¹⁸⁸ Consiste na junção de testemunhas e documentos, que fundamentam um processo judicial. As justificações podem ser para suprimimento de idade, emancipação, capacidade para ser tutora, emancipação para receber bens de herança, entre outros. O primeiro ofício contém 1157 autos, com datas limite entre 1718-1909. O segundo ofício possui 1122, que abrangem os anos de 1709 a 1902.

Quanto à notificação, do latim *notificare* – dar a saber -, é uma espécie de aviso encaminhado a alguém para seu conhecimento de um ato jurídico.¹⁸⁹ A estrutura é composta basicamente pelo nome do autor da notificação, nome do réu e pelo nome do escrivão. As questões notificadas são as mais diversas, como por exemplo, notificação para conclusão de obras, para despejo, para crédito, para ser testemunha, para pagamento de compra de escravo, entrega de autos, entre outras. O primeiro ofício possui 352 autos, que compreenderam o período de 1724-1884. No segundo ofício contém 466 autos, entre os anos de 1714-1873.

A sesmária, termo derivado do latim *sex*, refere-se as datas de terras. Inicialmente eram terras devolutas e públicas doadas para serem cultivadas, cuja venda foi autorizada somente pela lei de 18 de setembro de 1850.¹⁹⁰ De maneira geral, o documento é composto pela outorga da carta de sesmária, pela petição do sesmeiro, na qual solicita a demarcação das terras, o traslado da sesmária e o despacho do juiz. O primeiro ofício é formado por 317 autos, com datas limite entre 1711-1875. O segundo ofício possui 421 autos entre os anos de 1750-1867.

Em referência a testamentária, do latim *testamentaria*, é a administração dos bens relacionados pelo testamento e a soma das funções e atribuições previstas em lei e oriundas dos

¹⁸⁶ Ibidem. p. 515.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 515.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 40.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 253.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 229.

anseios do testador, que são confiadas ao testamenteiro.¹⁹¹ Basicamente, a testamentaria contém os dados do testador e do testamenteiro, texto do testamento, autuação do cartório, traslado de procuração e termo de aprovação. Algumas das questões que envolvem as testamentarias são as contas de tutela, contas incompletas, relação dos bens e inventários incompletos. O primeiro ofício possui 2632 autos e as datas limite são 1718-1906.

A alforria, processo pelo qual foi concedida a liberdade aos escravos, ocorreu comumente de duas maneiras: a primeira através da concessão dos próprios senhores. A segunda foi por ato decorrente de imposição legal.¹⁹² Os livros de alforria fazem parte do ofício indeterminado, composto por 3 livros com datas limite entre 1736-1808.

Os livros de audiência, do latim *audientia*, - escutar, atender -, resultaram das sessões em que o magistrado recebeu os envolvidos para escutar as suas alegações, deliberando sobre as questões trazidas a seu conhecimento.¹⁹³ O primeiro ofício é composto por 30 livros, com registros entre os anos de 1832-1931. Enquanto o segundo ofício contém 14 livros, que abrangem os anos de 1850-1925. O ofício indeterminado contém 23 livros, entre os anos de 1807-1906.

A compra e venda é um contrato pelo qual o proprietário de algo concorda em transferir a sua propriedade a alguém por meio do pagamento de um valor estipulado, no caso em questão, um escravo.¹⁹⁴ O primeiro ofício é composto por dois livros, com datas entre os anos de 1861-1867. Já o segundo ofício possui três livros, com datas entre 1869-1886.

As fianças de criminosos ou fianças criminais ocorrem nos casos em que o crime é afiançável. Nessas situações, uma pessoa oferece uma garantia a alguém que está sendo processado criminalmente.¹⁹⁵ No AHCSM estão armazenados três livros que fazem parte do primeiro ofício, com datas limite entre 1844-1899.

As hipotecas, do grego *hypothéke*, referem-se a uma garantia entregue pelo devedor por exigência do credor como forma de garantia de uma obrigação.¹⁹⁶ Os quatro livros de hipoteca encontram-se no primeiro ofício, com datas limite entre 1854-1866.

Quanto aos livros de notas, estes consistem em livros usados pelos tabeliães, notários e escrivães, destinados ao lançamento de escrituras ou termos de atos relativos aos seus respectivos ofícios a pedido das partes interessadas. Posteriormente, são extraídos traslados ou

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem. p. 131.

¹⁹³ Ibidem. p. 243.

¹⁹⁴ Ibidem. p. 476.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 288.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 384.

certidões com valor jurídico. Tais escrituras passadas em livros de notas dos tabeliães são consideradas públicas.¹⁹⁷ O primeiro ofício contém 140 livros, com datas entre 1711-1929. O segundo ofício, por sua vez, tem 48 livros, com datas entre 1722-1931.

As procurações, do latim *procuratio* - cuidar, administrar coisa de outra pessoa, ser procurador de alguém –, na linguagem técnica do direito, representa o documento em que são outorgados poderes.¹⁹⁸ No primeiro ofício contém 45 livros, com datas limites entre 1874-1933. Enquanto o segundo ofício possui 19 livros, com datas limite entre 1878-1932.

A querela, palavra de origem latina querela, significa queixa ou acusação. De acordo com as Ordenações do Reino, as querelas poderiam ser simples ou perfeitas. A querela simples é a acusação sem a prestação de juramento, nomeação de testemunhas ou pagamento de fianças às perdas e danos, resultantes das acusações improcedentes. A querela perfeita é a denúncia com juramento e fundamentada por todas as exigências legais.¹⁹⁹ O primeiro ofício possui 19 livros, com datas limite entre 1713-1828. O segundo ofício contém 06 livros, entre os anos de 1803-1831. O ofício indeterminado contém 02 livros, entre os anos de 1760-1832.

Finalmente, os registros de testamentos, do latim *testamentum*, na linguagem jurídica significam o ato no qual o testador estabelece as condições para distribuição e partilha dos seus bens, assim como os seus herdeiros, dispondo sobre o destino do seu patrimônio após a sua morte. Outra questão tratada pelos testamentos refere-se à tutoria dos filhos, ao reconhecimento da filiação, a liberdade dos escravos e a deserção.²⁰⁰ Os testamentos encontram-se no primeiro ofício e totalizam de 84 livros, com datas limite entre 1732-1956.

2.2.2 Fundo Arquidiocese de Mariana

Com relação ao Fundo da Arquidiocese de Mariana, este é composto pelos livros de receitas e despesas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro (1719-1973), Irmandade das Almas de Antônio Pereira (1723-1803), Irmandade das Almas de Furquim (1752-1816) e da Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Barbacena (1805-1832). Além do Livro de Missas pela Alma dos Irmãos da Ordem 3ª (1792-1833).²⁰¹

¹⁹⁷ Ibidem. p. 107.

¹⁹⁸ Ibidem. p. 461.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 10.

²⁰⁰ Ibidem. p. 362-363.

²⁰¹ Há também outros documentos que contemplam a religiosidade. Entre eles os testamentos e os inventários post-mortem dos membros das irmandades e ordens terceiras. Além de escrituras do patrimônio de capelas de Mariana e de suas freguesias no Livro de notas, bem como processos crimes e cíveis que relatam conflitos entre as irmandades e notificações para “dar contas.”

2.2.3 Fundo Câmara Municipal

Quanto ao Fundo Câmara Municipal, este contém livros referentes a registros de posturas, receitas e despesas e impostos. São 19 livros, que abrangeram informações entre os anos de 1733-1864.

Esse fundo também contém um grupo denominado guardamoria, com a documentação relacionada as datas/águas minerais. Observamos nos documentos que o termo guardamoria remeteu a guardamor, responsável pela concessão das datas e eram escritos pelo escrivão da guardamoria. A utilização das águas minerais das minas e das demais riquezas encontradas no subsolo, mesmo que em propriedade privada, eram entendidas como de interesse coletivo e para explorá-las foi necessária a autorização do governo.²⁰² Em Minas Gerais, na região dos descobrimentos do ouro, as primeiras concessões de terrenos não foram feitas através das cartas de sesmarias, mas sim das datas de mineração. Enquanto a medida da sesmaria era “légua em quadra”, a data de mineração foi bem menor, isto é, a “braça em quadra”, e o número de datas destinadas a cada concessionário dependeu do número de escravos empregados nos trabalhos.²⁰³ O conjunto documental é composto por 14 livros, que trazem informações entre os anos de 1723-1891.

A presença de mais de 50 mil documentos no atual AHCSM, assim como a ausência de muitos outros, resultaram de ações humanas que definiram nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. Esse arquivo é o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, cujas condições de produção e as intencionalidades de preservação procuramos aclarar. Em outras palavras, transformamos esses documentos em monumentos.

Portanto, nos afastamos de uma leitura naturalizadora com relação a associação entre documento e passado e analisamos o AHCSM enquanto uma construção histórica. Em outras palavras, o nosso objeto de estudo foi o processo mesmo de sua constituição.²⁰⁴ Estudamos o arquivo como um “lugar de memória” e a memória como um objeto do conhecimento histórico, ou seja, desnaturalizamos a existência do arquivo e da sua documentação, selecionada e organizada com propósitos específicos. O processo de organização do acervo documental e as pesquisas realizadas com a documentação, evidenciaram a atenção conferida aos documentos relacionados aos bens tombados em Mariana. Além disto, Rodrigo M. F. de Andrade se

²⁰² SILVA, De Plácido. Op. Cit. p. 121-122.

²⁰³ MARX, Murilo apud FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. Op. Cit.

²⁰⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. **Estratégias de institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos.** Op. Cit.

destacou como o principal “arconte” do AHCSM ao cuidar do espaço onde seriam depositados os documentos oficiais, ou seja, a Casa Setecentista – “arkheion”, da organização do acervo e do “poder de interpretar os arquivos”. Não podemos desconsiderar como esses sujeitos foram bem-sucedidos na construção de um discurso de monumentalização da cidade de Mariana e dos seus documentos que ainda hoje se mantém sólido.

CAPÍTULO 3

ENTRE MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: O LUGAR DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA

Nos capítulos anteriores evidenciamos o processo de construção de Mariana enquanto cidade monumento. Conforme demonstramos, os arquivos preservados foram um dos argumentos que justificaram a monumentalização da cidade na década de 1940. Vimos que a monumentalização de Mariana e a conservação dos seus documentos estiveram entrelaçados e foram alvos de preocupações de diferentes sujeitos. Entre eles destacamos a Prefeitura, o SPHAN, o IHGMG e a Arquidiocese de Mariana. Nesse contexto, a Casa Setecentista de Mariana foi o elo entre a conservação dos documentos colocados sob a proteção da então DPHAN naquele espaço, e a preservação da cidade-monumento - enquanto sede da representação da Diretoria do Patrimônio em Mariana. Nesse percurso, debruçamo-nos sobre o processo de constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana custodiado pelo IPHAN desde 1948. A partir desse objeto de análise, aclaramos as principais intencionalidades que envolveram a preservação de documentos pelo IPHAN. Neste capítulo, o nosso objetivo consistiu em problematizar o recurso à pesquisa histórica às fontes escritas e em evidenciar as possibilidades de pesquisa para a construção de um conhecimento histórico acerca do patrimônio cultural, a partir do AHCSM.

3.1 A pesquisa histórica e o patrimônio cultural

Conforme Márcia Chuva, ao final da década de 1940 a figura do arquiteto se consolidou como o profissional “adequado” para o trabalho de seleção e tombamento dos bens a serem incluídos na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional. Somente nos anos iniciais do Serviço do Patrimônio, os cargos das representações regionais²⁰⁵ foram ocupados por

²⁰⁵ Posteriormente os representantes regionais foram substituídos por arquitetos ou engenheiros: Augusto Meyer, escritor e representante regional do Rio Grande do Sul (1937-1939); Lucas Mayerhofer, arquiteto e representante regional no Rio Grande do Sul (1939-1940). Gilberto Freyre, sociólogo e representante regional em Pernambuco (1938-1939); Ayrton Carvalho, engenheiro e representante regional em Pernambuco (a partir de 1938). Epaminondas de Macedo, engenheiro e representante regional em Minas Gerais (1936-1938); Salomão de Vasconcelos, historiador e representante regional em Minas Gerais (1938-1945); Sílvio de Vasconcelos, arquiteto e representante regional em Minas Gerais (a partir de 1945). Mário de Andrade, escritor e representante regional em São Paulo (1937 a 1938); Luiz Saia, engenheiro e representante regional em São Paulo (a partir de 1939). Com exceção de Godofredo Filho, escritor e representante regional na Bahia por longos anos (1938-1970). Ver:

intelectuais sem formação especializada e com atuação profissional variada. Logo em seguida, se tornou um espaço de atuação privilegiado para os arquitetos que, naquele momento, buscavam constituir uma profissão autônoma em relação à Engenharia e às Belas Artes.²⁰⁶

Naquele contexto, Lúcio Costa, principal expoente do movimento moderno da arquitetura no Brasil, foi decisivo tanto em termos da profissionalização do arquiteto, enquanto diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) entre os anos de 1930 a 1931, quanto na formulação das concepções do SPHAN, onde exerceu o cargo de chefe da Divisão de Estudos de Tombamentos (DET), no período de 1937 a 1972.²⁰⁷ Em um plano de trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento elaborado em 1949, o arquiteto afirmou que:

[...] não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição.²⁰⁸

Certamente temos posicionamentos conflitantes no interior do SPHAN entre Lúcio Costa e Rodrigo M. F. de Andrade em relação à pesquisa histórica. O arquiteto distinguia entre a pesquisa histórica como é feita nas universidades, daquela que considerou necessária para o tombamento dos bens culturais. Esse caráter apenas instrumental ou acessório atribuído à pesquisa histórica resultou de uma concepção restrita de patrimônio, cujos bens privilegiados por sua excepcionalidade não requeriam maiores pesquisas.

Contrariamente à concepção de Lúcio Costa, citamos o exemplo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Conforme Vanusa Braga, o bisavô paterno de Rodrigo M. F. de Andrade, Rodrigo Bretas, escreveu em 1896 uma biografia sobre o Aleijadinho que além de fornecer os primeiros dados biográficos e informações sobre a doença que acometeu o artista, também atribuiu a Antônio Francisco Lisboa a autoria de diversas obras em Minas Gerais.²⁰⁹

Contudo, uma querela se iniciou em 1934 quando o historiador e diretor do Arquivo Público Mineiro, Teófilo Feu de Carvalho, publicou um texto no qual negou boa parte das obras atribuídas por Bretas a Aleijadinho. Segundo Feu de Carvalho, Bretas não apresentou nenhuma fonte documental que atestasse a autoria de Aleijadinho nas obras relacionadas.²¹⁰

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940)**. Op. Cit. p. 198.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940)**. Op. Cit.

²⁰⁸ COSTA, Lúcio. **Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento – DET, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1949. [Grifos nossos]

²⁰⁹ BRAGA, Vanusa Moreira. Op. Cit.

²¹⁰ BRAGA, Vanusa Moreira. Op. Cit.

Não obstante, para a identificação das obras de Aleijadinho, Rodrigo M. F. de Andrade encomendou e orientou diversas pesquisas em arquivos civis e eclesiásticos de Minas Gerais a procura de recibos de pagamentos e outros documentos que comprovassem a autoria das obras executadas pelo artista. Os esforços do SPHAN para referendar a biografia de Bretas foram questionados por Augusto Lima Júnior, que também tentou invalidar a biografia escrita pelo bisavô de Rodrigo M. F. de Andrade. Segundo Lima Júnior, vultosos recursos do Ministério da Educação foram dispendidos para manter viva uma “tese de família”. Os resultados das pesquisas não demoraram a surgir. Já em 1938 um levantamento de documentos comprovou a autoria de Aleijadinho nas obras da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Sabará e nas Igrejas do Carmo e São Francisco em Ouro Preto, entre outras:²¹¹

[...] à medida que têm avançado os estudos empreendidos sobre a questão [a relação das obras atribuídas a Aleijadinho] **nos arquivos civis e eclesiásticos de Minas Gerais**, chega-se cada dia mais à conclusão de que, longe de haver necessidade de se reduzir a relação das obras atribuídas ao famoso artista mineiro, o que se impõe é ampliar talvez consideravelmente aquela relação. **Tem sucedido, de fato, que as pesquisas procedidas nos arquivos, por um grande número de especialistas, vêm não só confirmando, por meio de profusa prova documental,** a procedência da atribuição ao Aleijadinho de quase todos os trabalhos que lhe eram creditados em Ouro Preto, Congonhas do Campo, Sabará, São João del Rei e em outras localidades de Minas, mas também demonstrando que lhe são devidas outras obras valiosas cuja autoria nem mesmo a tradição oral lhe tinha emprestado. [...] **A documentação, porém, coligida pelos estudiosos nos arquivos, publicada nos últimos vinte e cinco anos, não permite mais a mínima dúvida acerca da procedência das atribuições das obras principais que já eram creditadas a Antônio Francisco Lisboa.**²¹²

As pesquisas realizadas nos arquivos mineiros contribuíram substancialmente para a produção do conhecimento histórico acerca das obras realizadas por Aleijadinho. Somente após a pesquisa histórica realizada nas fontes escritas, que apontaram dados fundamentais acerca das obras executadas pelo escultor, tornou-se possível, através de outras fontes, ampliar os estudos sobre o tema, assim como a comprovação ou a rejeição das obras atribuídas ao artista. Conforme Rodrigo M. F. de Andrade:

Iniciou-se, em tais circunstâncias, um novo período de estudos a respeito de Antônio Francisco Lisboa, com uma feição de crítica construtiva que, até então, não se tinha ainda podido empreender pela insegurança anterior dos elementos em que carecia de apoiar-se. Já agora, entretanto, com fundamento numa sucessão extensa de obras comprovadamente de autoria do Aleijadinho e executadas em datas conhecidas,

²¹¹ Ibidem.

²¹² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Novidades sobre o Aleijadinho. A Manhã. Rio de Janeiro, 23 jul 1943. In: **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 52; ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Aleijadinho. Na paz das serranias guarda-se o tesouro do gênio barroco. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 20 abr. 1963. In: **Rodrigo e seus tempos**. Ibidem. 147. [Grifos nossos]

precisamente, tornou-se praticável a apuração de outros trabalhos que ele houvesse executado e dos quais não restasse registro histórico fidedigno.²¹³

A pesquisa histórica às fontes escritas permitiu a confirmação da autoria de Aleijadinho, a verificação das datas das suas obras e a observação das “características de estilo” do artista. Entre a documentação consultada constavam termos de resoluções de mesas administrativas de irmandades, lançamentos em livros de receita e despesa das associações religiosas, contratos de trabalho e recibos de pagamentos por serviços minuciosamente especificados. Tais documentos possibilitaram e embasaram, segundo Rodrigo M. F. de Andrade, os estudos posteriores acerca do artista dos quais não havia registros escritos.²¹⁴

Com efeito, o posicionamento do arquiteto Lúcio Costa em relação à pesquisa histórica se inseriu precisamente no contexto da década de 1940, em que Rodrigo M. F. de Andrade se empenhou na constituição de arquivos para “propagar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”:²¹⁵

[...] o SPHAN diligencia neste momento para organizar um trabalho sistemático no sentido de **inventariar e assegurar a conservação de manuscritos de interesse histórico**, recolhidos a **arquivos particulares, a cartórios do interior do país e a arquivos eclesiásticos ou ordens terceiras e irmandades**.²¹⁶

A passagem acima reiterou que, na década de 1940, o SPHAN iniciou um trabalho dedicado a conservação dos manuscritos de “interesses histórico”, que foram recolhidos em arquivos particulares, cartórios do interior do país e arquivos eclesiásticos. Nos capítulos anteriores vimos que em Minas Gerais a então DPHAN colocou sob a sua proteção extensos conjuntos documentais sobretudo cartorários, além de ter auxiliado na catalogação de manuscritos do APM.

Em outra publicação para o jornal O Estado de São Paulo, em 25 de julho de 1947, Rodrigo M. F. de Andrade divulgou as pesquisas sobre a história da arte realizadas no Arquivo Público Mineiro e na Cúria Metropolitana de Mariana.²¹⁷ O diretor da DPHAN mencionou documentos conservados pelas igrejas, irmandades e ordens terceiras das vilas principais da

²¹³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Obras recentemente atribuídas ao Aleijadinho. O Estado de São Paulo. São Paulo, 22 jun. 1948. In: **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 132.133.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. p. 52.

²¹⁶ Ibidem, p. 52. [Grifos nossos]

²¹⁷ Entre essas pesquisas, Rodrigo M. F. de Andrade citou o livro de Salomão de Vasconcelos sobre Manuel da Costa Ataíde. Ver: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 74.

Capitania de Minas Gerais, bem como das prefeituras e antigos senados das Câmaras, entre elas, Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Serro e Diamantina:

É certo que, apesar das traças e da incúria, inumeráveis manuscritos antigos ainda subsistem nos arquivos eclesiásticos e civis, ainda não compulsados pelos pesquisadores à cata de elementos para a nossa história da arte. Os acervos mais ricos, para o fim a que se tem em vista, - o do Arquivo Público Mineiro e o da Cúria Metropolitana de Mariana -, já foram estudados cuidadosamente nos últimos anos, mas não se podem considerar ainda esgotados para o efeito requerido. **Por sua vez, os consistórios e sacristias das igrejas e capelas, que conservam livros e manuscritos avulsos de paróquias, irmandades e ordens terceiras das vilas principais da capitania das Minas, têm sido igualmente vasculhados pelos investigadores, com o mesmo objetivo, em Ouro Preto, Mariana, Sabará, Caeté, Santa Bárbara, São João Del Rei, Tiradentes, Conceição, Serro, Diamantina. Assim também o que resta nas atuais prefeituras, dos arquivos dos antigos senados das câmaras.** No entanto, será imprudente julgar exaustivas e completas as pesquisas realizadas até aqui. Há, sem dúvida, muito documento importante não folheado pelos estudiosos e grande número de outros cuja leitura satisfatória não se conseguiu fazer.²¹⁸

Para nós tornou-se evidente que, desde finais da década de 1930 e, de maneira mais incisiva na década de 1940, uma equipe de pesquisadores entre eles Judite Martins, Cônego Raimundo Trindade, Salomão de Vasconcelos, Antônio Ferreira de Moraes²¹⁹, entre outros, orientados por Rodrigo M. F. de Andrade, já “vasculhavam” os arquivos mineiros em busca de documentos relacionados ao patrimônio histórico e artístico nacional. Em outras palavras, o ponto de vista do arquiteto Lúcio Costa não era compartilhado por todos. Se haviam aqueles que, como Lúcio Costa, consideravam a pesquisa histórica desnecessária ou apenas uma atividade auxiliar no trabalho de preservação do patrimônio, outros, como o próprio Rodrigo M. F. de Andrade, reconheceram a sua importância, por considerar que poderia contribuir para a construção de um conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural. Ressaltamos que, para a concepção de história da escola metódica com a qual dialogou Rodrigo M. F. de Andrade e o seu grupo de pesquisadores, os documentos eram vistos como um testemunho no sentido de prova documental da história nacional que se pretendeu escrever através do patrimônio.

No entanto, a predominância de arquitetos nos quadros do atual IPHAN, não explicou, isoladamente, a escassez de pesquisas históricas no campo do patrimônio cultural. Conforme apontou Márcia Chuva, além da arquitetura, outras três profissões estabeleceram um diálogo profícuo com o campo do patrimônio cultural: a Museologia, cujos museus nacionais desde a década de 1980 mantiveram-se vinculados ao IPHAN; a Arqueologia, responsável pelas pesquisas arqueológicas no IPHAN; e a Antropologia, que se dedicou ao tema do patrimônio

²¹⁸ Ibidem. p. 74. [Grifos nossos]

²¹⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 146.

cultural imaterial. Os historiadores, por sua vez, se distanciaram dos debates acerca do patrimônio cultural e a afirmação de Lúcio Costa a respeito da pesquisa histórica poderia ser feita sem muitos estranhamentos.²²⁰

Como sabemos, durante muito tempo os historiadores dedicaram-se essencialmente a história política, econômica e social. Situamos o interesse da história pela temática do patrimônio cultural nos anos de 1980, com a “nova história cultural”. Conforme Roger Chartier, a proposta da história cultural consistiu em “identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.”²²¹ O patrimônio cultural, entendido aqui como uma construção histórica, tornou-se, assim, um dos objetos do historiador.

Nesse debate, destacamos a aproximação dos historiadores com a concepção de cultura dos antropólogos. A noção de cultura comumente empregada para se referir as produções intelectuais ou artísticas da “cultura erudita”, passou a incluir também a “cultura popular”, ou seja, o cotidiano, os costumes, as crenças e os modos de vida.²²² Esse entendimento amplo de cultura pautou-se pela noção de “circularidade cultural”, isto é, as complexas maneiras como nas práticas e nas representações as diferentes culturas se imbricaram e, muitas vezes, ficaram registradas nas fontes escritas²²³ – leitura fundamental para as análises que faremos mais adiante.

Apenas nesse período a perspectiva histórica começou a ser minimamente introduzida em alguns estudos de tombamentos feitos pelo IPHAN. Conforme Flávia Brito do Nascimento, um exemplo nessa direção foi o tombamento do centro histórico de Laguna, em Santa Catarina, que dialogou com a concepção de história e de documento dos Annales e foi além do critério da excepcionalidade e da opção da arquitetura do período colonial como constituidora da nacionalidade. A partir do aporte teórico da história, Laguna foi preservada pela sua potencialidade como documento em seu sentido ampliado, isto é, como fonte histórica. Em outras palavras, “os “historiadores do patrimônio” buscavam ultrapassar a noção de excepcionalidade para a valorização da história processual, numa perspectiva historiográfica bastante renovada para o campo da preservação no Brasil.”²²⁴

²²⁰ CHUVA, Márcia. O ofício do historiador sobre ética e patrimônio cultural. In: **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008.

²²¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002. p. 16-17.

²²² BURKE, Peter. O que é História Cultural? Trad. Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

²²³ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Op. Cit.

²²⁴ CHUVA, Márcia apud NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do IPHAN nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 24, n.º 3, set./dez. 2016. p. 131.

No entanto, os debates sobre a ampliação do campo do patrimônio cultural propriamente pelos historiadores, tornaram-se mais evidentes somente anos mais tarde, mais precisamente nos anos 2000. Ao contrário da Antropologia, por exemplo, que investiu de maneira consistente e precisa de modo a legitimar a sua atuação no campo do patrimônio cultural, até então praticamente monopolizada pelo arquiteto, “o historiador se furtou a atuar no campo da preservação do patrimônio cultural – sem investimentos de peso para construí-lo como um objeto próprio de investigação.”²²⁵ Corroboramos com Márcia Chuva que “ao historiador cabe tomar para si a História ocupando um espaço de ação profissional próprio no campo do patrimônio cultural, considerando as especificidades de sua formação disciplinar e aquilo com que pode contribuir para a interdisciplinaridade necessária ao campo.”²²⁶ Portanto, somente a predominância do arquiteto não explicou a escassez de pesquisas históricas as fontes escritas nos processos de tombamento e registro, pois o historiador também ingressou tardiamente nessa discussão.

Os anos 2000 também foram marcados pelos debates acerca da concepção de patrimônio cultural imaterial no contexto nacional²²⁷ e internacional.²²⁸ Essa ampliação que ocorreu desde o final do século XX, foi fruto de críticas ao eurocentrismo e da reivindicação de grupos sociais

²²⁵ CHUVA, Márcia. O ofício do historiador sobre ética e patrimônio cultural. Op. Cit., p. 40. Ainda segundo Márcia Chuva, os historiadores constituíram um corpo significativo no IPHAN somente a partir de 2005, quando através de concurso público foram integrados ao órgão cerca de 25 historiadores.

²²⁶ Ibidem, p. 43.

²²⁷ Em relação ao patrimônio cultural imaterial destacamos em nível nacional, o Decreto 3.551, no qual o patrimônio cultural imaterial foi definido como os conhecimentos e os modos de fazer do cotidiano, as celebrações, as manifestações e as práticas culturais: “Art. 1º. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.” BRASIL. Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 14 jul. 2017.

²²⁸ Em nível mundial destacamos a Convenção para Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da UNESCO, que **“reconhecendo que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana,** definiu o patrimônio cultural imaterial como: “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Ver: UNESCO. Convenção para Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Trad. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. [Grifos nossos]

que foram marginalizados historicamente por uma concepção de patrimônio cultural que privilegiou os bens de “pedra e cal”. No Brasil, a trajetória do patrimônio cultural imaterial esteve articulada a figuras emblemáticas como Mário de Andrade e Aloísio de Magalhães, mas também a demandas da sociedade não representada no cenário do patrimônio cultural brasileiro, além de um contexto de abertura política e do aumento dos órgãos estaduais e federais de cultura.²²⁹ Conforme o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, “[...] de certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais.”²³⁰

Nessa direção destacamos o posicionamento de Maria Cecília Londres Fonseca acerca da ampliação do conceito de patrimônio e da introdução do patrimônio cultural imaterial. A autora criticou a atuação do IPHAN que, durante mais de sessenta anos, se pautou pela preservação dos bens de “pedra e cal” e desconsiderou a “diversidade cultural do Brasil”. Com isso, as ações da instituição foram consideradas conservadoras e elitistas, pois privilegiaram os bens de tradição europeia e não contemplaram as contribuições dos grupos marginalizados historicamente na construção do patrimônio cultural. Conforme Fonseca, a despeito da ampliação do conceito de patrimônio cultural proposta pelo texto da Constituição de 1988, essa discussão apenas avançou com a publicação do Decreto 3.551/2000, que propôs o registro do patrimônio cultural imaterial. Duas questões destacadas pela autora são essenciais para a nossa problematização:

Se, como **pesquisas históricas** vêm comprovando, **o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX**, essa **informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro**, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação. Isso foi agravado pela **falta de documentação** sobre essa vertente da história do Brasil. [...] Há muito tempo realiza-se na Semana Santa, nessa cidade [Goiás], a Procissão do Fogaréu, de que as igrejas, ruas e praças são elementos fundamentais, assim como os rituais, **a indumentária e, sobretudo, as formas específicas de participação da comunidade**. Entretanto, a condição de patrimônio cultural da nação é atribuída, pelo órgão de preservação encarregado, apenas ao conjunto urbano edificado além de imóveis isolados.²³¹

Conforme Maria Cecília Londres Fonseca, pesquisas históricas apontaram que o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, contou com uma marcante população africana. No

²²⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Márcio (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

²³⁰ SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Op. Cit. p. 21.

²³¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. p. 60.

entanto, os bens que foram identificados como patrimônio cultural não registraram a presença desses grupos. O segundo problema que a autora levantou se referiu a Procissão do Fogaréu realizada todos os anos nas celebrações da Semana Santa na cidade de Goiás. No entanto, somente o conjunto urbano edificado e alguns bens imóveis isolados foram tombados. Em outras palavras, foram desconsideradas as maneiras específicas de participação da comunidade no cortejo.

Ambos os pontos abordados por Fonseca se relacionaram ao cerne do problema que destacamos neste capítulo: a escassez de pesquisas históricas no campo do patrimônio cultural. Além da insuficiência de pesquisas históricas no recorte do patrimônio cultural, os exemplos da autora evidenciaram a ausência de diálogos entre os estudos históricos já existentes e o patrimônio cultural. Certamente, a pesquisa histórica às fontes escritas no recorte do patrimônio cultural poderia ter contribuído para a inserção desses grupos negligenciados e, ainda, para o conhecimento das dinâmicas sociais que envolveram a celebração religiosa a qual a autora se referiu. Esse foi o principal ponto da nossa discussão nesse capítulo.

A dicotomia entre patrimônio cultural material e imaterial foi amplamente questionada pela literatura, que corroborou que todo bem reúne em si as duas dimensões. Nessa direção, Adler Homero afirmou que o patrimônio cultural imaterial no IPHAN foi tratado, ao longo dos últimos 30 anos, como um “problema mal posto”.²³²

Em seu texto, Homero rebateu as críticas que foram feitas à atuação do IPHAN. Os argumentos do autor foram de encontro com um grupo que se tornou hegemônico na área do patrimônio cultural no IPHAN do qual fez parte Maria Cecília Londres Fonseca. Homero dialogou com a socióloga em boa parte do seu texto. Nesse debate, a principal crítica que Homero considerou infundada se referiu à ampliação do conceito de cultura e a sua aplicação pelo IPHAN. De acordo com o autor e com ele corroboramos, são inegáveis as contribuições do IPHAN para o campo do patrimônio cultural e atribuir a apenas um órgão de preservação a responsabilidade por contemplar toda a diversidade cultural brasileira é algo impraticável.

Contudo, uma crítica comumente feita à atuação do IPHAN, inclusive por Fonseca, e que Homero considerou como a “mais difícil de refutar” foi a pouca atenção concedida à “cultura popular”. Em parte, essa questão foi atribuída pelo autor aos arquitetos que fizeram a seleção dos bens a serem tombados e a crítica feita a Lúcio Costa logo no título do seu texto

²³² O “problema mal-posto” presente no título do texto de Adler Homero é uma provocação, pois trata-se de uma paráfrase de um texto do arquiteto Lúcio Costa apresentado em 1972. Na apresentação, o arquiteto defendeu um posicionamento contrário à preservação dos prédios ecléticos da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Entre eles o edifício Monroe, que Lúcio Costa considerou uma “presença estorvante”. Ver: HOMERO, Adler. Op. Cit. 2006.

evidenciou essa concepção predominante no órgão. Por outro lado, Homero prontamente justificou que “os bens da elite são feitos para perdurar, para servir de suporte de memória dessas próprias elites, enquanto as evidências materiais produzidas pela população em geral não tem essa lógica de longevidade.”²³³ Certamente questionamos esta última afirmação de Adler Homero e, em diálogo com as perspectivas da história cultural, pretendemos problematizá-la por meio do recurso à pesquisa histórica as fontes escritas que evidentemente foram produzidas pela “cultura dominante”, mas indiretamente nos informaram sobre a “cultura popular” e acerca das muitas interações entre ambas.²³⁴

Observamos que, muitas das críticas feitas à atuação do IPHAN, resultaram da escassez de pesquisas históricas. Com esse entendimento, as questões que trouxemos para este capítulo refletiram acerca do diálogo entre a história e o patrimônio cultural, com enfoque no patrimônio documental. Como os historiadores a partir de uma perspectiva atual de história podem dialogar com o campo do patrimônio cultural? Como a pesquisa histórica às fontes escritas contribuiria para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural, inclusive para a inserção de sujeitos historicamente negligenciados? Finalmente, a pesquisa histórica e o patrimônio documental contribuiriam para a articulação entre materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural?

O nosso argumento consistiu em problematizar o patrimônio documental como um caminho possível para ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural. Em consonância com uma concepção atual de história, propomos que os documentos sejam entendidos como fonte de conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural, a partir de questionamentos, problematizações, seleções, e, sobretudo, de uma crítica histórica que os transforme em monumentos.

Esclarecemos que ao selecionarmos as possibilidades de pesquisa da documentação do AHCSM para a inserção das “memórias subterrâneas” nos debates sobre o patrimônio cultural, nos distanciamos de uma perspectiva que conferiu a memória um caráter “literal”. Em outras palavras, nos afastamos do entendimento da memória como incomparável e excepcional, pois uma memória absolutamente única não tem uma finalidade para o presente, submetendo-o ao passado. Corroboramos, assim, com Tzvetan Todorov e realizarmos uma leitura “exemplar” da memória. Com essa concepção, sem negarmos a singularidade dos sujeitos históricos e do nosso objeto, os compreendemos como uma manifestação entre outras de uma categoria mais geral,

²³³ Ibidem. p. 107.

²³⁴ BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

ou seja, como um modelo para a compreensão de situações novas, com sujeitos e contextos diferentes. O passado, assim, foi entendido como um princípio de atuação no presente para o exercício da cidadania.²³⁵

Para a nossa análise selecionamos cinco processos de patrimonialização. No que tange ao patrimônio cultural material estudamos os tombamentos do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Mariana; da Casa do Barão do Pontal que, embora faça parte do conjunto urbano, foi tombada individualmente; da Igreja de São Francisco de Assis; e o processo de tombamento que contemplou simultaneamente a arquitetura religiosa composta pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) e a Capela de Nossa Senhora de Santana. Finalmente, elegemos como processo de patrimônio cultural imaterial o registro do Ofício de Sineiro e os Toques dos Sinos registrados pelo IPHAN em 2009, que compreenderam diretamente a cidade de Mariana.

Justificamos as escolhas acima pela abrangência dos processos, por serem representativos das possibilidades de pesquisas abertas pela documentação do AHCSM e também por evidenciarem as intencionalidades por trás da preservação de determinados documentos. Ademais, os processos nos permitiram analisar o recurso a pesquisa histórica as fontes escritas em três momentos distintos: os primeiros tombamentos em 1938 (também a maior parte deles); um processo de 1954, ou seja, posterior à constituição do AHCSM e ao reconhecimento de Mariana como cidade-monumento; e na contemporaneidade – anos 2000 -, com a introdução do patrimônio cultural imaterial. Salientamos que não foi nosso objetivo proceder ao estudo pormenorizado de cada bem, o que demandaria inclusive pesquisas em outros arquivos e em outras fontes históricas, mas sim evidenciarmos a potencialidade da documentação ali depositada, por meio de alguns documentos. A partir do AHCSM propomos uma reflexão mais ampla acerca da potencialidade da pesquisa histórica as fontes escritas para o campo do patrimônio cultural.

3.2 Os processos de tombamento

Primeiramente apresentaremos os processos de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana e das Igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa

²³⁵ TODOROV, Tzvetan. **Les abus de memoire**. Paris, Arléa, 1995.

Senhora do Rosário dos Pretos, Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé), Capela de Nossa Senhora de Santana e da Igreja de São Francisco de Assis, todas em Mariana. Posteriormente faremos um estudo dos processos conjuntamente.

3.2.1 O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Mariana

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana foi contemplado pelo processo de tombamento número 0069-T-38.²³⁶ Composto por 3 folhas, o processo foi iniciado em 17 de fevereiro de 1938, com o envio de uma notificação encaminhada por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao então Prefeito da Cidade de Mariana, Celso Arinos Motta. Ao processo foi acrescentada a respectiva resposta do Prefeito, em 4 de maio de 1938, que afirmou estar de acordo com a deliberação do SPHAN. Finalmente, foi processada a inscrição no Livro de Belas Artes, em 14 de maio de 1938.

Como observamos, os prefeitos de Mariana ocuparam papel importante na consagração do patrimônio cultural preservado na cidade. Seriam esses posicionamentos, em alguma medida, uma representação dos anseios daquela sociedade?

Apenas para ilustrarmos a forma sumária como foi feito o processo de tombamento do conjunto, um bom exemplo é o dossiê elaborado para o registro do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, celebração religiosa característica de Belém do Pará e inscrita no Livro das Celebrações em 2004. A proposta foi apresentada pela Arquidiocese de Belém e pela Diretoria da Festa do Círio. Com 101 páginas, o estudo envolveu equipes de pesquisa histórica, antropológica e iconográfica, inclusive pesquisas no Arquivo Público do Pará, Museu do Círio, Museu da Universidade Federal do Pará, Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, Basílica de Nazaré, Cúria Metropolitana e coleções particulares.²³⁷ Notamos que, em comparação com os processos de tombamento, os registros avançaram na construção de um conhecimento mais amplo acerca dos bens.

²³⁶ ACI. Processo de tombamento do Conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana. Processo n.º: 0069-T-38. Ano: 1938.

²³⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

3.2.2 Os processos de tombamento das igrejas de Mariana

Conforme mencionamos anteriormente, o processo de tombamento número 0075-T-38 contemplou simultaneamente as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo, a Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, a Capela de Nossa Senhora de Santana, a Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O processo é composto por 7 folhas e relacionou, além das igrejas localizadas em Mariana, bens situados em Congonhas, Ouro Preto e Barão de Cocais. Uma notificação datada de 16 de fevereiro de 1938, foi encaminhada por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, indicando o tombamento das obras de arquitetura religiosa pertencentes à Cúria no Estado de Minas Gerais. Como o Arcebispo não respondeu, foi enviada uma nova notificação em 24 de maio de 1938, solicitando a concordância ou as razões para a impugnação, ambas dentro do prazo de 15 dias a contar da data do recebimento. Não constou no processo a concordância do Arcebispo, mas, mesmo assim, os monumentos foram inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes.²³⁸

O processo número 0072-T-38, por sua vez, contemplou somente a Igreja de São Francisco de Assis em Mariana. Em 2 de fevereiro de 1938, Rodrigo M. F. de Andrade enviou notificação ao Ministro da Igreja de São Francisco de Assis relativa ao tombamento da Igreja. Como o Ministro não respondeu, outra notificação foi enviada em 25 de maio de 1938, solicitando a concordância ou as razões para a impugnação, ambas também dentro do prazo de 15 dias a contar da data do recebimento. Como expirou o prazo para a resposta, a Igreja foi inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes, em 8 de julho de 1938. O processo é composto por apenas 4 folhas, sendo a primeira a capa.²³⁹

Ao contrário dos prefeitos da cidade de Mariana que reforçaram prontamente as proposições do SPHAN, nossas fontes sinalizaram para lacunas acerca das relações entre as autoridades eclesiásticas e o então Serviço do Patrimônio. Será que os documentos com as respostas das autoridades eclesiásticas não foram arquivados? Será que as respostas foram verbais? Será que não houve resposta indicando a concordância ou a discordância em relação ao tombamento?

²³⁸ ACI. Processo n.º 0075-T-38, referente ao tombamento das igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Capela de Nossa Senhora de Santana, Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Ano: 1938. O mesmo processo contemplou os tombamentos de monumentos religiosos situados em Congonhas, Ouro Preto, Barão de Cocais e Santa Bárbara.

²³⁹ ACI. Processo n.º 0072-T-38, referente ao tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana, Minas Gerais. Ano: 1938.

3.2.3 Uma análise dos processos de tombamento

Os tombamentos do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e das Igrejas de Mariana foram inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes. Esse livro privilegiou a arquitetura mineira colonial, sobretudo a religiosa, cuja maioria dos tombamentos foram processados ainda em 1938, ano inaugural dessa prática.²⁴⁰ Conforme Márcia Chuva, os bens inscritos concentraram-se nos principais centros urbanos da antiga colônia, assim como nas cidades históricas mineiras, que serviram constantemente de parâmetro para a noção de patrimônio.²⁴¹

Como sabemos, o processo de tombamento é iniciado a partir de uma indicação que pode ser apresentada por qualquer pessoa. Entretanto, nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, as propostas partiram, basicamente, dos próprios profissionais do Serviço do Patrimônio, que não apresentavam as motivações do pedido.²⁴² Conforme observamos nos processos acima, o proponente foi o próprio Rodrigo M. F. de Andrade, que não apresentou quaisquer razões para justificar os pedidos de tombamentos. Na perspectiva do diretor do SPHAN, a população precisou ser persuadida sobre a existência do “patrimônio histórico e artístico nacional”, bem como da necessidade de preservá-lo. Em outras palavras, o público – seja o “povo” ou a “elite” –, foi visto como “indiferente” em relação à temática.²⁴³

Nesse período, além do Conselho Consultivo²⁴⁴, que partir de 1946 passou a deliberar sobre todos os pedidos de tombamentos, outro loci de ação se destacou na instituição dos tombamentos no interior do SPHAN: a “área técnico-administrativa”. Esta era constituída pelo

²⁴⁰ Além de Mariana, foram tombados em 1938 os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das seguintes cidades mineiras: Diamantina; Ouro Preto; São João Del Rei; Serro e Tiradentes.

²⁴¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Op. Cit.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Op. Cit.

²⁴⁴ O Conselho Consultivo complementava e intervinha nas decisões tomadas pela área técnico-administrativa, nas situações em que fossem registrados conflitos de interesses entre as deliberações do tombamento e os proprietários dos imóveis. A partir de 1946, com a criação da DPHAN, passou a deliberar sobre todos os pedidos de tombamentos. Ao contrário da “área técnico administrativa”, sua composição era marcada pela diversidade de atuações. Entre os anos de 1938 a 1946 foram conselheiros: Afonso Arinos de Melo Franco – Jurista. Alberto Childe – Arqueólogo. Alcindo de Azevedo Sodré – Historiador. Augusto José Marques Júnior – Artista. Carlos de Azevedo Leão – Arquiteto. Edgar Roquette-Pinto – Antropólogo. Francisco Marques dos Santos – Historiador da Arte. Gilberto Ferrez – Historiador. Gustavo Barroso – Advogado. Heloísa Alberto Torres – Antropóloga. José Otávio Corrêa Lima – Artista. Lourenço Luiz Lacombe – Historiador. Manuel Bandeira – Escritor. Oswaldo Teixeira – Artista. Raimundo Lopes da Cunha – Antropólogo. Rodolfo G. de Siqueira – Historiador da Arte. Ver: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Op. Cit. p.226.

Gabinete do Diretor, pelas representações regionais²⁴⁵ e pela seção técnica,²⁴⁶ sendo as duas últimas compostas majoritariamente por arquitetos que:

[...] ocupando lugares decisivos, a partir de uma centralidade dada pela figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram coautores, de fato, dos critérios de seleção, definindo, nessa prática contundente e incisiva as características básicas que delinearam esse patrimônio.”²⁴⁷

Esses dois loci de ação [área técnico-administrativa e conselho consultivo] constituíram a autoridade legal para a aplicação do instituto do tombamento e definiram, por sua vez, a feição da nação brasileira, a partir de seu “patrimônio nacional.”²⁴⁸

Com a hegemonia dos saberes arquitetônicos se consagrou a produção artística e arquitetônica do período colonial, cuja arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras, sobretudo a religiosa, foi privilegiada ou considerada modelar para o restante do país. Como recomendou o arquiteto Lúcio Costa - nas palavras de Márcia Chuva: “formulador das posturas e concepções do SPHAN, como profissional de carreira desde 1938,”²⁴⁹ a atuação do Serviço do Patrimônio, não deveria se ater a pesquisas “laterais”, “demoradas” e “absorventes”, que prejudicariam os informes “simples” e “precisos” que interessavam a instituição. Observamos, assim, processos de tombamento com escassa pesquisa histórica as fontes escritas e bens sendo incluídos na categoria de “patrimônio histórico e artístico nacional”, a partir de uma valorização do critério artístico em detrimento do histórico. Considerando que as formas de intervenção no âmbito do SPHAN, foram delimitadas, em grande medida, a partir do perfil profissional do arquiteto, o recurso à pesquisa histórica às fontes escritas não fez parte desse *metier*, mas sim do “subjetivo” historiador.²⁵⁰

Inserimos os bens tombados em Mariana em um contexto em que os estudos técnicos para o tombamento eram comumente feitos tão somente por arquitetos, obviamente a partir da argumentação da arquitetura. Os tombamentos pautaram-se pelo valor artístico dos bens e valorizados pelo critério da “excepcionalidade”.²⁵¹

²⁴⁵ Ver nota 210.

²⁴⁶ A seção técnica coordenava os trabalhos das representações regionais e foi ocupada predominantemente por arquitetos: José de Souza Reis (a partir de 1937); Renato Soeiro (a partir de 1937); Edgar Jacinto (a partir de 1938); Lúcio Costa (a partir de 1938); Alcides da Rocha Miranda (a partir de 1940); Paulo Thedim Barreto (a partir de 1940). Ver: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Op. Cit. p. 198.

²⁴⁷ Ibidem. p. 207.

²⁴⁸ Ibidem. p. 196.

²⁴⁹ Ibidem. p. 199.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ NASCIMENTO, Flávia Brito do. Op. Cit.

Conforme José Reginaldo Gonçalves dos Santos, os discursos acerca da preservação do patrimônio cultural no Brasil foram justificados por uma “retórica da perda” dos vestígios materiais da nação.²⁵² Ao observarmos os processos de tombamento, nos questionamos acerca dos desdobramentos que a “perda” do conhecimento histórico acarretou para o campo do patrimônio, ou seja, a “perda” dos sujeitos, da diversidade de pessoas que habitaram aquele território tombado, dos modos de vida, do cotidiano, das crenças e celebrações religiosas, das atitudes diante da vida e da morte e das muitas interações entre a cultura “popular” e “erudita”. Em outras palavras, dos seres humanos ao longo do tempo.²⁵³

3.3 O dossiê descritivo do toque dos sinos em Minas Gerais

Ali não há o repicar dos sinos, aquele repicar tão nosso, das nossas tradições, que ouvimos na meninice, que gostamos de ouvir ainda em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e em todas as nossas cidades antigas.²⁵⁴

Conforme o fragmento acima, na década de 1940 Salomão de Vasconcelos já escrevia sobre a importância dos sinos e dos seus toques como “pontos de referências” para a memória e para a identidade dos grupos humanos que habitavam as cidades históricas mineiras. Não obstante, estes bens foram registrados pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial somente em 2009.²⁵⁵ A proposta foi apresentada pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais e aceita pelo órgão de preservação nacional que logo procedeu as pesquisas sobre o bem. Contrariamente à forma sumária como foram feitos os processos de tombamentos que contemplaram Mariana e que mencionamos anteriormente, o registro foi elaborado por uma equipe de pesquisadores e composto por 110 páginas.²⁵⁶

O Dossiê foi organizado em cinco partes. A primeira, O processo de Registro do Toque dos Sinos no IPHAN, consistiu no detalhamento do percurso da proposta de registro desde a sua apresentação e aceitação do pedido pelo IPHAN, até a contratação das empresas para a

²⁵² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Op. Cit.

²⁵³ BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador**. Op. Cit.

²⁵⁴ VASCONCELLOS, Salomão de. **Os Sinos... (na simbologia e na história)**. S/l: s/e, 1946, p. 24.

²⁵⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Toque de Sinos em Minas Gerais**: tendo como referência São João Del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Brasília, 2009.

²⁵⁶ As recomendações de Salvaguarda do Registro do Toque dos Sinos foram: documentação, promoção de oficinas para a recuperação e difusão dos toques, incentivar a pesquisa acerca dessa forma de expressão bem como de sua história ao longo do tempo; difundir outros mecanismos como publicações documentação sonora e audiovisual e os resultados das pesquisas realizadas, realizar obras de manutenção e conservação das torres e dos sinos, valorizar o ofício de sineiro, identificar e documentar as irmandades, os rituais litúrgicos e as celebrações religiosas associadas aos toques de sinos, como forma de promover sua continuidade. Ver: Ibidem.

realização das pesquisas. A segunda parte, O toque dos sinos, discorreu acerca da variedade dos toques dos sinos, o ofício dos sineiros, a produção dos sinos, a descrição física dos sinos e as suas características musicais, o batismo e a montagem nas torres sineiras. A terceira parte, Sobre o território, versou sobre o território da pesquisa antes circunscrito à São João del-Rei, até a sua ampliação para as cidades mineiras de Catas Altas, Serro, Sabará, Diamantina, Ouro Preto, Congonhas e Mariana, devido as referências aos toques dos sinos encontradas também nessas localidades. A quarta parte, O toque dos sinos e os sineiros na atualidade, tratou especificamente de cada cidade contemplada pelo registro em sua relação com os toques dos sinos e o ofício dos sineiros na atualidade. Finalmente, na quinta parte, Recomendações de salvaguarda, foram propostos mecanismos para assegurarem a continuidade do bem registrado.

No texto do dossiê descritivo enfocamos na pesquisa às fontes escritas realizada pelo saber técnico. A equipe envolvida no processo de registro foi coordenada pela Superintendência Regional do IPHAN, em Minas Gerais. A pesquisa efetivamente foi realizada por empresas contratadas pela instituição. A primeira etapa foi realizada pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), a segunda pela empresa Santa Rosa Bureau Cultural e a terceira pelo Núcleo Brasileiro de Percussão (NBP). Todas as etapas contaram com pesquisadores, consultores e especialistas, sobretudo das áreas de História, Arquitetura e Música. O que evidenciou a escassez de uma equipe multidisciplinar no corpo técnico do IPHAN.

Em relação propriamente à pesquisa, destacamos as pesquisas bibliográficas, sobretudo textos relacionados às irmandades, entrevistas com estudiosos da temática, sineiros e moradores das cidades contempladas pelo registro. Conforme já demonstramos anteriormente, entre as nove cidades inventariadas, cinco possuem arquivos históricos sob a guarda do IPHAN: Serro, Sabará, Diamantina, São João del-Rei e Mariana, mas nenhum deles foi consultado. Será que não havia documentação relacionada a temática em nenhum deles? Em outras palavras, assim como as pessoas que produziram os processos de tombamentos, os envolvidos no processo de registro também não se preocuparam com a pesquisa as fontes escritas, consolidando uma tendência em tratar separadamente pesquisa histórica, arquivos e o patrimônio cultural.

Em relação a Mariana, as conclusões apresentadas pelo dossiê apontaram que os toques dos sinos enfraqueceram na cidade se comparada a Ouro Preto e a São João del-Rei, por exemplo. A prática, por sua vez, tornou-se restrita a algumas igrejas e ocasiões específicas e os esforços para a manutenção dos toques e para a conservação dos sinos são feitos pela própria comunidade. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi identificada como a que mais preservou a tradição dos toques dos sinos na contemporaneidade em Mariana.

Entre as ações de salvaguarda foram definidas a identificação e a documentação das irmandades, dos rituais litúrgicos e das celebrações religiosas associadas aos toques de sinos, como formas de promover a continuidade dos bens. Além do estímulo a pesquisa acerca dessa forma de expressão, bem como de sua história ao longo do tempo. Especificamente nesses aspectos, ou seja, a pesquisa acerca dos sinos, das celebrações religiosas a eles associadas e a sua história ao longo do tempo, que evidenciamos a potencialidade das fontes escritas, a partir do AHCSM.

Portanto, embora inegavelmente toda a equipe envolvida no processo de registro tenha se preocupado com a construção de um conhecimento histórico mais amplo acerca dos bens, as pesquisas as fontes escritas, mais uma vez, foram escassas. Os arquivos constituídos pelo próprio IPHAN na década de 1940 não poderiam contribuir para a ampliação dos debates acerca do patrimônio cultural?

3.4 Arquitetura religiosa e os toques dos sinos no patrimônio documental

No Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana encontramos manuscritos que registraram dados arquitetônicos e artísticos das igrejas marianenses, assim como dos toques dos sinos e das celebrações religiosas a eles associados. Elegemos, portanto, os documentos do AHCSM relacionados aos processos de patrimonialização que mencionamos acima, a fim de demonstrarmos as potencialidades dessa documentação enquanto fonte histórica para o estudo do patrimônio cultural e aclararmos as intencionalidades que envolveram a preservação de determinados documentos pelo IPHAN.

Iniciamos com um registro do 1º Livro da Câmara de Mariana acerca da Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja Matriz). As obras foram arrematadas por Jacinto Barbosa Lopes²⁵⁷ e concluídas em 1714. Lopes contestava o não pagamento de seis mil e quatrocentas oitavas de ouro referente a:

[...] fábrica e obra de uma Igreja Matriz que se devia fundar nesta dita vila e sendo arrematada por Jacinto Barbosa Lopes, se acha feita sem até o presente lhe pagar por haverem faltado as pessoas que fizeram a dita obrigação, e requerendo-me o dito Jacinto Barbosa Lopes lhe mandasse satisfazer, ordeno aos oficiais da Câmara desta vila, que visto estarem para fazer, o lancem dos quintos que lhe foram distribuídos mandem nesta ocasião na parte competente cobrar seis mil e quatrocentas oitavas de ouro que se restam a dever ao dito Jacinto Barbosa Lopes tudo na forma da escritura

²⁵⁷ Não localizamos o inventário post-mortem e o testamento do arrematante Jacinto Barbosa Lopes.

que lhe fez para satisfação do custo da Matriz desta vila, que como cabeça deste Termo e bem comum de todos.²⁵⁸

O fragmento acima nos informou acerca da construção da Igreja Matriz de Mariana, bem reconhecido como patrimônio nacional e inscrito no livro do tombo das Belas Artes em 1938 pelo IPHAN. Como vimos, as obras iniciais da Igreja foram custeadas pelo quinto arrecadado na Vila do Carmo.

Encontramos neste mesmo livro, uma carta enviada por Dom João aos oficiais da Câmara, na qual concedeu meia pataca de ouro de cada barril de água ardente produzido na Vila do Carmo para aplicar nas obras da Igreja Matriz e da Casa de Câmara e Cadeia durante o período de dez anos. Conforme o documento de 27 de janeiro de 1716, foi concedida:

[...] meia pataca de ouro da imposição em cada barril de água ardente ou melado que se fabricarem nos Engenhos do distrito dessa Villa para as obras da Igreja Matriz, Casa da Câmara e Cadeia, por tempo de dez anos para o que se deve ir logo dispondo o desenho da dita obra para que dentro do dito tempo se possa acabar, pois se supõe que como produto do dito tributo e se houver cuidado e zelo se poderá findar ainda com menos tempo.²⁵⁹

O manuscrito registrou a construção da Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja Matriz de Mariana, ambos, como sabemos, reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN. Para as obras, Dom João concedeu meia pataca de ouro em cada barril de água ardente ou melado fabricados pelos engenhos da vila de Nossa Senhora do Carmo. Esse valor foi recolhido durante dez anos, tempo estimado para a conclusão das obras.

Após levantamento documental realizado a partir da década de 1940, Rodrigo M. F. de Andrade já havia sinalizado que os conjuntos documentais que contemplaram a arquitetura religiosa são numericamente significativos, pois “ficaram frequentemente assentados os nomes dos autores e dos respectivos riscos, assim como dos arrematantes dos serviços e as próprias condições das empreitadas ou ajustes.”²⁶⁰ Entendemos assim que, as fontes escritas além de descortinarem um conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural, também demonstraram as intencionalidades que envolveram a preservação de determinados documentos pela então Diretoria do Patrimônio, a partir de exemplos concretos da documentação do AHCSM.

Outro arrematante das obras da Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) foi Antônio Coelho da Fonseca. Ele era natural da Ilha Terceira, em Portugal, e faleceu em Mariana em 1742. No testamento que acompanhou o inventário post-mortem, o português

²⁵⁸ AHCSM. 1º Livro da Câmara Municipal da Vila do Ribeirão do Carmo (1711-1720). Ano: 1714, p. 27 v.

²⁵⁹ AHCSM. 1º Livro da Câmara Municipal da Vila do Ribeirão do Carmo (1711-1720). Ano: 1714, p. 72.

²⁶⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Op. Cit. p. 83.84.

solicitou que o seu sepultamento fosse feito na mesma Igreja Matriz, onde trabalhou, “a porta principal dela da parte de fora amortalhado no hábito de São Francisco, levado na tumba da Irmandade das Almas.”²⁶¹ Declarou ainda pertencer as Irmandades de Nossa Senhora da Conceição e Santana, que deveriam acompanhar o seu funeral.

Os seus bens totalizaram 3911/8 e 100 (três mil, novecentos e onze oitavas e cem réis de ouro), distribuídos em uma morada de casas, um sítio de terras, ferramentas do ofício de carpinteiro e 33 escravos,²⁶² cujos nomes e origens foram arrolados, evidenciando uma diversidade de nações africanas e a circulação de escravos no interior da própria Colônia. Entre eles, 8 apresentavam ofícios relacionados a construção: Miguel Aires, natural do Rio de Janeiro, ofício de carpinteiro; José do Espírito Santo, Bahia, carapina do mato; Francisco, Rio de Janeiro, carapina; Antônio, mina, carapina; Francisco, mina, carpinteiro; Matias, ferreiro; Antônio, mina, ofício de “fazer telha” e Lourenço, Bahia, carregador de madeiras.²⁶³

Conforme as disposições do testador, os escravos Miguel Aires e José do Espírito Santo, deveriam ser libertos “depois de acabadas as obras da Igreja Matriz desta vila.”²⁶⁴ Ou seja, a concessão da liberdade para ambos os escravos foi condicionada a conclusão das obras da Igreja Matriz arrematadas por Antônio Coelho da Fonseca. Retomaremos nesse e em outros casos a crítica feita por Maria Cecília Londres Fonseca ao IPHAN, pois a presença escrava não ficou registrada na arquitetura religiosa da Igreja da Sé em Mariana e nem na leitura que foi feita pelo órgão nacional de preservação. Contudo, demonstramos a partir de um caso específico que, a atuação escrava em um monumento identificado como patrimônio cultural brasileiro, ficou assentada indiretamente nas fontes escritas. Em outras palavras, reforçamos o nosso argumento de que ainda são escassas as pesquisas históricas nessa área.

Seria apenas “curiosidade do ofício”, como sugeriu Lúcio Costa, o conhecimento sobre os escravos que trabalharam na construção da Catedral da Sé, atualmente patrimônio nacional, cuja liberdade foi condicionada a conclusão das obras arrematadas pelo mestre português? Para aqueles escravos significou a liberdade. Por outro lado, para o IPHAN, esse desconhecimento

²⁶¹ AHCSM. Inventário post-mortem de Antônio Coelho da Fonseca. 1º ofício, códice 9, auto 342, ano: 1742. p. 29.

²⁶² Jose, mulato, natural da Bahia. Miguel, mulato, do Rio de Janeiro. Antônio, mulato, Rio de Janeiro. Anacleto, mulato, Angola. Lourenço, mulato, Bahia. Francisco, mulato. Matias, mulato. Francisco mulato. Antônio xará. Vicente mina. Bartolomeu mina. Lourenço Angola, já falecido. Ivan courano. Manoel cobú. Antônio Cobú. Antônio mina. Antônio crioulo. Maria mina. Antônio mina. Outro Antônio mina. Também Antônio mina. Bento mina. Benedito mina. Bernardo Angola. Antônio Lada. Ângela Mulata. Garcia crioulo. Antônio Angola. Thereza mulata. Salvador mina. Além de 4 escravos fugidos “há tempo”: Roque mulato, Julião mulato, Antônio Angola e Francisco Moçambique. Ibidem.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Ibidem. p. 35.

histórico acerca do patrimônio cultural acarretou em críticas acerca da atuação elitista do órgão. A pesquisa histórica às fontes escritas evidenciou a participação fundamental que grupos marginalizados historicamente tiveram no processo de construção daquele bem e na conquista da própria liberdade dos escravos.

Entre os bens tombados pelo SPHAN em Mariana destacamos também a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, cuja antiga igreja foi a primeira Matriz de Mariana. Segundo Salomão de Vasconcelos, a Igreja foi erguida em 1701, localizada “entre as fragas de Matacavalo, com frente voltada para o morro agreste.”²⁶⁵ Contudo, foi transferida provisoriamente para a Capela de São Gonçalo, cedendo a primeira para o culto a Nossa Senhora do Rosário. Ainda de acordo com Vasconcelos, devido aos desentendimentos com a irmandade de São Gonçalo, os irmãos do Carmo construíram uma Capela temporária nas proximidades do templo atual, cuja construção foi iniciada somente em 1784 e concluída, possivelmente, no início do século XIX.²⁶⁶

Com relação a Igreja do Carmo, atentamo-nos para um processo que decorreu sobre uma celebração religiosa associada aos toques dos sinos. Em 1814, os Irmãos Mesários da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (autores da ação): João Pinto Leão, José Ferreira de Oliveira e outros, iniciaram um processo contra o Francisco José de Melo, Joaquim Coelho de Oliveira Duarte e Manoel José Esteves Lima. Estes últimos réus e oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral.

De acordo com Fritz Teixeira Salles, a irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral foi fundada antes de 1713 e era composta, sobretudo, por homens brancos. Por sua vez, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 1751 e atraiu, principalmente, as elites locais.²⁶⁷ O motivo do conflito entre ambas foi a precedência nas procissões públicas, especificamente na procissão do Corpo de Deus (Corpus Christi).

De acordo com os autores da ação cível acima, “há muitos anos” nas procissões públicas, os irmãos da Ordem Terceira do Carmo acompanhavam os cortejos logo adiante do clero, com preferência a todas as outras corporações, inclusive a do Santíssimo Sacramento. Ainda segundo eles, “nessa posse se tem conservado até o presente sem alteração alguma.”²⁶⁸ Todavia, em 9 de junho de 1814, os irmãos do Carmo estavam na Catedral para participarem da Procissão

²⁶⁵ VASCONCELOS, Salomão de. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit. p. 31.

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 1963. Estudos mais recentes demonstraram que tais categorizações na composição das irmandades não eram tão rígidas.

²⁶⁸ AHCSM. Ação cível movida pelos irmãos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo contra a irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral. 2º ofício, código 261, auto 6447, Ano: 1814. p. 5.

do Corpo de Deus no lugar em que deveriam estar, ou seja, o lugar imediato ao Clero. Contudo, os irmãos do Santíssimo Sacramento “despótica e violentamente”, ocuparam o espaço que competia aos irmãos do Carmo.

Os irmãos do Santíssimo Sacramento, por sua vez, representados por seu procurador, o Capitão Manoel José Esteves Lima, confessaram que ocuparam tal lugar. No entanto, argumentaram que nas procissões solenes realizadas na Catedral, sobretudo nas quais é conduzido o Santíssimo Sacramento, deveriam preceder as outras irmandades e confrarias, “carregando os irmãos a cruz e mais insígnias”²⁶⁹, certamente aos toques dos sinos.

Os réus foram condenados no processo pelo Juiz de Fora, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, que determinou que os mesmos deveriam pagar às custas dos autos, pois “não é de sua competência fazer alterações nos costumes”²⁷⁰, uma vez que a mudança foi “indigna e criminosa” em uma ocasião tão “sagrada e religiosa”. Ou seja, a irmandade do Carmo conseguiu manter “o costume” em um cortejo que contou com o amplo envolvimento da população local. Mais um exemplo de como a pesquisa histórica às fontes escritas contribuiu para a compreensão das “formas específicas de participação da comunidade” na celebração religiosa de Corpus Christi. No entanto, leituras como a que fizemos, por vezes, foram silenciadas pelo IPHAN ao atribuir a condição de patrimônio cultural da nação apenas ao bem de “pedra e cal”, como pontuou Maria Cecília Londres da Fonseca.²⁷¹

Sobre a Capela de Nossa Senhora de Santana nos deparamos com a escassez de documentação preservada no AHCSM. Segundo Salomão de Vasconcelos, a construção da edificação ocorreu possivelmente em 1720 e a irmandade era composta, sobretudo, por brancos. Conforme observou Vasconcelos, a princípio era destituída de torres, com o campanário no “rés-do-chão”, assim como nas capelas rurais portuguesas. A torre central foi construída somente alguns anos depois, mas foi suprimida pelo SPHAN.²⁷²

Conforme uma ação cível iniciada em 1744, a Capela de Nossa Senhora de Santana da cidade de Mariana se empenhou em recolher esmolas para o sino feito pelo sineiro José dos Santos. O processo foi movido por José dos Santos (autor ou suplicante) contra José de Torres Quintanilha (suplicado ou réu). Segundo o pleito, este último permitiu ao Doutor José Tomé Inácio dar esmola para um sino para a capela de Santana correspondente a “uma arroba de cobre ou oito oitavas em ouro que é o que importa uma arroba de cobre e que pedindo-lhe o doutor a

²⁶⁹ Ibidem. p. 22.

²⁷⁰ Ibidem. p. 18v.

²⁷¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit.

²⁷² VASCONCELOS, Salomão de. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Op. Cit.

esmola na presença do suplicante que é o que fez o dito sino, se obrigou o suplicado de palavra a dar ao suplicante a dita esmola.”²⁷³ O processo não forneceu outras informações sobre o pleito, mas apontou o empenho da própria irmandade ao recolher as esmolas para o sino da capela.

Contrariamente à Capela de Santana, a documentação concernente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos preservada no AHCSM é consideravelmente numerosa e diversificada. Destacamos os documentos relacionados a sua construção e um episódio relacionado aos toques dos sinos na celebração da Semana Santa em 1746. As Irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, que se empenharam para a construção da Igreja do Rosário, foram constituídas na vila do Carmo (atual Mariana) antes de 1715. Seus membros eram, sobretudo, negros africanos escravos ou forros.²⁷⁴

Conforme um processo crime iniciado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos contra a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos em 1750, desde as primeiras celebrações da Semana Santa realizadas na vila de Nossa Senhora do Carmo, os cortejos da Procissão do Depósito da Imagem do Senhor Jesus Cristo e a dos Sagrados Passos de Cristo Nosso Senhor iniciavam-se na primeira Matriz e terminavam na Capela do Rosário Velho. Contudo, em 1746, devido à precariedade da rua que ligava a Capela do Rosário Velho à Igreja Matriz - por conta das inundações do Ribeirão do Carmo em 1743 -, os membros da Irmandade dos Passos decidiram realizar o Depósito na Capela de São Gonçalo, de onde seguiria a procissão da quarta-feira da Semana Santa.²⁷⁵ A precariedade das ruas por onde passou o cortejo possivelmente acelerou a ereção da nova capela do Rosário.²⁷⁶

A mudança provocou um intenso debate. De um lado, os irmãos dos Passos defenderam que o depósito da imagem fosse feito na capela de São Gonçalo “por não haver rua suficiente por onde pudesse passar em razão daquela via se houver inundado com águas.”²⁷⁷ Por outro, os que argumentavam que “há trinta e cinco anos que viste nesta cidade em tempo que foi Vila sempre o Senhor dos Passos para a função da procissão foi depositado na Capela de Nossa

²⁷³ AHCSM. Ação cível movida por José dos Santos contra José de Torres Quintanilha, referente a esmola de um sino para a Capela de Nossa Senhora de Santana. 2º ofício, código 629, Auto 24551, Ano: 1744, p. 3.

²⁷⁴ SALLES, Fritz Teixeira de. Op. Cit.

²⁷⁵ AHCSM. Processo crime movido pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, contra a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, referente a procissão dos Passos que ocorreu na Semana Santa em 1746, em Mariana. 2º ofício, Código 202, Auto 5048. Ano: 1750.

²⁷⁶ Essa hipótese foi aventada por Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro, que também consultou esse processo crime. Ver: PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário: sociabilidades e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

²⁷⁷ AHCSM. Processo crime movido pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, contra a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, referente a procissão dos Passos que ocorreu na Semana Santa em 1746, em Mariana. 2º ofício, Código 202, Auto 5048. Ano: 1750. p. 9v.

Senhora do Rosário dos Pretos.”²⁷⁸ Diante desse impasse, a procissão não foi realizada e todos retornaram para as suas casas.

Os toques dos sinos para comunicar a procissão, assim como alguns detalhes acerca da celebração foram mencionados por um dos réus no processo crime: o Capitão Miguel Ferreira da Silva. O Capitão era oficial da irmandade dos Passos, onde ocupou também o cargo de tesoureiro durante 14 anos. Segundo ele, a Imagem do Senhor dos Passos havia caído e estava em “tempo de se perder”. Por conta disto, mandou fazer “ornamentos preciosos”, pois tinha grande devoção pelo Senhor dos Passos. Afirmou ainda que a procissão só se realizou com decência, como nos anos anteriores, por seu esforço. O réu acompanhou a procissão atrás do andor do Senhor, juntamente com os demais fiéis “todos debaixo da cruz que os guiava” e dos seriais:

[...] ouvindo o réu tocar os sinos as horas acostumadas se compôs com o seu balandão e foi para a Igreja onde [se] havia outros irmãos esperando que saísse a procissão para o acompanhar e sendo passadas as horas em que costumava sair a procissão correu o boato que não havia e menos saía o senhor para o depósito do Rosário e onde era estilo depositar-se de que resultou sair o réu da igreja e ir para a sua casa.²⁷⁹

Após retornar para a sua casa, por volta de “nove para as dez horas da noite”, o Capitão ouviu novamente tocar o sino “[...] na rua que saía a procissão se tornou a compor e ir para a Igreja para acompanhar na forma acostumada.”²⁸⁰

Assim como o réu, praticamente todas as testemunhas desse processo crime relataram os toques dos sinos, entre elas Diogo Ferreira de Souza, 60 anos de idade, morador da cidade de Mariana. Segundo ele: “[...] chegado o dia em que se havia de fazer o depósito tocando-se o sino para se juntarem os irmãos e devotos.”²⁸¹ O licenciado Bernardo da Costa, 55 anos, morador da cidade de Mariana também relatou que “[...] tocando-se o sino para se juntarem os irmãos e devotos ao pôr do sol, horas em que se costumava formar a procissão.”²⁸² A testemunha ainda mencionou que foi o réu quem mandou fazer o retábulo dourado, consertou a capela com seus painéis, comprou ornamentos, cortinas e mandou fazer os Passos pelas ruas. Finalmente, Manuel Rodrigues Viana, 47 anos, morador da cidade de Mariana, descreveu o toque dos sinos ao pôr do sol para anunciar a procissão, mas devido ao debate referente ao local onde seria realizado o depósito, os devotos se dispersaram e retornaram para as suas casas.

²⁷⁸ Ibidem. p. 18v.

²⁷⁹ Ibidem. p. 2.

²⁸⁰ Ibidem. p. 3.

²⁸¹ Ibidem. p. 11v.

²⁸² Ibidem. p. 16.

Apenas mais tarde os sinos tocaram novamente para que voltassem a se reunir. Conforme a testemunha: “[...] no ano de setecentos e quarenta e seis, em que [determinaram] os Irmãos dos Santos Passos fazerem a sua procissão para se ir fazer o depósito da Santa Imagem, mandaram tocar o sino para se juntar os devotos e Irmãos.”²⁸³ Ainda segundo ele, novamente “[...] sendo nove para dez horas da noite tornando a tocar o sino para sair a procissão.”²⁸⁴

Após as discussões ficou definido que a imagem seria depositada na Capela do Rosário “por ser assim estilo, e costume antigo.”²⁸⁵ O documento foi uma fonte de conhecimento histórico sobre a procissão dos Passos e os esforços da comunidade para a sua realização, além dos marcantes toques dos sinos, relatados por praticamente todas as testemunhas do processo. Conforme apontou o dossiê referente ao registro dos sinos, a Igreja do Rosário foi a que mais preservou a prática dos toques dos sinos em Mariana na contemporaneidade, também em 1746, conseguiu manter o “estilo” e “costume antigo” de depositarem o Senhor dos Passos em sua capela. Conforme Márcia Sant’anna, o Registro se propôs a produzir conhecimento sobre o bem cultural imaterial, documentar o passado e o presente dessas manifestações em diferentes versões e tornar todas essas informações acessíveis ao público, “porque só assim se pode “preservá-los”.²⁸⁶ No entanto, os significados atribuídos as celebrações religiosas e aos toques dos sinos pela comunidade ao longo do tempo permaneceram desconhecidos, sobretudo devido à escassez de pesquisas históricas às fontes escritas que descortinariam esse conhecimento histórico.

Além da destruição do caminho que conduzia até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos relatada no processo crime acima, a precariedade da primeira capela tornou a execução da edificação de uma nova capela indispensável.²⁸⁷ Conforme escritura de obrigação e fiança registrada no Livro de Notas em 1752, os administradores das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, contrataram o mestre pedreiro José Pereira dos Santos para “fazer a nova Capela de Nossa Senhora do Rosário dos pretos desta cidade [...] em preço e quantia de vinte e quatro mil cruzados”.²⁸⁸ Com relação as condições do pagamento:

²⁸³ Ibidem. p. 19.

²⁸⁴ Ibidem. p. 19.

²⁸⁵ Ibidem. p. 4-5.

²⁸⁶ SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Op. Cit. p. 52.

²⁸⁷ PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. Op. Cit.

²⁸⁸ AHCSM. Escritura de dívida e obrigação que fazem os administradores das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, São Benedito e Santa Efigênia desta cidade a José Pereira dos Santos. 1º ofício, Livro de Notas n. 71. Ano: 1752. p. 130.

[...] o primeiro na abertura dos alicerces da dita obra, o segundo tendo feito parte dela, o terceiro estando outra terça parte feita e o quarto no fim de toda obra, cujos pagamentos serão de seis mil cruzados cada um a saber: serão obrigados os administradores de Nossa Senhora do Rosário a pagar doze mil cruzados cada um dos três ou quatro mil cruzados, os administradores de São Benedito seis mil cruzados cada um dos três ou dois mil cruzados, com obrigação de que ausentando para o Reino Domingos Pinto Coelho Pena se obriga o administrador Miguel Teixeira a satisfazer a parte daquele e João da Costa Azevedo como administrador de Santa Efigênia se obriga a seis mil cruzados.²⁸⁹

Como vimos, as obras foram financiadas pelas irmandades de São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário,²⁹⁰ sendo esta última responsável pela maior parte do pagamento. O mestre pedreiro José Pereira dos Santos se comprometeu a concluir a referida obra no prazo de quatro anos e apresentou entre os seus fiadores Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho.

O douramento e pintura do retábulo do altar-mor, bem como a pintura do teto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, foram ajustados em 23 de maio de 1823, com o alferes e professor de pintura Manuel da Costa Ataíde, pelo preço e quantia de um conto e trezentos mil réis. Após a “lavagem”, “raspagem” e “secagem” do altar-mor, ficou acordado que,

[...] seguirá este aparelho de tintas para o dourado como é costume, principiando-se a dar primeira, segunda, terceira e quarta mão de gesso e cola de pelica até ficar bem coberta a madeira de [ilegível] gesso mate em [ilegível] mesma cola de pelica, seguindo a mesma [ordem] até a sexta mão, todas de baixo de regra e preceito de Arte. Depois de concluídas se seguirão lixamento em toda esta obra com o juízo e perfeição que requer para lisura e brilhante do dourado. [...] Depois de completar este aparelho de tintas se começará a assentar o ouro que será este empregado nos principais lugares ou [pistas] desta obra, bem como = Arremates principais da talha do dito Altar todos os ornatos ou biscates, todos de flores, folhagens de Capitais, todos os redondos e filetes [meias] [canos] e toda a mais talha miúda que estiver [em pregação] no dito altar.²⁹¹

A maneira como deveria ser feita a pintura do altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi detalhadamente descrita. O altar-mor deveria ser dourado, como era de costume. Após a pintura, todos os locais seriam lixados para lisura e realce do dourado. Finalmente, o ouro seria colocado nos principais lugares do altar.

Os detalhes da pintura do teto feita por Ataíde também foram descritos nas condições e obrigações da obra, que acompanharam a ação cível movida pelo pintor contra os mesários da

²⁸⁹ Ibidem. p. 130-131v.

²⁹⁰ Eram administradores das Irmandades de São Benedito: Antônio Fernandes de Oliveira, Miguel Teixeira Guimarães e Domingos Pinto Coelho Pena; Irmandade de Santa Efigênia: João da Costa Azevedo; Irmandade do Rosário: Manuel Soares Bernardes, o mesmo Miguel Teixeira Guimarães e João Ferreira Faia. Ver: Ibidem.

²⁹¹ AHCSM. Ação cível movida por Manuel da Costa Ataíde contra os mesários da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 2º ofício, código 239, auto 5972, ano: 1826, p. 5.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos: Joaquim Alves Pereira, Francisco Lopes, Pedro Alexandre e Antônio Cardoso, devido ao não pagamento de parte das obras:

Será o teto da Capela mor depois de bem aparelhado de branco desenhado e pintado com uma elegante e moderna perspectiva e finas tintas de melhor gosto e valentia e no âmbito central da mesma pintura um painel representando a Assunção da Senhora, ou o que de melhor se assentar, ornada e acompanhada de Serafins e Anjinhos.²⁹²

O teto da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos deveria ser pintado de branco e no centro dele uma pintura representando a Assunção da Senhora. Essa imagem seria acompanhada por “serafins” e “anjinhos”.

Segundo Rodrigo M. F. de Andrade, Manoel da Costa Ataíde era “certamente a personalidade mais importante da que se poderia chamar ou se chamaria a Escola Mineira de Pintura”.²⁹³ Entretanto, segundo ele, a maior parte da produção do pintor se realizou no século XIX. Nessa passagem, ficou evidente o recorte temporal privilegiado pela DPHAN, isto é, o século XVIII, a busca das origens de um movimento e não a sua consagração, como representou o pintor marianense. Não obstante, “a personalidade e o acervo das realizações de Manoel da Costa Ataíde reclamariam um estudo consciente do meio que gerou artista tão significativo e de tão alto valor.”²⁹⁴ Ainda de acordo com Rodrigo M. F. de Andrade, “dos documentos coligidos nos arquivos pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são excessivamente escassos os que se referem a atividades de pintores em Minas, na primeira metade do século XVIII.”²⁹⁵ Mais uma vez aqui, tornou-se evidente os esforços do diretor da DPHAN em relação a realização de pesquisas históricas as fontes escritas relacionadas ao patrimônio “histórico e artístico nacional”, a despeito do que preconizou o arquiteto Lúcio Costa. Além das complexas intencionalidades que envolveram a preservação dos documentos, cuja principal foi subsidiar os estudos históricos relacionados ao patrimônio tombado.

Os administradores da irmandade do Rosário também celebraram com o mestre entalhador Francisco Vieira Servas uma escritura para a obra de talha, aos 18 dias do mês de junho de 1770. De acordo com o registro no livro de notas, o preço acordado foi de nove mil cruzados, cujo primeiro pagamento seria feito pelos rendimentos da irmandade em janeiro de 1771, no valor de “[...] seiscentos mil réis e que podendo dar-lhe mais alguma coisa o fariam e

²⁹² Ibidem. p. 5v.

²⁹³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Op. Cit. p. 74.

²⁹⁴ Ibidem. p. 78.

²⁹⁵ Ibidem. p. 74.

que os mais pagamentos seriam os seiscentos mil reis no fim de cada ano sucessivo até completar nove mil cruzados.”²⁹⁶

Desse modo, a pesquisa histórica às fontes escritas relacionadas a irmandade do Rosário descortinou não apenas o processo histórico relacionado à construção da capela, mas também as relações dos devotos com o patrimônio arquitetônico e com os toques dos sinos. Em outras palavras, permitiram o conhecimento histórico do patrimônio cultural de maneira integradora, ou seja, em uma perspectiva material e imaterial, e aclarou os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, sobretudo os grupos marginalizados historicamente. A partir de um caso específico miramos na crítica feita por Maria Cecília Londres Fonseca em um contexto mais amplo, ou seja, a pesquisa histórica às fontes escritas evidenciou não apenas a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e as ruas por onde passou a Procissão da Semana Santa, portanto o bem material, mas, sobretudo, a participação da comunidade naquela celebração, isto é, a imaterialidade do patrimônio cultural.²⁹⁷

Por sua vez, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi fundada em Mariana em 1758 e era composta, sobretudo, pela elite local.²⁹⁸ Conforme escritura de dívida, obrigação e fiança registrada no livro de notas em 1762, as obras para a construção da Igreja de São Francisco de Assis foram arrematadas pelo mestre pedreiro José Pereira Arouca, pelo “preço e quantia de dez contos e um mil cruzados”.²⁹⁹ De acordo com o contrato elaborado aos 21 dias do mês de agosto do mesmo ano e anexado a uma ação cível movida pela Ordem Terceira de São Francisco contra o construtor em 1771, as condições da obra seriam as seguintes:

Primeiramente, será obrigado o arrematante [aluir] a sua custa todos os alicerces que compreenderem a dita obra que mostra as plantas e riscos e para este efeito bastará abaixo as paredes de adobes e pau a pique que se acham no dito quintal que forem necessários para a fatura da dita obra, ficando todo o terreno que ela ocupar um nível direto de sorte que há de ficar a sapata que leva toda em roda um palmo levantado no canto aonde se acha a rua mais superior de frente da Capela de Nossa Senhora do Carmo. [...] será obrigado a fazer todo o frontispício da Igreja e torres na forma que mostra o risco e seus perfis de cantaria lavrada [...] Fará mais os pilares das torres da cimalha real para cima na mesma forma de cantaria lavrada como também o óculo, pirâmides e cruzeiro e todo arremate do telhado [...] Fará mais a Tarja real, o pórtico e nicho que se declara na condição quarta de pedra fina de Camargos ou São Sebastião.[...] Fará mais as grades de ferro com seis óculos das Ilharges do corpo da Igreja, como também no óculo do teto do frontispício e luzes ou janelas que mostra o

²⁹⁶ AHCSM. Escritura de dívida e obrigação que fazem os administradores da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos desta cidade com o mestre entalhador Francisco Vieira Servas, para a obra de talha da igreja. Livro de Notas n.º 89, 1º ofício. Ano: 1770. p. 74v.

²⁹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit.

²⁹⁸ SALLES, Fritz Teixeira de. Op. Cit.

²⁹⁹ AHCSM. Escritura de dívida, obrigação e fiança que fazem os administradores da Ordem Terceira de São Francisco de Assis com José Pereira Arouca, para a construção da igreja de São Francisco de Assis. Livro de Notas n. 83. Ano: 1762. p. 8-17.

risco nas duas torres e da mesma sorte fará as grades de ferro para quatro óculos principais e [ilegível] mais pequenos que dão luz a Capela mor e lugar do trono [...] será obrigado a procurar para a cantaria desta obra a melhor cantaria e qualidade de pedra digo a melhor qualidade de pedra que se achar no país e suas vizinhanças.³⁰⁰

No processo encontramos todo o contrato com as condições das obras da Igreja de São Francisco de Assis minuciosamente detalhadas. Com José Pereira Arouca foi ajustada a construção das torres sineiras: “[...] fará mais em cada uma das torres três sineiras feitas de cantaria lavrada”³⁰¹, porém “[...] não será o arrematante obrigado a dar os sinos que se acham [pintados] nas ditas torres.”³⁰² Mais tarde, em 1855, no inventário dos bens da Ordem Terceira foram relacionados uma campainha para fazer sinal ao sineiro e quatro sinos de bronze na torre da Igreja.³⁰³

Arouca arrematou um grande conjunto de obras em Mariana que atualmente compõem o patrimônio arquitetônico tombado pelo IPHAN: Igreja de São Francisco de Assis, Casa de Câmara e Cadeia, Casa Capitular, Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, Catedral de Nossa Senhora da Assunção e imóveis na Rua Direita em Mariana.³⁰⁴

Conforme o seu testamento, Arouca era natural da Freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, em Portugal, e faleceu em Mariana em 21 de julho de 1795. Por pertencer a Ordem de São Francisco de Assis, escolheu ser enterrado na igreja de mesma devoção. Para a execução do amplo histórico de obras arrematadas pelo português, trabalharam com ele aproximadamente 50 escravos³⁰⁵. Entre eles foram relacionados em seu inventário post-mortem: João Caetano crioulo, carpinteiro; João Angola, carpinteiro; Matheus Cabinda, pedreiro; Antônio Carioca, pedreiro; Domingos Angola, serrador; Domingos Angola, serrador; João Angola, carreiro; Caetano Angola, carreiro; Miguel Angola, oficial de ferreiro e Pedro Angola, carpinteiro. Além de Antônio Benguela, serrador; José Guipamá, serrador; Pedro Angola, serrador; Jacinto Cabinda, serrador; Carioca crioulo, carreiro; Miguel Angola, carreiro; João Angola, carpinteiro; Damião Angola, cabouqueiro; Joaquim servente; e outros escravos que não se apresentaram,

³⁰⁰ AHCSM. Ação cível ação cível movida pela Ordem Terceira de São Francisco contra José Pereira Arouca. 2º Ofício, código 452, Auto 14277, Ano: 1771. p.9. A leitura desta ação cível apenas foi possível devido a transcrição feita por Antônio Ferreira de Moraes no processo inicial de organização do atual AHCSM, pois o documento está praticamente ilegível.

³⁰¹ AHCSM. Ação cível ação cível movida pela Ordem Terceira de São Francisco contra José Pereira Arouca. 2º Ofício, código 452, Auto 14277, Ano: 1771.

³⁰² Ibidem. p. 9.

³⁰³ AHCSM. Inventário com a relação dos bens das igrejas de Mariana. 1º ofício, código 154, auto 3248, Ano: 1855.

³⁰⁴ MARTINS, Judith. Op. Cit.

³⁰⁵ AHCSM, Livro de Testamento (1794-1796), n. 42, 1º ofício, Ano: 1795.

pois estavam no “mato” retirando e carregando madeiras que certamente seriam utilizadas nas obras.³⁰⁶

De acordo com o testamento de Arouca, ainda estavam em andamento as obras da Casa Capitular, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja de São Francisco de Assis. Conforme dispôs em seu testamento, os escravos Joaquim mina, Bernardo mina, Thomas mina e Sebastião mina seriam libertos, desde que concluíssem as obras de pedreiro e carapina arrematadas por ele.³⁰⁷ Mais uma vez, escravos conquistaram a liberdade a partir da conclusão das obras que compõem o patrimônio arquitetônico tombado, especificamente neste caso, a Casa Capitular, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja de São Francisco de Assis em Mariana, mas esse conhecimento histórico permaneceu desconhecido. Novamente, a leitura que foi feita desses bens tombados pelo IPHAN em Mariana ressaltou apenas a contribuição portuguesa e silenciou a presença e a atuação africana nos bens identificados como patrimônio cultural brasileiro.

A respeito da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco de Assis, encontramos um processo em que os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis solicitaram a justificação de alguns itens relacionados a criação, ao estabelecimento e as práticas dos arquiconfrades. O processo foi iniciado em fevereiro de 1761 e concluído em julho do mesmo ano. Os autores da ação foram os terceiros franciscanos, representados por Paulo de Souza Magalhães. Os réus foram os arquiconfrades representados por seu procurador, Jorge de Abreu Castelo Branco. Os itens detalharam aspectos das celebrações religiosas e dos toques de sinos, que foram motivos de contrariedades entre as irmandades.³⁰⁸

De acordo com o primeiro item da justificação, a criação da Arquiconfraria ocorreu em 1760 e funcionou provisoriamente na capela de São Gonçalo. Matias Antônio Salgado, por ordem da Mesa Administrativa congênere do Rio das Mortes, também estabeleceu uma Mesa Administrativa semelhante à da Ordem Terceira de São Francisco. Composta por uma mesa masculina e outra feminina, os cargos eram de ministro, vice-ministro, secretário, síndico, procurador-geral, 8 definidores, vigário do culto divino, 2 andadores e 6 sacristãos. Constou nos autos que os mesários eram “pretos e pardos”, seus hábitos tinham capa até o joelho e capuz, todos na cor preta, semelhantes aos hábitos da Ordem Terceira de São Francisco. Nos ombros tinham um cordão grosso, que usavam em várias partes e ruas da cidade.³⁰⁹

³⁰⁶ AHCSM, Inventário post-mortem de José Pereira Arouca, Processos avulsos, 1º ofício, código 1, auto 6, Ano: 1805.

³⁰⁷ AHCSM, Livro de Testamento (1794-1796), n. 42, 1º ofício, Ano: 1795.

³⁰⁸ AHCSM. Justificação movida pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis contra a Arquiconfraria de São Francisco de Assis. 2º ofício, código: 157, auto: 3550. Ano: 1761.

³⁰⁹ Ibidem.

Entre os itens, destacamos o 8º concernente aos detalhes da procissão da Quaresma, realizada nas principais ruas da cidade no primeiro domingo do mesmo ano. De acordo com o documento, o cortejo ocorreu da seguinte forma:

[...] diante uma cruz com as Armas de São Francisco a que deram o título da Penitência e a ela dois Seriais, a seguir-se a esta outra cruz a que eles chamam da Ordem e dois Seriais, a esta se seguia um andor e neles Nossa Senhora com uma Bula na mão e o Santo Patriarca de joelhos, a que aclamaram o da porciúncula outro do Santo Patriarca tendo mão no templo de São João Latrão e outro do Santo Patriarca abraçado ao Cristo crucificado, e atrás ia a mesa com seu vice comissário e depois o palio e de baixo dele o Santo Lenho cuja procissão assistiram todos com os seus hábitos e cordões.³¹⁰

A leitura deste documento permitiu o conhecimento acerca da procissão da quaresma que foi realizada em 1761 nas principais ruas da cidade de Mariana, certamente aos toques dos sinos. Entre os símbolos da celebração haviam duas cruzes, uma com as armas de São Francisco, a qual os devotos chamavam da Penitência, e outra que denominaram da Ordem. Após esta última cruz seguiu o andor de Nossa Senhora e do Santo Patriarca. Posteriormente acompanhou a mesa com o seu vice-comissário, seguido pelo palio e debaixo dele o Santo Lenho. Todos assistiram a procissão com os seus hábitos e cordões.

De acordo com o 10º item do mesmo processo, a arquiconfraria utilizava os mesmos toques de sinos que as ordens terceiras quando faziam reunião da Mesa: “[...] que todas as vezes que os ditos Irmãos, querem fazer suas conferências de Mesa usam dos mesmos toques de sinos de que usam as Ordens terceiras.”³¹¹ A esse respeito, o Procurador da Arquiconfraria, sugeriu aos terceiros que “usem vossas claridades de sino de cortiça para se diferenciarem.”³¹² Em outras palavras, propôs que a Ordem alterasse os seus toques para evitarem os transtornos provocados. Os arquiconfrades pediram a anulação da justificação e que os terceiros franciscanos fossem condenados a pagarem às custas dos autos devido as “injúrias”, “malícias” e danos causados aos primeiros, sobretudo por apresentarem fatos falsos e não esclarecerem com qual interesse fizeram a justificação. Contudo, não localizamos a conclusão do processo. O que destacamos é o conhecimento que a documentação nos permitiu acerca da celebração da quaresma realizada pelos arquiconfrades e do significado atribuído pelos envolvidos na justificação aos toques dos sinos, que poderiam provocar desentendimentos na população local.

No inventário dos bens da Arquiconfraria de São Francisco, realizado em 1854, constaram três sinos na torre, sendo um pequeno e dois maiores. Além dos símbolos utilizados

³¹⁰ Ibidem. p. 3.

³¹¹ Ibidem. p. 3.

³¹² Ibidem. p. 3.

durante as procissões: uma cruz com crucifixo marretada “que vai nas Vias Sacras”, uma cruz com as armas de São Francisco com dois cereais e um “Santo Lenho com cruz de pau dourado” e uma “urna dourada para expor o Senhor em Quinta Feira Santa.”³¹³ Ou seja, além das edificações que foram contempladas pelo tombamento, as fontes escritas registraram os símbolos associados aos cortejos religiosos que contaram com a ampla participação da comunidade local e que perduraram, certamente com transformações, até o tempo presente. Estes bens possuem, como veremos na segunda parte desta dissertação, “significação viva, social, espiritual e comunitária”.³¹⁴ Entendemos que a pesquisa histórica às fontes escritas é uma contribuição para a ampliação da noção restritiva de “pedra e cal” que, conforme Maria Cecília Londres da Fonseca, marcou a trajetória do IPHAN. As fontes que analisamos contemplaram a arquitetura religiosa, mas também os rituais, as indumentárias, e, principalmente, as dinâmicas de participação da comunidade e a atuação dos grupos marginalizados historicamente.

O nosso propósito ao tratar conjuntamente os processos de tombamento e registro que contemplaram respectivamente as igrejas de Mariana, os toques dos sinos e as celebrações religiosas, foi, precisamente, demonstrar a potencialidade da pesquisa histórica às fontes escritas como integradora do patrimônio cultural material e imaterial. As fontes escritas descortinaram não apenas um conhecimento histórico e os diferentes grupos humanos que se dedicaram a construção dos templos religiosos, mas também os significados atribuídos pelas comunidades às celebrações religiosas associadas aos toques dos sinos ao longo do tempo. Esse conhecimento histórico seria fruto de uma pesquisa “absorvente” ou “lateral”, como preconizou o arquiteto Lúcio Costa?

3.5 Arquitetura civil no patrimônio documental

Em uma publicação datada de 26 de agosto de 1947 para o jornal Estado de São Paulo, - um ano antes da constituição do atual AHCSM -, Rodrigo Melo Franco de Andrade destacou que, contrariamente a documentação relacionada a construção das igrejas ou de uma Casa de Câmara e Cadeia, são escassos os documentos acerca das artes plásticas em nosso país concernentes à arquitetura civil:

³¹³ AHCSM. Inventário post-mortem, com a relação dos bens das igrejas de Mariana. 1º ofício, código 154, auto 3248, Ano: 1854.

³¹⁴ COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO. Formulário de candidatura. **Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 2018.

No tocante às construções civis de propriedade privada, as fontes documentárias a que se pode recorrer consistem em **escrituras públicas de compra e venda ou doação**, em **testamentos**, **inventários** e, eventualmente, em **autos de litígios judiciais**, fontes essas que, permitindo apurar a **data aproximada de certas edificações e identificar a quem pertenceram**, apenas em circunstâncias raríssimas e extremamente propícias oferecerão oportunidade para se verificar a **autoria do projeto e da execução das obras**.³¹⁵

Conforme Rodrigo M. F. de Andrade, os inventários, os testamentos, as escrituras públicas de compra e venda ou doação, assim como os processos judiciais, poderiam oferecer dados históricos acerca da arquitetura civil, como por exemplo, as datas das obras e os proprietários dos imóveis, mas dificilmente informariam acerca dos artistas e artífices que atuaram na construção de tais bens. Essa passagem evidenciou a intencionalidade que envolveu a preservação desses documentos e o seu posicionamento em relação à pesquisa histórica as fontes escritas para o conhecimento acerca do patrimônio edificado tombado. Não por acaso, os documentos apontados por Rodrigo M. F. de Andrade são documentos cartorários que foram selecionados e colocados sob a proteção da então DPHAN nos arquivos custodiados pelo órgão em Minas Gerais na década de 1940, entre eles o atual Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Com efeito, selecionamos quatro inventários post-mortem referentes aos imóveis da Rua Direita contemplados pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Começaremos pelo inventário post-mortem do primeiro proprietário da Casa Setecentista de Mariana, atualmente sede do AHCSM e do Escritório Técnico do IPHAN.

Conforme mencionamos anteriormente, a atual Casa Setecentista de Mariana é uma construção do século XVIII, provavelmente do ano de 1753, cujo primeiro proprietário foi o bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, em Portugal, Manoel Braz Ferreira. Conforme registrou seu inventário post-mortem:

[...] uma morada de casas térreas assobradas cobertas de telha sitas na rua direita desta cidade com frente para o Largo da Sé com seu quintal e todos os seus pertences que partem com casas de Alferes Francisco Pereira de Araújo e com casa de um Patrimônio e com quem mais devam e hajam de partir e confrontar e foram vistas e avaliadas pelos ditos louvados na quantia de um conto e oitocentos réis.³¹⁶

Conforme o documento acima, a casa de Manuel Braz Ferreira localizava-se na Rua Direita, ao lado da Igreja Matriz e do imóvel que pertenceu ao alferes Francisco Pereira da

³¹⁵ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Rodrigo e seus tempos**. Op. Cit. p. 83. [Grifos nossos]

³¹⁶ AHCSM. Inventário post-mortem de Manoel Braz Ferreira. 1º Ofício, Códice 114, Auto 2368. Ano: 1787. p.18.

Silva, cujo inventário post-mortem analisaremos mais adiante. Para além de uma edificação de “pedra e cal”, nesse espaço vivenciaram pessoas que estabeleceram diferentes relações com os bens tombados, que a pesquisa histórica às fontes escritas descortinou.

Manoel Braz Ferreira faleceu em Mariana em 1787. De acordo com o seu testamento, era irmão da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis e pediu para que o seu corpo fosse envolto no hábito da mesma Ordem. O depósito e a encomenda, por sua vez, deveriam ser realizados na Igreja Matriz e o seu corpo conduzido para o local escolhido por sua esposa, possivelmente a mesma Matriz. Do matrimônio com a portuguesa Antônia Luiza da Silva Leal, o advogado teve dois filhos e herdeiros, Manoel Braz Ferreira da Silva, à época do falecimento do seu pai com 23 anos de idade, e Maria Valentina Ferreira da Silva, com 20 anos de idade. Ambos foram batizados na Igreja Matriz, a Catedral de Nossa Senhora da Assunção, localizada ao lado imóvel onde moraram.

Em um oratório no interior desse imóvel, a filha do português, Maria Valentina Ferreira da Silva, se casou com o Capitão-mor José da Silva Pontes em 1787.³¹⁷ A concessão dos oratórios era feita pela Santa Sé de Roma apenas para a fidalguia local a partir de um longo processo. De acordo com algumas das exigências para a instalação do oratório, inferimos que o local reservado para esse fim no interior da atual Casa Setecentista era privado de circulação de uso doméstico, ornado e paramentado adequadamente com os ornamentos das quatro cores, assim como tinha pedra d’ara e alfaia, indispensáveis às celebrações religiosas.³¹⁸

Outra família também vivenciou nessa casa. Referimo-nos a uma família escrava: Senhorinha parda com 30 anos de idade, e a sua filha Maria mulata, com 8 anos. O pai de Maria

³¹⁷ Não localizamos os inventários post-mortem ou testamentos de Manoel Braz Ferreira da Silva e Maria Valentina Ferreira da Silva, e, por conta disso, desconhecemos os desdobramentos posteriores relacionados a propriedade do imóvel durante o século XIX.

³¹⁸ “Entende-se por oratórios privilegiados aqueles que recebiam a concessão de Roma para celebrarem o Santo Sacrifício da Missa. Tal concessão era feita apenas a uma pessoa da casa, mediante a abertura de um processo feito no Bispado que circunscrevia a freguesia de moradia do solicitante. Para se obter a concessão era preciso pertencer à fidalguia local. Tal posição social era averiguada no decorrer do processo quando se colhia o depoimento do solicitante do Breve e das testemunhas fidedignas que o conheciam. A estes era feita uma inquirição para se investigar: se o impetrante, ou alguém de sua casa, já havia sido agraciado com outra concessão de oratório, e se o beneplácito foi alcançado licitamente. Este pedido de concessão de Breve era enviado à Santa Sé de Roma, e só depois de receber seu deferimento o Reverendo Provisor, da freguesia do requerente, expedia um mandato de visita ao Pároco responsável pela respectiva paróquia, com o intuito de averiguar se o local reservado para se instalar o oratório era privado de circulação de uso doméstico, se estava ornado e paramentado decentemente com os ornamentos das quatro cores, assim como se tinha pedra d’ara e alfaia, indispensáveis à celebração do Culto Divino. Essa concessão era paga e deveria ser renovada anualmente.” As normas para a concessão de Breves provisionados podem ser consultadas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Para saber mais ver: VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUZA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVII. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n.º 52, jul./dez., 2006. p. 293. Agradecemos a Maria Teresa Gonçalves Pereira que nos atentou para esse aspecto da pesquisa.

possivelmente era Bento crioulo, 60 anos, ou um dos seguintes africanos: José nação Nagô, 40 anos, João Rebolo, 70 anos ou Manoel Angola, 60 anos, todos eles escravos relacionados no inventário post-mortem de Manoel Braz Ferreira. Conforme Eduardo França Paiva, embora comumente o laço de parentesco tenha sido declarado pela mãe, a presença de homens adultos no mesmo plantel indicou que possivelmente um deles fosse o pai. As famílias escravas significaram economia de recursos aos proprietários de escravos, mas também representaram a construção de laços de solidariedade entre os escravos, em outras palavras, uma estratégia de resistência à desumanização do cativo.³¹⁹

Outro português que se estabeleceu em Mariana foi o alferes Francisco Pereira de Araújo. Ele era natural da Freguesia de São Martinho, em Portugal, e faleceu em Mariana em 1798. Nas disposições do seu testamento recomendou que o seu corpo fosse envolto no hábito de São Francisco de Assis e sepultado na igreja da mesma devoção em Mariana. Seus pais eram Maria Gonçalves e o Padre Domingos de Araújo, ambos falecidos. O alferes era solteiro e não tinha herdeiros para os quais transmitir os seus bens, entre eles ouro em pó e em barras, além de uma casa na Rua Direita em Mariana:

[...] uma morada de casas sitas na rua direita desta cidade cobertas de telha com pátio e quintal, assoalhadas e todos os seus pertences que parte com a herança do Doutor Manoel Brás Ferreira da parte do nascente e da parte do poente com casas em que mora o Capitão Sebastião Rodrigues Sete da testamentaria de José Pereira Arouca e foi vista e avaliada pelos ditos louvados na quantia de seiscentos e cinquenta reis.³²⁰

Como vimos, o alferes Francisco Pereira de Araújo era vizinho de Manoel Braz Ferreira e do Capitão Sebastião Rodrigues Sete, ambos moradores na Rua Direita. Com o alferes viveram a africana Cristina de Souza Costa, de nação Angola, e a sua filha, a parda forra Eria Pereira. Por não ter herdeiros, Francisco Pereira de Araújo instituiu Eria Pereira, também sua afilhada, como a herdeira de todos os seus bens, pois segundo ele:

[...] sempre vivi no estado de solteiro e sem herdeiros ascendentes ou descendentes quem direito haja de herdar meus bens// Declaro que depois de pagar as minhas dívidas cumpridos meus legados premio de meu testamenteiro = uma cédula particular que contém segredo natural que só do meu testamenteiro confio os remanescentes dos meus bens, **instituo a minha afilhada Eria Pereira, parda forra, moradora nesta cidade por a haver criado e estar presentemente com sua mãe em minha casa Cristina de Souza Costa preta de nação Angola forra por lhe ter algum afeto desta minha afilhada dita Eria Pereira.**³²¹

³¹⁹ PAIVA, Eduardo França de. Op. Cit.

³²⁰ AHCSM. Inventário post-mortem de Francisco Pereira de Araújo. 1º Ofício. Códice: 153. Auto 3224. Ano: 1798, p. 4.

³²¹ Ibidem. p. 5-5v. [Grifos nossos]

No momento da escrita do seu testamento, quem o acompanhou foi a africana Cristina de Souza Costa, mãe de Eria Pereira e comadre do português. Segundo Francisco Pereira de Araújo, ela tratou da negociação da sua libertação:

Declaro que em minha companhia presentemente se acha minha comadre Cristina de Souza Costa tratando de alguma negociação para se poder lamentar liberta e eu paguei quase todo o seu valor e de duas filhas com tudo o como me tem servido bem e me está servindo na minha companhia como dito fica se lhe dará oitenta mil reis para sua lamentação.³²²

Embora implicitamente, Eria Pereira era, provavelmente, filha ilegítima do português com a africana Cristina de Souza Costa. Conforme apontado por Eduardo França Paiva, em sua análise dos testamentos dos escravos libertos em Minas Gerais no século XVIII,³²³ os relacionamentos entre senhores e escravas foram muito mais comuns do que o reconhecimento, por aqueles, dos seus filhos ilegítimos. Eria Pereira e Cristina de Souza Costa, além de conquistarem a condição de forras, alcançaram privilégios, entre eles, a transmissão do patrimônio para uma liberta. Não localizamos o inventário post-mortem ou o testamento da Eria Pereira. Contudo, no próximo inventário post-mortem, do Capitão Sebastião Rodrigues Sete, a referência feita à mesma Eria Pereira foi enquanto proprietária do imóvel localizado ao lado da casa do Capitão. A forra Eria Pereira tornou-se, assim, dona de um imóvel na prestigiosa Rua Direita, que a história oficial apontou como o local habitado pela “elite da época.”³²⁴ A transmissão de um patrimônio que atualmente compõem o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado de Mariana para uma ex escrava, seria apenas um pormenor como sugeriu Lúcio Costa?

O Capitão Sebastião Rodrigues Sete faleceu sem testamento em Mariana. Era casado com Teresa Joaquina Fidelis da Silva, também sua inventariante e tutora dos órfãos, cujos nomes e idades eram os seguintes: Sebastião, 15 anos; José, 12 anos; Luís, 7 anos e Maria, 5 anos. Seu inventário post-mortem foi feito em 30 de agosto de 1810, cujo monte-mor totalizou 21:240\$654 ½ (vinte quatro contos, duzentos e quarenta mil réis e seiscentos e cinquenta e quatro réis e meio), distribuídos entre bens em Portugal, Pernambuco, Rio de Janeiro e dois imóveis em Mariana: uma chácara no bairro Santana e uma casa na Rua Direita:

[...] uma morada de casas térreas e assobradas pelos fundos cobertas de telhas na Rua direita desta cidade com seu quintal murado de pedra **que partem com casas de Iria**

³²² Ibidem. p. 6.

³²³ PAIVA, Eduardo França de. Op. Cit.

³²⁴ DAMASCENO, Cláudia. **Mariana**: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Op. Cit.

Pereira e com as do Doutor Desembargador Ignácio José de Souza Rabello, e foram nestas avaliadas pelos ditos louvados na quantia de oito centos mil reis digo um conto e oitenta mil reis.³²⁵

De acordo com o documento, a casa do Capitão Sebastião Rodrigues Sete era ao lado da casa herdada pela forra Eria Pereira. No inventário post-mortem do Capitão, também foram relacionados 19 escravos, entre eles, 5 “cabras”, termo de complexa definição, mas comumente utilizado para designar um tipo de miscigenação. Nos períodos iniciais do processo de colonização remeteu aos índios e, posteriormente, para segmentos específicos da população negra.³²⁶ Os seus nomes e origens são, respectivamente: Manoel pardo, José Angola, João Angola, Antônio Angola, Felisberto cabra, Januário benguela, Miguel pardo, Martiniano crioulo, Francisco cabra, Pedro cabra, Sebastiana crioula, Senhorinha crioula, Tomásia crioula, Francisca cabra, Ana Maria parda, Felipa crioula, Narciza cabra, Teresa benguela e Teresa mina. Além de 3 escravos falecidos: João Angola, Joana Benguela e Antônio crioulo.

O documento demonstrou a diversidade de pessoas que ali habitaram. Ou seja, registrou não apenas a presença portuguesa, mas também, possivelmente, a presença indígena e negra. Ou seja, o documento é fonte de conhecimento histórico e suporte de memória de diferentes grupos humanos, inclusive de sujeitos de nações africanas, como os de nação mina da Costa da Mina/ África Ocidental e Angola, da África Centro-Ocidental, que vivenciaram no interior do mesmo imóvel. Não obstante, essas denominações remeteram a identidades genéricas relacionadas a amplos espaços territoriais do circuito do tráfico negreiro e foram atribuídas aos africanos pelos escrivães e tabeliães,³²⁷ portanto essa fonte escrita indiretamente nos informou sobre essas “memórias subterrâneas”. O conhecimento histórico acerca das diferentes culturas que habitaram aquele bem tombado e que marcaram a cultura do país são apenas frutos de “pesquisas absorventes” como sugeriu Lúcio Costa?

O último imóvel da arquitetura civil que analisamos ficou conhecido como Casa do Barão de Pontal, único bem tombado individualmente na Rua Direita em 1954. De acordo com a documentação que compôs o processo de tombamento número 0500-T-54, em um ofício encaminhado por Sílvio de Vasconcelos, arquiteto e chefe do 3º Distrito, para Rodrigo M. F. de Andrade, o “único interesse” foi a preservação das sacadas de pedra sabão recortada, que

³²⁵ AHCSM. Inventário post-mortem de Sebastião Rodrigues Sete. 2º Ofício. Códice: 80. Auto: 1719. Ano: 1810. p. 20. [Grifos nossos]

³²⁶ Conforme Renato Pinto Venâncio, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana), a expressão local “cabras da terra”, era utilizada para fazer referência aos índios. Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

³²⁷ PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. Op. Cit.

representavam um exemplar singular de material de ocorrência local.³²⁸ No entanto, observamos nesse processo uma modificação em relação aos demais, pois Rodrigo M. F. de Andrade, em resposta a Sílvio de Vasconcelos, solicitou estudos mais aprofundados para o tombamento do imóvel, inclusive dados históricos e pesquisas em arquivos: “1º Descrição sumária da edificação, do ponto de vista arquitetônico; 2º Dados históricos sobre a mesma, com indicação de fontes bibliográficas ou de arquivo. [...]”³²⁹ Em outras palavras, para o tombamento do bem houve uma preocupação evidente com a pesquisa histórica às fontes escritas. Ressaltamos que, nesse período, a DPHAN já havia constituído arquivos sob a sua guarda em Minas Gerais, entre eles o atual AHCSM.

Os dados históricos, basicamente biográficos, basearam-se, segundo Sílvio de Vasconcelos, na tradição oral, em documentos do Arquivo Público Mineiro, em informações da Prefeitura de Mariana e nas Efemérides Mineira de Xavier da Veiga:

O imóvel pertenceu ao 1º vigário geral da Diocese, Cônego José Abranches. Em 1800 passou ao desembargador Inácio José de Souza, Barão de Pontal cujos dados biográficos podem ser assim resumidos: 1781 – ou 1782 – Nascimento de Manuel Inácio de Melo e Souza na Vila Val-de-Vaz, em Portugal. Bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Vindo para o Brasil fixou residência em Mariana. 1821- Eleito membro da primeira Junta do Governo Provisório da Província de Minas. 1823 – Eleito membro do Conselho do Governo Provincial de Minas Gerais. 1826 – 1829 – Deputado à primeira Assembleia Geral Legislativa. Foi removido para a Casa da Suplicação do Rio de Janeiro. 1831 – Nomeado Presidente da Província de Minas pela Regência Provisória do Império. 1833 – Enquanto estava em Mariana ou Presidente Melo e Souza irrompeu a sedição de Ouro Preto. O vice-presidente Bernardo de Vasconcellos assumiu o Governo legal em São João del-Rey, Bernardo Vasconcelos reclamou a presença do Presidente Melo e Souza para essa cidade. 1835-1837 – Membro da Assembleia Legislativa Mineira. 1835-1837 – Membro da Assembleia Legislativa Mineira. 1841 – Agraciado pelo Imperador com o título de Barão de Pontal. 1842-1843 – Membro da quarta Assembleia Mineira. 1859 – Falecimento do Barão de Pontal, no dia 20 de maio, na Vila de Ponte Nova.³³⁰

Os dados históricos apresentados pelo arquiteto Sílvio de Vasconcelos, pautaram-se por uma concepção de história que privilegiou os grandes homens e eventos da história, ou seja, o Barão do Pontal e a sua trajetória, sobretudo política. Ademais, a documentação já conservada pela DPHAN em Mariana também não foi consultada.

³²⁸ ACI. Ofício n.º 253 expedido por Sílvio de Vasconcelos para Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual solicitou o tombamento da Casa do Barão do Pontal, na Rua Direita em Mariana, Minas Gerais. Processo n.º 0500-T-54. Ano: 1954.

³²⁹ ACI. Ofício n. 351 expedido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Sílvio de Vasconcelos, em resposta ao pedido de tombamento da Casa do Barão do Pontal. Processo n. 0500-T-54. Ano: 1954.

³³⁰ ACI. Processo n. 0500-T-54, referente ao tombamento da Casa do Barão do Pontal. Ano: 1954.

De acordo com o inventário post-mortem,³³¹ o casal Antônia Constância da Rocha e Desembargador Inácio José de Souza Rebelo foram os primeiros proprietários do imóvel contemplado pelo processo de tombamento mencionado acima:

[...] uma morada de casas de sobrado e parte abarracado sitas nesta Rua direita e com seu quintal que partem pelo lado esquerdo com as que foram de Sebastião Rodrigues Sete e pelo direito com as que foram de Arouca, vistas e avaliadas pelos ditos louvados em dois contos e quatrocentos mil réis.”³³²

Antônia Constância da Rocha faleceu aos 29 dias do mês de março de 1830, sendo o seu marido o testamenteiro. Este último, por sua vez, faleceu aos 23 dias do mês de junho de 1830. Como não tinham filhos, instituíram por seu testamenteiro, herdeiro e inventariante, o sobrinho Desembargador Manoel Inácio de Melo e Souza, o Barão de Pontal. O Desembargador Inácio José de Souza Rebelo declarou em seu testamento ser natural da Vila de Monção, em Portugal. Em seu testamento, afirmou ter pertencido a Ordem Terceira de São Francisco da cidade de Mariana, onde escolheu ser sepultado. Antônia Constância da Rocha, por sua vez, recomendou que as disposições do seu funeral fossem feitas por seu testamenteiro e marido.

No inventário post-mortem do casal foram arrolados 66 escravos, inclusive índios. Entre eles foram libertos no testamento desembargador Inácio José de Souza Rebelo: Simplícia cabra, Genoveva crioula, Paulina, e os mulatos Francisco e Casseiro, que segundo o desembargador, viviam em sua casa na Rua Direita. Em seu testamento, Constância da Rocha deixou para a sua afilhada Maria Índia, que se encontrava em sua companhia, o valor de 200\$000 (duzentos mil réis). A quantia seria entregue quando Maria Índia se casasse ou completasse a idade de 25 anos de idade: “e espero de meus herdeiros a concorrerem na sua companhia até se casar e façam a mesma o que eu lhe faria.”³³³

Além de Maria Índia, destacamos Senhorinha, para quem Antônia Constância da Rocha em seu testamento deixou uma escrava e uma morada de casas a escolha do seu marido. Segundo Antônia Constância da Rocha, os bens seriam um reconhecimento pelos serviços prestados, sobretudo no momento da enfermidade. O seu marido, por sua vez, em seu testamento, declarou já ter sido concedida a liberdade a Senhorinha e ofereceu a ela 100\$000 (cem mil réis).

³³¹ AHSCM. Inventário post-mortem do casal Antônia Constância da Rocha e Inácio José de Souza Rebelo. 2º Ofício, Códice 133, Auto, 2695, Ano: 1830.

³³² Ibidem. p. 6.

³³³ Ibidem. p. 11.

Curiosamente, o Desembargador entregou ao seu testamenteiro, o Barão de Pontal, uma carta, cujo teor não poderia ser revelado, mas cumprido com a maior brevidade possível: “coisas de segredo, sem que a mostre ou seja obrigado a apresentar em Juízo ou fora dele, nem comunicar o seu conteúdo.”³³⁴ Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1857, Senhorinha Constância da Rocha, declarou em seu testamento que permaneceu na companhia dos seus senhores mesmo depois de liberta por eles, acompanhando-os até a hora da morte. Declarou também ser solteira, não ter filhos e nem pais vivos. No momento residia na fazenda do Gualaxo, “por favor e por estima do Senhor Barão do Pontal, que me ofereceu sua casa.”³³⁵ Entre os seus bens, mencionou a escrava Catarina, oferecida pelos seus senhores e Feliciano pardo, concedida pelo Barão de Pontal. Senhorinha Constância da Rocha, que adotou inclusive o sobrenome de sua senhora, guardou relação com o segredo confidenciado em carta ao Barão de Pontal?

A permanência de Senhorinha e Maria Índia ao lado dos seus senhores seria dedicação, impossibilidade de mudar de vida ou uma estratégia de resistência? As três explicações não se excluem. Destacamos que o esforço de ambas foi recompensado, o que nem sempre ocorreu. Conforme demonstrado por Paiva, estes legados materiais representaram, muitas vezes, a base com a qual as ex-escravas se inseriram no universo dos livres, muito embora não recebessem o mesmo tratamento dispensado às mulheres brancas, sobretudo, as portuguesas, facilmente identificadas na documentação oficial, pois os seus nomes eram frequentemente precedidos pelo título de “Dona”. Não obstante, as forras alcançaram autonomias e liberdades não experimentadas pelas “donas da colônia”, permitiram-se responder por elas mesmas, a despeito de possuírem maridos ou filhos homens que as representassem.³³⁶ Certamente essa ascensão ocorreu dentro dos limites daquela sociedade e dentro da lógica dominante.

Os segredos que envolveram a transmissão dos bens do português Francisco Pereira de Araújo para a forra Eria Pereira e a carta que o Desembargador Inácio José de Souza Rebello confiou ao Barão de Pontal, evidenciariam a relação com a morte e a preocupação com a abertura para o futuro que, segundo Jacques Derrida, marcou os arquivos? No recorte do patrimônio cultural identificamos complexas estratégias de resistência negra e indígena e um conhecimento que pode ser descortinado pela própria historiografia.

³³⁴ Ibidem. p. 19v.

³³⁵ AHCSM. Testamento de Senhorinha Constância da Rocha. Livro de Registro de Testamento (1857). 1º ofício. Ano: 1857. p. 23.

³³⁶ PAIVA, Eduardo França de. Op. Cit.

Seriam pesquisas “laterais”, “demoradas” e “absorventes”, conforme sugeriu Lúcio Costa, irmos além da “pedra e cal” e conhecermos um pouco mais os sujeitos que habitaram os bens tombados, muitos deles negligenciados pelos debates sobre o patrimônio cultural como os índios e os escravos e que contribuíram para a construção desse mesmo patrimônio?

Portanto, uma das maiores “perdas”, para retomarmos a noção de “retórica da perda”, que marcou as narrativas do patrimônio cultural no Brasil, foi a “perda” do conhecimento histórico. Com a ausência de pesquisas históricas “laterais”, “demoradas” e “absorventes”, como colocou o arquiteto Lúcio Costa, cujo discurso se tornou predominante com a presença marcante dos “arquitetos da memória” nos quadros do IPHAN, e com a inserção tardia do historiador nesse debate, perdemos os diferentes sujeitos históricos que transformaram o seu tempo e que também construíram o patrimônio cultural. A nossa proposta consistiu em demonstrar as possibilidades do patrimônio documental do AHCSM, como um exemplo de como a pesquisa histórica as fontes escritas, pode contribuir para a ampliação dos debates no recorte do patrimônio cultural, inclusive para a inserção de sujeitos antes negligenciados e para uma visão integradora do patrimônio cultural erroneamente dividido em material e imaterial. Concluimos que muitas das “críticas difíceis de refutar” direcionadas a atuação do IPHAN no campo do patrimônio cultural resultaram, em grande medida, da ausência de pesquisas históricas às fontes escritas. Acrescentamos a isso o fato de os arquivos históricos custodiados pelo IPHAN ainda serem pouco conhecidos.

PARTE II

1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: PRESERVAÇÃO, ACESSO E DIVULGAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, SOB A GUARDA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Conforme mencionamos anteriormente, o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV) requer dos estudantes uma proposta de intervenção prática em consonância com a reflexão teórica. Por conta disso, organizamos a nossa dissertação em duas partes. A primeira consistiu em uma reflexão teórica sobre o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) e a temática do patrimônio documental no IPHAN. Neste segundo momento apresentaremos as atividades práticas que desenvolvemos ao longo do Mestrado.

Sabemos que o IPHAN tem uma reconhecida atuação no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil. No entanto, a trajetória do órgão em relação a proteção de documentos é pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural. Por conseguinte, os arquivos custodiados pelo IPHAN em Minas Gerais, entre eles o AHCSM, são pouco conhecidos e divulgados.

Com esse entendimento, desenvolvemos duas atividades de intervenção prática durante o Mestrado. A primeira consistiu em propormos IPHAN, a candidatura dos inventários post-mortem do AHCSM, sob a sua guarda, ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ressaltamos que, embora tenhamos nos empenhado no preenchimento do formulário de candidatura, obviamente caberá ao IPHAN a decisão final. A segunda atividade resultou na informatização dos instrumentos de pesquisa (catálogos) do AHCSM, para divulgação do Portal Acervos de Minas Gerais. O propósito de ambas as atividades consistiu, sobretudo, no acesso e na divulgação do AHCSM e dos seus documentos.

Para o tratamento das questões concernente a preservação, ao acesso e a divulgação do patrimônio documental mundial, o Programa Memória do Mundo é a principal e mais sofisticada referência. Não obstante, o Programa ainda é pouco conhecido. Devido a sua importância para a temática que abordamos e para as propostas que desempenhamos,

ocuparemos as próximas linhas para a apresentação do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

1.1 O Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

O Programa Memória do Mundo (MOW- Memory of the World) da UNESCO foi criado em 1992, em um contexto marcado pela destruição de aproximadamente dois milhões de livros, periódicos e documentos, muitos deles raros ou únicos, da Biblioteca de Sarajevo, durante a Guerra da Bósnia. Com isso evidenciou-se a necessidade de preservação e acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. Guerras, conflitos sociais, escassez de recursos, saques, dispersões, tráfico ilegal, destruição, arquivamento e investimentos inadequados são alguns dos principais problemas aos quais o patrimônio documental encontra-se continuamente exposto.³³⁷

Conforme as Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, documento norteador do Programa Memória do Mundo, o patrimônio documental representa parte significativa do patrimônio cultural mundial e, comumente, se encontra em museus, arquivos e bibliotecas, mas também custodiado em diferentes contextos sociais e comunitários. Esse material é suporte da memória coletiva dos diferentes grupos humanos, cuja significância pode ser internacional, regional e/ou nacional.³³⁸

Os objetivos do Programa consistem na preservação, acesso e divulgação da existência e da importância do patrimônio documental – arquivístico e bibliográfico –, da humanidade. Em relação a preservação, destacamos a recomendação da elaboração de um plano de gestão, que consiste em um estudo acerca da importância da documentação e das suas necessidades básicas. Em linhas gerais, esse planejamento deverá conter os procedimentos referentes as condições de acesso e preservação, o orçamento destinado a essa finalidade, a relação dos profissionais em conservação, suas qualificações e possibilidades de formação. Além de detalhar as informações a respeito do meio físico e material, como por exemplo, a qualidade do ar, a temperatura e umidade, as estantes, a segurança e incluir uma estratégia de prevenção de catástrofes.³³⁹

Quanto ao acesso, destacamos o incentivo do Programa para a criação de cópias digitalizadas do patrimônio documental, a publicação de livros e outros materiais de divulgação

³³⁷ EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. UNESCO, 2002.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Ibidem.

e a disponibilização de catálogos (instrumentos de pesquisa), em rede mundial de computadores para promover o acesso universal.³⁴⁰

De acordo com o Programa, o interesse reduzido em relação à preservação de acervos documentais deve-se, em grande medida, ao desconhecimento da sua existência, relevância e da necessidade de preservá-los e acessá-los. Consequentemente, a conscientização é um dos objetivos. Os meios empregados contemplam ações educativas, estratégias de publicidade e promoção da informação sobre os acervos e técnicas de preservação.³⁴¹

Para alcançar os seus objetivos em uma perspectiva ampla, o Programa é organizado em Comitês. O Comitê Consultivo Internacional (CCI) é o principal órgão que assessora a UNESCO acerca do funcionamento do Programa. Além deste, foram criados também Comitês Regionais e Comitês Nacionais.³⁴²

Os editais do Comitê Internacional ocorrem a cada dois anos e, atualmente, dez acervos brasileiros fazem parte do registro internacional.³⁴³ Os Comitês Regionais reúnem pessoas de dois ou mais países e são uma alternativa para abordar as questões que escapam do âmbito do Comitê Internacional ou dos Comitês Nacionais. Os critérios para a formação dos comitês regionais podem ser, por exemplo, questões geográficas ou outros interesses e culturas em

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Em 2003 foi nominada a Coleção do Imperador: Fotografia Brasileira e Estrangeira do Século XIX, proposta pela Fundação da Biblioteca Nacional (FBN). Em 2011 foram registrados dois acervos brasileiros: Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, proposto por um grupo multinacional de instituições arquivísticas com o apoio do Arquivo Nacional; e o Fundo da Rede de Informações e Contra-informações, proposto pelo Arquivo Nacional (AN), Arquivo Público do Ceará, Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco, Arquivo Público do Maranhão, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento de Arquivo do Paraná e pelo Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás. Em 2013, foram registrados o Acervo Arquitetônico Oscar Niemeyer, proposto pela Fundação Oscar Niemeyer; e os Documentos Relativos às Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo, proposto pelo Museu Imperial. Em 2015, foram nominados o Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, proposto pelo Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho em conjunto com Archivo General de la Nación de Uruguay; e o acervo da Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas, proposto em conjunto por nove instituições do Brasil e uma do Uruguai: Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Nacional, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, FBN, IHGB, Ministério das Relações Exteriores – Arquivo Histórico do Itamaraty, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Nacional de Belas Artes e Museo Historico del Uruguay. Finalmente, em 2017 foram registrados o acervo Antônio Carlos Gomes: compositor de dois mundos, proposto pelo AN, Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, FBN, IHGB, Museo Teatrale alla Scala (Itália), Museu Carlos Gomes do Centro de Ciências, Letras e Artes, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial e Museu da Universidade Federal do Pará; Arquivo Pessoal de Nise da Silveira, proposto pela Sociedade de Amigos do Museu do Inconsciente; e a Coleção Educador Paulo Freire, proposta por Ana Maria Araújo Freire e pelo Instituto Paulo Freire. Ver: COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO. Acervos brasileiros Registro internacional. **Arquivo Nacional**. Disponível em: < <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-internacional.html>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

comum. Entre os objetivos desses Comitês destacamos: a manutenção de um registro regional do Memória do Mundo, o gerenciamento de projetos dentro da região, o apoio aos países da região que não possuem Comitês Nacionais e a coordenação de atividades de publicidade e conscientização. Atualmente, há três Comitês Regionais: o Comitê Regional do Programa Memória do Mundo da África; o Comitê do Programa Memória do Mundo da Ásia e Pacífico e o Comitê Regional do Programa Memória do Mundo da América Latina e Caribe (MOWLAC). Este último contempla, entre outros países, o Brasil.³⁴⁴ Atualmente há 19 acervos brasileiros registrados pelo MOWLAC.³⁴⁵

A criação dos Comitês Nacionais é incentivada nos países. Eles são instituições independentes, com mandatos e regulamentos próprios. Os comitês nacionais mantêm relações de trabalho com a comissão nacional da UNESCO e com o Comitê Regional correspondente. Os seus membros são vinculados aos principais arquivos, bibliotecas, museus e com o governo de cada país.³⁴⁶ Atualmente existem 73 Comitês Nacionais, em cinco grandes áreas culturais: África (11 países); Países Árabes (5 países), Ásia e Pacífico (16 países), Europa e América do Norte (22 países) e América Latina e Caribe (19 países).³⁴⁷

³⁴⁴ EDMONDSON, Ray. Op. Cit.

³⁴⁵ O primeiro acervo foi registrado em 2004, antes mesmo da existência do Comitê MOW Brasil, tratou-se do Arquivo do Museu da Música de Mariana, proposto pelo Museu da Música de Mariana e pela Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana. Em 2007, foram nominados dois acervos brasileiros: Filme Limite de Mário Peixoto, proposto pela Fundação Cinemateca Brasileira; e o Fundo Nova Capital do Brasil (1892-1980), proposto pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Em 2008 foram registrados três acervos brasileiros: Fundo Carlos Chagas (1897-1934), proposto pela Fundação Oswaldo Cruz; Carta de Abertura dos Portos Marítimos para o Comércio com as Nações Amigas de 1808, proposta pela FBN; Arquivo do Serviço de Proteção ao Índios, proposto pelo Museu do Índio; e Fundo Oscar Niemeyer, também nominado internacionalmente. Em 2010 foram registradas a Coleção Jesco Von Pttkamer, proposta pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia; e a Coleção IPEAFRO Arquivo Abdias do Nascimento, proposto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO). Em 2011 foram nominados o Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais; e o Fundo da Rede de Informações e Contra-Informações, como vimos acima, ambos também fazem parte do Registro Internacional. Em 2012 foram registrados o Atlas e Mapa Cartográfico Antônio Ciera, proposto pela FBN; Coleção Ferdinand Denis (1558-1590), proposto pela Bibliotheque Saint-Genevieve (França) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); e o Fundo do Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos dos Países do Cone Sul. Este último também foi registrado internacionalmente, conforme demonstramos anteriormente. Em 2013 foi registrado o acervo A Guerra da Tríplice Aliança: Representações Iconográficas e Cartográficas, também registrado internacionalmente. Finalmente, em 2015, foram nominados o Acervo do Educador Paulo Freire (1947-2013) e o Arquivo Pessoal de Nise da Silveira, ambos registrados também internacionalmente. Além do Arquivo da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, proposto pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e os Registros fotográficos oficiais das intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro (1900-1950), proposto pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Ver: COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO. Acervos brasileiros Registro Regional. Arquivo Nacional. Disponível em: < <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-regional.html?limitstart=0>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

³⁴⁶ EDMONDSON, Ray. Op. Cit.

³⁴⁷ MEMORY OF THE WORLD. National Memory of the World. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/about-the-programme/national-memory-of-the-world-committees/latin-america-and-the-caribbean/>> Acesso em: 09 nov. 2017.

Os critérios de seleção definidos para o Registro Internacional também se aplicam aos regionais e nacionais, mas com a possibilidade de se empreenderem as adequações necessárias. A avaliação dos acervos é comparativa e relativa. Em outras palavras, o conjunto documental será considerado em sua especificidade, mas também em relação aos documentos incluídos ou rejeitados. Acrescentam-se os critérios de “autenticidade” e a natureza “única e insubstituível” da documentação, bem como atender a um ou mais dos seguintes elementos: “tempo”, “lugar”, “pessoas”, “assunto e tema”, “forma e estilo” e “significação social/comunitária/espiritual”. Finalmente, são observados a “raridade”, a “integridade”, os riscos aos quais o patrimônio documental encontra-se exposto, assim como a existência de um plano de gestão.

No Brasil, a atuação do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO teve início em 2004 e foi regulamentada pela Portaria do Ministério da Cultura nº 60, de 31 de outubro de 2007. O comitê é composto por até 18 membros³⁴⁸ que possuem mandatos de dois anos, renováveis por uma única vez por igual período: o representante do Brasil no Comitê Regional da América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo e um representante de cada umas das seguintes instituições: Arquivo Nacional, Comissão Nacional da UNESCO no Brasil, Conselho Nacional de Arquivos, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Instituto Brasileiro de Museus; bem como um representante de cada um dos seguimentos arquivísticos: eclesiásticos, militares, privados e audiovisuais. Além de um representante de arquivos públicos estaduais, arquivos públicos municipais, entidades de ensino e pesquisa e três especialistas de renomado conhecimento no campo da preservação do patrimônio documental brasileiro.³⁴⁹

O Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO contempla até dez conjuntos documentais por ano. Entre 2007, ano em que ocorreram as primeiras nomeações, até 2017, últimos registros, foram nominados 101 conjuntos documentais pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo. Destes, apenas 6 se encontram em Minas Gerais, sendo 1 deles bibliográfico, ou seja, apenas cerca de 5% das nomeações:

³⁴⁸ Eram 17 membros, mas a Portaria do Ministério da Cultura n. 84 de 01 de outubro de 2013 alterou a composição do Comitê, com a inclusão de uma nova representação institucional: Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; ampliou o número de vagas de especialistas de “renomado conhecimento” de 2 para 3 e estabeleceu representações diferentes para os arquivos municipais e estaduais.

³⁴⁹ COMITÊ NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. História MoW Brasil. Disponível em: < <http://mow.arquivonacional.gov.br/mow-brasil/historia.html> > Acesso em: 8 jul. 2017.

Acervo documental	Proponente	Ano
Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1889)	Arquivo Público Mineiro (APM)	2012
Coleção Francisco Curt Lange de Documentos Musicais	Museu da Inconfidência, Instituto Brasileiro de Museus e Ministério da Cultura	2014
Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital - Belo Horizonte (1892-1903)	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH/FMC), Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB/FMC) e Arquivo Público Mineiro (APM)	2015
Processos Judiciais Trabalhistas: Doenças Ocupacionais na Mineração em Minas Gerais, Dissídio Individuais e Coletivos (1941-2005)	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais.	2015
Coleção de Obras Raras da Biblioteca Mineiriana	Instituto Cultural Almicar Martins	2016
Testamento do Senhor Martim Afonso de Sousa e de Sua mulher Dona Ana Pimentel	Universidade Federal de Minas Gerais	2017

Tabela 2: Acervos mineiros nominados pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO entre 2007-2017.

Nos cinco primeiros anos de atuação do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo, nenhum acervo documental mineiro foi registrado. A primeira nomeação ocorreu apenas em 2012, com o registro do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1889), proposto pelo Arquivo Público Mineiro. A segunda em 2014, com a Coleção Francisco Curt Lange de Documentos Musicais, apresentada conjuntamente pelo Museu da Inconfidência, Instituto Brasileiro de Museus e Ministério da Cultura. No ano de 2015 dois conjuntos documentais foram registrados: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Belo Horizonte (1892-1903), proposição conjunta pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, pelo Museu Histórico Alípio Barreto e pelo Arquivo Público Mineiro e os Processos Judiciais Trabalhistas: Doenças Ocupacionais na Mineração em Minas Gerais – Dissídios Individuais e Coletivos (1941-2005), apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de Minas Gerais. Em 2016 ocorreu o registro da Coleção de Obras Raras da Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins, proposta pelo mesmo Instituto de Belo Horizonte. Finalmente, em 2017, aconteceu a nomeação do Testamento do Senhor Martim Afonso de Souza e de sua mulher Dona Ana Pimentel, proposto pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Não obstante, notamos que mesmo antes da existência do Comitê MOW Brasil, o Arquivo do Museu da Música de Mariana, ou seja, um acervo localizado em Minas

Gerais, foi registrado pelo Comitê Regional do Programa Memória do Mundo da América Latina e Caribe.

Com isso notamos que o alcance territorial do Programa MOW Brasil ainda é restrito. Os acervos nominados pelo Comitê MOW Brasil concentraram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo. Não por acaso, nesses estados também se localizam as instituições de guarda e a maioria dos membros que integram o Comitê e que atuam como divulgadores do Programa e dos seus objetivos. Corroboramos com a provocação feita por Luciana Heymann, acerca do resultado efetivo do Registro em relação a promover a visibilidade dos acervos pouco conhecidos e que, possivelmente, estariam em situação de risco.³⁵⁰ Se por um lado os arquivos mineiros apresentaram uma representação numericamente ínfima no Comitê MOW Brasil, por outro, o próprio Programa é pouco conhecido e divulgado no estado.

Para concluirmos, atentamo-nos para a atuação do IPHAN no Comitê MOW Brasil. Conforme Hilário Pereira Filho, o Programa Memória do Mundo chegou ao Brasil através do Ministério da Cultural, possivelmente por meio das relações estabelecidas entre a Comissão Nacional da UNESCO e o IPHAN no tratamento do patrimônio cultural. No entanto, devido a atenção secundária conferida pelo órgão de preservação nacional ao patrimônio documental, o Arquivo Nacional assumiu o protagonismo do Programa. Ou seja, o patrimônio documental “continuou solenemente ignorado pela instituição patrimonial [IPHAN], e o Programa Memória do Mundo não encontrou o acolhimento necessário para que houvesse a criação do Comitê Nacional.”³⁵¹ O Arquivo Nacional, por sua vez, reafirmou o seu papel de instância referencial para a área da documentação arquivística no Brasil através do MOW Brasil.

Nessa direção, observamos que todas as instituições custodiadoras ou proprietárias de acervos arquivísticos ou bibliográficos que compõem o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, apresentaram candidaturas que foram registradas nacionalmente. O Arquivo Nacional propôs 5 candidaturas nominadas, a Biblioteca Nacional apresentou 10 das proposições registradas, o IBRAM propôs 5 candidaturas nominadas e o Ministério da Cultura apresentou 6 proposições registradas. O IPHAN, por sua vez, foi a única instituição integrante do Comitê MOW Brasil que não propôs nenhuma das 101 candidaturas registradas. Essa constatação reforçou o nosso argumento acerca da necessidade de aprofundamento da discussão sobre o patrimônio documental no IPHAN, - principalmente em

³⁵⁰ HEYMANN, Lucian Quillet. **Estratégias e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos.** Op. Cit.

³⁵¹ FILHO, Hilário Figueiredo Pereira. **Programa Memória do Mundo da UNESCO e campo arquivístico brasileiro: aproximações, trocas e conflitos.** Op. Cit. p. 11.

termos de divulgação -, e de maneira mais efetiva em Minas Gerais, onde o órgão é custodiador de 5 arquivos históricos, entre eles o AHCSM, cujos acervos ainda são tão pouco conhecidos e divulgados.

1.2 O Portal Acervos de Minas Gerais e a divulgação dos instrumentos de pesquisa do AHCSM

Conforme mencionamos anteriormente, as atividades de intervenção prática que desenvolvemos ao longo do Mestrado, ou seja, a disponibilização dos instrumentos de pesquisa do AHCSM e a proposição ao IPHAN da candidatura do AHCSM ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, encontram-se articuladas. Em ambas o Portal Acervos de Minas Gerais ocupou um papel fundamental.

O Portal Acervos de Minas Gerais é uma iniciativa do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), vinculado ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), cujo objetivo é promover o acesso a relevantes conjuntos documentais de Minas Gerais.³⁵²

Em cooperação técnica com o IPHAN, a UFV desempenha o projeto de Organização, Digitalização e Acesso aos Inventários Post-Mortem dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana³⁵³, desde 2008. Dos 3098 inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício, com datas-limites entre 1713-1920, aproximadamente 3011, ou seja, até o ano de 1882, encontram-se acessíveis no mesmo Portal.

Desde então, mais de 1500 pesquisadores se cadastraram no Portal. Foram registrados acessos em praticamente todos os estados do país: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Goiás, Ceará,

³⁵² PORTAL ACERVOS DE MINAS GERAIS. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica Acervos Digitais/ Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH/UFV). Disponível em: <<http://www.lampeh.ufv.br/portal/>>

³⁵³ Para saber mais sobre o projeto ver: MOREIRA, Alexandra; OLIVEIRA, Alcione de Paiva Oliveira; MENDES, Fábio Faria; QUEIROZ, Jonas Marçal; BRAGA, Vanuza. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, Brasília, set/dez. 2007, p.89-98. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1169/1332>> Acesso em: 28 de junho de 2017. MENDES, Faria Fábio; QUEIROZ, Jonas Marçal de; PAIVA, Alcione de; MOREIRA, Alexandra e BRAGA, Vanuza Moreira. Tecnologia a serviço da história. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 43, nº. 1, p. 162-167, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Tecnologia_a_servico_da_historia.PDF> Acesso em: 28 jun. 2017. POSSI, Maurilio de Araújo; OLIVEIRA, Alcione de Paiva; MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio e QUEIROZ, Jonas Marçal. Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na Web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 16, nº. 3, July/Sept. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362011000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 28 de junho de 2017.

Tocantins, Alagoas, Paraíba, Paraná, Pará, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Amapá, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal. Também se cadastraram e acessaram as imagens pesquisadores do México, Finlândia, Portugal, Espanha, Austrália, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, França, Canadá, Angola, Itália, Argentina, Colômbia e Suíça. As finalidades das consultas foram principalmente pesquisas acadêmicas e pesquisas genealógicas.

Em consonância com as propostas do Programa Memória do Mundo e com as ações já empreendidas pelo Portal Acervos de Minas Gerais, uma das nossas atividades de intervenção consistiu na disponibilização dos instrumentos de pesquisa do AHCSM para a promoção do acesso universal e divulgação do arquivo. Uma das recomendações do Programa Memória do Mundo consiste em: “facilitar o acesso universal ao patrimônio documental”, isto inclui o “encorajamento à criação de cópias digitalizadas e de catálogos a serem disponibilizados na Internet.”³⁵⁴

Os catálogos consultados atualmente pelos pesquisadores do AHCSM são manuais. Para a informatização, primeiramente procedemos a digitalização dos seguintes instrumentos de pesquisa: Ação Cível do Cartório do Primeiro Ofício, Ação Cível do Cartório do Segundo Ofício, Processos Crime do Cartório do Primeiro Ofício, Processos Crime do Cartório do Segundo Ofício, Justificação do Cartório do Primeiro Ofício, Justificação do Cartório do Segundo Ofício, Notificação do Cartório do Primeiro Ofício, Notificação do Cartório do Segundo Ofício, Sesmaria do Cartório do Primeiro Ofício, Sesmaria do Cartório do Segundo Ofício, Registro de testamento do Cartório do Primeiro Ofício, Testamentaria do Cartório do Primeiro Ofício e Execução do Cartório do Primeiro Ofício.

Destes catálogos, a Ação cível do Cartório do Segundo Ofício não foi informatizado, pois mesmo o instrumento de pesquisa manual ainda não foi concluído. Durante o processo de digitalização dos catálogos, constatamos que não havia o catálogo manual das Execuções do Cartório do Segundo Ofício, que atualmente encontra-se em processo de elaboração pela equipe do Arquivo e, portanto, também não fez parte da nossa atividade de intervenção.

Mantivemos o formato dos catálogos manuais, mas padronizamos algumas informações. Atualizamos para o português atual, os sobrenomes foram colocados em letra maiúscula e separados por vírgula e não por traços e desmembramos as abreviaturas mais utilizadas. Organizamos as patentes, origens, condições e características étnicas entre parênteses, para facilitarmos futuras ampliações dos instrumentos de pesquisa. Complementamos as informações com os dados consultados nos próprios documentos. Os

³⁵⁴ EDMONDSON, Ray. Op. Cit. p. 6.

espaços em branco e interrogações dos catálogos manuais foram mantidos. O material foi atenciosamente revisado para a divulgação do material no Portal Acervos de Minas Gerais.

Concluimos a informatização de 11 catálogos do AHCSM. Todos eles totalizaram 11.188 autos. O catálogo referente aos testamentos do Cartório do Primeiro Ofício, com 4.336 traslados, encontra-se em andamento. Para ilustrarmos, trouxemos duas imagens, a primeira de um instrumento de pesquisa do AHCSM em formato manual, ou seja, anterior a informatização, e a segunda do mesmo instrumento de pesquisa, porém informatizado:

		Ações Cíveis		
Ordem	Número	Autores	Reus	Ano
420	9129	Almeida - Francisco Joaquim de -	José de Moraes e Silva	1849 Carta p.º inquirição
369	8089	" - Izabel da Silva de -	O Juiz	1766 Embargos de carta - de testamento
476	10597	" - Joaquim Eutercio de -	Silvestre Mendes de Vasconcelos	1878 " de posse de terra
456	9951	" - Joaquim Pires de - (P.º)	Inacio Antunes de Moura	1838 Cotação de crédito
420	9132	" - Joaquim Pires de - (P.º)	João Pereira Barbosa	1838 " de crédito, multa de terra em l.º
446	9518	Afonso - José Antonio Rodrigues -	?	1846 Pedido p.º demolir prédio etc
460	10103	" - Sebastião Ribeiro -	Manoel Gonçalves da Silva	1812 Cotação de obra de ofício
384	8404	Agarito - Manoel Joaquim -	Antão Pires Lourenço	1836 Cotação de dívida
384	8397	Agostinha - Maria -	Ant.º Fran.º de Sá e Bastos	1833 Ação de reconciliação
452	9761	Aguar - Fran.º Fernandes Lopes de -	João José Ferreira Junior	1813 Ação de hipoteca
444	9589	" - Fran.º João de -	M.º de Freitas de Almeida	1754 Cotação de crédito em inventário
435	9424	" - Geraldo Rodrigues de - (P.º)	Adm.º Antonio Fernandes de Souza	1837 Cotação de crédito em inventário
377	8238	" - Izabel Freire de -	Joaquim Nicolo Xavier da Silva	1795 " " "
478	10633	" - João Francisco de -	?	1803 Pedido de licença para casamento
475	10584	" - Joaquim Antonio de -	Modesto Soares de Aguiar	1876 Ação de liberdade
474	10531	" - Lúcia de -	Antonio José de Barros	1850 Cotação consensual
427	9248	Airão - Luciano Rodrigues -	João de Freitas Ferreira	1827 Ação de força, nome (P.º)
458	10003	Albargana - Luiz Augusto de - (Capm)	Comilto de Lelis Pereira	1836 Cotação de crédito
451	9745	" - Luiz Augusto de -	José M.º do Nascimento Godinho	1833 Desapeto de terra
397	8302	" - Luiz Augusto de -	José do Nascimento Godinho	1832 Reimbursement de erro
454	9915	Albuquerque - Felipe Carlos de -	Miguel Antonio Vieira	1825 Cotação de crédito
375	8214	Alcides - Gabriel Fernandes (Sarg.º m.º)	Capm.º Domingos Martins Guedes	1746 Ação contra o l.º de estado de
407	8594	Almeida - Eduardo - (Chiniqu)	Chiniquete José Dias	1847 Cotação de salário
465	10332	Almeida - João Ferreira - (P.º)	Alfons Antonio de Al.º Vagado	1809 Cotação de crédito
481	10320	" - João Ferreira - (P.º)	Joaquim Dias de Mota	1814 Cotação
428	8904	Almeida - Estanc.º Gomes Pais de -	Ant.º da Silva Rodrigues	1838 Cotação de crédito
375	8210	" - Estanc.º Gomes Pais de -	Capm.º Fran.º Eustacio Gomes	1830 " " "
457	9974	" - Fran.º Ant.º de - (Alfons)	José Xavier	1804 " " "
395	8635	" - Fran.º Gomes de -	João de Aguiar (e outro)	1785 Reimbursement de terra de doação
456	9956	" - Fran.º José de -	Fran.º P.º da Silva Lourenço	1838 Cotação de crédito
398	8714	" - Fran.º da Silva -	Alfons José Ant.º de Carvalho	1818 Cotação de crédito p.º multa de hipoteca

Figura 9: Exemplo de um catálogo manual: ações cíveis do Cartório do Primeiro Ofício, do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

1			Ação Cível 1º Ofício			
2			Autos: 2669			
3	Código	Auto	Autor	Réu	Ano	Observações
4	420	9129	ABREU, Francisco Joaquim de	José de Moraes e Silva	1849	Carta para inquirição
5	369	8089	ABREU, Isabel da Silva de	O Juízo	1766	Embargo de contas de testamento
6	476	10597	ABREU, Joaquim Eleutério de	Silvério Mendes de Vasconcelos	1858	Embargo de posse de terras
7	456	9951	ABREU, Joaquim Pires de (Padre)	Inacio Antunes de Moura	1838	Cobrança de crédito
8	420	9132	ABREU, Joaquim Pires de (Padre)	João Pereira Barbosa	1838	Cobrança de crédito, venda de terras em Ponte Nova
9	440	9518	AFONSO, José Antônio Rodrigues		1846	Pedido para demolir prédio, etc
10	460	10103	AFONSO, Sebastião Ribeiro	Manoel Gonçalves da Silva	1812	Cobrança de obras de ofício
11	384	8404	AGAPITO, Manoel Joaquim	Antão Pires Correia	1836	Cobrança de dívida
12	384	8397	AGOSTINHA, Maria	Antônio Francisco de Sá e Castro	1833	Ação de reconciliação
13	452	9761	AGUIAR, Francisco Bernardes Lopes de	João José Ferreira Junior	1873	Ação de hipoteca
14	444	9589	AGUIAR, Francisco João de	Maria de Freitas de Abreu	1754	Cobrança de crédito em inventário
15	435	9424	AGUIAR, Geraldo Rodrigues de (Tenente Coronel)	Advogado Antônio Fernandes de Souza	1837	Cobrança de crédito em inventário
16	377	8238	AGUIAR, Isabel Freire de	Joquina Micaela Tavares da Silva	1795	Cobrança de crédito em inventário
17	478	10633	AGUIAR, João Francisco de		1803	Pedido de licença para casamento
18	475	10584	AGUIAR, Joaquim Antônio de	Modesto Soares de Azevedo	1876	Ação de liberdade
19	474	10531	AGUIAR e Companhia, Leite e	Antônio José de Barros	1850	Cobrança comercial
20	427	9248	AIRÃO, Luciano Rodrigues	João de Freitas Ferreira	1827	Ação de força nova (terras)

Figura 10: Exemplo de um catálogo informatizado: ações cíveis do Cartório do Primeiro Ofício, do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Portanto, ao procedermos a informatização dos catálogos para divulgação no Portal Acervos de Minas Gerais, corroboramos com uma das propostas do Programa Memória do Mundo da UNESCO, que consiste em promover o acesso universal e a divulgação do arquivo e dos seus documentos. Esperamos que em breve esse material seja divulgado no Portal Acervos de Minas Gerais, que desempenha um importante papel na promoção do acesso a relevantes acervos documentais mineiros.

1.3 A proposta de candidatura do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana ao Comitê Nacional do Brasil Programa Memória do Mundo da UNESCO

Com relação a proposta de candidatura do AHCSM ao Comitê MOW Brasil, inicialmente pretendíamos sugerir ao IPHAN a candidatura de todos os documentos, mas nos deparamos com a inviabilidade da proposta, sobretudo por motivos operacionais, pois seria inviável para o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo a avaliação de conjuntos documentais tão amplos. Ao participarmos da Oficina do Programa Memória do Mundo realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 12 de maio de 2017,

para esclarecermos as nossas dúvidas acerca do preenchimento do formulário de candidatura, fomos orientados a selecionar um conjunto de documentos com datas e tamanhos bem delimitados, mas que ao mesmo tempo fosse representativo da diversidade e potencialidade do acervo documental do AHCSM como um todo. Por isso selecionamos os inventários post-mortem. Esses documentos também se encontram em processo de digitalização, iniciativa altamente recomendada pelo Programa Memória do Mundo. Nesse sentido, os esforços de digitalização dos inventários post-mortem empreendidos pelo Portal Acervos de Minas Gerais, dialogaram com as propostas do Programa Memória do Mundo, o que certamente fortaleceu a candidatura.

Conforme mencionamos, outra recomendação do Programa é a elaboração de um Plano de Gestão, que consiste em um estudo acerca da importância da documentação e das suas necessidades básicas.³⁵⁵ Iniciamos várias leituras sobre conservação preventiva de arquivos. Contudo, percebemos que seria inviável fazê-lo nos limites de uma dissertação, sobretudo juntamente com a informatização dos catálogos e com a preparação do formulário de candidatura do acervo documental.

Abaixo, apresentamos o formulário devidamente preenchido para a candidatura dos inventários post-mortem do AHCSM ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Reforçamos que a decisão final sobre a candidatura é de competência do IPHAN, instituição custodiadora dos documentos cuja nomeação propomos.

A elaboração da Candidatura que apresentaremos abaixo, contou com o apoio de toda a equipe da Casa Setecentista de Mariana. O material foi encaminhado para a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. Finalmente, ressaltamos que os catálogos referentes aos inventários post-mortem, não foram contemplados pela nossa proposta de intervenção prática, pois já foram elaborados pelo Projeto de Organização, Digitalização e Acesso aos Inventários Post-Mortem dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício e encontram-se disponíveis no Portal Acervos de Minas Gerais, ambos já mencionados acima.

A seguir, o formulário de candidatura do AHCSM, cuja formatação original do Comitê MOW Brasil foi mantida. No entanto, alguns dados e documentos constam apenas na proposta original encaminhada ao IPHAN.

³⁵⁵ O planejamento deve conter os procedimentos referentes às condições de acesso e preservação, o orçamento destinado a essa finalidade, a relação dos profissionais em conservação, suas qualificações e possibilidades de formação. Além disso, deve detalhar as informações a respeito do meio físico e material, como por exemplo, a qualidade do ar, temperatura e umidade, estantes, segurança e incluir uma estratégia de prevenção de catástrofes. Ver: Ibidem.

Título do documento /conjunto que se propõe

(Recomenda-se brevidade no título para facilitar a inclusão do nome na logomarca oficial)

Inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), custodiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1.0 Resumo (máximo 200 palavras)

Descrição breve do patrimônio documental que se nomina e as razões para propô-lo.

Trata-se da "vitrine" da proposta, e é melhor escrevê-la ao final. Deve incluir todos os pontos essenciais que se deseja destacar, de tal maneira que qualquer pessoa que o leia poderá entender a proposta, ainda que a leitura não tenha sido integral.

O conjunto documental é composto por 3098 inventários post-mortem, entre os anos de 1713 a 1920, armazenados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e custodiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estes documentos registram os primeiros descobrimentos do ouro na região de Minas Gerais. O acervo documental é suporte de uma “memória do mundo” entre Brasil, Europa, África e Ásia, pois registrou-se ali a diversidade cultural de pessoas que atraídas pelo ouro habitaram o Termo de Mariana, extenso território de Minas Gerais. Esta região registrou a maior população negra escrava e liberta do Brasil e uma das maiores do mundo, além de uma marcante presença indígena. Portanto, são suportes de memória e fontes de conhecimento histórico acerca dos diferentes grupos humanos. A documentação contemplou ainda movimentos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira (1789), a Independência do Brasil (1822), a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Devido a sua relevância para a “memória nacional”, a cidade de Mariana recebeu o título de Monumento Nacional em 1945. E é nela que este patrimônio documental se encontra e é fonte para o conhecimento acerca do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro.

2.0 Proponente

2.1 Nome do proponente (indivíduo ou instituição)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Para enriquecermos a candidatura em termos de informações adicionais acerca da origem do acervo documental e da custódia do IPHAN, anexamos carta do primeiro diretor do IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade acerca da organização da documentação datada de 1952, ofício do Rodrigo M. F. de Andrade encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura datado de 1963 e Decreto da Presidência da República datado de 1963.

2.2 Relação com o patrimônio documental nominado

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o custodiador dos inventários post-mortem, cuja candidatura propomos.

2.3 Pessoa(s) a contatar (para informação sobre esta candidatura)

Célia Maria Corsino – Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Minas Gerais

2.4 Informações para contato

Nome:

Endereço:

Telefone(s):

Correio(s) eletrônico(s):

2.5 Autorização

Certifico que tenho a autoridade para candidatar o patrimônio documental descrito neste formulário dirigido ao Registro Nacional do Brasil de Memória do Mundo.

Assinatura

Nome completo (em letras de forma, por favor)

Informe a instituição, quando seja apropriado

Data

3.0 Identidade e descrição do patrimônio documental

Nesta parte do formulário, deve-se descrever o documento ou conjunto documental com suficientes informações para deixar claro exatamente o que se está postulando. Qualquer conjunto deve ser finito, com datas iniciais e finais.

3.1 Nome e detalhes descritivos do bem de patrimônio arquivístico e/ou bibliográfico que está sendo candidatado

O título exato e o nome da instituição que deve aparecer no certificado que se entrega.

Os inventários post-mortem são manuscritos em suporte papel que compõem o Fundo Fórum de Mariana e o Grupo Cartórios de Ofício. Essa documentação foi produzida pelo Cartório do Primeiro Ofício de Mariana e sua temática açambarca sobre a existência dos bens que deveriam ser partilhados e órfãos menores de idade. O conjunto documental é composto por 3098 documentos que tratam de questões sociais, econômicas, culturais e políticas de uma extensa região de Minas Gerais conhecida como Termo de Mariana, no período compreendido entre 1713 a 1920. Desde 1948, este acervo foi colocado sob a proteção da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e encontra-se armazenado no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), na cidade de Mariana, em Minas Gerais. Estes documentos constituem os primeiros registros sobre o descobrimento do ouro, pois Mariana foi a primeira vila e cidade de Minas Gerais e se transformou no centro do Império português no século XVIII. Devido a abundância do ouro existente no Termo de Mariana, concorreram e habitaram na região pessoas das mais distintas partes do país - principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Salvador, Pernambuco, entre outros -, além de diversas regiões do mundo, como Europa - sobretudo Portugal, França, Inglaterra, Alemanha entre outros, além da África e Ásia. Essa região também registrou a maior população escrava e forra do Brasil e uma das maiores do mundo, cujos documentos permitem a compreensão das complexidades que envolveram a escravidão no país e as suas conexões com outras partes do mundo. Os inventários post-mortem são suportes de memória e fontes de conhecimento histórico sobre diversas nações africanas, entre elas Angola, Benguela, Congo, Xará, Rebolo, Costa da Mina, Coura, Cassange, Cobú, Lada, Cabinda, Cabo Verde, Costa da Guiné e Moçambique. Não raro, os inventários post-mortem registraram as diversificadas estratégias de resistência escrava que permitiram a conquista da liberdade e, em alguns casos, a ascensão econômica, conforme demonstraram os inventários post-mortem dos escravos e escravas que conquistaram a liberdade e se tornaram donos dos seus próprios bens. A maior parte do território do Termo de Mariana e abarcada pela documentação, também ficou conhecida como “terra de índios”, devido a marcante presença indígena. Esses documentos registraram, principalmente, os índios Botocudos, Puris, Kaurakân, Pataxós e Maxabi, as tentativas de controle por parte da Coroa portuguesa dessas populações, principalmente por meio da catequização como um dos meios de domínio, assim como a resistência indígena. Os inventários post-mortem discorrem ainda sobre movimentos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira, a Independência do Brasil, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República do Brasil, pois essa documentação contemplou sujeitos que participaram diretamente desses eventos. Devido a sua significância enquanto suporte de memória nacional, este acervo documental foi colocado sob a proteção da então DPHAN, atual IPHAN, na década de 1940, momento em que a cidade de Mariana recebeu o título de Monumento Nacional. Esses documentos são fonte para o conhecimento histórico sobre o patrimônio

cultural, sobretudo para uma perspectiva integradora entre patrimônio cultural material e imaterial, pois registraram não apenas os bens tombados como patrimônio nacional, mas também as relações estabelecidas e os significados atribuídos àqueles bens pelos grupos humanos ao longo do tempo, os modos de vida, o cotidiano, as crenças, as celebrações religiosas e as muitas interações entre a cultura “popular” e “erudita”. Em consonância com concepções atuais de história, documento e patrimônio, os inventários post-mortem cuja nominação propomos, são suportes de memória e fontes de conhecimento histórico sobre os diferentes grupos humanos, sobretudo para os grupos marginalizados historicamente, como os negros e os índios. Para além do conteúdo dos documentos, salientamos ainda os suportes, isto é, os papéis, propriamente ditos, onde registraram-se as informações e que também são “pontos de referência”³⁵⁶ de uma “memória do mundo”. As marcas d’água ou filigranas dos papéis remeteram a países como a Itália, Inglaterra, Holanda, Portugal, entre outros. Além dos selos e outros registros que se referem a diferentes momentos históricos do país como a Inconfidência Mineira, Império do Brasil e a República. Finalmente, o nome e título exato que devem aparecer no certificado, caso a candidatura seja bem-sucedida: Inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício, do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, custodiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.2 Informações sobre a catalogação ou registro

De acordo com a proposta, poderia ser útil, para definir um conjunto, anexar seu catálogo. Se ele é demasiado volumoso e pouco prático, seria adequado uma descrição extensa, acompanhada de exemplos de catalogação, acesso ou números de registro e outras maneiras de estabelecer o tamanho e caráter de um conjunto documental.

Os inventários post-mortem possuem como instrumentos de apoio para a pesquisa os catálogos onomásticos e cronológicos, manual e informatizado em planilha do excel. Nos instrumentos de apoio para a pesquisa encontram-se o códice (caixa), o auto (número do processo), o nome do inventariado, o nome do inventariante, o local onde foi feito o inventário post-mortem, o monte mor do inventariado (a soma dos bens do inventariado), se há testamento anexo ao processo, observações relevantes e o ano do documento. O catálogo dos inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), custodiados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podem ser consultados fisicamente no próprio AHCSM ou pelo Portal Acervos de Minas Gerais (<http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>). Ademais, anexamos o instrumento de apoio para a pesquisa em ordem cronológica na proposta original encaminhada ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo e armazenamos os dados em disco digital versátil. (dvd)

3.3 Documentação audiovisual adequada (por exemplo, fotografias ou um DVD do patrimônio documental)

É apropriado anexar fotografias, das quais deve-se especificar pelo menos duas, arquivos de audio ou imagens em movimento para as quais se autoriza o uso pelo Programa Memória do Mundo para fins de divulgação.

³⁵⁶ A expressão “pontos de referência” foi cunhada pelo sociólogo Maurice Halbwachs para se referir aos suportes da memória coletiva, entre eles, as fontes escritas. Para saber mais: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. Ed. Centauro. São Paulo, 2006.

Anexamos à proposta encaminhada ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO as imagens fixas em arquivos JPEG em 300 dpi.

3.4 História / procedência

Descreva o que se conhece da história do conjunto ou do documento. Embora a informação possa não ser completa, deve-se oferecer a melhor descrição possível.

Os inventários post-mortem foram produzidos pelo Cartório do Primeiro Ofício de Mariana, estão armazenados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) e são custodiados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1948 até os dias de hoje. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, a documentação cartorária surgiu no Brasil no início do processo de colonização. Sua origem vincula-se ao sistema de distribuição de terras, registradas conforme o Regimento das Sesmarias. São os únicos registros que documentam um amplo cenário econômico, político, cultural e social do país.³⁵⁷ Essa documentação - produzida pelo Cartório do Primeiro Ofício - tramitou na estrutura administrativa da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, primeira vila e Câmara de Minas Gerais (1711). Nesse período as atribuições camarárias eram bastante amplas, pois contemplavam além das funções administrativas, as políticas, as jurídicas e as fiscais.³⁵⁸ Entre 1711 a 1745, os inventários post-mortem e os testamentos, assim como outras questões de natureza econômica, foram tratados pelo Juiz de Órfãos, que fiscalizava a transmissão da herança e administrava os bens dos herdeiros menores de idade. Eram subordinados ao Juiz de Órfãos o Partidor e Avaliador e o Curador Geral dos Órfãos. A estes por sua vez, subordinavam-se o Inquiridor Contador Distribuidor e o Tesoureiro dos Ausentes. A redação desses documentos cabia ao Escrivão dos Órfãos.³⁵⁹ Entre 1746 e 1808, a quantidade de responsáveis pela regularização da transmissão dos bens praticamente dobrou. Com a criação do cargo de Aprovador de Testamento nas freguesias do Termo de Mariana, o campo de atuação do Juízo de Órfãos também se ampliou significativamente. Subordinavam-se ao Juiz de Órfãos, o Aprovador de Testamentos, o Partidor e Avaliador e o Curador Geral dos Órfãos. A estes, respondiam o Inquiridor Contador Distribuidor e o Tesoureiro dos Ausentes. Ao primeiro, subordinavam-se o Escrivão dos Órfãos e o Escrivão de Testamentos da Suplicação. Enquanto ao Tesoureiro dos Ausentes, seguia-se o Meirinho dos Ausentes e, finalmente, o Escrivão do Meirinho dos Ausentes.³⁶⁰ A partir de 1828, as atribuições das Câmaras tornaram-se apenas administrativas, extinguindo-se, assim, as funções judiciárias. As câmaras municipais passaram a ser controladas pelos Conselhos Gerais das Províncias, Presidentes das Províncias e pelo Governo Geral. Naquele mesmo ano foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, logo após as funções dos escrivães, tabeliães e outros oficiais estarem regularizadas. Com a instituição do Código Criminal de 1830 e a promulgação do Código do Processo Criminal em 1832, a Justiça Municipal passou a ser composta pelo Juiz de Direito, Promotor e Tribunal do Júri, todos na Comarca. O Juiz de Direito era escolhido pelo Imperador entre os bacharéis em Direito. O Juiz de Órfãos, Juiz Municipal e juízes municipais substitutos, Escrivão das Execuções e Tabelião, Oficiais de Justiça e Carcereiro eram nomeados pelos Presidentes de Província, para um mandato de 3 anos. O Juiz de Paz era escolhido por eleição popular e, por sua proposição,

³⁵⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, v. 2, n. 1, jan-jun, 1987.

³⁵⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara de Mariana. In: **Termo de Mariana**. Mariana: Imprensa Universitária da Ufop, 1998.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ Ibidem.

a Câmara Municipal nomeava inspetores de bairros. Esta organização persistiu, com algumas modificações, até o final do regime monárquico, em 1889.³⁶¹ Inclusive, toda essa organização administrativa das instituições nos séculos XVIII, XIX e XX, sobretudo a judiciária, pode ser conhecida por meio dessa documentação. Em 1948, por determinação da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, os documentos dos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício - ordem de criação dos cartórios - da Comarca de Mariana, entre eles os inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício, foram colocados sob a guarda da então DPHAN. Os documentos foram armazenados no edifício da Câmara de Mariana, à época Prefeitura Municipal. Aos 26 dias de setembro de 1952, Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do IPHAN, encaminhou uma correspondência ao responsável pela organização dos documentos, o escrivão de cartório Antônio Ferreira Moraes, com os modelos para o inventário do arquivo de acordo com os critérios vigentes na Instituição. Além da identificação dos documentos, cuidou-se também das condições de armazenamento, do estado de conservação, das instalações do arquivo e da identificação das “peças de maior interesse” para a Diretoria do Patrimônio, isto é, os documentos relacionados aos imóveis que compunham o patrimônio histórico e artístico nacional, aos mestres de obras, artistas e artífices. O conjunto documental foi organizado separadamente por Cartório de Ofício - Primeiro e Segundo -, em códices, autos e em ordem sequencial de arquivamento. Também foram elaborados os catálogos manuais em ordem cronológica e onomástica. Essa organização iniciada na década de 1950 foi mantida até os dias atuais. Em 1963, a Casa Setecentista, edificação do século XVIII que compõem o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN, foi doada para a então DPHAN. A pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o imóvel foi destinado a acolher, aquele que, em suas palavras, seria “o precioso acervo documental dos antigos Cartórios da Comarca [de Mariana].” Durante aproximadamente 10 a 12 anos, o imóvel passou por algumas reformas e o acesso aos documentos foi bastante restrito. Com a conclusão das obras, em meados da década de 1980, os documentos novamente foram disponibilizados para a pesquisa. Desde então, tiveram acesso aos documentos cerca de 10 mil usuários e computadas mais de 50 mil consultas aos documentos.

3.5 Bibliografia

Uma bibliografia demonstra o que outros tenham dito e escrito de forma independente acerca do patrimônio que se está propondo. Recomenda-se citar trabalhos científicos, claramente independentes tanto de sua instituição como da UNESCO.

A bibliografia citada abaixo utilizou como fonte primária os inventários post-mortem e/ou a partir de pesquisa realizada com essa documentação. Conforme a recomendação acima, citamos apenas os trabalhos científicos claramente independentes do IPHAN e da UNESCO.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1994. 220 p.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

³⁶¹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. **Série de Estudos** 2, 1999. 109 p. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Estrut-texto.pdf> > Acesso em: 11 jun. 2017.

DIÓRIO, Renata Romualdo. **Os libertos e a construção da cidadania em Mariana, 1780-1840**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

FARIA, Simone Cristina de. **Os homens do ouro**: perfil, atuação e redes dos cobradores dos quintos reais em Mariana setecentista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LANGFUR, Hal. **The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830**. Tese de Doutorado. Austin: ILAS/University of Texas, 1999.

MENDES, Faria Fábio; QUEIROZ, Jonas Marçal de; PAIVA, Alcione de; MOREIRA, Alexandra e BRAGA, Vanuza Moreira. Tecnologia a serviço da história. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 43, nº. 1, p. 162-167, jan./jun. 2007

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário**: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

POSSI, Maurilio de Araújo; OLIVEIRA, Alcione de Paiva; MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio e QUEIROZ, Jonas Marçal. Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na Web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 16, nº. 3, July/Sept. 2011.

PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor**: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **Claudio Manoel da Costa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 240 p.

QUADROS, Lucas Samuel. **O Governo da medicina nas Minas**: legislações, livros e ofícios (1744-1828). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2015.

REZENDE, Irene Nogueira. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, ALINE NASCIMENTO. **O lugar dos documentos nos processos de tombamento e registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:** a experiência do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania a Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana. 1850- 1888.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. 168 p.

TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. **Fé e cultura barroca sob o manto mercedário:** hierarquias, devoções e sociabilidade a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino:** a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012. 276 p.

3.6 Anexar até três cartas de recomendação com nomes, qualificações e endereços de pessoas ou organismos independentes da instituição custodiadora, com o conhecimento e expertise sobre a importância e procedência do patrimônio documental ou bibliográfico.

Anexamos ao formulário original de candidatura encaminhado ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO as três (03) cartas de recomendação escritas pelos Professores Doutores Renato Pinto Venâncio, Filipe Themudo Barata e Ângelo Alves Carrara. Assim como as qualificações e os endereços (postal e/ou correio eletrônico).

Nome	Qualificações	Endereços (postal e/ou correio eletrônico)
1. Renato Pinto Venâncio		
– Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).		
2. Filipe Themudo Barata		
– Universidade de Évora, Portugal (UE).		

3. Ângelo Alves Carrara –
Universidade Federal de
Juiz de Fora (UFJF).

Os especialistas que escreverem as cartas de recomendação poderão ser contatados pelo Comitê MoW Brasil. O Comitê também poderá contatar outros especialistas, de modo que se obtenha um bom espectro de opiniões para realizar a avaliação.

4.0 Informação jurídica

4.1 Proprietário do patrimônio documental (nome e informações para contato)

Nome: Fórum Doutor Armando Pinto **Endereço:** Avenida Getúlio Vargas, Mariana, Minas Gerais. CEP: 35.420-000.

Telefone(s):

Correio(s) eletrônico(s):

4.2 Entidade custodiadora do patrimônio documental, caso não seja o proprietário

Nome: IPHAN **Direção:** Célia Maria Corsino – Superintendente do IPHAN em Minas Gerais.

Telefone:

Fax:

Correio eletrônico:

4.3 Status jurídico

Proporcione informações sobre a responsabilidade legal e administrativa do custodiador na preservação do patrimônio documental.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei n.º 378 é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério da Cultura. A instituição tem por objetivo proteger e promover o patrimônio cultural do país, de modo a assegurar a sua permanência e seu usufruto para as gerações futuras. Para tanto, conta com 27 Superintendências sediadas em todos os estados brasileiros e Distrito Federal e com 27 escritórios técnicos, sendo a maior parte localizados em cidades com conjuntos urbanos tombados. A Superintendência do Iphan em Minas Gerais atua na preservação do patrimônio cultural de um dos estados brasileiros com o maior número de bens tombados e registrados do País. São conjuntos urbanos, milhares de edificações, inúmeros acervos de obras de arte e documentos e sítios arqueológicos. Além dos bens culturais imateriais salvaguardados pela instituição, como o Ofício de Sineiros, o Toque dos Sinos e o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas. Em Minas Gerais, a Superintendência do IPHAN conta com 7 Escritórios Técnicos localizados nas cidades de Ouro Preto, Diamantina, São João Del Rei, Mariana, Tiradentes, Congonhas e Serro. Além disto, significativos conjuntos documentais encontram-se sob a guarda do IPHAN no estado e armazenados nos Arquivos Históricos de Diamantina, Mariana, São João del-Rei e Serro. A documentação que propomos a candidatura está sob a guarda do IPHAN desde 1948 no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e,

portanto, completará, em 2018, 70 anos de história. A responsabilidade jurídica e administrativa do IPHAN quanto a documentação baseia-se no Decreto Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e na Lei n.º 8.159 de 8 janeiro de 1991, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

4.4 Acessibilidade

Descreva como se tem acesso aos documentos ou conjunto. Todas as restrições ao acesso devem ser explicadas abaixo.

Estimular o acesso é um objetivo básico do MOW. Consequentemente, estimula-se a digitalização que possibilita o acesso e deve-se comentar caso esteja sendo realizada ou prevista. Também devem ser apontados os fatores legais ou culturais que restrinjam o acesso.

Dos 3098 inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com datas-limites entre 1713-1920, todos estão digitalizados, sendo que aqueles datados até o ano de 1882, já estão acessíveis em rede mundial de computadores por meio do Portal Acervos de Minas Gerais.³⁶² O Portal é vinculado ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), cujo objetivo é facilitar o acesso a relevantes conjuntos documentais de Minas Gerais, por meio da tecnologia digital.

O projeto de Organização, Digitalização e Acesso dos Inventários Post-Mortem dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício é fruto de cooperação técnica entre a UFV e o IPHAN, cuja documentação encontra-se acessível no mencionado Portal Acervos de Minas Gerais desde 2008.³⁶³ O trabalho financiado por instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e o Ministério da Educação/Projeto de Extensão Universitária (MEC/Proext), foi realizado por técnicos do IPHAN, professores de vários Departamentos da UFV (História, Informática e Comunicação Social) e estudantes (bolsistas e voluntários) da UFV e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Como medida de segurança, a autorização de acesso é concedida por meio de login com e-mail válido e senha. Assim, o usuário deve se cadastrar no site, informando os seus dados pessoais, bem como um e-mail válido, através do qual receberá uma mensagem eletrônica com um link que deve ser acessado para a confirmação do

³⁶² PORTAL ACERVOS DE MINAS GERAIS. Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica Acervos Digitais/ Universidade Federal de Viçosa (LAMPEH/UFV). Disponível em: <<http://www.lampeh.ufv.br/portal/>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

³⁶³ Para saber mais sobre o projeto ver: MOREIRA, Alexandra; OLIVEIRA, Alcione de Paiva Oliveira; MENDES, Fábio Faria; QUEIROZ, Jonas Marçal; BRAGA, Vanuza. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, Brasília, set/dez. 2007, p.89-98. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1169/1332>> Acesso em: 28 de junho de 2017. MENDES, Faria Fábio; QUEIROZ, Jonas Marçal de; PAIVA, Alcione de; MOREIRA, Alexandra e BRAGA, Vanuza Moreira. Tecnologia a serviço da história. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 43, nº. 1, p. 162-167, jan./jun. 2007. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2017. POSSI, Maurilio de Araújo; OLIVEIRA, Alcione de Paiva; MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio e QUEIROZ, Jonas Marçal. Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na Web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 16, nº. 3, July/Sept. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362011000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 28 de junho de 2017.

cadastro. Os usuários não podem fazer download das imagens na íntegra, nem imprimi-las, apenas consulta-las por meio da tecnologia AJAX, que exibe o documento com uma marca d'água no canto inferior direito.

Os documentos são digitalizados no formato Tagged Image File Format (TIFF). As imagens são de alta resolução - mínimo de 300 dpi - e profundidade de 24 bits. Tais critérios são adotados para o armazenamento das cópias, mas para o acesso em rede mundial de computadores as resoluções das imagens necessitam de menor formato para serem acionadas com maior agilidade. Estabeleceram-se ainda meios de pré-visualização, como a exibição de miniaturas. Assim, o usuário poderá consultar rapidamente as imagens selecionando a de seu interesse e em seguida acessá-la em tamanho original, ou ainda por meio da ferramenta zoom, com clique duplo sobre a imagem, ver detalhes da imagem. Ainda em relação à acessibilidade, o sistema permite que o usuário realize buscas aos documentos tanto na modalidade exata quanto na aproximada.

As imagens são revisadas, antes de serem inseridas na base de dados, e os usuários podem enviar dúvidas, sugestões ou reclamações para a administração do site, sob responsabilidade do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), da UFV. O site disponibiliza, também, os instrumentos de apoio para a pesquisa (catálogos), organizados em ordem onomástica e cronológica do conjunto total de inventários post-mortem físicos do AHCSM, que permitem identificar o ano, o nome do inventariante, inventariado, caixa e auto, se há testamento anexo, entre outras observações relevantes. Como o projeto ainda está em andamento, nem todos os inventários post-mortem encontram-se disponíveis no Portal Acervos de Minas Gerais. Nesses casos, o pesquisador poderá consulta-los diretamente no AHCSM. Para demonstrarmos o alcance do Portal Acervos de Minas Gerais, de 2008 até o presente momento, mais de 1500 pesquisadores fizeram cadastro no site. Foram registrados acessos em praticamente todos os estados do país ao Arquivo: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Goiás, Ceará, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Paraná, Pará, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Também se cadastraram e acessaram as imagens pesquisadores do México, Finlândia, Portugal, Espanha, Austrália, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, França, Canadá, Angola, Itália, Argentina, Colômbia e Suíça. As finalidades das consultas foram principalmente pesquisas acadêmicas, pesquisas institucionais, pesquisas genealógicas, pesquisas para exposições, pesquisas para produções televisivas e para o conhecimento dos documentos.

Com estes dados tentamos demonstrar a significância que as pessoas de diferentes lugares do Brasil e do mundo atribuíram aos inventários post-mortem do Arquivo Histórico da Casa Setecentista, pois eles contemplam uma “memória comum” entre tais países e o Brasil. O Portal Acervos de Minas Gerais e o IPHAN tem contribuído empenhadamente para o acesso universal a essa documentação, em consonância com as propostas do Programa Memória do Mundo. Por tudo isso, o Projeto de Digitalização e Acesso dos Inventários Post-Mortem do Cartório do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria regional.

4.5 Os direitos de autor

Descreva o status dos direitos de autor do documento ou coleção.

Quando se conhece a situação dos direitos, ela deve ser descrita. Não obstante, o status dos direitos de um documento ou coleção não tem ingerência em sua significação e não é levado em consideração quando se determina se cumpre com os critérios para a inscrição.

5.0 A avaliação segundo os critérios de seleção

5.1 Autenticidade

É o documento / conjunto o que parece ser? Estabeleceu-se de maneira confiável sua identidade e procedência?

Cada documento é único e os seus atributos o diferenciam de outros documentos arquivísticos. O inventário post-mortem trata da arrecadação dos bens do inventariado, conforme a descrição feita pelo inventariante; a avaliação dos bens de acordo com a lei processual; o reconhecimento do(s) herdeiro(s) e podia ou não ser acompanhado do traslado do testamento. O testamento era opcional, mas o inventário post-mortem era obrigatório quando houvesse bens. A sua identidade é composta basicamente pelas seguintes partes:

1. **Abertura do processo:** número do auto; localização e datação do documento; identificação do inventariado (nome, condição, ofício, origem ou nacionalidade, estado civil, cônjuge e filhos/herdeiros), nomes do inventariante e do Juiz de Órfãos; herdeiro (s) e se faleceu ou não com testamento;
2. **Inventário post-mortem com traslado do testamento:** o registro do testamento além da identificação do testador (nome, condição, ofício, idade, origem ou nacionalidade, estado civil, cônjuge e filhos), contém a indicação do testamentário e herdeiro (s) universal (is), disposições e legados espirituais, crenças e atitudes religiosas dos testadores no momento da morte, detalhamento do local e da forma do sepultamento, especificações do local e quantidade de missas, concessão de alforrias e coartações aos escravos, além das assinaturas do testador, do escrivão e do Juiz de Órfãos, a aprovação e a abertura do testamento;
3. **Descrição e avaliação dos bens do inventariado (minuciosas ou resumidas):** bens móveis e imóveis, escravos/índios³⁶⁴ (nome, idade, sexo, origem ou nação, características pessoais, valor, estado civil, filhos e ofício); dívidas e créditos; se os herdeiros fossem menores de idade ou pessoas juridicamente incapacitadas, eram designados tutores responsáveis por acompanhar todo o processo.
4. **Auto da partilha (soma dos bens avaliados, que formam o “monte-mor”):** Da soma dos bens descritos, são subtraídas as dívidas e as custas do processo, constituindo o “monte-mor partível”. Deste, era retirada a “menção da viúva (o)”, isto é, a metade dos bens do casal. O restante era dividido de acordo com o número de herdeiros.

Com relação a autenticidade, a identidade e a integridade (suporte e conteúdo) dos inventários post-mortem, foram mantidas ao longo do tempo, sobretudo por termos estabelecidos uma história custodial, ou seja, desde o momento da produção dos documentos (Cartório do Primeiro Ofício), até a sua transferência para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição custodiadora. Em outras palavras, em relação à procedência dos inventários post-mortem, eles foram produzidos pelo Cartório do Primeiro Ofício de Mariana, em Minas Gerais, circularam e foram conservados na estrutura do poder local exercido pela Câmara Municipal. Finalmente, foram transferidos por determinação da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, em 1948 e, atualmente, compõem o Fundo Fórum de Mariana do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

³⁶⁴ Lembramos que os escravos, até a abolição, eram tratados como bens de seus proprietários.

5.2 Significação nacional

É o documento / conjunto único e insubstituível? Constituiria seu desaparecimento um empobrecimento danoso ao patrimônio da humanidade? Teve grande impacto em seu tempo e/ou dentro de uma área cultural particular no país? Teve grande influência (positiva ou negativa) no curso da história da região?

Durante o século XVIII, Mariana foi o centro do Império português. Devido a quantidade e a qualidade do ouro encontrado no então Arraial do Ribeirão do Carmo, ele recebeu migração inédita na história portuguesa. Americanos, europeus, africanos, asiáticos e colonos nascidos no Brasil concorreram para que a região que se tornou, em pouco tempo, uma das mais importantes pela ocupação demográfica e por sua riqueza em todo o Império português. Por conta disso, Mariana se tornou a primeira vila e cidade de Minas Gerais, respectivamente em 1711 e 1745. Os registros, cuja candidatura propomos, são uns dos primeiros documentos acerca do descobrimento do ouro em Minas Gerais e suportes de uma memória compartilhada entre Brasil, Europa, África e Ásia. Portanto, tratamos de um conjunto documental “único e insubstituível” que contemplou uma região que teve significativa influência na história e na memória do país e do mundo.

No século XIX, com o declínio da extração aurífera, as atividades econômicas se diversificaram, sobretudo na região conhecida como Zona da Mata, extensa região localizada na porção leste de Minas Gerais e pertencente ao Termo de Mariana. A agricultura se tornou, então, uma das atividades mais importantes, com destaque para a produção cafeeira baseada na mão de obra escrava de origem africana. Em 1819, Minas Gerais contou com 170 mil cativos, contingente que aumentou para 380 mil em 1873. Com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti, nessa época, Minas Gerais foi a região detentora do maior contingente populacional escravo em toda a história da escravidão do Mundo, assim como concentrava a maior população forra da Colônia e do Império.³⁶⁵ Ademais, Mariana foi o maior distrito escravista de Minas Gerais.³⁶⁶ A região recebeu escravos de diversas nações africanas, de escravizados nascidos no Brasil – principalmente advindos do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco – e ainda cativos do Reino” (escravos nascidos em Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e Índia todos na documentação preservada em Mariana).³⁶⁷ Portanto, a partir de um amplo recorte geográfico, conhecido como Termo de Mariana, e temporal, isto é, 1713-1920, a documentação preservada no AHCSM permite a compreensão da escravidão no Brasil e as suas conexões com outras regiões do Mundo. Desse modo, o desaparecimento dessa documentação constituiria uma perda significativa do patrimônio documental da humanidade.

Uma parcela significativa do território pertencente ao Termo de Mariana ficou conhecida como “terra de índios” devido a marcante presença indígena, sobretudo dos povos Kaurakân, Pataxó, Maxabi, Botocudos e Puri-Coroados.³⁶⁸ Os índios foram registrados em muitos inventários post-mortem, que lhes assentaram nomes, idades, estado civil, filiação, região de origem e outras características. Por meio dessa documentação podemos conhecer

³⁶⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1994.

³⁶⁶ BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

³⁶⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19**. São Paulo: Alameda, 2012.

³⁶⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit.

esses sujeitos históricos cujas fontes escritas são raras, os conflitos culturais, as estratégias de resistência indígena e do outro lado as iniciativas da Coroa portuguesa para estabelecer o controle sobre eles, sendo que um dos meios mais utilizados foi a catequização.

Os inventários post-mortem registraram também de forma direta ou indireta os principais movimentos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira (1789), a Independência do Brasil (1822), a Revolução Liberal (1842), a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889), entre outros. Afinal, diversos inventários post-mortem armazenados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana mencionam pessoas que participaram ativamente desses acontecimentos.

Finalmente, devido a sua significância para a “memória nacional”, Mariana recebeu o título de Monumento Nacional em 1945. Entre os argumentos que justificaram a proposta de monumentalização da cidade apresentada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), um deles foi a relevância dos “preciosíssimos arquivos coloniais, civis e eclesiásticos de Mariana”. O patrimônio documental preservado em Mariana é fonte de conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural. Entre os bens assentados nos inventários post-mortem, constaram monumentos da arquitetura religiosa e civil, além das obras contempladas pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Mariana e/ou aquelas tombadas individualmente como patrimônio nacional pelo IPHAN. Na perspectiva imaterial, os documentos registraram modos de vida, os costumes, o cotidiano e as crenças religiosas dos grupos à época marginalizados como negros e índios. Além disto, documentaram os toques dos sinos – bem registrado como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN em 2009 -, e as celebrações religiosas que mantem um impacto afetivo na comunidade local ainda no tempo presente, como as procissões da Semana Santa, a Procissão do Fogaréu, Procissão do Santo Lenho, Procissão do Corpo de Deus (Corpus Christi). Portanto, o patrimônio documental, especificamente os inventários post-mortem, permitem, muitas vezes, que sejam restabelecidos os elos entre o patrimônio cultural material e imaterial e, por conseguinte, a “circularidade” entre a “cultura popular” e a “cultura erudita” que constituiu a cultura do país.³⁶⁹

5.3 Critérios comparativos:

Atende o patrimônio algumas das seguintes provas? (Deve atender pelo menos uma delas).

Com relação aos “critérios comparativos”, o conjunto documental que propomos o Registro MOW Brasil contemplou todos os itens quais sejam: “tempo”, “lugar”, “pessoas”, “matéria e tema”, “forma e estilo” e “significação social/espiritual/comunitária”, sobretudo por entendermos muitos deles como complementares. Não obstante, tratamos cada um deles separadamente, mas algumas relações foram inevitáveis. Fundamentamo-nos em referências bibliográficas, que, não por acaso, foram estudos que citaram entre as fontes pesquisadas, os inventários post-mortem do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

5.3.1 Tempo

Evoca o documento / conjunto seu tempo (que pode ter sido de crise o de significativa mudança social ou cultural)? Representa um novo descobrimento? Ou trata-se do "primeiro de seu tipo"?

³⁶⁹ BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, Brasília, 1987.

Sim. Em relação ao critério “tempo” destacamos primeiramente o recorte temporal do conjunto de inventários post-mortem, ou seja, 1713 a 1920. Portanto, um único conjunto documental compreende um amplo cenário político, social, econômico e cultural de Minas Gerais e do Brasil nos períodos da Colônia, Império e República. Nesse acervo estão os primeiros registros produzidos sobre o descobrimento do ouro em Minas Gerais, e sobre Mariana, a primeira vila e sede da primeira Câmara Municipal - “símbolo do poder e da presença da Coroa portuguesa”³⁷⁰ – em Minas Gerais. Além disso, Mariana foi a primeira cidade planejada pelo Rei Dom João V para acolher a sede do primeiro bispado mineiro em 1745. Essas questões serão aprofundadas no critério “lugar”, porém queremos salientar em relação ao critério “tempo”, a amplitude do recorte temporal contemplado pela documentação, além da primazia de Mariana no contexto de Minas Gerais, assim como da documentação cuja nomeação propomos. Não obstante, além de registrarem um novo descobrimento: o ouro, e serem uns dos primeiros documentos do seu tipo, também são representativos de um contexto de “crise”, ou seja, a decadência da extração aurífera e da diversificação das atividades econômicas mineiras.³⁷¹

5.3.2 Lugar

Contem o documento / conjunto informação crucial sobre uma localidade importante para a história e cultura do mundo? Por exemplo: foi o próprio lugar uma influência sobre os fatos ou fenômenos representados no documento / conjunto? Descreve ambiente físico, cidades ou instituições que desapareceram?

Sim. Por sua significação artística e histórica para a “memória nacional”, a cidade de Mariana foi considerada Monumento Nacional em 1945.³⁷² Mariana foi o centro do Império português no século XVIII e iniciamos destacando a primazia histórica da vila de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana) no contexto de Minas Gerais. Com a criação da vila do Carmo em 1711, primeira vila de Minas Gerais, foi delimitado o seu Termo e todos os arraiais que se formaram em seu entorno subordinaram-se a Câmara Municipal. O território da vila compreendeu 50.000 km², perpassando os sertões dos rios Pomba, Muriaé e Doce e alcançou as fronteiras com o Rio de Janeiro. Com efeito, o Termo de Mariana situou-se, onde hoje se encontra parte da zona Metalúrgica-Mantiqueira e da Zona da Mata, caracterizando-se pela presença concomitante de atividades mineradoras e agropecuárias.³⁷³ Em outras palavras, a vila se transformou no centro administrativo do seu entorno, sede da primeira Câmara Municipal de Minas Gerais. A Vila do Carmo, posteriormente cidade de Mariana, possuía uma grande circunscrição jurídica, pois abarcou aproximadamente 46 distritos e foi o local onde todos os habitantes do

³⁷⁰ PRECIOSO, Daniel. Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

³⁷¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit.

³⁷² Conforme o Decreto Lei de 6 de Julho de 1945, assinado por Getúlio Dorneles Vargas: “Considerando que as expressões características do desenvolvimento da civilização brasileira, pelo esforço dos antepassados, devem constituir objeto de culto cívico nacional. Considerando que os habitantes de Minas Gerais têm na cidade de Mariana a fonte de sua vida civil e o marco inicial de seu trabalho pelo engrandecimento da Pátria. Considerando que em Mariana os testemunhos dessa tradição formam precioso acervo de monumentos de arte e de história, posto sob a guarda e proteção do Serviço do Histórico e Artístico Nacional. Considerando que transcorre no presente ano centenário da elevação de Mariana à cidade, e bem assim do seu bispado: Resolve: Artigo único: O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, tomado para os fins do decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, é erigido Monumento Nacional.

³⁷³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit.

Termo resolveram as suas questões com a administração, pois “lá estavam os tabeliães e os advogados que registravam e resolviam os conflitos e tornavam legítimos testamentos e inventários, terras, ajustes, processos, crimes.”³⁷⁴ Essa configuração territorial permaneceu até 1831, quando o território começou a ser subdividido.

A atual Mariana - cujo nome foi uma homenagem a Rainha de Portugal, Maria Ana de Áustria - foi também a primeira cidade de Minas Gerais, planejada para acolher o primeiro bispado da região em 1745. Para a transformação da Vila na planta de uma cidade, o Rei Dom João V encarregou o Sargento-mor português José Fernandes Pinto de Alpoim. O novo bispado criado pela Coroa Portuguesa, mais do que tratar das questões espirituais de grande parte da Capitania de Minas Gerais, complementou a administração civil e consolidou a dominação metropolitana.³⁷⁵ “De Mariana, o bispo comandava as 56 freguesias das quatro comarcas com grande número de funcionários.”³⁷⁶

Conforme Renato Pinto Venâncio, Mariana foi o centro do Império português no século XVIII. Para dimensionarmos a quantidade de ouro produzida na primeira vila de Minas Gerais, no início da década de 1720, observamos que a produção correspondeu a aproximadamente meia tonelada de ouro por ano. Em 1721, o volume auferido na cobrança do Quinto local atingiu 104,3 quilos de ouro, valor extremamente elevado se considerarmos o valor coletado no conjunto da Capitania, ou seja, 367,5.³⁷⁷

Com o declínio da extração aurífera, procedeu-se à exploração da Zona da Mata, - região também compreendida pelo Termo de Mariana e por sua documentação. Muitos dos distritos da Zona da Mata foram criados nesse período. A população da região que ali se concentrou veio em função do ouro. Com o declínio da atividade mineradora, passaram a dedicar-se a outras atividades. Uma delas, a principal, foi a agricultura ou, mais precisamente, a cafeicultura, responsável pelo estabelecimento em Minas Gerais de um complexo Sistema Escravista. Antes dela, a produção e o comércio de gêneros alimentícios, também, tiveram grande destaque. Parte desta produção destinou-se a outras praças, principalmente ao Rio de Janeiro, propiciando o fortalecimento de uma camada de ricos comerciantes, que desempenhou papel importante no comércio com Portugal, África e Ásia.

Ainda com relação ao critério “lugar”, destacamos uma questão contemporânea. Entre os 46 distritos compreendidos pelo Termo de Mariana, um deles é Bento Rodrigues, completamente devastado em 2015 pelo rompimento das barragens do Fundão e Santarém de propriedade da Samarco Mineração. A localidade foi ocupada em fins do século XVIII, cujo nome remeteu ao seu fundador, o bandeirante paulista Bento Rodrigues, que atraído pelo ouro se estabeleceu no ainda Arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (depois vila e cidade de Mariana). Considerando-se que a devastação ocorrida em 2015 afetou diretamente a memória local, a existência do acervo documental da Casa Setecentista de Mariana ganha relevância ainda maior, uma vez que permite também o conhecimento da história de Bento Rodrigues e outras localidades afetadas por aquela catástrofe ambiental.

³⁷⁴ Ibidem. p. 48.

³⁷⁵ BOSCHI, Caio. **Os Leigos e o Poder (Irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Ática, 1986.

³⁷⁶ PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014. p. 18.

³⁷⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

Portanto, os inventários post-mortem cujo registro propomos, possuem informações acerca de um “lugar”, ou seja, Mariana, que se destacou histórica e culturalmente no panorama nacional e mundial, inclusive enquanto fontes de conhecimento histórico e suportes de memória de uma localidade que desapareceu.

5.3.3 Pessoas

O contexto cultural da criação do documento reflete aspectos significativos do comportamento humano, ou do desenvolvimento social, industrial, artístico ou político? Ou captura a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou retrocessos? Ilustra a vida de indivíduos proeminentes nos campos a eles relacionados?

Sim. O contexto cultural de criação dos inventários post-mortem cuja candidatura apresentamos, teve início em 1711, momento em que a atual cidade de Mariana, então Arraial de Nossa Senhora do Carmo, foi elevada à categoria de primeira vila de Minas Gerais, por contar com uma população significativamente numerosa. Para dimensionarmos, no período das descobertas do ouro em Minas Gerais, ou seja, no início do século XVIII, cerca de 600 mil portugueses desembarcaram na América Portuguesa. Considerando que durante os séculos XVI e XVII, o número estimado de desembarcados foi de 100 mil, verificamos a importância da atividade mineradora para o povoamento da Colônia. Quanto aos africanos, calculou-se que foram introduzidos 964 mil durante o século XVIII.³⁷⁸ Em outras palavras, o maior contingente populacional oriundo da Europa e da África, não por acaso, ocorreu a partir do descobrimento do ouro em Minas Gerais, cuja primeira vila e cidade foi Mariana. Entre as nações africanas cujos inventários post-mortem são fontes de conhecimento histórico e suportes de memória, destacamos Angola, Benguela, Congo, Monjolo, Xará, Rebolo, Costa da Mina, Coura, Cassange, Cobú, Lada, Cabinda, Cabo Verde, Costa da Guiné e Moçambique. Como o Termo de Mariana contemplou uma extensa região de Minas Gerais, os inventários post-mortem são uns dos primeiros documentos que registraram parte significativa desse processo, a partir de um amplo recorte temporal, ou seja, período colonial, imperial e republicano.

Além da destacada presença portuguesa e africana, os documentos também registraram uma intensa circulação de pessoas de outras partes da Europa - além da intensa presença portuguesa, identificamos ainda franceses, ingleses, alemães, entre outros - e da Ásia. Registros que demonstraram a complexidade da sociedade que se estabeleceu no Termo de Mariana foram observados por Renato Pinto Venâncio, que identificou inclusive a existência de muitos “cativos do reino”, entre eles escravos naturais de Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e Índia, todos na documentação preservada em Mariana.³⁷⁹ Não obstante, na época dos primeiros achados do ouro, a circulação de pessoas no Termo de Mariana, inclusive de escravos, também ocorreu no interior de Minas Gerais e de outras partes da Colônia, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Salvador e Pernambuco, conforme demonstraram os inventários post-mortem.

Ainda no século XIX, Minas Gerais foi capaz de manter a maior população escrava e forra do Brasil. Os dados apontaram que, em 1819, a região contou com 170 mil cativos, número que aumentou para 380 mil em 1873. Com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti em seus momentos de auge, Minas Gerais foi a região detentora do maior número de escravos da história da escravidão do Mundo.³⁸⁰ Como os inventários post-mortem

³⁷⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Cativos do Reino**: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. Op. Cit.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit.

contemplaram uma extensa região de Minas Gerais conhecida como Termo de Mariana, esses documentos são fontes para o conhecimento da escravidão e da resistência escrava no Brasil, assim como das suas conexões com outras partes do mundo, a perda dessa documentação seria um empobrecimento para a compressão dessas questões.

A Zona Mata, território que também fez parte do Termo de Mariana, ficou conhecida como “terra de índios” durante muito tempo. Essa região foi habitada por muitos grupos indígenas, entre as quais, os Kaurakân, os Pataxó, os Maxabi, os Botocudos, os Puri-Coroados, cujos registros, como sabemos, são raros, e os inventários post-mortem são suportes de memória e fontes de conhecimento histórico.³⁸¹

Do ponto de vista artístico, os inventários post-mortem, contemplaram ainda artistas que atuaram na construção dos bens móveis e imóveis de Mariana, que hoje compõem o patrimônio cultural nacional preservado em Mariana e até mesmo, o patrimônio da humanidade conservado em Ouro Preto.

Em termos políticos, os inventários abarcaram os diferentes sujeitos que participaram de movimentos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira, a emancipação política do Brasil em relação a Portugal, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Por apresentarem um extenso recorte temporal, os documentos registraram os movimentos, as transições, os avanços e os retrocessos desses acontecimentos.

Portanto, a partir das concepções atuais de história, documento e patrimônio com as quais dialogamos, os inventários post-mortem contemplaram os diferentes grupos humanos que habitaram em Mariana. Ou seja, destacamos não apenas os grandes homens e eventos políticos, mas também – e sobretudo -, os grupos historicamente negligenciados, como os negros e os índios, todos eles sujeitos históricos que constituíram a cultura do país. O conjunto documental proposto compõe parte de uma herança mundial, ou seja, é suporte de uma “memória comum” entre Brasil, Europa, África e Ásia, cuja relevância transcende os limites espaciais, culturais e temporais. Por conta disso, precisam ser amplamente divulgados e acessados por todos os povos do mundo, conforme preconizado pelas Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental.³⁸²

5.3.4 Matéria e tema

Representa a matéria e tema do documento um desenvolvimento particular de natureza histórica ou intelectual e nas ciências naturais, sociais e humanas? Ou o faz no domínio político, ideológico, desportivo ou artístico?

Sim. Quanto ao critério “matéria e tema”, a questão artística é uma das principais potencialidades dos documentos do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sobretudo dos inventários post-mortem. Não foi por acaso que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) constituiu um arquivo em Mariana, cidade Monumento Nacional. O entrelaçamento entre o patrimônio documental, arquitetônico e artístico nacional preservado em Mariana foi uma das principais intencionalidades na escolha dos documentos a serem preservados. Em outras palavras, os documentos foram colocados sob a proteção da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, sobretudo com o objetivo de subsidiar os estudos relacionados à história da arte e da arquitetura colonial. Os tombamentos da arquitetura religiosa e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade ocorreram já em 1938, ano inaugural dessa prática. Com efeito, foram preservados os inventários post-mortem, muitos deles com os testamentos anexos, dos “artistas

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. UNESCO, 2002.

e artífices dos séculos XVIII e XIX” que atuaram na construção do patrimônio arquitetônico e artístico do país. Os inventários dos bens das Igrejas também descreveram os elementos artísticos conservados no interior dos templos, que conjuntamente foram considerados patrimônio nacional. Para ilustrarmos, citamos a obra *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX*, em Minas Gerais, publicada em 1974 por Judith Martins, que lançou mão de inventários post-mortem e testamentos - entre os quais propomos nominação -, dos artistas e artífices que atuaram principalmente nas Igrejas tombadas em Mariana, Ouro Preto e região. Os documentos, além de apresentarem informações sobre os artistas, relacionaram as obras feitas por eles, os valores, as ferramentas utilizadas e os escravos que atuaram na construção dos bens tombados e inclusive conquistaram a liberdade com a condição de que concluíssem as obras nos bens que atualmente compõem o patrimônio artístico nacional.³⁸³ Do ponto de vista intelectual, os inventários post-mortem permitem, por exemplo, determinar a ocupação do inventariado. Nos casos de um médico ou de um dono de “botica”, há extensas descrições de medicamentos e ferramentas de trabalho. Em se tratando de um letrado, há minuciosas descrições das obras que compunham as bibliotecas, entre outras situações. Finalmente, do ponto de vista político, os documentos registraram os diferentes sujeitos históricos que se destacaram em movimentos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira, a Independência do Brasil, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da Escravidão.

5.3.5 Forma e estilo

Possui o documento / conjunto valor excepcional de natureza estética, estilística ou linguística? Ou é um exemplar típico de um modo de apresentação, costume ou meio? É um exemplo de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento?

Sim. Em relação a forma e estilo, os inventários post-mortem são a comprovação material em suportes de papel para a escrita das mais variadas épocas no Brasil, mais precisamente entre 1713 a 1920. Alguns exemplos de suportes de papéis que identificamos nos inventários post-mortem são os papéis com a filigrana ou marca d’água (marca identificadora do fabricante) Gior° Magnani, da região de Gênova, na Itália; o Picardo, que era produzido por Antônio Piccardo, na Comuni di Meli, em Gênova, Itália, ou seja, próximo a fábrica Magnani; a VORNO que também remete a um fabricante italiano; DC&Blauw, filigrana que pertenceu a um dos maiores produtores de papel, em Wormerweer, na região do Zaan, província do norte, na Holanda, cujo fim da indústria ocorreu em 1879, ou seja, não são produzidos mais papéis desse tipo; filigranas portuguesas, como por exemplo, a GIVSTO, e a filigrana representada por um desenho geométrico, um hexagrama com seis pontas, com a marca d’água FIUME, que remeteu aos fabricantes Smith & Meynier, que eram proprietários de um moinho em Fiume, região que pertence a Croácia. Além de muitas outras filigranas que atualmente estudamos.³⁸⁴

Outra questão que destacamos são os selos. Como sabemos, o Brasil foi o segundo país no mundo que emitiu um selo. Isso ocorreu em 1843, ou seja, os inventários post-mortem registraram desde esses primeiros selos, pois a documentação perpassou por esse período. Os selos e os carimbos existentes nos documentos assentaram a

³⁸³ MARTINS, Judith. Op. Cit.

³⁸⁴ A literatura sobre o tema no Brasil é bastante escassa. Para a identificação das marcas d’água/filigranas, nos embasamos na análise feita por: OLIVEIRA, George Gleyk Max de. **Estudo do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na Capitania e Província de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

história das instituições e do Brasil, por exemplo, os selos que remeteram ao “Império do Brasil”, a figura de Tiradentes e a República.

Registraram ainda formas e estilos administrativos e legais da escrita, assim como as manifestações linguísticas, grafia, ortografia, assinaturas em cruz, “a rogo”, grafadas ou desenhadas no contexto cartorial e a cultura material da escrita (tintas, carimbos, registros). Destacamos ainda os documentos datiloscritos que refletiram essas formas e estilos no contexto dos séculos XIX e XX.

Com isso, consideramos os documentos de maneira ampla, ou seja, o seu conteúdo informativo e o suporte. No caso dos inventários post-mortem, ambos são igualmente suportes de uma “memória do mundo”.

5.3.6 Significação social / espiritual / comunitária

A aplicação deste critério deve refletir a significação viva: Possui o patrimônio documental impacto afetivo sobre pessoas que estão vivas? É venerado como coisa sagrada ou por suas qualidades místicas, ou reverenciado devido a sua associação com pessoas e eventos de significação? (Uma vez que aqueles que reverenciaram ao patrimônio documental por sua significação social / espiritual / comunitária, já não o fazem, ou já não vivem, perde esta significação específica e, eventualmente, poderá adquirir significação histórica.)

Sim. Por sua vinculação com o patrimônio histórico e artístico reconhecido nacionalmente, os inventários post-mortem possuem uma “significação viva” para a memória coletiva e para a identidade nacional. Em outras palavras, além da significação histórica, quanto ao último critério, “significação social/espiritual/comunitária”, destacamos precisamente as relações entre o patrimônio documental e o patrimônio cultural material e imaterial. Os inventários post-mortem são suportes de memória, por exemplo, das tradicionais celebrações religiosas que perduraram até o tempo presente. Esses documentos registraram celebrações religiosas como a procissão da Semana Santa, procissão do Fogaréu, procissão do Santo Lenho e procissão do Corpo de Deus (Corpus Christi), cujas formas específicas de participação da comunidade, símbolos, imagens e hábitos ficaram registrados. Destacamos ainda o Toque dos Sinos em Minas Gerais, patrimônio cultural imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2009. A proposta foi apresentada pela comunidade de São João del-Rei em Minas Gerais, e ampliada para as cidades mineiras de Ouro Preto, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro, Tiradentes e Mariana, locais onde a prática permaneceu intensa. Os inventários post-mortem do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) também contemplaram os sinos e os seus toques. Portanto, são documentos que além uma significação histórica, possuem também “significação viva” em termos sociais, espirituais e comunitários.

6.0 Informação contextual

6.1 Raridade

Os inventários post-mortem compõem o Fundo Fórum de Mariana e o Grupo Cartório do Primeiro Ofício. Este conjunto documental está armazenado no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), na cidade de Mariana, em Minas Gerais, e encontra-se sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1948. Os inventários post-mortem foram produzidos quando o inventariado possuía bens a serem partilhados e existiam órfãos menores de idade. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, a documentação cartorária é o único conjunto documental homogêneo e ininterrupto que

contemplou um amplo cenário político, econômico, cultural e social do país.³⁸⁵ Não obstante, os inventários post-mortem cuja candidatura apresentamos, compreendem um abrangente recorte temporal, ou seja, 1713 a 1920, e uma extensa região de Minas gerais, conhecida como Termo de Mariana.

Os inventários post-mortem são suportes de uma “memória do mundo” entre o Brasil, África, Europa e Ásia, pois Mariana se tornou o centro do Império português no século XVIII. Este acervo documental registrou informações acerca da primeira vila e cidade de Minas Gerais e tratam-se dos primeiros registros acerca do descobrimento do ouro e da presença da Coroa portuguesa em Minas Gerais. Por conseguinte, o conjunto documental registrou os diferentes grupos humanos que devido à qualidade e quantidade do ouro habitaram o Termo de Mariana. Entre eles, destacamos sujeitos nascidos no interior da própria Colônia – principalmente paulistas, cariocas, baianos e pernambucanos –, além de africanos, europeus e asiáticos. Esses documentos registraram os modos de vida, os costumes e a vida cotidiana desses sujeitos que constituíram a história e a memória do país.

Os registros escritos sobre duas populações corroboram a raridade dos inventários post-mortem: a negra e a indígena. Com relação aos primeiros, durante o período colonial e imperial, Minas Gerais contou com a maior população negra escrava e forra do Brasil e uma das maiores do mundo. Além disto, parte significativa do Termo de Mariana, conhecida como Zona da Mata mineira, foi considerada como “terra de índios” devido à intensa presença indígena, sobretudo dos índios Kaurakân, Pataxó, Maxabi, Botocudos e Puri-Coroados.³⁸⁶ Como sabemos, as fontes escritas acerca dessas “memórias subterrâneas”³⁸⁷ são raras. A partir de um amplo recorte geográfico e temporal, a documentação que propomos a nominação é suporte de memória e fonte de conhecimento acerca desses sujeitos negligenciados historicamente nos debates acerca do patrimônio cultural e, sobretudo, documental. Portanto, é um corpus fundamental para o estudo da história da escravidão e da resistência escrava no Brasil e no mundo.

6.2 Integridade

A autenticidade e a identidade, sobretudo o estabelecimento de uma história custodial (detalhadas no item 5.1), corroboraram a integridade intelectual dos inventários post-mortem. Ou seja, que o seu conteúdo não foi alterado ou falsificado. Ademais, foi mantido o “princípio da proveniência” e da organicidade da documentação, isto é, a “integridade arquivística”. Por sua vez, quanto a integridade física – mas também do conteúdo e, portanto, intelectual –, os procedimentos de conservação foram e são adequadamente empregados e continuamente aprimorados, para minimizarmos os riscos ao patrimônio documental constituído pelos inventários post-mortem.³⁸⁸

7.0 Consulta com partes interessadas

7.1 Proporcione informações quanto à consulta acerca desta nominação com as partes interessadas quanto à sua significação e preservação.

³⁸⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 1, jan.-jun. 1987.

³⁸⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit.

³⁸⁷ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, July/Sept. 2011.

³⁸⁸ CRUZ, Emília Barroso. **Manual de gestão de documentos**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2013.

Além da própria instituição proponente, consultou-se a outras organizações ou grupos ao preparar-se esta candidatura, e em caso positivo, como foi a resposta: apoiaram, foram contrárias ou fizeram comentários úteis?

Sim. Além do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a elaboração da candidatura contamos com o apoio do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sobretudo da Mestre Aline Nascimento Ribeiro deste Programa de Pós-Graduação e do seu orientador o Professor Doutor Jonas Marçal de Queiroz, cuja dissertação de mestrado analisou o processo de constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e a relevância dessa documentação e da pesquisa histórica para o conhecimento e salvaguarda dos bens culturais preservados em Mariana. Para a preparação da candidatura, participamos da Oficina do Programa Memória do Mundo da UNESCO realizada em maio de 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Desde então, fomos constantemente apoiados pela Representação do Comitê MOW Brasil em Minas Gerais, na pessoa da Diná Araújo.

Anexamos ao formulário original de candidatura encaminhado ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO cartas de apoio/consulta com partes interessadas do Professor Doutor Jonas Marçal de Queiroz, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV), coordenador do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV e coordenador do Projeto de Organização, Digitalização e Acesso aos Inventários Post-mortem realizado por meio de cooperação técnica entre a UFV e o IPHAN; do Museu da Música em Mariana, Minas Gerais, que obteve o Registro Regional de Memória do Mundo para América Latina e o Caribe; pelo Museu da Inconfidência vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), cuja Coleção Francisco Curt Lange de Documentos Musicais recebeu o Registro Nacional do Brasil do Programa Memória da Unesco em 2014; pelo Arquivo Público Mineiro (APM), detentor de patrimônio documental registrado pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco e importante divulgador do MOW Brasil em Minas Gerais. Finalmente contamos as contribuições dos especialistas que escreveram as cartas de recomendação da candidatura: Professor Doutor Renato Pinto Venâncio (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Professor Doutor Filipe Themudo Barata (Universidade de Évora, Portugal - UE) e Professor Doutor Ângelo Alves Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - e Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP). Com estes esforços conjuntos, a presente proposta foi encaminhada para a apreciação do MOW Brasil.

8.0 Avaliação de risco

Se por alguma razão seu documento / conjunto está em risco, informe. Precise a natureza e alcance das ameaças ao patrimônio documental. Anexe uma declaração à parte se o espaço não for suficiente. A UNESCO necessita conhecer sua verdadeira situação.

Uma das propostas da equipe do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), consiste na elaboração de um Plano de Gerenciamento de Riscos para a segurança das pessoas, do patrimônio documental

e para respondermos às situações de risco. Com efeito, relacionamos abaixo os riscos potenciais que identificamos e que priorizaremos na elaboração do Plano.³⁸⁹

Todos os documentos do AHCSM são manuscritos em suporte papel não encadernados (inventários post-mortem) ou livros. Com efeito, avaliamos e identificamos os seguintes riscos, cujos documentos são altamente vulneráveis e que devem ser priorizados, aprofundados e devidamente considerados em um futuro Plano de Gerenciamento de Riscos: fogo, água, dano físico (roubo ou vandalismo) ou químico e a dissociação.

Em relação ao controle da umidade relativa, temperatura, ar e luz, estudamos as possibilidades de adquirirmos controles climáticos para a manutenção dos padrões de conservação; quanto ao ar, avaliamos a utilização de filtros individuais fixados às aberturas da ventilação; consideramos também a instalação de medidores para os níveis de luz, filtros ou plásticos filtradores de ultravioleta. Com relação ao risco, classificamos entre 76 e 100%, ou seja, 4. Quanto ao impacto, avaliamos como moderado a significativo; portanto 26 e 50%, ou como 2. Ambos totalizaram 6 em uma escala de riscos. Destacamos que já empregamos medidas de baixo ou nenhum custo que contribuem para a minimização dos riscos relacionados ao controle da umidade e temperatura, ar e luz, sobretudo proporcionando ações de conservação e armazenamento adequadas.

Outro risco potencial ao conjunto documental é o ataque por pragas. São eventos com histórico de ocorrências passadas e com probabilidade de ocorrências futuras, sobretudo devido ao fato de a Casa Setecentista de Mariana ter alguns elementos de madeira, como o piso, as janelas e as portas. Para controlarmos o risco, empregamos algumas medidas de baixo ou nenhum custo, entre elas o monitoramento e armazenamento dos

³⁸⁹ Destacamos que as nossas principais referências teóricas foram: ARQUIVO NACIONAL. **Armazenagem e manuseio** 1-9. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo, 2001; ARQUIVO NACIONAL. **Procedimentos de conservação** 10-12. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo, José Luiz de Miranda Santos. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. MILEVSKI, Robert J. **Manual de pequenos reparos em livros**; 13. Trad. Lygia Maria Guimarães, Angela Maria Machado Osório de Araújo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. ARQUIVO NACIONAL. **Meio ambiente**; 14-17. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. REILLY, James M. **Novas ferramentas para preservação**: avaliando os efeitos ambientais a longo prazo sobre coleções de bibliotecas e arquivos; 19. Trad. José Luiz Pedersoli Júnior. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. ARQUIVO NACIONAL. **Administração de emergências**; 20-25. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Francisco de Castro Azevedo, Elizabeth Larkin Nascimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. ARQUIVO NACIONAL. **Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas**; 26-29. Sherelyn Ogden et al. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos, 2001. OGDEN, Sherelyn. **Planejamento e prioridades**; 30-32. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Luiz Antônio Macedo Ewbank. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. ARQUIVO NACIONAL. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**; 33-36. Dan Hazen et al. Trad. José Luiz Pedersoli Júnior. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. CRUZ, Emília Barroso. Op Cit.; CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Especialmente a metodologia de medição de riscos e vulnerabilidade foi sugerida por: TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas**: planejamento para preservação. Trad. Luiz Antônio Macedo Ewbank. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

documentos em materiais de “qualidade arquivística”. Proibimos o consumo de alimentos e bebidas nas áreas de armazenagem, cujo consumo pode ser feito em local apropriado e afastado do acervo documental. O local de armazenamento tem uma rotina sistemática e apropriada de limpeza. Evitamos o acúmulo de lixo no interior do edifício, assim como a presença de plantas. Estudamos a curto prazo a descupinização da Casa Setecentista de Mariana. Não obstante, classificamos a probabilidade de ocorrência de ataques por pragas entre 76 e 100%, ou seja, 4. Quanto ao impacto, consideramos como moderado a significativo; portanto 26 e 50%, ou como 2. Ambos somaram 6 em uma escala de medição de riscos.

No que concerne aos riscos relacionados ao fogo, não registramos ocorrências passadas. Planejamos a utilização de mecanismos de prevenção, detecção e contenção de incêndio. Consideramos a possibilidade de instalação de detectores de fumaça acionadores de alarmes de incêndio e sinalizações de emergência. Para a minimização dos riscos não permitimos cozinhar e fumar nas dependências do AHCSM; não armazenamos líquidos inflamáveis nas dependências da Casa; possuímos extintores manuais de incêndio; procedemos a manutenção preventiva das instalações elétricas e desligamos os aparelhos elétricos ao final do expediente. Por serem eventos que apresentam probabilidades raras de ocorrências, atribuímos uma medição de risco de valor 1, ou seja, de 1 a 25%. Com relação à vulnerabilidade, o impacto pode ser de moderado a significativo, portanto classificamos entre 51 e 75 %, ou como 3, pois poderia ocasionar a paralisação das operações por um período significativo. Para a ampliação das alternativas que já empregamos para a minimização dos riscos associados ao fogo, planejaremos com o auxílio de especialistas soluções possíveis a curto, médio e longo prazo. Portanto, ambos somam 4 em uma escala de medição de riscos.

Com relação à água, são riscos potenciais aos documentos do AHCSM as inundações resultantes das condições ambientais, tais como temporais e acidentes ocasionados por causa de tubulações rompidas, pois outros tipos de inundações (fluviais e pela maré), não se aplicam a tipologia dos riscos do AHCSM. Para evitarmos os riscos, recomendamos a manutenção preventiva de todas as instalações hidráulicas da Casa Setecentista de Mariana e a manutenção preventiva e limpeza dos drenos e das calhas; evitamos o uso indevido das torneiras, descargas, registros, e etc., tanto pelos funcionários quanto pelos usuários; não armazenamos os documentos próximos a fontes ou locais potencialmente perigosos para as inundações; bloqueamos as entradas de água no edifício (portas e janelas); restringimos a frequência e o volume de água principalmente nas áreas de armazenagem e proibimos o consumo de água nos locais de consulta e armazenagem. Consideramos a possibilidade de instalação de sensores e sistema de alarme para alertarem sobre a presença de água. Por serem eventos que apresentam probabilidades raras de ocorrências, atribuímos uma medição de risco de valor 1, ou seja, de 1 a 25%. Com relação à vulnerabilidade, o impacto pode ser de moderado a significativo, portanto classificamos entre 51 e 75 %, ou como 3. Ambas somaram uma escala de risco de valor 4. Além das soluções que empregamos, estudaremos alternativas a curto, médio e longo prazo com o auxílio de especialistas para a minimização e respostas eficientes a essa tipologia de riscos.

Quanto aos danos físicos, destacamos manuseios inadequados, possíveis roubos e vandalismos. Com efeito, são empregadas medidas de segurança para o controle do acesso a edificação e ao acervo documental. A consulta aos documentos ocorre exclusivamente nas salas de consulta e durante o horário de atendimento. Os usuários e funcionários são orientados quanto ao manuseio adequado dos documentos, assim como para a obrigatoriedade do uso de luvas e máscaras. Para reduzirmos os danos físicos aos inventários post-mortem, os documentos digitalizados são consultados preferencialmente em meio digital, mas o acesso ao documento original

também é permitido. Para a segurança do conjunto documental, os espaços são monitorados pelo responsável pelo setor do Arquivo Histórico e no período noturno por uma equipe especializada de vigilância. Apesar do monitoramento, os riscos são possíveis e representaram uma probabilidade de ocorrência e grau de impacto entre 26 e 50%, ou seja, valor 2 em uma escala de medição de riscos.

Com relação a dissociação, destacamos as possibilidades de perda de documentos no interior da própria instituição. As causas podem incluir a deterioração dos identificadores, a recolocação inadequada dos documentos na área de armazenagem e registros incorretos das informações sobre os documentos. Para detectarmos esses riscos, são realizadas inspeções periódicas por amostragens para identificarmos itens dissociados, que são devidamente recolocados em seus devidos lugares. Os identificadores danificados são substituídos e os catálogos dos documentos são constantemente atualizados. Também estamos fazendo cópias de segurança dos catálogos com toda a relação dos documentos e a sua devida localização. Classificamos essa tipologia de riscos como eventos de ocorrência provável, ou seja, entre 26% e 50%, com valor 2, que podem resultar na perda temporária ou permanente de itens do patrimônio documental.

Durante mais de meio século, a equipe do AHCSM e do IPHAN não mediram esforços para empregarem todas as ações de preservação possíveis ao patrimônio documental custodiado pelo órgão de preservação nacional. Os riscos ao patrimônio documental do AHCSM devem ser continuamente monitorados, atualizados e aprofundados em um futuro Plano de Gerenciamento de Riscos – documento que faz parte do universo de preocupações da instituição. Conhecemos os riscos aos quais os documentos e as pessoas encontram-se expostos e planejamos modificar essa situação com o auxílio de especialistas e encontrar soluções viáveis a curto, médio e longo prazo.

9.0 Plano de gerenciamento de preservação e acesso

9.1 Existe um plano de gerenciamento para este patrimônio documental?

SIM

NÃO

Se a resposta é afirmativa, anexe esse plano. Do contrário, anexe os detalhes acerca das condições de armazenamento e guarda dos documentos.

O Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana não conta atualmente com um Plano de Gerenciamento de Preservação e Acesso para o seu patrimônio documental. Planejamos a elaboração desse plano com o apoio de uma equipe multidisciplinar. Não obstante, detalhamos as condições de armazenamento e guarda dos documentos.³⁹⁰

Começaremos pela edificação que abriga os inventários post-mortem e os demais documentos do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), assim como o escritório técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Casa Setecentista de Mariana, em Minas Gerais, está localizada em um local de fácil acesso pelo público e distante de elementos que possam representar riscos para a segurança ou para a preservação dos documentos (usinas de energia, entrepostos de materiais inflamáveis e explosivos, refinarias de combustíveis, entre outros), cuja manutenção do edifício é realizada periodicamente. O imóvel está situado na Rua Direita, número 07, no centro da cidade de Mariana e compõe o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em

³⁹⁰ Quanto as referências teóricas para o detalhamento das condições de guarda e armazenamento dos documentos, ver: Ibidem.

1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. As áreas internas da Casa Setecentista são devidamente identificadas e delimitadas: o Escritório Técnico II do IPHAN e o setor do Arquivo Histórico. Com relação ao setor do Arquivo são também delimitadas e identificadas: a área de trabalho administrativo, áreas de guarda do acervo documental, laboratório de conservação dos documentos e sala de consultas aos documentos, todas com medidas de controle e acesso específicas. A restrição de acesso ao laboratório de conservação e as áreas de guarda dos documentos são devidamente sinalizadas, assim como as salas de consulta, cujo acesso é restrito aos consulentes autorizados por escrito, assim como registrados em livros e fichas de consulta. O acesso às chaves da Casa Setecentista é devidamente controlado e registrado. Por ser um edifício tombado, as fechaduras são reforçadas, sem interferência no seu valor intrínseco.

Contudo, o imóvel não foi construído especificamente para abrigar o arquivo, pois é uma edificação do século XVIII (provavelmente de 1753). Estudamos a instalação de equipamentos adequados, como controles climáticos operados corretamente para a manutenção dos padrões de conservação, como por exemplo, ar condicionado de parede, umidificador e/ou desumidificador, sistemas centrais de filtragem, resfriamento, calefação, umidificação e desumidificação do ar que compreendam a Casa Setecentista, sobretudo o setor do arquivo. Já contamos com higrômetros para medição da temperatura e da umidade relativa do ar.

Com relação a luz, planejamos a utilização de medidores, filtros ou plásticos filtradores de ultravioleta. Para o controle do ar, pretendemos adquirir equipamentos apropriados como filtros individuais fixados às aberturas da ventilação. Não obstante, contornamos as necessidades com outras medidas também importantes, com baixo ou nenhum custo. Para a diminuição da incidência de luz, as janelas permanecem totalmente fechadas e cobertas por cortinas, que vedam a luz do sol, procedimento que contribui para o controle da temperatura, minimizando a geração do calor pela luz solar. Os documentos são expostos a luz apenas quando são consultados, quando não, são armazenados nas caixas e em uma sala escura, iluminada somente nos momentos em que os materiais são retirados. Na sala de consulta, os documentos nunca são expostos onde o sol ilumina diretamente. Entre as alternativas empregadas para o controle do ar, encontram-se, a proibição dos cigarros e de cozinhar nas dependências da Casa Setecentista; não são utilizados materiais de madeira para a armazenagem; materiais nocivos aos documentos como produtos químicos de limpeza são armazenados separadamente; as aberturas para a entrada de ar são completamente afastadas das fontes de poluição pesada e as janelas exteriores são fechadas; além dos documentos serem armazenados em invólucros de “qualidade arquivística.”

Para a segurança do arquivo, são destinadas três salas exclusivas para o armazenamento dos documentos com acessos independentes da área técnica e administrativa, uma para os documentos do primeiro escritório e duas para os documentos do segundo escritório (devido a quantidade dos documentos produzidos pelo Cartório do Segundo Ofício), organizados em três fundos, de acordo com o “princípio da proveniência”, respeitando-se a “integridade arquivística”. O primeiro fundo, Fórum de Mariana, Grupo: Cartórios de Ofício é composto pelos inventários post-mortem, assim com as ações cíveis, justificações, notificações, crimes, execuções, sesmarias e testamentarias, que são documentos manuscritos em suporte papel não encadernados. Por conta disto, são armazenados apenas com documentos do mesmo tamanho e categoria, pois as diferenças de peso e volume podem provocar danos físicos a documentação.

Ainda no primeiro fundo, se encontram os livros de registros cartoriais, ou seja, as cartas de alforria, audiências, compra e venda de escravos, fianças de criminosos, hipotecas, notas, procurações, querelas e registros de testamentos. Os outros dois fundos que compõem o arquivo: Arquidiocese de Mariana e Câmara Municipal, também são formados por livros. Para a proteção dos livros são confeccionadas caixas (uma para cada livro) de papel alcalino

em cartão triplex em forma de cruz e amarradas com um laço, cujo material é um cadarço não tingido de algodão. Além disto, os livros também são envoltos em papel filiset neutro (papel isento de lignina, resistente ao ataque de fungos e proliferação de bactérias de alta durabilidade, 66X96cm, gramatura 68g/m²). Em outras palavras, são armazenados separadamente dos processos não encadernados, para não causar pressão desigual no interior das caixas e migração dos ácidos do papel de qualidade inferior para os de melhor qualidade. Ou seja, os documentos manuscritos em suporte papel não encadernados dos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofícios são armazenados em caixas e em salas separadas e os livros são armazenados em caixas confeccionadas sob medida de cartão triplex, um por caixa, também separados por cartórios.

Para a armazenagem, todos documentos são higienizados manualmente, desdobrados (quando não há risco de danificá-los) e os materiais causadores de danos como grampos, cliques e taxas são cautelosamente removidos. Os documentos são envolvidos em capas de papel filiset neutro (papel isento de lignina, resistente ao ataque de fungos e proliferação de bactérias de alta durabilidade, 66X96cm, gramatura 68g/m²). Os processos não encadernados, entre eles os inventários post-mortem, também são armazenados em caixas poliondas, com no máximo 10 documentos (dependendo do tamanho do documento). As caixas são organizadas em posição horizontal, empilhadas apenas de duas em duas para facilitar o manuseio, assim como permitirem aos documentos o apoio necessário e evitarem danos como a deterioração das margens e o enrolamento, que a armazenagem vertical poderia causar. Nas capas de papel neutro são especificadas a lápis o código, o número do auto e o Cartório (Primeiro ou Segundo Ofício) correspondente a cada documento. Nas caixas poliondas onde encontram-se os processos não encadernados, são discriminadas com tinta à prova d'água, todos os documentos que se encontram em seu interior e o Cartório correspondente (Primeiro e Segundo Ofício). Do mesmo modo, nas caixas de cartão triplex confeccionadas para os livros, são identificadas a lápis as informações relativas ao número do livro e o respectivo Cartório (Primeiro ou Segundo Ofício), para evitarmos buscas desnecessárias.

Quanto ao mobiliário para a armazenagem, as prateleiras para as caixas com os documentos não encadernados são separadas das prateleiras com as caixas de papel cartão triplex com os livros. Todas as prateleiras são de aço e abertas para uma boa circulação de ar. As prateleiras são afastadas das paredes, parafusadas juntas, para não balançarem ao abrigar os documentos. A área de armazenagem possui uma altura mínima de 10 centímetros do piso, para proteger dos danos provenientes da água, no caso de uma inundação.

A utilização de água para a limpeza do ambiente é reduzida para evitar a elevação da umidade e os produtos de limpeza utilizados não representam riscos a documentação. As áreas de armazenagem são mantidas sempre limpas, para não acumular resíduos, poeira e sujeira. As refeições e o consumo de água são feitos em áreas reservadas e afastadas do acervo. Os recipientes de lixo com resíduos de alimentos são removidos diariamente.

Para a segurança do acervo, o acesso a área de armazenagem e ao laboratório de conservação é restrito aos funcionários do arquivo. A consulta aos documentos é feita em uma sala apropriada, cuja presença dos pesquisadores é registrada em um livro e em uma ficha de consultas, com todos os dados pessoais e todos os documentos solicitados e consultados, que posteriormente são conferidos detalhadamente pelo responsável pelo arquivo no momento da entrega. Casacos, bolsas e objetos pessoais são colocados no guarda-volumes, localizado anteriormente a sala de consulta. Durante as pesquisas, os usuários podem usar apenas lápis e papel e é obrigatório o uso de luvas e de outros materiais adequados para a consulta e manuseio dos documentos, que são acompanhadas pelo responsável pelo arquivo. As mesas são amplas para comportarem adequadamente o documento e permitirem que o usuário faça as

suas anotações sem precisar fazê-las sobre o documento. Ademais, as principais regras da sala de consulta são definidas por escrito e se encontram visíveis a todos os consulentes.

Para reduzir a contaminação biológica, os inventários post-mortem, assim como outros documentos, foram desinfestados através do sistema de congelamento (freezer horizontal). Os documentos são acondicionados em sacos plásticos, sem nenhum ar. Os sacos plásticos são fechados com cadarços de algodão e congelados por um período de 15 dias e temperatura de aproximadamente -20°. O treinamento para este procedimento contou com o apoio técnico do Arquivo Público Mineiro (APM).

Especificamente os inventários post-mortem, que devido ao processo de digitalização são deslocados das salas de armazenagem para o laboratório de conservação (circulação interna a Casa), são relacionados por escrito em um formulário (item, número do código, número do auto) datado e assinado pelo responsável pelo setor do arquivo. Após o tratamento e a digitalização, os documentos são devolvidos, o recebimento e a conferência de cada documento também são registrados e o formulário é datado e assinado. Os inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício, cuja maior parte já se encontra digitalizada, são consultados preferencialmente pelo documento digital, mas o acesso ao documento original também é permitido. Em outras palavras, a digitalização tem contribuído tanto para o acesso, quanto para a conservação, pois reduz consideravelmente a necessidade de manuseio. Além disto, antes da digitalização, todos os documentos são higienizados manualmente com pincéis de pelos macios, são extraídos os objetos causadores de danos (clipes, taxas e adesivos), são confeccionadas capas com papel neutro e com a identificação de cada documento, ou seja, o código, o número do auto e o cartório correspondente (primeiro ou segundo ofícios).

As ações do IPHAN em relação a preservação desse conjunto documental são inegáveis. Esses esforços foram iniciados em 1948 com a proteção do acervo por iniciativa do seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e completam este ano (2018), 70 anos de história.

10.0 Qualquer outra informação

Forneça informações que apoiem a inclusão deste patrimônio documental ao Registro Nacional de Memória do Mundo. Se a candidatura for bem sucedida, como utilizará esse fato para promover o Programa MoW? Acrescente uma declaração em outra folha, se necessário.

Ao consultarmos os conjuntos documentais nominados entre 2007, ano inaugural do Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, até 2017, último Registro, constatamos que dos 101 conjuntos documentais inscritos pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, apenas seis se encontram em Minas Gerais. A primeira nominção ocorreu já em 2012, a segunda em 2014, duas em 2015, uma em 2016 e uma em 2017. Entre elas apenas uma coleção bibliográfica. Em outras palavras, apenas cinco arquivos e um acervo bibliográfico mineiros foram nominados. Para nós, longe de serem indicativos de que os arquivos mineiros não são suportes de uma “memória nacional”, evidenciaram a necessidade de promoção do Programa MoW e dos seus objetivos de preservação, acesso e divulgação em Minas Gerais.

Para a promoção do Programa MoW caso a candidatura seja aceita, acreditamos que a visibilidade proporcionada pelo Registro promoverá tanto o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – AHCSM -, quanto o próprio Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo. Nesse momento exploraremos as diferentes mídias locais e nacionais. Comumente, o patrimônio documental não é destaque nos meios de comunicação,

porém o Registro pode suscitar o interesse e ser o ponto de partida para que o acervo documental e o Programa estejam mais presentes na opinião pública,³⁹¹ principalmente na região de Minas Gerais, cuja representação entre os documentos registrados ainda é numericamente baixa. Ademais, todos os materiais de divulgação e os instrumentos de apoio para as pesquisas referentes aos inventários post-mortem, identificarão que o acervo documental foi inscrito no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo.

Para a democratização do acesso aos documentos, promoveremos exposições cuidadosamente estudadas dos documentos registrados pelo MOW Brasil abertas ao público. Como expor, por exemplo, os documentos que tem uma “significação viva”, entre eles os documentos relacionados as celebrações religiosas, principalmente da Semana Santa, Corpo de Deus - Corpus Christi-, Procissão do Fogaréu e Procissão do Santo Lenho, adequadamente nas datas respectivas dessas celebrações que representam um marco para a população local. Ressaltamos que as exposições informarão que os documentos são inscritos no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo.

Exploraremos a potencialidade dos inventários post-mortem do AHCSM de se articularem com o patrimônio tombado, ou seja, igrejas, arquitetura civil, entre outros bens que compõem o patrimônio cultural nacional tombado em Mariana. Por estar localizado em uma cidade tombada pelo IPHAN em 1938, mais especificamente o seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico erigido Monumento Nacional em 1945, a Casa Setecentista (construção do século XVIII) é uma das edificações da cidade visitada diariamente por turistas brasileiros e estrangeiros. Com efeito, os documentos relacionados aos bens tombados podem ser frequentemente e cautelosamente expostos. Em todas as exposições mencionaremos que os documentos compõem o acervo nominado pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo.

Para além do destaque sobre a existência e relevância do Programa, o contexto de sua criação é revelador da situação do patrimônio documental mundial, ou seja, ele se encontra em risco, muito já se perdeu e para parte considerável as ações de preservação serão empregadas no último momento. Os custodiadores, proprietários e pesquisadores, comumente compreendem e lidam diretamente com as diferentes naturezas dos riscos aos quais o patrimônio documental encontra-se exposto. No entanto, muitas vezes, desconhecem a existência de um Programa de alcance internacional, mas também regional e nacional, cujos objetivos vêm a corroborar com as principais necessidades dos conjuntos documentais. Nesse aspecto, a nossa atuação se direcionará principalmente aos arquivos locais e aos seus consulentes, por meio de estudos que conjungem as demandas dos seus arquivos e as propostas do Programa. Com destaque para os Arquivos Históricos custodiados pelo próprio IPHAN em Minas Gerais e localizados em São João del Rei, Diamantina, Serro e Sabará.

Constatamos ainda a escassez de pesquisas acadêmicas a respeito do patrimônio cultural que contemplem especificamente a temática do patrimônio documental. Com efeito, trabalharemos conjuntamente com as Universidades locais - principalmente a Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Minas Gerais -, promovendo seminários, cursos e estudos acerca dessa temática, tais como conceitos, procedimentos de preservação e acesso, assim como os riscos aos quais se encontra exposto.

Para concluirmos, em 2018 o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana completará 70 anos. Caso a candidatura seja bem-sucedida, o Registro será inserido em nossa programação comemorativa, o que promoverá tanto o AHCSM quanto o Programa MOW Brasil.

³⁹¹ EDMONDSON, Ray. Op. Cit.

DADOS SUPLEMENTARES SOBRE O DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL

(O preenchimento deste formulário é obrigatório para acervos de natureza arquivística, uma vez que possibilitará o aprofundamento das informações sobre o acervo proposto e viabilizará ao MoWBrasil, posteriormente, criar e manter uma base de dados sobre os documentos ou conjuntos documentais nominados)

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL	
Com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE – CONARQ	
(Ver em Publicações Digitais: < http://www.arquivonacional.gov.br >)	
1. Área de Identificação	
Título formal ou atribuído do documento ou conjunto documental	Inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
Código de referência do documento ou conjunto documental	BR AHCS CPO (Brasil, Arquivo Histórico da Casa Setecentista, Cartório do Primeiro Ofício)
Data ou datas-limite	1713-1920
Dimensões e quantificação do acervo	Os inventários post-mortem totalizam 3132 documentos. As medidas correspondem a 18 metros lineares.
Suporte(s) documental (ais) (Especificar o(s) material(is) em que as informações estão registradas)	Os inventários post-mortem são documentos manuscritos, todos em suporte papel e não são encadernados.
2. Área de Contextualização	
Nome(s) do(s) produtor(es)	Cartório do Primeiro Ofício da cidade de Mariana, Minas Gerais.

História administrativa ou biografia do produtor (No máximo, uma lauda)	Os inventários post-mortem são documentos cartorários produzidos pelo Cartório do Primeiro Ofício da cidade de Mariana. Esta documentação compõe o Fundo Fórum de Mariana e está armazenada no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana –AHCSM -, sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-, desde 1948. A documentação cartorária surgiu no Brasil no início do processo de colonização, quando da criação do sistema de distribuição de terras registradas conforme o Regimento das Sesmarias. Esses são os únicos registros documentais que contemplaram um amplo cenário econômico, político e social do país.³⁹² Os inventários post-mortem cuja candidatura apresentamos, foram produzidos pelo Cartório do Primeiro Ofício e tramitaram na estrutura administrativa da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual cidade de Mariana, primeira vila e Câmara de Minas Gerais criadas em 1711. Como sabemos, nesse período as atribuições camarárias eram bastante amplas, pois contemplavam funções administrativas, políticas, jurídicas e fiscais.³⁹³ Entre 1711 a 1745, os inventários post-mortem e os testamentos, assim como outras questões de natureza econômica, foram tratados pelo Juiz de Órfãos, que fiscalizava a transmissão da herança e administrava os bens dos herdeiros menores de idade. Eram subordinados ao Juiz de Órfãos: o Partidor e Avaliador e o Curador Geral dos Órfãos. A estes por sua vez, subordinavam-se o Inquiridor, Contador, Distribuidor e o Tesoureiro dos Ausentes. Para a redação desses documentos havia o Escrivão dos Órfãos.³⁹⁴ Entre 1746 e 1808, a quantidade de responsáveis pela regularização da transmissão dos bens praticamente dobrou. Com a criação do cargo de Aprovador de Testamento nas freguesias do Termo de Mariana, o campo de atuação do Juízo de Órfãos também se ampliou significativamente. Subordinavam-se ao Juiz de Órfãos, o Aprovador de Testamentos, o Partidor e Avaliador e o Curador Geral dos Órfãos. A estes, respondiam o Inquiridor Contador Distribuidor e o Tesoureiro dos Ausentes. Ao primeiro, subordinavam-se o Escrivão dos Órfãos e o Escrivão de Testamentos da Suplicação. Enquanto ao Tesoureiro dos Ausentes, seguia-se o Meirinho dos Ausentes e, finalmente, o Escrivão do Meirinho dos Ausentes.³⁹⁵ A partir de 1828, já no Império do Brasil, as atribuições das Câmaras Municipais tornaram-se apenas administrativas, extinguindo-se, assim, as funções judiciárias. As Câmaras Municipais passaram a ser controladas pelos Conselhos Gerais das Províncias, Presidentes das Províncias e pelo Governo Geral. Naquele mesmo ano foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, logo após terem sido regulamentadas as funções dos escrivães, tabeliães e outros oficiais. Com a instituição do Código Criminal de 1830 e a promulgação do Código do Processo Criminal em 1832, a Justiça Municipal passou a ser composta pelo Juiz de Direito, Promotor e Tribunal do Júri, todos na Comarca. O Juiz de Direito era escolhido pelo Imperador entre os bacharéis em Direito. O Juiz de Órfãos, Juiz Municipal - juízes municipais substituto-, Escrivão das Execuções e Tabelião, Oficiais de Justiça e Carcereiro eram nomeados pelos Presidentes de Província, para um mandato de 3 anos. O Juiz de Paz era escolhido por eleição popular e, por sua proposição, a Câmara Municipal nomeava inspetores de quarteirões. Esta organização persistiu, com algumas modificações, até o final do regime monárquico, em 1889.³⁹⁶ Inclusive, toda essa organização administrativa das instituições nos séculos XVIII, XIX e XX, sobretudo a judiciária, pode ser melhor conhecida por meio dessa documentação. Em 1948, por determinação da Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais, os documentos do Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício - ordem de criação dos Cartórios - da Comarca de Mariana, entre eles os inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício, foram colocados sob a guarda da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
--	---

³⁹² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit.

³⁹³ VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara de Mariana. Op. Cit.

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ FAORO, Raymundo. Op. Cit.

Conteúdo do documento ou conjunto documental (Especificar os assuntos ou temas tratados considerados mais relevantes e que subsidiem o julgamento) (No máximo, uma lauda)	Os inventários post-mortem abrangem um amplo recorte temporal, ou seja, desde de 1713 a 1920, e tratam das mudanças e permanências políticas, culturais, sociais e econômicas que se processaram em Minas Gerais e no Brasil no período da Colônia, Império e República. Neles há os registros dos primeiros descobrimentos do ouro em Minas Gerais e dos diferentes grupos humanos que atraídos pelo ouro se deslocaram do interior da Colônia portuguesa, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, e dos territórios do Império oceânico português para se estabelecerem na primeira vila e cidade de Minas Gerais. Destacamos os registros acerca dos portugueses e africanos que constam de nomes, idades, valores, ofícios, estado civil, filhos, entre outros dados. Aqui salientamos os sujeitos históricos de diversas nações africanas que podem ser conhecidos por meio do acervo documental, entre eles africanos de nação mina, angola, courano, fam, benguela, cobu, cabo verde, congo, moçambique, nagô, rebole e cabinda, que habitaram o Termo de Marina, extenso território de Minas Gerais. Os inventários post-mortem constituem ainda suportes de uma memória compartilhada entre Brasil, Europa, África e Ásia, pois Mariana se transformou no centro do Império português no século XVIII. Um universo de questões relacionadas a escravidão foi contemplado pelos inventários post-mortem, pois a região registrou a maior população escrava e forra do Brasil e uma das mais numerosas do mundo. A escravidão era sobretudo africana, mas havia também aqueles conhecidos como “cativos do reino” (escravos nascidos na Europa e trazidos para Mariana) e dos negros nascidos América portuguesa. Do mesmo modo, registraram as diversas estratégias de resistência, a constituição de famílias escravas, mecanismos para a alforria, coações, concubinato entre as escravas e os seus senhores que em algumas situações resultaram na libertação das mães e dos filhos ilegítimos, a transmissão da herança dos senhores para os seus escravos, escravos coartados pelos “bons serviços prestados”. Em outras palavras, estratégias que permitiram a conquista da liberdade e a ascensão econômica dos escravos e escravas libertas, que se tornaram, inclusive, inventariados, ou seja, donos dos seus próprios bens. Os inventários post-mortem contemplaram também a Zona da Mata mineira, território compreendido pelo Termo de Mariana. Nesse sentido, destacamos o período de declínio da mineração e da diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais, principalmente o desenvolvimento da agricultura. O cultivo de plantações e a criação de animais assentados no trabalho escravo, assim como as dívidas e os créditos dos inventariados demonstraram o alcance do mercado interno à Minas Gerais e a sua articulação com as outras regiões da América portuguesa. Ainda na Zona da Mata mineira, os inventários post-mortem registraram a intensa presença indígena com referências a nomes, sexos, idades, origens, estado civil, filhos e outros dados, além de referenciar a catequização dos índios e as estratégias de resistência indígena. Os principais movimentos políticos de alcance nacional como a Inconfidência Mineira em 1789, o processo de emancipação política do Brasil em relação a Portugal em 1822, a Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 também foram temas abarcados pela documentação. O patrimônio cultural também foi contemplado pelos inventários post-mortem. Nesse sentido, ressaltamos a arquitetura civil, sobretudo o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana e a arquitetura religiosa, ambos tombados como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes. Este patrimônio histórico e artístico nacional encontra-se descrito minuciosamente nos inventários post-mortem. Ademais, este conjunto documental conservou informações sobre os “artífices e artistas” que atuaram na construção dos monumentos tombados nacionalmente, sobretudo a participação de portugueses e escravos cujo ofício era relacionado a construção e a ornamentação. Como sabemos, este patrimônio cultural é simultaneamente material e imaterial. Em outras palavras, destacamos as potencialidades dos inventários post-mortem para o conhecimento sobre as pessoas que vivenciaram nestes espaços atualmente tombados, o cotidiano, os modos de vida, as crenças e as celebrações religiosas. Destas últimas registradas nos inventários post-mortem, muitas perduraram ainda no tempo presente, alguns exemplos são as celebrações religiosas, como a
---	---

	Procissão da Semana Santa, Procissão do Fogaréu, Procissão do Santo Lenho, e Procissão do Corpo de Deus - Corpus Christi.
Sistema de organização e arranjo ou catalogação do acervo	Estágio de tratamento: organizado totalmente. Organização: Os inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício compõem o Fundo Fórum de Mariana, Grupo Cartórios de Ofício (Primeiro e Segundo), organizados por códigos e em ordem sequencial de arquivamento. Os catálogos, por sua vez, são organizados em ordem cronológica e onomástica.
4. Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso Especificar: se sem restrições – acesso livre; se com restrições –informar a natureza das mesmas.	Sem restrições – acesso livre.
Condições de reprodução (Especificar, se possível, os tipos de reprodução autorizados)	Tipos de reprodução autorizada: fotografia (sem uso do flash), digitalização e microfilmagem.
Idioma (Especificar o(s) idioma(s) do(s) documento(s))	Português
Instrumentos de pesquisa (Especificar e indicar os tipos de meios de busca disponíveis – inventários, catálogos, índices, bases de dados e outros)	O instrumento de apoio para a pesquisa é o catálogo. O material pode ser consultado no próprio Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) ou no Portal Acervos de Minas Gerais (http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/). No catálogo contém o número do código (caixa), número do auto, nome do inventariado, nome do inventariante, se possui registro de testamento anexo, ano e observações gerais. Os catálogos podem ser consultados em ordem onomástica ou cronológica.
Horário de atendimento ao público	Os dias e horários de funcionamento do Arquivo Histórico da Casa Setecentista são de segunda a sexta feira, das 09:00 às 17:00 horas.
5. Área de fontes relacionadas	
Existência de cópias e localização (Especificar a existência de cópia(s) do documento ou conjunto documental e sua localização)	Não há cópias de todos os inventários post-mortem, apenas dos que foram digitalizados. Neste último caso, as cópias em meio eletrônico encontram-se disponíveis no Portal Acervos de Minas Gerais (http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/) e no Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Unidades de descrição relacionadas (Especificar a existência de outras unidades documentais relacionadas, isto é, fundos ou coleções que se relacionem com o documento ou o conjunto documental proposto)	Os documentos do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana estão organizados em três fundos: Fórum de Mariana, Arquidiocese de Mariana e Câmara Municipal de Mariana. O primeiro Fundo, Cartórios de Ofício, é organizado separadamente em Cartório do Primeiro Ofício e Cartório do Segundo Ofício e contém os seguintes processos manuscritos em suporte papel não encadernados: os Inventários post-mortem - conjunto documental proposto para a candidatura – (Cartório do Primeiro Ofício: 3098 autos, datas limite: 1713-1920 e Cartório do Segundo Ofício: 2433 autos, datas-limite: 1718-1909); Ações cíveis (Primeiro Ofício: 2706 autos, 1709-1909. Segundo Ofício: 20.270 autos, 1710-1887); Crimes (Primeiro Ofício: 621 autos, datas limites: 1753 a 1898 e Segundo Ofício: 1489 autos, cujas datas limites são: 1714-1889); Execuções (Primeiro Ofício: 281 autos, 1726-1891 e Segundo Ofício: 7136 autos, 1730-1871); Justificações (O Primeiro Ofício: 1157 autos, 1718-1909. Segundo Ofício: 1122 autos, 1709-1902); Notificações (Primeiro Ofício: 352 autos, 1724-1884. Segundo Ofício: 466 autos, 1714-1873); Sesmarias (Primeiro Ofício: 317 autos, 1711-1875. Segundo Ofício: 421 autos, 1750- 1867); Testamentarias (Primeiro Ofício: 2632 autos 1718-1906). Além dos livros de registros cartoriais de Cartas de Alforria (Ofício Indeterminado: 3 livros, 1736-1808); Audiências (Primeiro Ofício: 30 livros, 1832-1931. Segundo Ofício: 14 livros, 1850-1925. Ofício indeterminado: 23 livros, 1807-1906); Compra e Venda de Escravos (Primeiro Ofício: 02 livros, 1861-1867. Segundo Ofício 03 livros, com datas entre 1869-1886); Fianças de Criminosos (Primeiro Ofício: 03 livros, 1844-1899); Hipotecas (Primeiro Ofício: 04 livros, 1854-1866); Notas (Primeiro Ofício: 140 livros, 1711-1929. Segundo Ofício: 48 livros, 1722-1931); Procurações, (Primeiro Ofício: 45 livros, 1874-1933. Segundo Ofício: 19 livros, 1878-1932); Querelas (Primeiro Ofício: 19 livros, 1713-1828. O Segundo Ofício: 06 livros, 1803-1831. Ofício Indeterminado: 02 livros, 1760-1832); e os Registros de Testamentos (Primeiro Ofício: 84 livros, 1732-1956). O segundo fundo é o da Arquidiocese de Mariana. Composto por livros de receitas e despesas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro (1719- 1973), irmandade das almas de Antônio Pereira (1723-1803), irmandade das Almas de Furquim (1752-1816) e da Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Barbacena (1805- 1832). O terceiro e último fundo é o da Câmara Municipal de Mariana, composto por 19 livros referentes a registro de posturas, receitas e despesas e impostos, entre os anos de 1733-1864. Guardamoria, que abrange a documentação relativa à distribuição de datas e águas minerais, são 14 livros, com datas limites: 1723-1891), 1º Livro da Câmara Municipal (1711-1720) e Livro de Registro de Provisões e Patentes (1726-1754).
6. Área de notas	
Observações sobre o estado de conservação do documento ou conjunto documental	Os inventários post-mortem apresentam bom estado de conservação. Nunca foram restaurados e estão sendo digitalizados, o que tem contribuído para a sua conservação e acesso.

Observações sobre publicação (Listar referências das publicações, artigos e estudos produzidos a partir do documento ou conjunto documental)	As publicações abaixo foram escritas sobre os inventários post-mortem do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) e/ou a partir de pesquisa realizada com essa documentação. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1994. 220 p. BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Bauru: EDUSC, 2004. CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série de Estudos, 1999. 109 p. Disponível em: < http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Estrut-texto.pdf > Acesso em: 11 jun. 2017. DIÓRIO, Renata Romualdo. Os libertos e a construção da cidadania em Mariana, 1780- 1840. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013. FARIA, Simone Cristina de. Os homens do ouro: perfil, atuação e redes dos cobradores dos quintos reais em Mariana setecentista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. LANGFUR, Hal. The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830. Tese de Doutorado. Austin: ILAS/University of Texas, 1999. MENDES, Faria Fábio; QUEIROZ, Jonas Marçal de; PAIVA, Alcione de; MOREIRA, Alexandra e BRAGA, Vanuza Moreira. Tecnologia a serviço da história. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol. 43, nº. 1, p. 162-167, jan./jun. 2007 PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. POSSI, Maurílio de Araújo; OLIVEIRA, Alcione de Paiva; MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio e QUEIROZ, Jonas Marçal. Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na Web. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, vol. 16, nº. 3, July/Sept. 2011. PRECIOSO, Daniel. Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014. QUADROS, Lucas Samuel. O Governo da medicina nas Minas: legislações, livros e ofícios (1744-1828). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2015.
---	--

	REZENDE, Irene Nogueira. Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. RIBEIRO, ALINE NASCIMENTO. O lugar dos documentos nos processos de tombamento e registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a experiência do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania a Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017. SOUZA, Laura de Mello e. Claudio Manoel da Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 240 p. TEIXEIRA, Heloísa Maria. Reprodução e famílias escravas em Mariana. 1850- 1888. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. 168 p. TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. Fé e cultura barroca sob o manto mercedário: hierarquias, devoções e sociabilidade a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997 VENÂNCIO, Renato Pinto. Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012. 276 p.
--	---

Procedemos a informatização dos catálogos do AHCSM para a divulgação no Portal Acervos de Minas Gerais e propusemos ao IPHAN a candidatura dos inventários post-mortem ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, sobretudo para a divulgação do AHCSM e dos seus documentos. Pretendíamos, inicialmente, apresentar a candidatura de todos os documentos do arquivo, mas esse tipo de proposta não é recomendado pelo próprio Programa, que define conjuntos documentais com recortes bem delimitados. No entanto, acreditamos que os inventários post-mortem são representativos da diversidade do arquivo em sua totalidade. Finalmente, entendemos que a divulgação se estenderá, ainda que indiretamente, a todo o AHCSM. Conforme as Diretrizes do Programa, o acesso e a divulgação estimulam, inclusive, a preservação do patrimônio documental, ou seja, preservação, acesso e divulgação são ações complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve dois objetivos. O primeiro tratou-se de um estudo acerca do processo de constituição do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1948. O segundo consistiu em uma proposta de intervenção, que resultou na informatização dos instrumentos de pesquisa (catálogos) do AHCSM, para divulgação no Portal Acervos de Minas Gerais, e na proposição ao IPHAN da candidatura do acervo documental ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Como vimos no primeiro capítulo, não por acaso, Mariana foi escolhida para abrigar um arquivo histórico sob a guarda do atual IPHAN. Com esse entendimento, retomamos a história da formação da cidade em sua relação com a formação do acervo documental. Observamos que Mariana preservou amplos e diversificados acervos documentais, que contemplaram diferentes sujeitos e temas, a partir de um amplo recorte temporal, séculos XVIII, XIX e XX, e geográfico, isto é, de uma extensa região de Minas Gerais, conhecida como Termo de Mariana.

Além dessas características que marcaram a formação da cidade de Mariana e, por conseguinte, da sua documentação, identificamos a atuação dos diferentes sujeitos que se empenharam na construção de um discurso que conferiu importância a cidade e aos seus documentos. Notamos que o processo de construção da cidade monumento esteve relacionado a conservação dos arquivos da cidade, pois os mesmos sujeitos que apoiaram a monumentalização de Mariana estavam pensando a preservação dos arquivos. Entre eles destacamos o IHGMG, a Prefeitura de Mariana, o SPHAN e a Arquidiocese de Mariana. Ao pensarmos esses atores, não desconsideramos um cenário mais amplo e a articulação daqueles com um projeto político autoritário de construção da nação que marcou o Estado Novo na década de 1940.

Naquele contexto, a Casa Setecentista de Mariana foi a “arkheion” destinada a proteção dos “preciosíssimos arquivos” de Mariana que foram armazenados na edificação do século XVIII, além da sede de uma representação da DPHAN, responsável pela preservação da cidade monumento.

No segundo capítulo, lançamos um olhar mais específico para o processo de constituição do AHCSM, colocado sob a proteção da então DPHAN em 1948. Conforme demonstramos, até a década de 1960 os documentos ficaram armazenados no edifício da Câmara Municipal de Mariana, momento em que a Casa Setecentista foi adquirida para abrigar o acervo documental.

A partir da década de década de 1950 a documentação foi organizada e catalogada pelo escrivão de cartório Antônio Ferreira Moraes, sob a orientação de Rodrigo M. F. de Andrade.

Embora os relatórios administrativos apontem para o tombamento dos documentos do AHCSM, constatamos que eles não foram tombados. O que ocorreu foi o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, onde os documentos permaneceram até a década de 1960, e da Casa Setecentista de Mariana, onde se encontram até então. Esta última não foi tombada individualmente, mas foi contemplada pelo tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Embora presente na legislação interna do IPHAN, o tombamento de documentos não foi uma prática recorrente. A trajetória da instituição no campo da preservação dos acervos documentais evidenciou que para a proteção dos documentos eles foram incorporados em casas históricas. Devido a extensão dos conjuntos documentais e da sua característica mobilidade, esse material exigiu esforços demorados de catalogação e, apenas posteriormente, essa documentação, possivelmente, seria tombada.

As pesquisas realizadas por Rodrigo M. F. de Andrade e por seu grupo com a documentação que atualmente compõem o AHCSM, evidenciaram as principais intencionalidades na preservação daquele conjunto documental, ou seja, subsidiar os estudos históricos relacionados ao patrimônio cultural. Em diálogo com uma concepção metódica de história e de documento, esse material foi entendido como uma “prova histórica” da narrativa que foi construída sobre a nação através do patrimônio cultural.

É inegável que os documentos ocuparam um lugar importante na trajetória do IPHAN e o AHCSM representou bem essa preocupação. Contudo, não havia uma unidade em relação à relevância da pesquisa histórica as fontes escritas para a produção de um conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural. Nesse debate, duas figuras se destacaram como representantes de visões conflitantes em relação à pesquisa histórica.

De um lado, Rodrigo M. F. de Andrade, diretor da DPHAN, que se dedicou a organização do acervo documental do AHCSM, encomendou e orientou pesquisas relacionadas ao patrimônio histórico e artístico nacional, sobretudo nos arquivos mineiros. De outro Lúcio Costa, arquiteto e chefe da Divisão de Estudos e Tombamento (DET), que atribuiu a pesquisa histórica as fontes escritas um caráter apenas instrumental, por considerá-la “absorvente”, “lateral” e “demorada”. Conforme observamos nos processos de tombamento e registro que contemplaram a cidade de Mariana, o posicionamento de Lúcio Costa representou um discurso que se tornou predominante nos quadros do IPHAN, sobretudo com a presença marcante dos “arquitetos da memória”.

Não obstante, a predominância dos arquitetos nos quadros do atual IPHAN, não explicou, isoladamente, a escassez de pesquisas históricas no campo do patrimônio cultural. Observamos que o historiador ingressou apenas recentemente nesse debate, sobretudo a partir da introdução do patrimônio cultural imaterial. Muitas das críticas que foram atribuídas ao IPHAN, resultaram, ao nosso ver, da ausência de pesquisas históricas. Com esse entendimento, selecionamos na documentação do AHCSM, documentos relacionados processos de tombamento e registro que contemplaram a cidade de Mariana. No primeiro caso selecionamos os documentos associados a arquitetura religiosa e a arquitetura civil tombada. No segundo, elegemos a documentação relacionada aos sinos e aos seus toques, patrimônio cultural imaterial que contemplou diretamente a cidade de Mariana. O nosso propósito consistiu em evidenciar as potencialidades do patrimônio documental do AHCSM, como um exemplo de como a pesquisa histórica as fontes escritas podem contribuir para a ampliação dos debates no recorte do patrimônio cultural, inclusive para a inserção de sujeitos antes negligenciados e para uma visão integradora do patrimônio cultural material e imaterial.

Em consonância com a reflexão teórica, na segunda parte do nosso trabalho apresentamos as nossas atividades de intervenção prática desenvolvidas ao longo do Mestrado. Sabemos que o IPHAN tem uma reconhecida atuação no campo da preservação do patrimônio cultural. No entanto, a trajetória da instituição em relação a proteção de arquivos foi pouco explorada pela literatura do patrimônio cultural. Por conseguinte, os arquivos custodiados pelo órgão em Minas Gerais, entre eles o AHCSM, são pouco divulgados.

Com o propósito de divulgação do AHCSM e dos seus documentos, procedemos a informatização dos instrumentos de pesquisa (catálogos), para disponibilização no Portal Acervos de Minas Gerais. Nessa direção, também propusemos ao IPHAN, a candidatura dos inventários post-mortem ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, cujos objetivos consistem na preservação, acesso e divulgação do patrimônio documental.

Longe de considerarmos a temática encerrada, pensamos antes que a nossa pesquisa é um ponto de partida para outros estudos acerca do patrimônio documental no recorte do IPHAN, faceta instigante e tão pouco explorada pela literatura do campo do patrimônio cultural.

FONTES

Legislações

BRASIL. Decreto Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. Decreto Lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979. Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 1979.

BRASIL. Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2000.

Manuscritos

Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ACI. Processo n. 0072-T-38 referente ao tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana, Minas Gerais. Ano: 1938.

ACI. Telegrama expedido pelo arcebispo de Mariana, Helvécio Gomes de Oliveira, para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Processo 0069-T-38, 1938.

ACI. Processo n.º 0075-T-38 referente ao tombamento das igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Capela de Nossa Senhora de Santana, Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja da Sé) e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Ano: 1938.

ACI. Parecer do SPHAN acerca da concessão do título de monumento nacional à cidade de Mariana. Rio de Janeiro, 1945.

ACI. Correspondência expedida por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Instituto Histórico e Artístico Nacional, na qual registrou a concordância com a proposta apresentada pelo Instituto e apoiada pelo Prefeito Municipal para a concessão do título de Monumento Nacional a cidade Mariana. Processo n.º 0069-T-38, 1945.

ACI. O Germinal. Bicentenário de Mariana, 1945.

ACI. Petição expedida por Bento José de Oliveira, Salustiano de Araújo Negrão, Maria de Oliveira e Geraldo de Oliveira para Salvador Ferrari, na qual solicitaram a reparos e conservação no prédio n.º 1 na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1946.

ACI. Ofício n. 287 expedido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro para Silvio de Vasconcelos, no qual solicitou fotografias do imóvel n. °1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1947.

ACI. Correspondência expedida por Bento José de Oliveira, Salustiano de Araújo Negrão, Maria de Oliveira e Geraldo de Oliveira para o governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, na qual solicitam a sua intervenção junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, para a realização dos reparos no imóvel n.º1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1948.

ACI. Ofício n. 330 expedido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Edgard da Mota Machado, em resposta ao pedido de realização de obras no imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Obras. P. 0767.2. Ano: 1948.

ACI. Ofício n. 246/49 expedido por Silvio de Vasconcelos para Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o tombamento de um conjunto de bens em Minas Gerais. Processo: 0414-T, 1949.

ACI. Correspondência expedida por Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual autorizam o tombamento do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Processo 0414-T, 1949.

ACI. Notificação n. 593 expedida por José Cota, na qual concordou com o tombamento do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Processo. 0414-T, 1949.

ACI. Ofício n. ° 253 expedido por Silvio de Vasconcelos para Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual solicitou o tombamento da Casa do Barão do Pontal, na Rua Direita em Mariana, Minas Gerais. Processo n. ° 0500-T-54. Ano: 1954.

ACI. Processo n. 0500-T-54, referente ao tombamento da Casa do Barão do Pontal. Ano: 1954.

ACI. Escritura de compra e venda do imóvel n.º 1, na Rua Direita, em Mariana. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 0009_08.0009. Ano: 1957.

ACI. Escritura pública de doação que fez o outorgante doador Cleveland Maciel e como outorgada donatária a União Federal, na qual doou o imóvel n. ° 1, na Rua Direita em Mariana, para se tornar sede da DPHAN. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 0009_08.0009. Ano: 1962.

ACI. Ofício n. 66 expedido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Darcy Ribeiro, no qual solicitou a aceitação da doação do imóvel n. °1, na Rua Direita, em Mariana, para abrigar o acervo documental dos cartórios da Comarca e uma dependência regional da DPHAN. Técnico-Administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963.

ACI. Ofício n. 75 expedido por Darcy Ribeiro para João Goulart, no qual solicitou autorização para a aceitação da doação feita por Cleveland Maciel. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963.

ACI. Decreto-Lei n. 51.843, de 15 de março de 1963., que autorizou o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P.00009_09.0009. Ano: 1963.

ACI. Memória Descritiva sucinta da casa da rua direita, n. 1, em Mariana elaborada por Fernando Machado Leal. Técnico administrativo. 0410-0003. Título de propriedade. P. 00009_10.009. Ano: 1965.

Arquivo administrativo da Casa Setecentista de Mariana

AHCSM. Carta n. 391 expedida por Rodrigo Melo Franco de Andrade para Antônio Ferreira de Moraes, com os modelos para a organização do arquivo e para cópia ou resumo dos documentos. Arquivo Administrativo, 1952.

AHCSM. Relatório Diagnóstico. Arquivo administrativo. Fundação Nacional Pró-Memória. Mariana, 1980/1990.

AHCSM. Relatório Diagnóstico. Arquivo administrativo. Fundação Nacional Pró-Memória. Mariana, 1985.

AHCSM. Histórico institucional do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Mariana, s/d.

AHCSM. Livro de registro de visitas ao arquivo histórico da casa setecentista de Mariana. Arquivo Administrativo. Mariana, 1953.

AHCSM. Unificação dos arquivos históricos do grupo de museus e casas históricas de Minas Gerais (G.M.C.H.-MG). Arquivo administrativo. Fundação Nacional Pró-Memória. Mariana.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

AHCSM, Registro dos termos que se fizeram da ereção desta Vila da Senhora do Carmo e Vila Rica da Senhora do Pillar. 1º Livro da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, 1711.

AHCSM. 1º Livro da Câmara Municipal da Vila do Ribeirão do Carmo. Ano: 1711-1720.

AHCSM. Inventário post-mortem de Antônio Coelho da Fonseca. 1º ofício, código 9, auto 342, ano: 1742.

AHCSM. Ação cível movida por José dos Santos contra José de Torres Quintanilha, referente a esmola de um sino para a Capela de Nossa Senhora de Santana. 2º ofício, código 629, Auto 24551, Ano: 1744.

AHCSM, Carta de elevação da Vila do Ribeirão do Carmo à Cidade de Mariana, 1745.

AHCSM. Processo crime movido pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, contra a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, referente a procissão dos Passos que ocorreu na Semana Santa em 1746, em Mariana. 2º ofício, Código 202, Auto 5048. Ano: 1750.

AHCSM. Escritura de dívida e obrigação que fazem os administradores das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, São Benedito e Santa Efigênia desta cidade a José Pereira dos Santos. 1º ofício, Livro de Notas n. 71. Ano: 1752.

AHCSM. Justificação movida pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis contra a Arquiconfraria de São Francisco de Assis. 2º ofício, código: 157, auto: 3550. Ano: 1761.

AHCSM. Escritura de dívida, obrigação e fiança que fazem os administradores da Ordem Terceira de São Francisco de Assis com José Pereira Arouca, para a construção da igreja de São Francisco de Assis. Livro de Notas n. 83. Ano: 1762.

AHCSM. Testamento de José Pereira dos Santos. Livro de Registro de Testamento (1760-1763) n. 48, 1º ofício, Ano: 1762.

AHCSM. Escritura de dívida e obrigação que fazem os administradores da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos desta cidade com o mestre entalhador Francisco Vieira Servas, para a obra de talha da igreja. Livro de Notas n.º 89, 1º ofício. Ano: 1770.

AHCSM. Ação cível ação cível movida pela Ordem Terceira de São Francisco contra José Pereira Arouca. 2º Ofício, código 452, Auto 14277, Ano: 1771.

AHCSM. Inventário post-mortem de Manoel Braz Ferreira, 1º Ofício, Código 114, Auto 2368. Ano: 1787.

AHCSM. Testamento de José Pereira Arouca. Livro de Testamento (1794-1796), n. 42, 1º ofício, Ano: 1795.

AHCSM. Inventário post-mortem de Francisco Pereira de Araújo. 1º Ofício. Código: 153. Auto 3224. Ano: 1798.

AHCSM. Inventário post-mortem de Sebastião Rodrigues Sete. 2º Ofício. Código: 80. Auto: 1719. Ano: 1810.

AHCSM. Ação cível movida pelos irmãos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo contra a irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral. 2º ofício, código 261, auto 6447, Ano: 1814.

AHCSM. Inventário post-mortem 1º ofício, código 94, auto 1955. Ano: 1815.

AHCSM. Ação cível movida por Manuel da Costa Ataíde contra os mesários da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 2º ofício, código 239, auto 5972, ano: 1826.

AHCSM. Inventário post-mortem do casal Antônia Constância da Rocha e Inácio José de Souza Rebello. 2º Ofício. Código: 133. Auto: 2695. Ano: 1830.

AHCSM. Anotação da relação dos índios puris do Distrito de Ponte Nova e entre o de Arrepiados. Ano: 1839.

AHCSM. Inventário post-mortem, com a relação dos bens das igrejas de Mariana. 1º ofício, código 154, auto 3248, Ano: 1855.

AHCSM. Testamento de Senhorinha Constância da Rocha. Livro de Registro de Testamento (1857). 1º ofício. Ano: 1857.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)

AHCMM. Fundo não encadernados. Série: avulsos. Subsérie: Bicentenário. Telegrama enviado por Gustavo Capanema ao prefeito de Mariana, Salvador Ferrari, comunicando a assinatura do Decreto-Lei que elevou Mariana a Monumento Nacional. 06 de julho de 1945.

AHCMM. Correspondência enviada por Dom Helvécio Gomes de Oliveira para Salvador Ferrari, na qual solicitou sugestões para as comemorações do bicentenário de Mariana. Fundo não encadernados. Série: Avulsos. Subsérie: Bicentenário. Mariana, 1944.

AHCMM, Livro para registro de correspondência recebida n. 34. Datas-limite 1945-1948.

AHCMM. Fundo não encadernados. Série: Avulsos. Subsérie: Bicentenário. Pacotilha: 72. Programa das Festas do Bicentenário da cidade de Mariana, 1945.

AHCMM. Projeto de Lei n.º 007/85 que determinou a criação de uma Casa da Memória, 1980.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana (PMA)

PMA, Decreto-Lei n.º 4: Dispõe sobre a construção e reconstrução na zona urbana. Livro n.º 4 Registro de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Mariana. 31 de dezembro de 1937.

PMA, Decreto-Lei n.º 10, de 14 de julho de 1938. Institui o Dia da Cidade de Mariana. Livro n.º 4. Registro de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Mariana. 14 de julho de 1938.

Arquivo Público Mineiro (APM)

APM. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conservação de manuscritos. [SIAPM] Seção Colonial, 1942.

SAMPAIO, Antônio Borges. Genealogia do alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, conhecida em 21 de abril de 1903 por sua neta Carolina Augusta Cesarina, residente em Uberaba, Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 9, n.1, Belo Horizonte, 1904.

Fontes Impressas

Bicentenário de Mariana (Vila de Nossa Senhora do Carmo). Discurso do orador oficial Doutor Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912.

VASCONCELOS, Salomão. Relíquias do Passado. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2. Rio de Janeiro, 1938.

_____. Um velho solar de Mariana. In. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3, Rio de Janeiro, 1939.

MARTINS, Judith. **Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – 1974. Primeiro Volume. Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 16, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968.

COSTA, Lúcio. **Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento – DET, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1949.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Toque de Sinos em Minas Gerais**: tendo como referência São João Del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Brasília, 2009.

MOYA, Salvador. As grandes famílias ibéricas. **Revista genealógica latina**. Ano VII, São Paulo, 1955.

O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. São Paulo: Banco Safra, 1995.

PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquia paulistana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Vol. XXXIX. São Paulo, 1944.

REVISTA DO INSTITUTO GENEALÓGICO DA BAHIA. **Frei Jabotão e sua obra genealógica**. Imprensa oficial da Bahia, n.º 5, Bahia, 1950.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Minas: plano para museus e casas históricas**. Brasília: SPHAN/Fundação Pró-Memória, Boletim nº 6, maio/junho 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Obra de Diogo de Vasconcelos: linhas do poder episcopal no território mineiro. In: VASCONCELOS, Diogo de. **História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 5 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **Meio ambiente**; 14-17. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Armazenagem e manuseio** 1-9. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo, 2001.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Administração de emergências**; 20-25. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Francisco de Castro Azevedo, Elizabeth Larkin Nascimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Emergências com pragas em arquivos e bibliotecas**; 26-29. Sherelyn Ogden et al. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos, 2001.

_____. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**; 33-36. Dan Hazen et al. Trad. José Luiz Pedersoli Júnior. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Procedimentos de conservação** 10-12. Editado por Sherelyn Ogden. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo, José Luiz de Miranda Santos. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz et. al. A Câmara Municipal de Mariana e o Patrimônio Histórico (1900-2007). In. Cláudia Maria das Graças Chaves, Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães (Orgs.). **Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880**. Bauru: EDUSC, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador**. Rio Janeiro: Zahar, 2001.

BLUTEAU, D. Raphael. **Diccionario da língua portuguesa** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. (Volume 2: L-Z). Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BRAGA, Vanusa Moreira de. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: O SPHAN e a consagração de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2 ed. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Maria Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 34, Brasília, 2012.

_____. O ofício do historiador sobre ética e patrimônio cultural. In: **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CRUZ, Emília Barroso. **Manual de gestão de documentos**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2013.

DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade**: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental**. UNESCO, 2002.

DAMASCENO, Cláudia. **Mariana**: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: **Termo de Mariana**: História e Documentação. Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FARIA, Simone Cristina. **Os “homens do ouro”**: perfil, atuação e redes dos Colaboradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia, Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Religião, Igreja e Religiosidade em Mariana no século XVIII. In.: **Termo de Mariana História e Documentação**. Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FILHO, Hilário Figueiredo Pereira Filho. **Programa Memória do Mundo e campo arquivístico brasileiro**: aproximações, trocas e conflitos. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Regina Abreu e Mário Chagas (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 2 ed. DIFEL: Rio de Janeiro-São Paulo, 1977.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. Ed. Centauro. São Paulo. 2006.

HEYMANN, Lucian Quillet. **Estratégias e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos**. VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009.

HOMERO, Adler. Patrimônio Imaterial: Problema Mal-Posto. **Diálogos**, v. 10, n.3. 2006.

IGLESIAS, Francisco. Rodrigo e a historiografia. In: **A lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1969.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, nº. 2, 1995.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

JENKINSON, Hilary. **A manual archive administration**. 2 ed. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão 5 ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

_____. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, Leni Ribeiro. Elos da fundação de Roma. **PRINCIPIA**, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINO, Luis M. Augusto y el mos maiorum em el Carmen saeculare de Horacio. **Circe** 10, 2005-2006.

MARTINS, Judith. **Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro – 1974. Primeiro Volume. Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos**, v. 25, nº. 1, jan.jun.2011.

MENDES, Faria Fábio; QUEIROZ, Jonas Marçal de; PAIVA, Alcione de; MOREIRA, Alexandra e BRAGA, Vanuza Moreira. Tecnologia a serviço da história. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 43, nº. 1, p. 162-167, jan./jun. 2007.

MILEVSKI, Robert J. **Manual de pequenos reparos em livros**; 13. Trad. Lygia Maria Guimarães, Angela Maria Machado Osório de Araújo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

MOREIRA, Alexandra; OLIVEIRA, Alcione de Paiva Oliveira; MENDES, Fábio Faria; QUEIROZ, Jonas Marçal; BRAGA, Vanuza. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, Brasília, set/dez. 2007.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OGDEN, Sherelyn. **Planejamento e prioridades**; 30-32. Trad. Elizabeth Larkin Nascimento, Luiz Antônio Macedo Ewbank. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

PAIVA, Eduardo França de. **Escravos libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2015.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário: sociabilidades e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POSSI, Maurilio de Araújo; OLIVEIRA, Alcione de Paiva; MOREIRA, Alexandra; MENDES, Fábio e QUEIROZ, Jonas Marçal. Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na Web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 16, nº. 3, July/Sept. 2011.

PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

RABELLO, Sônia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

REILLY, James M. **Novas ferramentas para preservação**: avaliando os efeitos ambientais a longo prazo sobre coleções de bibliotecas e arquivos; 19. Trad. José Luiz Pedersoli Júnior. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Edição da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno a los monumentos**. Trad. Ana Pérez López. Madri: Visor, 1987.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação**: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, volume 11, n.º 23, Porto Alegre, junho 2005.

_____. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 24, Brasília, 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

_____. A custódia como guarda e proteção aos arquivos: uma abordagem etimológica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n.º 2, jul./dez. 2016.

SILVA, Rodrigo Machado da. Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais. **Historia da historiografia**. Ouro Preto, n.5, setembro, 2010.

SOUZA, Diógenes Marques Frazão. **Horácio e os jogos seculares**: tradição, religião e política no Carmen Saeculare. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de memoire**. Paris, Arléa, 1995.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas**: planejamento para preservação. Trad. Luiz Antônio Macedo Ewbank. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1ª Reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VASCONCELOS, Diogo. **A história antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, Salomão de. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

_____. **Cativos do Reino**: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. Estrutura do Senado da Câmara. In: **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração da “Atenas Mineira” em Monumento Nacional (1936-1947)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016.